



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

Vanessa Horacio Lira

**QUAIS OS EFEITOS DA POLARIZAÇÃO AFETIVA NAS ATITUDES DE POLÍTICA
EXTERNA?**

Recife, 2025

Vanessa Horacio Lira

**QUAIS OS EFEITOS DA POLARIZAÇÃO AFETIVA NAS ATITUDES DE POLÍTICA
EXTERNA?**

Tese apresentada no Curso de doutorado em
Ciência Política, como um requisito parcial para
obter o Título de Doutor em Ciência Política,
no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pernambuco.

Área de concentração: Democracia e
instituições.

Orientadora: Profa. Dra. Nara de Carvalho Pavão

Recife, 2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Lira, Vanessa Horacio.

Quais os efeitos da polarização afetiva nas atitudes de política externa? / Vanessa Horacio Lira. - Recife, 2025. 257f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2025.

Orientação: Nara de Carvalho Pavão.

Inclui referências e apêndices.

1. Atitudes de política externa; 2. Polarização afetiva; 3. Opinião pública; 4. Elites políticas; 5. Experimento de survey. I. Pavão, Nara de Carvalho. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

VANESSA HORACIO LIRA

**QUAIS OS EFEITOS DA POLARIZAÇÃO AFETIVA NAS ATITUDES DE
POLÍTICA EXTERNA?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Pernam-
buco, como requisito parcial para obtenção do título
de Doutor em Ciência Política. Área de concentração:
Democracia e Instituições.

Aprovado em: 30 de setembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Nara de Carvalho Pavão (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro (Examinador Externo)

Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Feliciano de Sá Guimarães (Examinador Externo)

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Ivan Filipe Almeida Lopes Fernandes (Examinador Externo)

Universidade Federal do ABC

Recife

2025

AGRADECIMENTOS

Dedico esta tese a todos aqueles que apoiaram os meus sonhos e, portanto, meus estudos. Aos meus pais, pelo exemplo e pelo incentivo incondicional desde pequena. À minha avó que não pode ver esse momento, mas que foi a responsável a me direcionar para esse caminho. A Neto, por ser minha fortaleza, por cuidar da gente, por embarcar nas minhas ideias e por ser meu maior incentivador e admirador.

Aos meus amigos que o doutorado me deu, Marcelle e Bhreno. Poder dividir conhecimentos, incertezas e motivações em meio a um ambiente tão desafiador tornou tudo mais leve e enriquecedor. Obrigada pela acolhida de vocês.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco pela excelente formação e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudo que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Em especial, à professora Nara Pavão com quem tive o privilégio de poder aprender a como ser uma pesquisadora de excelência. Sua dedicação ao ensino e à pesquisa me inspiram a ser uma profissional melhor. Conheci os trabalhos da professora Nara antes de iniciar o doutorado e me encantei com sua agenda de pesquisa e com o rigor científico no qual conduzia suas pesquisas. Foi uma honra aprender sob a sua orientação. Sou imensamente grata, pois cada encontro me trouxe um novo aprendizado. Esse trabalho é resultado desses anos de estudo e experiências.

Obrigada a todos que fizeram parte dele.

RESUMO

Quais os efeitos da polarização afetiva nas atitudes de política externa? Por muito tempo predominou na literatura o consenso de que o público não tem interesse em política externa. Mas estudos recentes têm mostrado que os indivíduos possuem opinião sobre o tema e são influenciados pelas elites políticas ao formular suas preferências. O objetivo desta tese é testar os efeitos da polarização afetiva nas atitudes de política externa dos brasileiros. Com o aumento da polarização afetiva a partir de 2018, na qual os indivíduos tendem a gostar cada vez mais do grupo do qual pertencem e a desgostar mais do grupo oposto, as elites políticas passaram a se apropriar mais de temas de política externa para mobilizar seus eleitores, enviando sinais para as massas. À medida que os indivíduos se polarizam afetivamente, utilizam esses sinais para formar suas preferências de política externa. Portanto, o argumento principal da tese é de que a polarização entre grupos políticos faz com que (1) os indivíduos expressem mais suas opiniões sobre política externa e (2) adotem posições mais fortes e menos ambíguas sobre temas dessa natureza. A pesquisa está desenhada a partir de duas estratégias. Na estratégia observacional utilizamos surveys do LAPOP (2006-2023), Latinobarômetro (2010-2023), Pew Research Center (2023) e do BAM (2010-2019) e identificamos que indivíduos mais polarizados, principalmente em relação a líderes políticos (Lula e Bolsonaro), estão positivamente associados a maior expressão e intensidade de opiniões. Em seguida, testamos as hipóteses em termos de causalidade a partir de um experimento randomizado pré-registrado, no qual ativamos a polarização afetiva através de um jogo de confiança. Os resultados mostraram que a polarização afetiva impacta significativamente as atitudes dos brasileiros em política externa. Os resultados do experimento indicam que a polarização afetiva opera como um mecanismo indireto, ao ampliar a disposição dos indivíduos para se engajarem em manifestações mais frequentes e intensas, mesmo quando os efeitos diretos sobre a expressão e a intensidade das atitudes se revelem limitados. Assim, a tese propõe-se a suprir uma lacuna na literatura ao demonstrar o papel da opinião pública como ator capaz de refletir e expressar preferências, elemento fundamental nas democracias, ao mesmo tempo em que sustenta a polarização como variável explicativa crucial para a compreensão das atitudes individuais diante da política externa.

Palavras-chave: atitudes de política externa; polarização afetiva; opinião pública; elites políticas; experimento de survey.

ABSTRACT

What are the effects of affective polarization on foreign policy attitudes? For a long time, the prevailing consensus in the literature held that the public had little or no interest in foreign policy. However, recent studies have shown that individuals do hold opinions on international affairs and that these opinions are influenced by political elites during the process of preference formation. The aim of this dissertation is to examine the effects of affective polarization on Brazilians' foreign policy attitudes. Since 2018, affective polarization—whereby individuals increasingly favor their own political group while disliking the opposing one—has intensified. In this context, political elites have increasingly appropriated foreign policy issues as tools to mobilize their supporters, sending cues to the masses. As individuals become more affectively polarized, they rely on these cues to shape their foreign policy preferences. The central argument of this dissertation is that polarization between political groups leads individuals to (1) express their opinions on foreign policy more frequently and (2) adopt stronger and less ambiguous positions on such issues. The research design relies on two complementary strategies. The observational strategy draws on survey data from LAPOP (2006–2023), Latinobarómetro (2010–2023), the Pew Research Center (2023), and BAM (2010–2019). The results show that more polarized individuals—particularly those polarized toward political leaders such as Lula and Bolsonaro—are positively associated with greater expression and intensity of opinions. Next, we test the hypotheses in causal terms through a pre-registered randomized experiment, in which affective polarization was activated via a trust game. The findings demonstrate that affective polarization significantly shapes Brazilians' attitudes toward foreign policy. The experimental results suggest that affective polarization operates as an indirect mechanism, by increasing individuals' willingness to engage in more frequent and intense manifestations of opinion, even when the direct effects on expression and attitude intensity remain limited. Thus, this dissertation seeks to fill a gap in the literature by demonstrating the role of public opinion as an actor capable of reflecting and expressing preferences—a fundamental element in democratic systems—while also establishing polarization as a crucial explanatory variable for understanding individual attitudes toward foreign policy.

Keywords: foreign policy attitudes; affective polarization; public opinion; political elites; survey experiment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Opinião sobre o que é melhor para o futuro do Brasil	70
Figura 2 – Opinião sobre a importância do Brasil no plano internacional	71
Figura 3 – Avaliação sobre a seriedade das mudanças climáticas para o Brasil	73
Figura 4 – Maior e menor confiança nos países para manter a paz mundial	74
Figura 5 – Opinião sobre os estrangeiros que vivem no Brasil	77
Figura 6 – Opinião sobre a entrada de ideias e costumes de outros países	78
Figura 7 – Avaliação da cooperação com EUA e China	80
Figura 8 – Avaliação da cooperação com Argentina e Venezuela	81
Figura 9 – Avaliação das relações Brasil-China	82
Figura 10 – Avaliação das relações Brasil-Venezuela	83
Figura 11 – O papel do Brasil na América Latina	85
Figura 12 – Apoio a integração econômica com os países da América Latina	86
Figura 13 – Sentimentos com relação a China e aos EUA	88
Figura 14 – Confiança na China e nos EUA	89
Figura 15 – Opinião com relação a China e EUA	89
Figura 16 – Opinião sobre Trump	90
Figura 17 – Opinião sobre a Venezuela em 2010 e em 2023	91
Figura 18 – Taxa de não resposta ao longo dos anos	96
Figura 19 – Taxa de respostas intensas ao longo dos anos	99
Figura 20 – Modelo 1 OLS (Pew 2023)	109
Figura 21 – Modelo 2 OLS (Pew 2023)	110
Figura 22 – Modelo 3 OLS (BAM 2023)	111
Figura 23 – Modelo 4 OLS (LAPOP 2017)	113
Figura 24 – Modelo 5 OLS (LAPOP 2023)	114
Figura 25 – Modelo 6 OLS (Latinobarômetro 2023)	115
Figura 26 – Distribuição das identidades políticas	130
Figura 27 – Percepção de justiça no jogo por tratamento	134
Figura 28 – Polarização afetiva por tratamento (Modelo 1)	137
Figura 29 – Polarização afetiva por tratamento (Modelo 2)	138

Figura 30 – Efeitos do tratamento em relação ao afeto <i>in-group</i> e <i>out-group</i>	141
Figura 31 – Efeitos do tratamento em relação ao afeto <i>in-group</i> e <i>out-group</i> por identidade	142
Figura 32 – Modelos OLS Índice de Expressão x Tratamento	143
Figura 33 – Modelos OLS Índice de Intensidade x Tratamento	144
Figura 34 – Expressão de opinião em política externa (desagregado) x Tratamento . . .	146
Figura 35 – Intensidade de opiniões em política externa (desagregado) x Tratamento . .	147
Figura 36 – Análise de mediação: ACME como efeito indireto	150
Figura 37 – Modelos OLS Índice de Expressão x Tratamento por grupos políticos	154
Figura 38 – Modelos OLS Índice de Intensidade x Tratamento por grupos políticos . . .	155
Figura 39 – Efeitos heterogêneos (interesse em política externa)	157
Figura 40 – Efeitos heterogêneos (escolaridade)	158
Figura 41 – Tempo de resposta médio para questões <i>hard issues</i> X <i>easy issues</i>	160
Figura 42 – Efeito do Tratamento sobre Probabilidade de Acerto de Sinal das Elites (Razões de chance - OR)	163
Figura 43 – Efeito do Tratamento sobre Probabilidade de Acerto de Sinal das Elites por identidade (Razões de chance - OR)	164
Figura 44 – Amostra x População (gênero)	228
Figura 45 – Amostra x População (idade)	228
Figura 46 – Amostra x População (região)	229
Figura 47 – Amostra x População (classe)	229
Figura 48 – Amostra x População (escolaridade)	230
Figura 49 – Modelo ordinal Percepção de Justiça x Tratamento	233
Figura 50 – Alinhamento das opiniões sobre objetivos de política externa (esquerda e direita)	241
Figura 51 – Alinhamento das opiniões sobre o Tarifaço (esquerda e direita)	242
Figura 52 – Diferenças de médias entre os tratamentos	246
Figura 53 – Efeitos do tratamento sobre os itens	248
Figura 54 – Efeitos do tratamento sobre os itens por grupos políticos	249

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra dos bancos de dados	65
Tabela 2 – Resumo das hipóteses	93
Tabela 3 – Distribuição de taxa de respostas válidas e não respostas por ano	97
Tabela 4 – Distribuição de taxa de respostas intensas por ano	99
Tabela 5 – Efeito do tratamento na percepção de justiça	135
Tabela 6 – OLS - Polarização Afetiva x Tratamento (Modelo 1)	137
Tabela 7 – OLS - Polarização Afetiva x Tratamento (Modelo 2)	138
Tabela 8 – Classificação do afeto <i>in-group/out-group</i>	140
Tabela 9 – Efeito do tratamento no afeto (In-group vs Out-group)	141
Tabela 10 – Efeito do tratamento sob Expressão em política externa (<i>odds ratios</i>)	146
Tabela 11 – Efeito do tratamento sob Intensidade em política externa (<i>odds ratios</i>)	148
Tabela 12 – Resultados da mediação (VD: Expressão) – Mediador: <i>affect_out</i>	150
Tabela 13 – Resultados da mediação (VD: Expressão) – Mediador: <i>affect_pol</i>	150
Tabela 14 – Resultados da mediação (VD: Expressão) – Mediador: <i>polarization2</i>	151
Tabela 15 – Mediação (VD: Intensidade) – Mediador: <i>affect_out</i>	151
Tabela 16 – Mediação (VD: Intensidade) – Mediador: <i>affect_pol</i>	152
Tabela 17 – Mediação (VD: Intensidade) – Mediador: <i>polarization2</i>	152
Tabela 18 – OLS – Efeito do tratamento no tempo médio de resposta	160
Tabela 19 – Razões de chance (OR) – Efeito do Tratamento sobre Acerto de Sinal	164
Tabela 20 – Efeito do Tratamento sobre Acerto de Sinal (Lula) (Razões de chance - OR)	165
Tabela 21 – Efeito do Tratamento sobre Acerto de Sinal (Bolsonaro) (Razões de chance - OR)	165
Tabela 22 – Mensurações modelo PEW 2023	210
Tabela 23 – Mensurações modelo BAM 2023	210
Tabela 24 – Mensurações modelo LAPOP 2017	211
Tabela 25 – Mensurações modelo LAPOP 2023	211
Tabela 26 – Mensurações modelo Latinobarômetro 2023	211
Tabela 27 – Resultados OLS - Modelo 1 (Pew 2023)	212
Tabela 28 – Resultados OLS - Modelo 2 (Pew 2023)	213

Tabela 29 – Resultados OLS - Modelo 3 (BAM 2023)	214
Tabela 30 – Resultados OLS - Modelo 4 (LAPOP 2017)	214
Tabela 31 – Resultados OLS - Modelo 5 (LAPOP 2023)	215
Tabela 32 – Resultados OLS - Modelo 6 (Latinobarômetro 2023)	215
Tabela 33 – Outcomes, perguntas e codificação dos índices de expressão e intensidade.	231
Tabela 34 – Modelo Ordinal Percepção de Justiça x Tratamento	234
Tabela 35 – Modelo Ordinal Percepção de Justiça x Tratamento	234
Tabela 36 – OLS - Polarização Afetiva x Tratamento (Modelo 1 com controles)	235
Tabela 37 – OLS - Polarização Afetiva x Tratamento (Modelo 2 com controles)	236
Tabela 38 – Modelos OLS: Efeito do Tratamento no Índice de Expressão	237
Tabela 39 – Modelos OLS: Efeito do Tratamento no Índice de Intensidade	238
Tabela 40 – Modelos OLS - Índice de Expressão por identidade	239
Tabela 41 – Modelos OLS - Índice de Intensidade por identidade	240
Tabela 42 – Modelos interativos OLS (interesse em política externa)	243
Tabela 43 – Modelos interativos OLS (escolaridade)	244
Tabela 44 – Efeito do tratamento em temas específicos — Modelos OLS	250
Tabela 45 – Efeitos do tratamento em temas específicos — Identidade: Bolsonaroista	252
Tabela 46 – Efeitos do tratamento em temas específicos — Identidade: Lulista/Petista	253
Tabela 47 – Efeitos do tratamento em temas específicos — Identidade: Não é Bolsonaroista, mas mais à direita	254
Tabela 48 – Efeitos do tratamento em temas específicos — Identidade: Não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda	255

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DAS MASSAS	22
2.1	O desinteresse do público em política externa: o consenso Almond-Lippman	22
2.2	O que mudou? Atitudes das massas em política externa	25
2.2.1	Definição e mensuração das atitudes de política externa	26
2.2.2	Evidências empíricas sobre atitudes de política externa	27
2.3	O que explica as atitudes de política externa?	31
2.4	Atitudes de política externa e polarização	33
3	POLARIZAÇÃO AFETIVA: TEORIA E O CASO BRASIL	38
3.1	Conceito, tipos de polarização e consequências	38
3.2	O Brasil polarizado	43
3.3	A polarização chega à política externa	46
3.3.1	O início da polarização da política externa	46
3.3.2	O que mudou na política externa a partir de 2018	50
3.3.3	O que os brasileiros pensam sobre política externa	52
3.4	Argumento e Hipóteses	57
4	ANÁLISE OBSERVACIONAL	64
4.1	Bancos de dados e perguntas selecionadas	64
4.1.1	LAPOP (2012-2023)	65
4.1.2	Latinobarômetro (2010 - 2023)	66
4.1.3	O Brasil, as Américas e o Mundo (2010 - 2023)	66
4.1.4	Pew Research Center (2023)	67
4.2	Atitudes de política externa a partir de seis dimensões	67
4.2.1	Ativismo Internacional	68
4.2.2	Segurança Internacional	72
4.2.3	Direitos Humanos	75

4.2.4	Cooperação Internacional	78
4.2.5	Integração Regional	83
4.2.6	Imagem dos Atores Internacionais	86
4.2.7	Resumo da análise exploratória	91
4.3	Testes das hipóteses observacionais	92
4.3.1	Teste das Hipóteses H1A e H1B	93
4.3.1.1	Análise longitudinal: Expressão e Intensidade das opiniões dos brasileiros em política externa de 2010 a 2023	95
4.3.2	Teste das Hipóteses H2A e H2B	100
4.3.2.1	Variáveis de controle	103
4.3.2.2	Resultados dos modelos	108
4.4	Síntese dos resultados observacionais	116
5	ANÁLISE EXPERIMENTAL	118
5.1	Desenho experimental	118
5.1.1	Jogo de Confiança: Ativando polarização afetiva	121
5.1.2	Aspectos éticos	125
5.1.3	Outcomes: atitudes de política externa selecionadas	126
5.2	Amostra do experimento	129
5.2.1	Características da amostra	129
5.2.2	Representatividade da amostra	131
5.2.3	Balanceamento da amostra	132
5.3	Checagens de manipulação	133
5.4	Efeitos principais: testes causais das hipóteses H2A e H2B	143
5.4.1	Análise de mediação dos efeitos principais	148
5.4.2	Efeitos principais a partir das identidades políticas	153
5.5	Efeitos heterogêneos	155
5.6	Testes de robustez	158
5.6.1	<i>Hard x easy issues</i>	158
5.6.2	Sinal das elites	161
5.7	Síntese dos resultados experimentais	165
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	169

	REFERÊNCIAS	174
	APÊNDICE	195
	APÊNDICE A – PERGUNTAS SOBRE POLÍTICA EXTERNA	197
A.1	LAPOP	197
A.1.1	Segurança internacional	197
A.1.2	Imagem dos atores internacionais	197
A.2	Latinobarômetro	198
A.2.1	Integração regional	198
A.2.2	Cooperação internacional	198
A.2.3	Imagem dos atores internacionais	199
A.3	Pew Research Center (2023)	199
A.3.1	Ativismo internacional	199
A.3.2	Cooperação Internacional	200
A.3.3	Segurança internacional	201
A.3.4	Imagem dos Atores Internacionais	201
A.3.5	Cosmopolitismo	204
A.4	O Brasil, as Américas e o Mundo (BAM)	205
A.4.1	Direitos Humanos	205
A.4.2	Ativismo Internacional	206
A.4.3	Segurança Internacional	207
A.4.4	Integração Regional	208
A.4.5	Cooperação Internacional	208
A.4.6	Imagem dos Atores Internacionais	208
	APÊNDICE B – MENSURAÇÕES DOS MODELOS	210
B.1	Mensurações modelo PEW 2023	210
B.2	Mensurações modelo BAM 2023	210
B.3	Mensurações modelo LAPOP 2017	211
B.4	Mensurações modelo LAPOP 2023	211
B.5	Mensurações modelo Latinobarômetro 2023	211

	APÊNDICE C – TABELAS DOS RESULTADOS DOS MODELOS OLS	212
C.1	Resultados OLS (Modelo 1)	212
C.2	Resultados OLS (Modelo 2)	213
C.3	Resultados OLS (Modelo 3)	213
C.4	Resultados OLS (Modelo 4)	214
C.5	Resultados OLS (Modelo 5)	214
C.6	Resultados OLS (Modelo 6)	215
	APÊNDICE D – INSTRUMENTO E ROTEIRO	216
D.1	Visão geral do instrumento	216
D.2	Instruções para o jogo da confiança (vídeo)	217
D.3	Questionário (TCLE, pré-tratamento, tratamento, pós-tratamento)	218
	APÊNDICE E – REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA	228
	APÊNDICE F – OUTCOMES E CODIFICAÇÃO	231
	APÊNDICE G – OUTRAS ANÁLISES	233
G.1	Checagens de manipulação	233
G.1.1	Efeito do tratamento na percepção de justiça	233
G.1.2	Efeito do tratamento na polarização afetiva	235
G.2	Índices x Tratamento (OLS)	237
G.2.1	Modelos OLS ajustados e não-ajustados: Índices x Tratamento	237
G.2.2	Modelos OLS ajustados e não-ajustados: Índices x Tratamento por grupos políticos	238
G.2.3	Alinhamento das opiniões em política externa com as identidades políticas	241
G.3	Efeitos heterogêneos: tabelas	243
	APÊNDICE H – OUTRAS ANÁLISES	245
H.1	Efeitos do tratamento em temas específicos	245
H.1.1	Efeitos do tratamento em temas específicos por identidade política	251

1 INTRODUÇÃO

Em abril de 2022, o então Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, reuniu-se com embaixadores no Palácio do Planalto para criticar as urnas eletrônicas e defender o voto impresso, em discurso que, segundo a Procuradoria-Geral da República, buscava alertar a comunidade internacional sobre um possível golpe. O episódio resultou em sua inelegibilidade por oito anos por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação (Poder360, 2022). Por que Bolsonaro discursa para representantes da comunidade internacional sobre uma questão de natureza doméstica? Naqueles meses que precediam às eleições presidenciais de 2022, o ex-presidente e candidato da oposição, Luís Inácio Lula da Silva, liderava as pesquisas eleitorais (G1, 2022). A disputa política chegava até a política externa.

As eleições de 2022 deram a Lula seu terceiro mandato. Mas em 8 de janeiro de 2023, apoiadores de Jair Bolsonaro, impulsionados por alegações de fraude nas urnas, invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes em Brasília, em uma tentativa de golpe. O episódio tornou-se símbolo da radicalização e dos riscos de erosão institucional associados à polarização. Episódio semelhante foram os ataques ao Capitólio nos Estados Unidos dois anos antes, quando os manifestantes invadiram, destruíram e saquearam a instituição com o objetivo de impedir a consolidação da eleição de Joe Biden. Não é por acaso. Conhecido na imprensa norte-americana como o “*Trump of the tropics*” (The Economist, 2025), Bolsonaro é visto como um aliado do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A aliança é tamanha que ao anunciar recentemente, em julho de 2025, de forma inusitada uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, o que mais surpreendeu foi a forte carga política do gesto. Mais que uma medida econômica, o norte-americano acusava o Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF) de perseguir Jair Bolsonaro. Trump transformou o comércio exterior em palco de disputas ideológicas (CNN Brasil, 2025).

O episódio, apelidado de “Tarifaço”, rapidamente incendiou o debate público. Impulsionadas pelas elites políticas *hashtags* rivais dividiram as redes sociais: apoiadores de Lula fortaleceram o discurso de apoio à soberania nacional através da *tag* #RespeitaOBrasil e apoiadores de Bolsonaro levantaram a *tag* #ChegaDeDitadura em referência às ações do STF contra o ex-presidente. Setores agroexportadores pressionaram por respostas e aliados de Bolsonaro tentaram usar a crise como moeda de troca para avançar a Lei da Anistia (Dolci, 2025; Da

CNN, 2025). Em poucos dias a tensão escalou com a imposição de sanções financeiras dos EUA contra o ministro Alexandre de Moraes pela Lei Magnitsky, tradicionalmente aplicada em casos de violação de direitos humanos ou práticas de corrupção (Nascimento, 2025). No dia de comemoração da independência do Brasil, manifestações em apoio a Bolsonaro estenderam uma bandeira dos Estados Unidos na Avenida Paulista, tornando-se o "novo símbolo da direita brasileira", segundo o jornal *New York Times* (Carranço, 2025).

O "Tarifaço" inaugurou no debate público um ponto de concordância entre os eleitores em um país polarizado: se, como esperado, os Lulistas mostraram satisfação com a política externa do governo contra os Estados Unidos e entre os Bolsonaroistas observou-se uma rejeição, entre aqueles eleitores de centro, ou moderados, observou-se maior apoio a resposta do governo Lula às ações de Trump, segundo o "Monitor do Debate Público (MDP)", projeto criado por pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assim, esquerda e centro alinham-se na resposta do Brasil para a questão (Tosta, 2025). Nos últimos anos, o Brasil tem presenciado um aumento na polarização política, especialmente do tipo afetiva, ou seja, eleitores de grupos políticos diferentes tendem a desgostar cada vez mais de seus rivais, principalmente seus líderes e partidos políticos (Fuks; Marques, 2023; Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022).

O que todo esse contexto nos mostra é que a política externa também chega até as massas e, ao contrário da expectativas do consenso Almond-Lippman, atualmente no Brasil, as pessoas se interessam pelo tema, embora ainda se interessem mais pelas pautas clássicas do debate público, como saúde e segurança. O consenso na literatura levou os estudiosos a acreditarem e a reforçarem a ideia de que política externa diz respeito exclusivamente às elites políticas. Portanto, é predominante nos estudos a preocupação sobre o processo decisório, os antecedentes históricos e os paradigmas gerais. A ausência de estudos sobre o papel das massas nesse processo é incentivada pela máxima de que "política externa não dá e não tira voto". Mas esse cenário parece ter mudado a partir da mudança política doméstica marcada pelo crescimento da polarização em 2018.

Assim como qualquer política pública, a política externa é marcada pela proeminência do governo, não do Estado, em sua formulação e implementação. Tal condição permite a influência das disputas político-partidárias que ocorrem no ambiente doméstico (Milani; Pinheiro, 2013; Lopes, 2020; Saraiva, 2023). No atual contexto, isso significa que as elites políticas passaram a se apropriar mais da pauta internacional para sinalizar a apoiadores como seus grupos políticos pensam a respeito. Exemplo disso são os debates presidenciais de 2018 que incorporaram temas

de política externa, como a integração regional, e dividiram a opinião pública, reproduzindo a polarização entre petismo e antipetismo que havia se instalado (Casarões, 2019). Na política externa observa-se uma evidente diferenciação entre uma visão mais "globalista", ou seja, mais voltada a cooperação multilateral, interdependência econômica e política e fortalecimento das instituições internacionais, comumente associada à esquerda, e uma mais "nacionalista", ou seja, mais focada em parcerias bilaterais e um certo isolacionismo, associada à extrema-direita brasileira (Lopes, 2020).

Nos últimos anos, o fortalecimento da extrema direita mudou a política externa brasileira de modo a romper com tradições diplomáticas históricas a partir da inserção de agendas anti-globalismo, anti-comunismo e nacionalismo religioso, projetando no exterior sua identidade política (Casarões; Farias, 2022; Buarque, 2022; Casarões; Flandes, 2019; Saraiva, 2023). Essas mudanças resultaram em isolamento internacional e desgaste da imagem do país (Hunter; Power, 2023). O caso do Brasil não é único e insere-se em uma tendência global em que lideranças populistas, como Donald Trump, desafiam consensos internacionais e ampliam a polarização da esfera doméstica para a política externa (Friedrichs; Tama, 2022; Gift; Montem, 2021; Wojczewski, 2020; Westwood; Peterson; Lelkes, 2019; Fordham; Flynn, 2023; Saunders, 2022).

Estudos recentes têm mostrado uma preocupação em investigar os efeitos negativos da polarização na política externa. Eles apontam para como a polarização dificulta a tomada de ações concretas por parte do governo (Walt, 2019) e a aprovação de tratados internacionais no Congresso (Schwartz; Tierney, 2024), pode provocar ações unilaterais por parte do Executivo (Friedrichs; Tama, 2022) e moldar campanhas eleitorais visando mobilizar a base eleitoral (Panagopoulos, 2016; Maxey, 2024). No plano internacional, pode ameaçar uma posição de poder consolidada de um país (Walt, 2019), diminuir a disposição dos demais em formar novos acordos (Myrick; Wang, 2024), fragilizar o nível de comprometimento do país (Myrick; Wang, 2024) e sugerir uma instabilidade interna (Schwartz; Tierney, 2024) capaz de incentivar políticas mais agressivas por parte da comunidade internacional (Myrick; Wang, 2024).

Mas polarização não se limita ao processo decisório nem às elites políticas; ela também se manifesta entre as massas. Evidências indicam que a polarização de massa é, sobretudo, afetiva (e não necessariamente ideológica) (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019). Dessa forma, a animosidade entre os grupos pode influenciar suas atitudes políticas. Esta tese parte de uma abordagem que acreditamos ser inédita no Brasil: como a polarização afetiva molda a formação de atitudes e

opiniões sobre política externa. Partimos da ideia de que política externa trata-se de um *hard issue*, ou seja, trata-se de um tema complexo e de difícil acesso que demanda esforço cognitivo dos indivíduos para formar opiniões a respeito. Nosso argumento é de que a polarização afetiva influencia como as pessoas pensam a respeito de um assunto, especialmente em temas difíceis, ao fornecer motivação e recursos cognitivos que levam os indivíduos a buscar informação e a prestar mais atenção às mensagens das elites com as quais se identificam.

A partir dessa discussão, quais seriam os efeitos da polarização afetiva nas atitudes de política externa no Brasil? O aumento da polarização a partir de 2018, levou as elites políticas a explorar com maior frequência temas de política externa como estratégia de mobilização eleitoral, enviando sinais para as massas. Dada a baixa saliência e a complexidade da política internacional para o público em geral, cabe às elites o papel de intermediar e transmitir informações sobre o que ocorre nesse campo. Nesse processo, as mensagens veiculadas não apenas informam, mas também carregam sinais das preferências dessas elites. Assim, as opiniões dos indivíduos são moldadas a partir das informações e sinais disponíveis no ambiente político (Zaller, 1992). Ao interpretar esses sinais, a identidade política dos indivíduos é acionada e desperta o sentimento de pertencimento ao *in-group* (Tajfel, 1981), o que por sua vez molda as ações e crenças desses indivíduos para se tornarem alinhadas ao grupo (Bakker; Lelkes, 2024). Isso os faz perceberem o *out-group* negativamente (Mason, 2015) e os incentiva a agir mais para defender o seu grupo e expressar essa identidade (Tajfel, 1981; Huddy, 2001; Huddy; Mason; Aarøe, 2015; Mason, 2015).

O argumento desta tese é, portanto, de que a polarização entre grupos políticos influencia os indivíduos a expressarem mais suas opiniões sobre política externa e a adotarem posições mais fortes e menos ambíguas sobre temas dessa natureza. Ao mobilizar os eleitores a participarem mais da política e ao fazer os indivíduos interpretarem questões de política externa com base na identidade social de pertencimento ao *in-group* ou de rejeição ao *out-group*, a polarização afetiva incentiva a formação e a expressão de atitudes sobre esse tema. Uma vez que intensifica o alinhamento emocional entre eleitores e elites partidárias, os indivíduos mais polarizados tendem a perceber e incorporar esses sinais com maior intensidade. Como resultado, expressam mais e de maneira mais forte suas opiniões de política externa.

Para testar nossas hipóteses, utilizamos duas estratégias empíricas quantitativas, que combinam análises observacionais de vários bancos de dados secundários de pesquisas de opinião e um experimento original pre-registrado implementado com 2 mil respondentes. No

desenho observacional utilizamos dados de survey do projeto "O Brasil, as Américas e o Mundo", LAPOP, Latinobarômetro e Pew Research Center para verificar a associação entre a polarização e a Expressão e Intensidade das atitudes em política externa. Utilizamos seis modelos de regressão linear (OLS) para medir o efeito da polarização afetiva nos nossos Índices de Expressão e Intensidade das atitudes de política externa. Cada modelo é baseado em um banco de dados específico, que variam quanto a disponibilidade das variáveis de controle selecionadas e, principalmente, quanto às mensurações da polarização afetiva. Para os modelos que mensuram polarização afetiva na forma de termômetro de sentimentos em relação a líderes (Lula e Bolsonaro) e aos partidos políticos (PT e PL), medida comumente utilizada na literatura, encontramos os resultados mais significativos. Os resultados comprovam a existência de uma associação positiva entre a polarização afetiva e a intensidade (e, em menor medida, a expressão) das opiniões em política externa. Assim, quanto maior a diferença de afeto em relação aos líderes (e a partidos), maior a expressão e intensidade das opiniões.

Além disso, algumas variáveis de controle se destacam nesses modelos, formando uma espécie de perfil daqueles que estão mais sujeitos aos efeitos da polarização afetiva, pois irão se expressar mais e com mais intensidade nessas amostras. Enquanto homens e pessoas mais escolarizadas se expressam mais em política externa, em comparação a mulheres e pessoas menos escolarizadas; indivíduos mais velhos e mais escolarizados se expressam suas opiniões com maior intensidade. Fatores como patriotismo, nacionalismo e partidarismo não possuem efeitos significativos, indo de encontro com as expectativas da literatura.

Em seguida, para testar se existe uma relação causal entre as variáveis, realizamos um experimento original randomizado pré-registrado, no qual os participantes são tratados com um jogo de confiança. Os participantes são aleatoriamente selecionados para o grupo que terá uma experiência negativa com o *out-partisan* ou para o grupo que terá uma experiência positiva com o *out-partisan*. O objetivo é ativar a polarização afetiva nos indivíduos. A escolha pela manipulação experimental segue estudos consolidados na Ciência Política e na Economia (Westwood; Peterson, 2020; Broockman; Kalla; Westwood, 2023; Jenke, 2023), todavia, acreditamos ser um desenho ainda inédito no Brasil. Em seguida, os participantes respondem a perguntas pós-tratamento para capturar as atitudes dos respondentes em política externa.

Nas análises experimentais também utilizamos regressões lineares (OLS) para medir o efeito do tratamento (experiência negativa) sobre nossos índices de expressão e intensidade.

Comprovamos que a manipulação do tratamento foi eficaz em ativar percepções distintas de justiça no jogo da confiança e em acentuar a polarização afetiva, sobretudo por meio da redução do afeto dirigido ao *out-group*, sem reforçar, contudo, o afeto ao *in-group*, confirmando a lógica assimétrica da polarização afetiva. Apesar desse efeito robusto sobre as medidas de polarização afetiva, o tratamento apresentou impactos limitados sobre a expressão e a intensidade das atitudes em política externa, não aumentando a disposição dos indivíduos em se manifestarem mais, nem com mais força as suas posições. As análises também revelaram que fatores individuais, como interesse em política externa, escolaridade, patriotismo, classe social e região exercem papel explicativo mais consistente do que a identidade partidária isolada: indivíduos com baixo interesse tendem a se expressar menos, enquanto a escolaridade está positivamente associada à expressão, ainda que não à intensidade.

Contudo, a manipulação da polarização afetiva através do jogo da confiança demanda uma análise complementar para medir os efeitos indiretos da polarização sobre as atitudes políticas, seguindo estudos prévios (Jenke, 2023). Como os nossos testes de manipulação mostraram que a polarização afetiva foi ativada prosseguimos com a análise de mediação. Dessa forma, os resultados dessas análises indicam que o tratamento negativo não produziu efeitos diretos estatisticamente significativos sobre os índices de expressão e de intensidade em política externa, mas causou efeitos de forma indireta por meio da polarização afetiva. Em particular, verificou-se que a redução do afeto em relação ao *out-group* e o aumento da diferença afetiva entre os grupos funcionaram como mecanismos mediadores: pequenos, mas contendo consistentes efeitos indiretos (ACME) significativos tanto para a expressão quanto para a intensidade.

Isso significa que a manipulação experimental não alterou de imediato o comportamento dos indivíduos, mas intensificou o distanciamento afetivo em relação ao grupo adversário, que por sua vez elevaram levemente a disposição em se manifestar mais e de forma mais intensa em relação as atitudes de política externa. Assim, os achados sugerem que a polarização afetiva atua como elo causal difuso entre a experiência negativa do jogo da confiança e as atitudes políticas, explicando parte da variação observada, ainda que em magnitudes modestas.

Os testes de robustez acrescentaram nuances importantes, mostrando que o tratamento reduziu o tempo de resposta em *hard issues*, sugerindo o uso de atalhos cognitivos, e que diminuiu a probabilidade de identificar corretamente os sinais das elites, em especial entre bolsonaristas, que falharam em reconhecer a posição de Lula sobre o BRICS, indício de que

mensagens do *out-group* podem ser deliberadamente ignoradas. Esses achados precisam ser contextualizados: a amostra já apresentava altos níveis de polarização e interesse em política externa antes do tratamento, o que provavelmente limitou os efeitos observados. No conjunto, as evidências sugerem que a polarização afetiva é eficaz em moldar percepções e afetos, mas nem sempre se traduz de forma imediata em maior expressão ou intensidade nas atitudes, reforçando sua natureza difusa e mediadora no processo de formação de opiniões políticas.

Dessa forma, a tese contribui de forma original e significativa para as disciplinas de Ciência Política e Relações Internacionais, uma vez que constrói uma ponte teórica e metodológica a partir de análises observacionais e experimentais entre a polarização afetiva e as atitudes de política externa. A combinação dessas estratégias empíricas possibilita uma triangulação de dados que amplia a robustez analítica e acrescenta profundidade causal e teórica ao argumento central. Enquanto os modelos observacionais, baseados em amostras representativas que reúnem cerca de sete mil respondentes, evidenciam uma associação positiva entre as variáveis, conferindo validade externa ao estudo e sustentando a generalização dos resultados, o experimento randomizado assegura validade interna ao demonstrar que a polarização afetiva, ao reduzir o afeto dirigido ao *out-group*, intensifica a expressão e a força das atitudes individuais em política externa. Portanto, a escolha metodológica permite não apenas examinar associações empíricas amplas, mas também testar mecanismos causais sob condições controladas, elevando o nível de precisão e credibilidade científica do estudo.

Esta tese contesta a pouca importância atribuída à política externa no debate eleitoral, assim como traz mecanismos explicativos para entender como e porquê essa relação existe. Indo na contramão dos estudos de política externa, esta tese mostra a importância da opinião pública como um ator com posicionamentos, muitas vezes intensos, o que revela-se essencial para compreender as possíveis transformações na condução da política externa. Espera-se, portanto, que uma nova agenda de pesquisa se consolide na literatura, voltada a compreender o comportamento das massas diante da política internacional.

Os resultados também contribuem para os estudos sobre os efeitos da polarização afetiva nas atitudes e comportamentos políticos da opinião pública, ainda incipientes no Brasil. Enquanto a literatura concentra-se nos possíveis efeitos negativos do aumento da animosidade política para democracias, esta pesquisa sugere que a polarização também pode provocar efeitos desejáveis, ao fazer as pessoas se engajarem mais sobre política ao expressarem mais suas opiniões, mesmo em temas difíceis como a política externa. Ao mesmo tempo traz evidências de

que a polarização é capaz de afetar a atenção das pessoas quanto aos sinais das elites, reduzindo sua assertividade. Esses resultados mistos nos sugerem que é preciso investigar mais sobre os efeitos da polarização afetiva no Brasil.

Ainda, esta tese inova ao conseguir acessar em tempo integral as atitudes individuais durante o principal acontecimento para a política externa brasileira recente: a repercussão do Tarifaço de Donald Trump. Ao mesmo tempo que esse contexto trouxe desafios à pesquisa, como a alto interesse em política externa, declarado pelos participantes da pesquisa, que não é a regra, mas exceção dada à saliência do tema, também foi importante para o estudo ao se debruçar sobre fenômenos que estão acontecendo em tempo real, o que sinaliza uma preocupação da Ciência Política em compreender novos temas. O Tarifaço acabou fortalecendo o nosso argumento de que a política externa tem sido e será cada vez mais palco de disputas políticas, nas quais as elites irão se apoderar de determinadas pautas para sinalizar para o seu eleitorado as suas preferências. Exemplo disso é o aumento na aprovação presidencial de Lula em virtude da sua atuação nas negociações (G1, 2025a).

Esta tese está organizada em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. O segundo capítulo discute o consenso da literatura sobre as limitações das atitudes individuais em política externa e revisa estudos recentes que reinterpretam esse fenômeno à luz de modelos teóricos de formação de atitudes, com destaque para o papel da polarização. O terceiro capítulo explora o conceito de polarização afetiva, suas evidências empíricas, inclusive no contexto brasileiro, e apresenta o argumento central e as hipóteses da tese. O quarto capítulo detalha a estratégia empírica, incluindo dados e métodos utilizados. Por fim, os últimos capítulos apresentam a análise e discussão dos resultados.

2 POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DAS MASSAS

Neste capítulo apresentamos o fenômeno de interesse desta tese: as atitudes de política externa. O objetivo da pesquisa é analisar como a polarização de natureza afetiva afeta o processo de formação de atitudes de política externa. A polarização afetiva refere-se à hostilidade entre grupos políticos, marcada pela tendência dos indivíduos a nutrirem sentimentos cada vez mais positivos em relação ao próprio grupo (*in-group*) e mais negativos em relação ao grupo adversário (*out-group*). Sua natureza é afetiva, na medida em que a identificação com o grupo de pertencimento confere maior saliência à identidade política do indivíduo (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019). Com isso em mente, o capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira parte discutimos a literatura clássica que defende o suposto desinteresse da opinião pública sobre política internacional, tendo como grande marca o chamado “consenso Almond-Lippman”. Na segunda parte refletimos o renascimento dessa discussão ao longo do tempo mostrando o que mudou nessa relação entre massas e relações internacionais. Aqui será discutido as diferentes abordagens teóricas sobre a formação das atitudes de política externa e quais são suas principais características. Na terceira parte analisamos quais fatores podem explicar as atitudes de política externa a partir da literatura recente. Assim, acreditamos existir três condicionantes: a) fatores sociodemográficos; b) orientações psicológicas, e; c) fatores políticos. Finalmente, na última seção construímos o elo da nossa variável dependente com a nossa principal variável explicativa: polarização afetiva. Nessa seção fazemos um balanço da discussão proposta no capítulo e argumentamos como o fenômeno da polarização afetiva pode está associado com mudanças importantes sobre as atitudes políticas das massas.

2.1 O desinteresse do público em política externa: o consenso Almond-Lippman

A consolidação de democracias liberais em meados do século XX evidenciou o papel da opinião pública em legitimar ações de política externa dos Estados, alguns recém-saídos das grandes guerras mundiais. Em democracias representativas, a opinião pública age como um mecanismo de controle e influência que os indivíduos possuem sobre os governantes que precisam prestar contas sobre suas ações (Dahl, 1956). Surge a preocupação nos estudos em compreender como as massas se comportam diante das ações externas dos Estados e avaliar,

comparativamente, o interesse da opinião pública sobre a política externa em relação a política doméstica (Almond, 1950).

O trabalho clássico da Almond (1950) inaugura o debate sobre a relação entre opinião pública e política externa nos Estados Unidos. O autor conclui que a opinião pública é apática e pouco interessada em questões internacionais. Ao analisar dados de surveys aplicados entre 1935 e 1949 pela Gallup Poll, os resultados mostraram que as massas apenas se interessam sobre o temas quando ocorrem graves crises internacionais. Ainda assim, mesmo nesses cenários, a pauta internacional apenas terá importância dependendo de como esse problema afeta negativamente a vida dos indivíduos (Almond, 1950).

Isso acontece porque os indivíduos estão mais focados no seu bem-estar econômico privado. Além disso, não possuem conhecimento formal suficiente para compreender a complexidade que envolve a política externa. A limitação para compreensão das massas é ainda mais intensificada a partir da alta rotatividade das elites políticas no Executivo e no Legislativo do país, uma vez que isso gera uma constante mudança de ideias (e estratégias) para a política externa, principalmente porque muitos desses políticos não possuem nenhuma experiência internacional. Dessa forma, as massas não conseguem acompanhar com a estabilidade necessária quais são os rumos da política externa ao longo do tempo (Almond, 1950).

Almond (1950) inaugura um consenso que ficou conhecido na literatura como Almond-Lippman. Em linhas gerais, segundo Holsti (1992) que sintetiza a discussão, o consenso é baseado em três proposições sobre a opinião pública estadunidense e suas atitudes de política externa: 1) a opinião pública é volátil em questões de política externa e, portanto, não é adequado usar suas percepções como base para uma política externa eficiente; 2) falta a opinião pública coerência e estrutura para avaliar a política externa e; 3) de qualquer forma, a opinião pública produz pouco ou nenhum impacto na política externa (Almond, 1950; Lippmann, 1955; Holsti, 1992).

Por sua vez, Walter Lippmann (1955) apresenta reflexões filosóficas sobre porque a opinião pública não consegue contribuir dentro das democracias para a formulação de uma política externa eficiente. Na sua interpretação, a partir da análise histórica dos EUA ao longo do século XIX e começo do século XX, a opinião pública é muito lenta no processamento e interpretação da política externa, portanto, seria inviável esperar suas demandas para construir o comportamento nacional, principalmente no período entre guerras mundiais.

Lippmann (1955) concorda com Almond (1950) quanto à incapacidade da opinião pública para propor ou julgar uma estratégia de política externa com a rapidez e eficiência necessárias em um sistema internacional anárquico. Esse papel é atribuído exclusivamente às elites que, ao possuírem as ferramentas intelectuais necessárias, ao se comunicar com o público, devem simplificar a mensagem visando a menor capacidade cognitiva das massas, omitindo, se necessário, parte da verdade para a opinião pública com o objetivo de manipular seu comportamento. Elites políticas são os grupos que dentro da sociedade possuem acesso à informação e o poder de manipulá-las. Portanto, considera-se, políticos eleitos, acadêmicos, especialistas e membros da mídia como estes grupos privilegiados. Essa definição estabelecida por Zaller (1992) predomina na literatura.

No início da década de 1990, Ole Holsti (1992) publicou um artigo seminal sobre o debate acadêmico desde o consenso Almond-Lippmann e sugere novas agendas de pesquisa sobre opinião pública e política externa que ganham novos olhares após a Guerra do Vietnã. O fracasso dos Estados Unidos no conflito abriu margem para uma maior crítica à liberdade do Presidente na formulação da agenda de política externa, possibilitando um debate público sobre inserção internacional e estratégias políticas adequadas para servir ao interesse nacional (Holsti, 1992). O desenvolvimento de novas metodologias e do acúmulo dos resultados dos surveys nacionais, que continuaram a perguntar sobre política externa, levaram novos estudos a encontrar resultados diferentes daqueles apresentados por Almond (1950). Os estudos concluíam um aumento do interesse da opinião pública e uma estabilidade e racionalidade nas preferências das massas (Caspary, 1970; Mueller, 1970; Shapiro; Page, 1988). Dessa forma, mesmo que as massas sejam mal-informadas sobre política externa, suas atitudes são estruturadas de forma moderadamente coerente (Holsti, 1992).

Mais recentemente, os resultados encontrados por Berinsky (2009) desafiam a tese de que a opinião pública das massas sobre política externa é altamente volátil ou somente responsivas às mudanças sobre defesa e segurança nacional, como defendida pelo consenso Almond-Lippmann. Berinsky (2009) defende que a opinião pública estadunidense sobre guerras não é moldada primariamente por eventos no campo de batalha ou pelo conteúdo das políticas de governo, mas sim pela ação das elites políticas e pela estrutura de divisões partidárias e ideológicas. Assim, o autor argumenta que, em tempos de guerra, a opinião pública segue padrões previsíveis com base nas clivagens políticas domésticas, e não apenas em fatores externos ou militares. Em outras palavras, Berinsky (2009) critica a tese clássica de que as questões internas param “*at the*

water's edge” presente da literatura. O autor demonstra, a partir de dados de survey, que o apoio (ou oposição) a conflitos é fortemente influenciado por lideranças políticas e pelo consenso ou dissenso entre elites. Quando há um consenso bipartidário sobre uma guerra, a opinião pública tende a se alinhar ao governo. No entanto, quando há divisões entre elites políticas, o público se polariza de forma semelhante.

2.2 O que mudou? Atitudes das massas em política externa

O consenso Almond-Lippman gerou pessimismo em parte da literatura que descredita que o público é capaz de formar crenças coerentes em política externa (Rathbun *et al.*, 2016). Para Rathbun *et al.* (2016) isso acontece porque faltava conectar as relações internacionais com ideologia política. Entretanto, novos estudos têm identificado que as atitudes dos indivíduos em política externa são estruturadas (como por exemplo, Prather (2024) e De Almeida, Fernandes e Guimarães (2021)), e que esta estrutura é fundamentada à base de valores que agem como uma espécie de argamassa. Atualmente esse pessimismo é expresso em "*elite-cue theories*" que focam no comportamento das elites. Para esses estudos, as elites partidárias, ou até mesmo instituições externas, como as Nações Unidas, enviam sinais para as massas que recebem a informação ou o atalho cognitivo necessário para formular suas opiniões sobre política externa (Rathbun *et al.*, 2016). Essa linha de estudos é chamada de modelos "*top-down*" (Kertzer, 2023) e baseia-se em diversos elementos psicológicos, como o partidarismo como identidade social.

Na contramão desse argumento estão os modelos "*bottom-up*" que explicam as atitudes estruturadas de política externa a partir do papel da ideologia, dos valores, dos estereótipos na forma como as pessoas pensam. Os cidadãos não são apenas consumidores passivos de informações políticas, mas possuem valores estruturados e são influenciados por seu ambiente social e orientações políticas pré-existentes. Assim, a opinião pública das massas não é apenas um reflexo do discurso das elites partidárias, mas também do contexto social e das convicções individuais dos cidadãos (Kertzer, 2023).

Alguns estudos combinam as duas abordagens e sugerem o nível intermediário (*meso-level*) (Kertzer; Zeitzoff, 2017). A ideia é que as massas possuem predisposições individuais e também recebem influências significativas de seus grupos sociais, o que leva a um processo mais descentralizado de formação de opinião. Kertzer e Zeitzoff (2017) realizam cinco experimentos que mostram como as interações sociais são tão importantes como a influência das elites na formação das preferências em política externa.

A influência crescente da psicologia política favoreceu uma mudança na literatura de opinião pública e política externa. Duas principais dimensões explicam a virada dos estudos sobre o tema. A primeira delas foi o protagonismo das massas nas explicações das teorias de Relações Internacionais, fossem em questões de conflito ou cooperação, cada vez mais tornou-se importante compreender o nível micro, individual, como o público julga política externa. Apesar de muitas teorias já considerarem esse nível de análise, falhavam em não articular as hipóteses ou mesmo testá-las empiricamente (Kertzer; Powers; Rathbun *et al.*, 2014). A segunda mudança foi metodológica. O desenvolvimento de surveys menos custosos, a disponibilidade de amplas bases de dados, como Gallup ou Pew Research Center, a possibilidade de realizar experimentos e promover explicações causais possibilitaram testes empíricos em amostras mais amplas (Kertzer, 2023). A seguir, reunimos diversas evidências a partir de estudos observacionais e experimentais sobre as atitudes das massas em política externa.

2.2.1 Definição e mensuração das atitudes de política externa

De acordo com Zaller (1992), os indivíduos formam suas opiniões a partir das informações políticas disponíveis no ambiente. Normalmente, essas informações procedem dos sinais emitidos pelas elites políticas. Ao receber essas informações, os indivíduos as aceitam ou as rejeitam a depender das suas predisposições políticas, como ideologia, valores ou partidarismo. Contudo, nem todos os indivíduos estão igualmente expostos ou atentos à informação política e isso afeta como recebem esses sinais. Quanto maior o nível de conhecimento político, maior a probabilidade das pessoas rejeitarem as informações das elites que contrariam suas predisposições. Portanto, a combinação entre predisposição e exposição à informação determina como os indivíduos expressam suas opiniões no momento em que são questionados (Zaller, 1992).

Nesta tese consideramos atitudes de política externa as preferências dos indivíduos em políticas específicas, seguindo estudos como Sambanis, Tsakonas e Lee (2023), Onderco, Etienne e Smetana (2022) e Clements e Thomson (2022). Para testar nosso argumento de que as atitudes estão mais definidas e mais fortes, iremos operacionalizar o conceito teórico em duas variáveis dependentes: *posicionamento em política externa* e *força do posicionamento em política externa*. A primeira variável dependente mede se as pessoas estão se expressando mais sobre política externa—ou seja, se estão oferecendo mais respostas válidas a perguntas sobre o tema, ao invés de dizerem que "não sabem" ou "não querem opinar" (atitudes previstas pelo consenso Almond-Lippman). Esse tipo de resposta pode ser entendido como uma medida

de engajamento individual com o tema da política externa. A segunda variável dependente utilizada se refere à força do posicionamento sobre política externa, mensurada através da escolha de opções como “concordo muito” ou “discordo muito” em perguntas de survey que se referem ao tema. Juntas, essas duas medidas capturam se as pessoas se engajam em temas de política externa, mas também se possuem posições mais contundentes ou ambíguas sobre eles. No capítulo 4 explicaremos com mais detalhes a operacionalização das variáveis. Antes de avançarmos para a próxima seção, discutimos a importância dessa medida para a mensuração das variáveis dependentes.

Perguntas sobre política externa costumam exigir maior esforço cognitivo das pessoas para formular uma opinião informada (Althaus, 2003). Devido à falta de saliência dos temas internacionais no cotidiano dos indivíduos, sua exposição a esse tipo de informação (Zaller, 1992) é limitada, o que leva os participantes a frequentemente recorrerem a "não respostas" (Althaus, 2003). Evidências confirmam que pessoas menos informadas e com menor interesse político preferem responder “não sei” a arriscar uma resposta incorreta, principalmente quando se trata de perguntas que exigem conhecimento factual (Althaus, 2003; McClurg, 2006). Portanto, esse tipo de resposta pode indicar realmente a falta de conhecimento ou opinião sobre algo (Young, 2012; Althaus, 2003), existindo associação entre nível de informação e escolha por não resposta. Então, as respostas "não sei" ou "não respondeu" são atitudes válidas e podem ser analisadas como uma categoria à parte (Young, 2012). Sendo assim, é possível inferir que os indivíduos que adotam esse tipo de comportamento tendem a não possuir atitudes definidas ou a evitar se posicionar sobre política externa. Se tal premissa for válida, uma redução na frequência dessas respostas ao longo do tempo pode indicar um aumento do interesse ou posicionamento no tema. É precisamente essa hipótese que esta tese se propõe a testar. A seguir, veremos como os estudos avançaram ao identificar atitudes mais definidas de política externa.

2.2.2 Evidências empíricas sobre atitudes de política externa

Recentemente, os estudos sobre opinião pública e política externa têm procurado identificar o que as massas pensam sobre diversos assuntos quanto às relações exteriores dos países. Os temas são variados e desde questões políticas, como a promoção de democracia (Escribà-Folch; Muradova; Rodon, 2021), o exercício de liderança regional do país (Guimarães; Fernandes; Maldonado, 2020), ou até mesmo o voto dos eleitores (Clary; Siddiqui, 2021); questões de segurança, como políticas de fronteira (Gravelle, 2018), intervenção militar (Busby *et al.*, 2020)

e uso/posse de armas nucleares (Onderco; Etienne; Smetana, 2022; Clements; Thomson, 2022) e; questões econômicas, como apoio ao comércio internacional (Vasilopoulou; Talving; Keith, 2024; Fossati, 2021), ajuda externa (Constantelos; Diven; Kilburn, 2023), gastos em política externa (Prather, 2024) e globalização (Honeker, 2024).

Embora a maior parte das evidências encontradas sejam de estudos realizados nos Estados Unidos e Europa, a literatura tem avançado ao analisar casos também do Sul Global, como estudos sobre China (Fung; Yan; Akin, 2018; Myrick, 2024), Rússia (Sambanis; Tsakonas; Lee, 2023), Bielorrússia (Onuch; Sasse, 2022; O'Loughlin; Toal, 2022), Indonésia (Fossati, 2021), Venezuela (Sejersen, 2021), Paquistão (Clary; Siddiqui, 2021), Índia (Plagemann; Destradi, 2019), Irã (RezaeeDaryakenari; Ghafouri; Kasap, 2025) e, finalmente, Brasil (Guimarães; Fernandes; Maldonado, 2020). Ao investigar uma maior diversidade de realidades é possível uma compreensão mais generalizada sobre a formação de opiniões das massas em política externa. A partir desses estudos, identificamos três pontos importantes que atualizam o debate.

Primeiro, é possível afirmar que as pessoas possuem preferências definidas de política externa. Os indivíduos defendem posturas mais assertivas dos países nas respectivas relações bilaterais (Myrick; Wang, 2024), para isto, estão dispostos a apoiar o uso da força, caso necessário, para que o país tenha seus interesses atendidos (Schwartz; Tierney, 2024). Ações punitivas (como ações militares e sanções) são percebidas pelos cidadãos como mais apropriadas para serem utilizadas em países pouco ou não-democráticos, como regimes personalistas e com ausência de eleições (Escribà-Folch; Muradova; Rodon, 2021). E preferem também que seu país priorize acordos comerciais com países desenvolvidos (Vasilopoulou; Talving; Keith, 2024), lidere cenários apenas de integração econômica, e não do tipo político ou militar (Guimarães; Fernandes; Maldonado, 2020). Dessa forma, vemos que a população tem uma visão definida sobre qual seria a melhor estratégia de política externa para seu país.

Segundo, as atitudes das massas também são complexas. Ao contrário das expectativas da literatura, as pessoas não são apenas receptoras passivas dos sinais das elites que subestimam as preferências do público (Gift; Monten, 2021). Elites e massas divergem quanto às preferências de política externa (Myrick, 2021; Gift; Monten, 2021; Busby *et al.*, 2020). Exemplo disso é a ação de recorrer a aprovação da ONU para a realização de intervenções militares de um Estado. Assim, essa aprovação é mais importante para as elites do que para as massas, que defendem uma intervenção direta, mesmo contrariando princípios do direito internacional (Busby *et al.*, 2020). Isso acontece em virtude da queda de credibilidade das elites. As pessoas validam

mais as opiniões de co-partidários do que as não-partidários, assim como preferem especialistas não-filiados a partido (Lupton; Webb, 2022).

A adaptação da sociedade internacional a novos desafios ao longo do tempo reflete-se também na modificação das preferências coletivas. Desde os ataques às torres gêmeas em 2001, o combate ao terrorismo passou a ser considerado não apenas a prioridade da política externa nas principais democracias ocidentais, como também despertou na opinião pública um sentimento de insegurança e a atenção às medidas que os governos estariam adotando para protegê-los de possíveis ataques futuros. Mas, as transformações recentes na tecnologia e o acesso disseminado do uso de informações pessoais que acompanham esse processo também provoca mudanças nas percepções dos indivíduos, levando-os a considerar também terrorismo ataques que disseminam dados sensíveis, em uma medida ainda maior do que ataques com explosivos físicos, contrariando as expectativas (Shandler; Kostyuk; Oppenheimer, 2023).

A postura inesperada das massas também pode ser ilustrada através da relativização da proteção dos direitos humanos. Embora em contextos de proteção dos direitos civis, os indivíduos sejam mais favoráveis a adoção de estratégias não militares, se o grupo que precisa de proteção tem alguma relação com grupos extremistas (como vítimas/apoiadores), as pessoas tendem a diminuir seu apoio para ajuda humanitária e para a aceitação de refugiados (Hatz; Hultman, 2024). Exemplo semelhante é quanto ao uso de tortura para suspeitos de terrorismo. Zugravu, Medeiros e Nai (2023), por exemplo, encontra que as pessoas que mais apoiam a prática são aquelas mais apegadas à identidade nacional. Assim, vemos que, de um lado, mesmo que as pessoas não sejam favoráveis, necessariamente, à guerra (Musgrave; Ward, 2023), as evidências apontam para um apoio da opinião pública sobre o uso de medidas coercitivas (ações militares e sanções) por parte do Estado, principalmente em contextos não-democráticos (Escribà-Folch; Muradova; Rodon, 2021), o que demonstra a complexidade na compreensão das atitudes de política externa.

Finalmente, é importante destacar que os estudos apontam, em alguma medida, para o interesse do eleitor em política externa, e até mesmo na política internacional, de maneira mais ampla, seja ao fazer o público se posicionar, seja através do voto. As pessoas estão atentas às relações internacionais. Os ataques promovidos contra o Capitólio dos Estados Unidos em 2021 mostraram ao mundo consequências importantes que o partidário extremo pode provocar em democracias consolidadas, pondo em questão a capacidade do país em ser uma liderança mundial. Esse evento gerou, por exemplo, um efeito de hostilidade e aumento das críticas aos

EUA por indivíduos de países rivais, embora esse efeito não se mantenha ao longo do tempo (Myrick; Wang, 2024). Outro exemplo de avaliação sobre o acontece no plano internacional, são as preferências dos indivíduos nos EUA ao avaliar o conflito Israel-Palestina após os ataques terroristas em 2023. Aqueles que simpatizam com Israel reforçam a condição de vítima deste último após ataques e a aliança histórica com os EUA, enquanto simpatizantes da Palestina enfatizam o direito à autodeterminação e a resistência contra um adversário militarmente mais poderoso (Inouye; Horiuchi; Corstange, 2024).

Evidentemente, o que acontece na política externa do país também provoca reações nas pessoas. Tomemos como exemplo os estudos que mostram como as ações negativas (como embargos econômicos ou sanções políticas e econômicas) de um país são recebidas pela opinião pública no outro país. As sanções consistem em um mecanismo dos Estados para coagir outro Estado a adotar medidas de seu interesse. Um exemplo disso foram as sanções bancárias e financeiras ameaçadas pelo presidente Trump contra a Colômbia no início de 2025, proibindo viagens e revogação de vistos de funcionários do governo (BBC Brasil, 2025). Embora a medida não tenha sido executada, ela surtiu efeito ao fazer com que o governo colombiano cedesse às pressões, formalizando um acordo com os EUA a respeito da deportação de imigrantes ilegais (CNN Brasil, 2025).

O impacto que as sanções têm na percepção da opinião pública depende da forma em como estas são enquadradas. Quando não são direcionadas diretamente a um Estado, mas sim contra membros de um regime internacional, as pessoas tendem a apoiar mais esse tipo de medida. Esse apoio também está relacionando ao seu conteúdo, sanções que buscam punir alguma violação de direitos humanos fundamentais também são mais aceitas pela população (Sejersen, 2021). O mesmo não ocorre quando se trata de sanções econômicas e direcionadas a um país de regime autoritário como o Irã. RezaeeDaryakenari, Ghafouri e Kasap (2025) encontra que as sanções econômicas provocam apoio ao regime islâmico, ao contrário do que se esperava. Os autores esperavam que as sanções seriam recebidas com apoio da população a fim de favorecer a derrubada do regime. Mas, o que acontece é que as elites, incluindo grupos de oposição, se juntam para apoiar o governo diante da ameaça externa (RezaeeDaryakenari; Ghafouri; Kasap, 2025). Assim, os estudos sugerem que a política externa também é de interesse dos indivíduos, principalmente em se tratando de medidas que possam afetar diretamente suas vidas, como é o caso das sanções econômicas.

Outra forma do público reagir às decisões de política externa do governo é através do voto. Em cenários de concordância entre as massas e as elites, a expectativa é de que a política externa não terá nenhum impacto no voto dos eleitores. Contudo, o que acontece quando as massas não concordam com determinada política externa? Será que de fato as pessoas punem eleitoralmente as elites que têm uma agenda de política externa diferente das preferências do público? Clary e Siddiqui (2021) acreditam que sim, mas de forma moderada. Ao comparar participantes no Paquistão que foram expostos a um candidato hipotético que defendia uma política externa de aproximação com a Índia (tradicionalmente um país rival), os autores concluíram que os eleitores preferem líderes que priorizam políticas de segurança e relações com países muçulmanos, ou seja, discordando sobre uma mudança de política externa (Clary; Siddiqui, 2021). Com tudo exposto, percebemos que as massas têm manifestado interesse sobre o que acontece nas relações internacionais, apresentando atitudes de política externa mais definidas e mais complexas do que se esperava, o que nos mostra uma maior necessidade para aprofundamento dos estudos.

2.3 O que explica as atitudes de política externa?

Existe uma busca na literatura em compreender como o público forma suas opiniões em política externa. Observa-se então três fatores principais que influenciam em maior ou menor medida os indivíduos: 1) orientações psicológicas, como valores morais (Kertzer; Powers; Rathbun *et al.*, 2014) e nativismo (Powers; Reifler; Scotto, 2021); 2) fatores sociodemográficos, como gênero (Hansen; Clemens; Dolan, 2022; Clements; Thomson, 2022; Gravelle, 2018), educação (Clary; Siddiqui, 2021; Gravelle, 2018) e idade (Clary; Siddiqui, 2021; Gravelle, 2018) e; 3) fatores políticos, como ideologia (Lee, 2024; Onderco; Etienne; Smetana, 2022; Clements; Thomson, 2022; Gravelle, 2018) e partidarismo (Vasilopoulou; Talving; Keith, 2024; Maxey, 2024; Casler; Groves, 2023; Sejersen, 2021; Gravelle, 2018). A seguir, reunimos as evidências sobre cada fator.

As atitudes de política externa são influenciadas por ‘orientações’ mais gerais que localizam as preferências dos indivíduos em um espectro que varia entre o isolacionismo, - que corresponde ao afastamento do país de arranjos multilaterais - e o internacionalismo, que consiste na aproximação dos atores através da cooperação (Prather, 2024). Orientações isolacionistas são baseadas em valores conservadores e de baixa benevolência (Rathbun *et al.*, 2016) e levam os indivíduos a desaprovarem mais a participação do país na resolução de questões globais, seja através do conflito ou da cooperação (Kertzer, 2017). Orientações internacionalistas são pre-

dominantes em indivíduos que se preocupam mais com os seres humanos e, portanto, possuem valores mais universalistas. Essas pessoas tendem a ser mais favoráveis à busca pela solução conjunta dos problemas mundiais. Prather (2024) acredita que a orientação de política externa dos indivíduos, juntamente com a ideologia, interagem para moldar suas atitudes políticas.

Estudos observacionais e experimentais apontam para a relação entre fatores socio-demográficos e orientações de política externa. Homens, por exemplo, são mais adeptos a orientações militaristas e belicistas (chamadas de postura intervencionista e *hawkish*), ao contrário de posturas mais pacifistas (também conhecidas como posturas *dovish*) (Hansen; Clemens; Dolan, 2022; Clements; Thomson, 2022; Gravelle, 2018). Pessoas mais velhas e sem ensino superior também possuem essas orientações (Gravelle, 2018), enquanto os jovens e mais educados possuem preferências mais pacifistas (Clary; Siddiqui, 2021).

A identidade nacional dos indivíduos também pode influenciar nessas atitudes (Fossati, 2021; Fung; Yan; Akin, 2018; Powers; Reifler; Scotto, 2021; Zugravu; Medeiros; Nai, 2023), principalmente em questões econômicas. Assim, quanto maior o nacionalismo, maior é a preferência por acordos comerciais bilaterais, ao invés de arranjos multilaterais (Vasilopoulou; Talving; Keith, 2024); menos favoráveis os indivíduos são quanto ao comércio internacional e ao investimento estrangeiro (Fossati, 2021) e menor é o efeito da informação sobre benefícios do livre comércio nas atitudes sobre o tema (Powers; Reifler; Scotto, 2021).

Fatores políticos como ideologia e partidarismo estão fortemente relacionados às atitudes de política externa, como preferências de parcerias (Vasilopoulou; Talving; Keith, 2024), apoio à cooperação internacional (Casler; Groves, 2023), apoio a sanções internacionais (Sejersen, 2021) e políticas de restrição de fronteiras (Gravelle, 2018). Eleitores expressam apoio a medidas mais ou menos restritivas em como seu país deve conduzir suas ações. Dessa forma, os estudos apontam para uma polarização nessas atitudes, à medida em que estas divergem fortemente entre os grupos políticos (Casler; Groves, 2023).

Em geral, indivíduos de direita expressam mais apoio a acordos bilaterais com países anglo-saxões, ao distanciamento de blocos regionais (Clements; Thomson, 2022), ao uso de armas nucleares (Onderco; Etienne; Smetana, 2022) e a superioridade militar para manutenção do poder do Estado (Clements; Thomson, 2022), comparados a indivíduos mais à esquerda. Outra diferença importante é o apoio a intervenções militares. Enquanto democratas e liberais se opõem cada vez mais à medidas mais duras (Gravelle, 2018; Lee, 2015), republicanos tendem a aumentar seu apoio (Maxey, 2024).

Essas diferenças entre os grupos políticos se mantêm ao longo do tempo, não alterando nem mesmo em períodos eleitorais (Maxey, 2024). Esse protagonismo do partidarismo pode ter consequências para a atuação dos presidentes ao decidir as estratégias de política externa (Lee, 2024), assim como dificulta também a cooperação internacional (Casler; Groves, 2023). Isso porque, quanto mais forte a identificação partidária, maior o apoio a participação do país em tratados internacionais (Casler; Groves, 2023). Assim, vemos a importância que o partidarismo e a ideologia possuem em explicar as preferências das massas em política externa. Mais ainda, a força da identidade partidária parece ser capaz de cristalizar posições ou provocar mudanças de atitudes. Assim, nesta seção reunimos diversos estudos que compartilham a preocupação em apresentar as atitudes de política externa a partir das massas. A partir deles, percebemos algumas tendências que serão discutidas a seguir.

2.4 Atitudes de política externa e polarização

O consenso Almond-Lippmann partia da ideia de que a relação do público com a política externa de um país era marcada pelo desinteresse dos indivíduos, pela volatilidade das suas preferências, pela sua incapacidade cognitiva de compreensão e de influenciar a tomada de decisão em política externa (Almond, 1950; Lippmann, 1955). Se de início essas premissas dominaram a literatura, nos últimos anos vemos os estudos avançando na compreensão não apenas do que o público pensa, mas como forma suas preferências. Dessa forma, pesquisas recentes sobre as atitudes das massas, contrariando as expectativas do consenso, demonstraram que os indivíduos possuem cada vez mais preferências definidas sobre a política externa, tais como quais relações bilaterais o governo deve priorizar (Vasilopoulou; Talving; Keith, 2024; O'Loughlin; Toal, 2022) ou que tipo de integração regional o país deve liderar (Guimarães; Fernandes; Maldonado, 2020). Além disso, vimos que a complexidade dos temas internacionais não afeta o nível de interesse das pessoas que, em alguma medida, se interessam pela política externa do seu país, sendo esta capaz de influenciar seu voto (Clary; Siddiqui, 2021) e/ou fazer os indivíduos se posicionarem mais diante de um evento internacional (Inouye; Horiuchi; Corstange, 2024).

A literatura parte de três abordagens para responder como os indivíduos formam suas preferências e atitudes: 1) *top-down*; 2) *bottom-up* e; 3) *meso-level*. Enquanto a abordagem *bottom-up* atribui importância aos fatores individuais políticos ou psicológicos para a formação das atitudes, a abordagem *meso-level*, proposta por Kertzer e Zeitzoff (2017), explica a formação

das atitudes políticas a partir da interação de grupos sociais que se influenciam no processo. Todavia, nesta tese, partimos da ideia de que o início desse processo ocorre a partir do momento em que as elites passam a incorporar a política externa no debate público, e ao se polarizarem, enviam sinais opostos para eleitores que, a depender das suas elites partidárias de preferência, foram suas opiniões a partir desses posicionamentos.

As teorias *top-down* atribuem às elites políticas o mecanismo explicativo de influência sobre o que as massas pensam sobre política externa. São as elites, por exemplo, que definem o chamado "interesse nacional" e o traduzem para as massas. Assim, a premissa central dessa abordagem é que o público é, em grande parte, pouco informado sobre política externa e, portanto, forma suas opiniões e atitudes sobre esse tipo de política a partir das recomendações (*cues*) das elites partidárias (Kertzer, 2023). A explicação *top-down* é considerada particularmente relevante para a política externa porque muitos eventos internacionais são interpretados como distantes do dia a dia dos cidadãos comuns. Por exemplo, questões econômicas atreladas a política externa, como o comércio internacional, são tipicamente entendidas pela literatura como "*hard issues*", cujas nuances teóricas são complexas para muitos cidadãos (Kertzer, 2023). Contudo, isso não significa necessariamente em apatia dos indivíduos.

Da mesma forma, temas relacionados à segurança internacional que frequentemente envolvem eventos em outras partes do mundo, dos quais os cidadãos podem não ter conhecimento direto ou experiência pessoal também são classificados como "*hard issues*". Assim, segundo a abordagem *top-down*, na política externa, considerada especialmente complexa em relação a política local, os indivíduos irão formar suas preferências e atitudes ao captar os sinais que suas elites políticas partidárias preferidas têm a enviar sobre aquele determinado tema ou questão (Kertzer, 2023). Historicamente, nos Estados Unidos, se os líderes Democratas e Republicanos estiverem unidos em questões de política externa, como ocorreu durante o consenso da Guerra Fria em torno do protagonismo estadunidense na construção do sistema internacional pós-II Guerra Mundial, essa união das elites será espelhada nas massas. O contrário também será verdade, quando as elites partidárias nacionais estiverem divididas em um tema, como foi durante a Guerra do Iraque (2003-2011), essas divisões também são refletidas na opinião pública, gerando polarização das preferências e atitudes (Kertzer, 2023).

O Modelo RAS de Zaller (1992) é um dos principais mecanismos explicativos das teorias *top-down*. Neste, as preferências e as atitudes políticas dos indivíduos são formadas a partir de três fatores-chave: 1) o tipo de estrutura informacional que os indivíduos estão expostos; 2)

se os indivíduos resistem ou aceitam as informações que recebem; 3) quais informações vem mais facilmente à mente dos indivíduos ao manifestar suas preferências. Em temas de política externa as massas estariam expostas a uma estrutura informacional diversificada de fontes, principalmente com a popularização das redes sociais, plataformas onde diferentes grupos sociais manifestam suas opiniões e preferências sobre a política externa.

Entretanto, como grande parte dos temas de política externa são "*hard issues*", portanto, os indivíduos estariam mais dependentes das suas identidades sociais, resistindo às informações dos novos atores políticos e preferindo captar os sinais das elites partidárias tracionais. Logo, o partidarismo se apresenta como uma identidade social-chave dentro do processo de formação das preferências em política externa. Essa característica conecta as teorias *top-down* com uma literatura mais ampla sobre a psicologia e relações entre grupos sociais. Tais abordagens priorizam o ambiente informacional em que os cidadãos estão inseridos em detrimento das propriedades cognitivas dos próprios cidadãos. justificando a importância das elites políticas partidárias como intérpretes da política internacional para as massas.

Outra vantagem explicativa das teorias *top-down* é sua capacidade de explicar mudanças longitudinais na opinião pública ao longo do tempo (Kertzer, 2023). Por exemplo, como a reversão na atitude partidária americana em relação à Rússia entre 2015-2017, ou a mudança dos Republicanos em relação à imigração e ao protecionismo com a entrada de Donald Trump na Presidência. Essa característica é fundamental para esta tese, pois possuímos a preocupação de testar se a polarização afetiva deixa as atitudes de política externa menos ambíguas e mais intensas ao longo do tempo.

Parte dos estudos que se dedicam a analisar a relação entre polarização e política externa buscam testar a hipótese de que, em cenários de ameaça externa, as massas tendem a convergir em direção de uma política externa única, na qual é necessária união das elites partidárias nacionais. A literatura chama esse efeito de "*rally around the flag*". Essa linha de investigação foca em como elementos externos afetam a política doméstica. Kaiser e Seier (2025), por exemplo, expõem os participantes de um experimento a informações sobre a invasão da Ucrânia, e observaram uma redução (mesmo que modesta) da polarização afetiva entre apoiadores dos partidos Democrata e Republicano. Já Schwartz e Tierney (2024) identificam que, isoladamente, as ameaças externas

não estimulam a unidade doméstica, mas sob certas circunstâncias¹ é possível que ameaças externas reduzam a polarização doméstica (Schwartz; Tierney, 2024).

Pesquisas como as de Kaiser e Seier (2025) e Schwartz e Tierney (2024) tratam as atitudes de política externa como variável explicativa e a polarização afetiva como variável resposta. Logo, partem das abordagens tradicionais das teorias de Relações Internacionais que hierarquizam o sistema internacional e, portanto, suas ameaças externas, acima dos fatores domésticos no processo de tomada de decisão (elites) (Waltz, 2010; Rose, 1998). Em outras palavras, o que acontece no cenário externo influencia na polarização interna de um país, no caso, nas atitudes das massas. Contudo, os fatores domésticos consistem em elementos-chave na formulação da política externa de um Estado, conforme sugerido pelos modelos de Análise de Política Externa (Rosenau, 1967). Nesse sentido, quando se trata das massas, a interação entre grupos impacta em como os indivíduos formam suas preferências sobre a política externa (Kertzer; Zeitzoff, 2017). Nesta tese entendemos, portanto, que a polarização afetiva no plano doméstico pode ter efeitos nessas atitudes dos indivíduos sobre política externa a partir dos sinais das elites partidárias, principalmente porque a política externa é composta por *hard issues*.

Evidências recentes identificaram impactos da polarização na política externa. De acordo com esses estudos, um país onde a polarização é marcante, ou seja, onde as elites ou as massas divergem fortemente, pode ter suas parcerias internacionais afetadas. À medida em que a falta de unidade interna dificulta a aprovação de tratados internacionais no Congresso (Schwartz; Tierney, 2024), questiona o nível de comprometimento do país com seu papel de liderança global (Myrick; Wang, 2024), é possível que isso afete a disposição dos países em formar novos acordos (Myrick; Wang, 2024) ou a enxergarem uma oportunidade na instabilidade implícita da polarização (Schwartz; Tierney, 2024) e incentivar políticas mais agressivas, que podem ir desde da crítica à militarização (Myrick; Wang, 2024). Domesticamente, a polarização pode influenciar nas campanhas eleitorais de modo que os candidatos busquem mobilizar mais sua própria base eleitoral, ao invés de buscar apoio de moderados e independentes de outro partido (Panagopoulos, 2016; Maxey, 2024). Para Maxey (2024) os valores observados na polarização doméstica também são os mesmos que dividem o público em questões de política externa.

Em resumo, vemos nos estudos uma preocupação em compreender como a polarização observada atualmente poderia afetar as atitudes de política externa (Maxey, 2024). Assim, o

¹ São as condições: 1) quando a ameaça é apresentada de maneira concreta, emocionalmente envolvente e fácil de visualizar ; 2) quando é apresentado um consenso político entre os líderes de ambos os partidos sobre a gravidade da ameaça (Schwartz; Tierney, 2024).

objetivo desta tese é entender como as atitudes de política externa são formadas a partir das massas. A ideia é testar se a polarização afetiva impacta nas atitudes de política externa. Com isso em mente, nossa variável dependente (VD) são as atitudes de política externa e nossa variável independente (VI) é a polarização afetiva. Neste capítulo discutimos o conceito teórico de atitudes políticas, suas principais características, fatores explicativos e como a polarização surge como fenômeno associado a formação das atitudes de política externa. No capítulo 3, a seguir, realizaremos as mesmas explicações para a polarização afetiva.

3 POLARIZAÇÃO AFETIVA: TEORIA E O CASO BRASIL

Neste capítulo discutimos quais são os efeitos da polarização afetiva para as atitudes das massas em temas de política externa, tendo como base o caso brasileiro. A ideia é tentar entender a partir da literatura internacional e nacional como a polarização afetiva gera diferentes efeitos dentro das massas. Por exemplo, um efeito positivo seria o aumento do interesse das pessoas em temas normalmente distantes do seu dia a dia. Ao mesmo tempo, é possível supor efeitos negativos, por exemplo, a divisão afetiva pode gear conflitos em áreas tradicionalmente consensuais da política externa brasileira, como a defesa dos direitos humanos, onde antes havia maior união das elites e massas.

O capítulo está estruturado em quatro seções. Na primeira, discutimos o conceito de polarização afetiva, seu surgimento como alternativa às noções de polarização partidária e ideológica, e os principais debates sobre seus efeitos nas atitudes políticas, diante da ausência de consenso na literatura. A segunda seção aborda como a polarização afetiva tem sido estudada no Brasil. Mostramos que a polarização é um tema central na Ciência Política nacional e que parte significativa dos trabalhos já a trata sob a perspectiva afetiva, o que torna essencial apresentar esses resultados para fundamentar nossa análise.

Por outro lado, na terceira seção é discutida a relação pouco explorada pela literatura: os efeitos da polarização afetiva nas atitudes de política externa das massas. Esta está subdividida em três partes: a) como as elites brasileiras politizaram a política externa desde redemocratização; b) como esse processo foi intensificado a partir das eleições de 2018, quando os sinais das elites ficaram claros e opostos em vários temas de política externa e; c) quais são as evidências presentes na literatura sobre como os brasileiros cada vez mais se expressam suas opiniões (e preferências) em temas de política externa. Finalmente, a partir dessa reflexão teórica, na quarta seção, propomos os argumentos explicativos e as hipóteses que norteiam essa tese.

3.1 Conceito, tipos de polarização e consequências

Em geral, a polarização pode ser definida como a divisão da sociedade em dois polos que se distanciam cada vez mais, divergindo em opiniões, sentimentos, comportamentos e interesses dos indivíduos pertencentes a esses grupos (Lee, 2015). O fenômeno da polarização costuma ser discutido como um estado ou uma tendência, ou seja, como algo que oscila ao longo do

tempo (Lelkes, 2016). Por ser um conceito multifacetado, pode ser compreendida a partir de dimensões distintas (Lelkes, 2016).

A primeira delas é a consistência ideológica. Isso significa que a polarização pode ser observada ao identificar se as atitudes políticas do indivíduo em determinadas questões são coerentes e alinhadas com uma orientação ideológica específica. A segunda dimensão é chamada de divergência ideológica, que se refere a um afastamento entre as preferências ideológicas dos grupos políticos — isto é, quando os indivíduos se concentram nos extremos do espectro ideológico (ex: muitos se tornam extremamente liberais ou extremamente conservadores), aumentando a distância média entre os grupos. Sua mensuração envolve testes de coeficientes de bimodalidade - que indicam se a distribuição das respostas é unimodal (centrada) ou bimodal (polarizada) e; coeficientes de sobreposição, que medem o quanto as distribuições ideológicas dos grupos se sobrepõem (Lelkes, 2016).

Uma outra forma de observar a polarização é através da própria percepção do público sobre ela. Fatores subjetivos como a influência da mídia e estereótipos partidários podem levar a percepções exageradas de que existe uma polarização ideológica maior da que a realmente existente. Essa é uma dimensão importante pois pode se refletir no maior engajamento político e animosidade entre os grupos (Lelkes, 2016).

Embora Lelkes (2016) proponha uma tipologia plural, na qual existe uma complementariedade entre essas dimensões para entender o fenômeno da polarização, a dimensão afetiva é aquela mais empiricamente consolidada e que pode ter implicações políticas e sociais mais graves, como o apoio a democracias. É a polarização afetiva que atinge mais amplamente diversos grupos, para além de partidários ou aqueles mais engajados, justamente por considerar fatores interpessoais e emocionais.

Por muito tempo, a polarização política foi entendida como sendo do tipo ideológica, ou seja, os indivíduos se polarizam politicamente à medida que se distanciam quanto a suas posições políticas sobre determinados assuntos. No entanto, a literatura passou a identificar que os indivíduos estavam mais polarizados não apenas em razão de se diferenciarem ideologicamente, mas afetivamente (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019). A polarização afetiva consiste na animosidade entre grupos políticos, nos quais os indivíduos tendem a gostar cada vez mais do grupo ao qual pertencem (*in-group*) e a desgostar mais do grupo oposto (*out-group*). Essa diferença possui um caráter afetivo, pois existe uma identificação de pertencimento ao grupo que torna aquela identidade política saliente para o indivíduo (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019).

O aumento da polarização afetiva das massas está associado com o aumento da polarização no Congresso (Banda; Cluverius, 2018). Existem evidências de que as elites são mais polarizadas do que as massas, principalmente afetivamente (Enders, 2021). Especialmente entre partidários, à medida em que as elites políticas se polarizam, os indivíduos avaliam mais negativamente os partidos políticos e enxergam mais negativamente indivíduos do *out-group* (Banda; Cluverius, 2018). Os estudos concordam, portanto, que o comportamento da elite está impulsionando a polarização. Assim, as mensagens enviadas pelas elites enfatizam o conflito partidário e reforçam a polarização das massas (Tucker, 2018).

Mas a polarização não afeta igualmente a população. São mais polarizados aqueles indivíduos com maior interesse em política, partidários (Banda; Cluverius, 2018) e os mais engajados politicamente (Lelkes, 2016). Eles apresentam maior consistência ideológica ao longo dos anos, através do maior alinhamento entre suas identidades partidárias e seu posicionamento em questões específicas (Lelkes, 2016). Sua aversão pelo grupo adversário explica o aumento do engajamento político desses indivíduos, como através da ação do voto. Em outras palavras, à medida que polarização afetiva aumenta, aumenta também uma participação mais reativa dessa parcela da população (Iyengar; Krupenkin, 2018). Por conseguinte, a animosidade entre os partidários desencoraja a cooperação entre as elites que precisam responder ao seu eleitorado, portanto, não podem ser vistas como "apaziguadoras", o que reforça um ciclo de polarização entre as elites e as massas (Iyengar; Westwood, 2015).

Embora muito esforço tenha sido feito para entender como o fenômeno da polarização se manifesta, sob quais condições e qual é a sua natureza, a preocupação mais recente dos estudos tem sido entender quais consequências ela pode provocar em sociedades democráticas. A maior parte dos estudos concentra-se nos efeitos negativos da polarização e apresenta evidências contraditórias. Enquanto para alguns a polarização é capaz de reduzir o apoio democrático dos indivíduos (Harteveld; Berntzen *et al.*, 2022), para outros ela não consegue influenciar nas atitudes políticas (Broockman; Kalla; Westwood, 2023), portanto, não enfraquece a democracia. Na contramão desses estudos, outros identificam efeitos positivos da polarização, ao estimular as pessoas a participarem mais da política (Abramowitz; Saunders, 2008; Argyle; Pope, 2022; Harris; Lin-Greenberg, 2023; Lee; Choi; Ahn, 2025). A partir dessa divisão da literatura, a seguir apresentamos com mais detalhamento os efeitos negativos e, na sequência, positivos da polarização afetiva nas atitudes políticas.

A polarização afetiva está relacionada a diversos resultados indesejáveis em uma democracia: intolerância e violência política, interferência nas relações interpessoais, diminuição de apoio e satisfação com a democracia (Kingzette *et al.*, 2021; Hartevelde; Berntzen *et al.*, 2022). Nesse sentido, maior animosidade partidária influencia atitudes negativas em direção aos indivíduos do *out-group* (Barber; Davis, 2022), assim como está associada à não-adoção de medidas de combate ao COVID-19 (Druckman; Klar *et al.*, 2021). Fora da política, a polarização também impacta nas escolhas cotidianas individuais, como em relacionamentos amorosos, a escolha do bairro para se viver e a escola onde a criança irá estudar (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019). Contudo, existem estudos dentro da literatura que defendem que a polarização não é necessariamente ruim para a democracia, uma vez que seus efeitos não se mantêm ao longo do tempo (Hernández; Anduiza; Rico, 2021) e sua ausência não significa aumento do apoio democrático (Broockman; Kalla; Westwood, 2023).

Sendo assim, a polarização pode ter efeitos positivos em democracias ao aumentar o engajamento dos cidadãos. Evidências mostram que a polarização afetiva está associada positivamente ao aumento da participação política, principalmente através do voto (Abramowitz; Saunders, 2008; Argyle; Pope, 2022; Hartevelde; Wagner, 2023; Lee; Choi; Ahn, 2025). A polarização pode motivar os indivíduos a fazerem escolhas políticas com base na rejeição ao candidato indesejado. Se o candidato do próprio partido estiver distante ideologicamente, o eleitor pode se sentir desmotivado a votar. Já diante de um candidato da oposição, a polarização tende a mobilizar o eleitor, e não a desmobilizá-lo (Simas; Ozer, 2021). Ainda, contrariando às expectativas da literatura, que esperam que a polarização afete apenas os indivíduos com maior conhecimento sobre a política, a polarização afetiva também mobiliza aqueles com menor nível de sofisticação e os menos interessados em política (Hartevelde; Wagner, 2023; Zingher; Flynn, 2019).

Mais importante, Levendusky (2010) identifica que a polarização entre as elites políticas pode também produzir efeitos positivos ao aumentar a consistência das atitudes dos eleitores, o que é considerado normativamente desejável no contexto da representação democrática. Através de experimentos originais, os autores mostram que quando as elites se tornam mais polarizadas, os indivíduos tendem a adotar posições mais interconectadas e coerentes entre si. O mecanismo causal identificado repousa sobre o processo de adoção de sinais (*cue taking*). A polarização das elites torna mais claras as mensagens enviadas aos eleitores por meio de dois efeitos complementares: aumenta a distância ideológica entre os partidos e fortalece a homogeneidade

ideológica dentro de cada legenda. Assim, em um cenário de elites polarizadas, os partidos transmitem sinais mais nítidos sobre suas posições, o que facilita a adesão dos cidadãos a essas orientações. Como resultado, os eleitores passam a apresentar atitudes mais consistentes, pois seguem as mesmas diretrizes partidárias em diferentes dimensões da política. Esse efeito também é válido para indivíduos com identificação partidária fraca e aos chamados *leaners*, indicando que a força dos sinais partidárias é capaz de influenciar amplamente o eleitorado (Levendusky, 2010).

Apesar do crescente interesse acadêmico em compreender as consequências da polarização, ainda se sabe pouco sobre como esse fenômeno influencia as opiniões das pessoas em relação a temas de política externa. Com base em estudos que apontam para o efeito mobilizador da polarização, é possível que ela amplifique o interesse e o engajamento do público com assuntos de política externa que, em contextos de menor polarização, costumavam parecer distantes ou irrelevantes para a maioria das pessoas. O aumento da polarização no Brasil a partir de 2018 levou as elites a explorarem com maior frequência temas de política externa como estratégia de mobilização eleitoral, enviando sinais ao público. Como o público se polariza afetivamente com relação às elites (líderes e partidos políticos) (Fuks; Marques, 2023; Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022), indivíduos mais polarizados, por estarem mais atentos às elites, recebem mais fortemente esses sinais e a partir disso formulam suas preferências de política externa. Como resultado, esperamos que os indivíduos expressem mais e de maneira mais forte, ou seja, menos ambígua, suas opiniões de política externa. Dessa forma, sugerimos nesta tese que a polarização afetiva no Brasil pode estar influenciando um maior interesse e participação dos indivíduos em política externa.

Nas próximas seções analisamos como a polarização se manifesta no Brasil, suas principais características e a intensificação desse fenômeno nos últimos anos, com ênfase no papel das eleições de 2018. Em seguida, discutimos a entrada da polarização doméstica na política externa, abordando como as elites utilizam da agenda para mobilizar seus eleitores e como a população responde a esses sinais. São apresentados dados de pesquisas de opinião que evidenciam a influência da política externa na avaliação presidencial. Ainda, reunimos as evidências da literatura sobre as atitudes dos brasileiros em relação à política externa, em temas tradicionais e contemporâneos. Por fim, a última seção do capítulo expõe o argumento central da tese: a influência da polarização afetiva na formação das atitudes de política externa no Brasil.

3.2 O Brasil polarizado

No Brasil os estudos ainda têm procurado entender se de fato existe uma polarização no país. Os mais céticos argumentam que tanto nas elites (Borba; Ferreira *et al.*, 2024; Zimmerman; Pinheiro, 2020), quanto nas massas, não existem polos tão distintos assim que configurariam uma polarização ideológica. Por um lado, entre as elites, embora os partidos políticos tenham se diferenciado cada vez mais ao longo dos anos (Borba; Ferreira *et al.*, 2024) e exista um aumento da distância ideológica entre PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) - partidos historicamente opostos - na prática, na formulação de políticas públicas, os partidos tendem a se comportar de maneira semelhante¹ (Zimmerman; Pinheiro, 2020). Por outro lado, entre as massas, as evidências mostram que ideologicamente, os grupos sociais pensam também de maneira semelhante diante de pautas econômicas (como o papel do Estado na economia) ou de costumes (como o direito a aborto) (Bello, 2023b). Logo, não existiriam percepções tão diferentes, localizadas nas extremidades ideológicas e, portanto, um esvaziamento do centro político configurando um cenário de polarização ideológica no Brasil (Bello, 2023b; Layton *et al.*, 2021).

Diante do baixo poder explicativo da ideologia (Fuks; Marques, 2023; Areal, 2022; Mignozzetti; Spektor, 2019; Lloyd; Turgeon; Freire, 2017), os estudos procuraram identificar se existiriam outras explicações para o fenômeno da polarização. Assim, se a polarização não é ideológica, ela deve ter uma natureza distinta. Pesquisas de opinião indicam que ela também é sentida pelas massas. Para 41% dos brasileiros, por exemplo, a polarização política os faz querer mudar de país (CNN 2023). Evidências recentes mostram que mesmo os brasileiros que são relativamente desinteressados em política e que não têm inclinações partidárias já acreditam que petistas e antipetistas têm visões políticas distintas (Samuels; Mello; Zucco, 2024). Isso mostra que a população sente o país dividido.

Ao longo dos anos, a polarização no Brasil vivencia três ciclos distintos, segundo Bello (2023a). O primeiro ciclo, que vai de 1989 a 2002, é o momento no qual o petismo e o antipetismo ainda são incipientes. Entre 2003 e 2014, o país vivencia o segundo ciclo, onde existe um potencial de conflito político, dado o crescimento do antipetismo e, por fim, de 2015 a 2019, que apresenta um contexto muito semelhante ao anterior (Bello, 2023a). Nesse sentido,

¹ Em razão do presidencialismo de coalizão, característico do sistema brasileiro, os partidos, que precisam do governo central para aprovação de seus projetos, agiriam de acordo com a agenda do partido em exercício, portanto, a polarização seria minimizada (Zimmerman; Pinheiro, 2020).

é a partir da presença do PT no governo (2003 - 2016) que a polarização começa a ganhar contornos no país, baseada na divisão entre petismo e antipetismo (Fuks; Marques, 2023).

A partir de 2013 os protestos das massas manifestavam uma insatisfação dos eleitores que assistiram aos escândalos de corrupção envolvendo grandes conglomerados empresariais em troca de favores políticos, difundindo o sentimento anti-sistema na população. O reflexo dessa descrença nas instituições políticas pode ser visto em 2018, ano que atinge o número recorde de eleitores que não foram às urnas votar nas eleições presidenciais. Esse cenário, aliado a baixa polarização partidária e ideológica, cria uma condição única para o caso do Brasil que passa a vivenciar uma nova configuração da polarização (Mignozzetti; Spektor, 2019).

Até 2014 a disputa política era protagonizada por dois partidos que, apesar de possuíam diferentes visões sobre o papel do Estado, detinham as mesmas opiniões sobre o papel das instituições democráticas: PT e PSDB. Em meados de 2018, porém, o PSDB é substituído não apenas por um candidato antipetista, como também antipolítica. O fenômeno Bolsonaro representa um ponto de inflexão na nova polarização partidária no Brasil (Nunes; Traumann, 2023). As eleições de 2018 representaram o crescimento e a radicalização da direita (Fuks; Marques, 2023), embora Bolsonaro não tenha criado o antipetismo ou o unificado (Samuels; Mello; Zucco, 2024). A posição política do indivíduo torna-se parte da sua identidade e de como este se diferencia em relação ao indivíduo do outro grupo (Nunes; Traumann, 2023).

Os estudos recentes constataram que a polarização no Brasil tem sido conduzida pelas identidades negativas dos indivíduos em relação aos grupos políticos. Ou seja, é o "não gostar de um grupo", muito mais do que ter visões de mundo diferentes (ideologia), que une os membros de um mesmo grupo e faz com que eles se distanciem mais dos membros do outro grupo, caminhando para os extremos (Areal, 2022). Portanto, o Brasil tem presenciado um aumento da polarização política do tipo afetiva, na qual os eleitores de grupos políticos distintos tendem a desgostar cada vez mais dos seus rivais, principalmente dos seus líderes e dos partidos políticos (Fuks; Marques, 2023; Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022). Sobretudo, são os sentimentos negativos em relação aos líderes políticos que impulsionam a polarização afetiva no Brasil (Fuks; Marques, 2023).

Mas quem são os indivíduos que mais se polarizam? Assim como encontrado em outros estudos, como Banda e Cluverius (2018) e Lelkes (2016), as pessoas mais polarizadas são aquelas mais interessadas, que estão mais ligadas afetivamente a um partido e que participam mais da política (Fuks; Marques, 2023). Em termos ideológicos, as eleições presidenciais

de 2018 remodelam o comportamento eleitoral, mostrando um cidadão mais ideologicamente orientado (Fuks; Marques, 2021). Logo, o público ainda se polariza em questões políticas como os direitos da população LGBT (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022). Parte dessa explicação está no fator geracional, na idade dos respondentes, pois entre as pessoas mais velhas reforçou-se um conservadorismo em resposta às mudanças mais recentes que vemos nas sociedades ocidentais, como apontou Norris e Inglehart (2019).

A polarização no Brasil encontra-se calcificada (Nunes; Traumann, 2023). Quais seriam então seus efeitos? Que consequências ela pode gerar para o sistema político e para a sociedade brasileira? Devido a sua natureza, na qual o afeto negativo ao adversário predomina, a polarização pode ter efeitos indesejáveis para a democracia (Ellger, 2024), como na criação de esteriótipos entre os grupos. Esteriódios oferecem atalhos cognitivos sobre como seus partidários pensam sobre determinadas questões. Petistas e antipetistas, ao possuírem percepções imprecisas sobre o *out-group*, tendem a enxergar um cenário de maior extremismo político, portanto, maior polarização do que a realmente existente e maior sentimento de distanciamento social do *out-group* (Samuels; Mello; Zucco, 2024).

Outro efeito indesejável é a diminuição do apoio que as pessoas possuem com relação a democracias. Utilizando dados individuais (WVS) e nacionais (V-Dem), Borba, Ribeiro e Fuks (2024) identificaram que a polarização está negativamente associada com a legitimidade democrática, ou seja, à medida em que esta aumenta, diminui o nível de comprometimento democrático dos indivíduos. Especificamente, os autores encontram que em governos de esquerda, os grupos de direita estão mais dispostos a diminuir seu apoio à democracia, comparados a grupos do centro político.

Enquanto os estudos avançam sobre as consequências da polarização, sabemos ainda muito pouco sobre seus efeitos na política externa (Myrick, 2025). Com o objetivo de contribuir com essa lacuna, essa tese investiga como a polarização afetiva influencia as atitudes das massas em política externa a partir do caso brasileiro. Como política pública, a política externa está também exposta às disputas político-partidárias. As diferenças substanciais de agenda entre os governos de Bolsonaro e Lula demonstram como o Itamaraty não consegue construir uma política externa imune a polarização política. Portanto, a antiga noção de “política externa no Brasil não dá nem tira um mísero voto”² está sob questionamento. A frase do então deputado federal Fernando Gabeira, em 2009, explicita a percepção de que temas de relações internacionais não

² Folha de S.Paulo, 25.09.2009, p. A2.

têm relevância para a sociedade brasileira. No entanto, essa seção nos mostrou que o cenário político não é mais o mesmo. Pesquisas de opinião mostram que cada vez mais os indivíduos demonstram atitudes sobre política externa, mesmo que o tema não seja tão saliente na vida das pessoas. Dessa forma, se faz necessário explorar o que os estudos já identificaram sobre as atitudes dos brasileiros sobre o tema.

3.3 A polarização chega à política externa

A presente seção tem o objetivo de mostrar como a polarização tem se refletido nas preferências das massas em política externa. Antes, é preciso entender como a política externa muda a partir do governo Bolsonaro, em seguida, como o governo Lula pauta suas agendas e como essa disputa política tem se refletido nas ações do governo em virtude da aproximação da corrida presidencial de 2026. Nesse sentido, a discussão das mudanças nas políticas externas dos dois últimos presidentes se faz necessária para demonstrar como o Itamaraty não consegue ficar a margem das disputadas partidárias internas. Em seguida, reunimos as principais evidências sobre as atitudes dos brasileiros em política externa. Para isso apresentamos dados recentes de pesquisas de opinião e os achados da literatura.

3.3.1 O início da polarização da política externa

Durante boa parte da história recente do Brasil, prevalecia na política externa grandes doses de consenso interno nacional, como foi a chamada "política externa independente" de Jânio Quadros e João Goulart, em 1961, ou o chamado "pragmatismo responsável" de Ernesto Geisel, em 1974. Tratavam-se de diretrizes claras que guiavam as decisões tomadas pelo poder Executivo em busca de mais autonomia para o país. A partir da redemocratização, e, por conseguinte, a relativa abertura do Estado, a política externa começa a interagir com os grupos políticos e estes pautaram suas demandas. O Itamaraty vê-se obrigado a trabalhar com o Congresso Nacional, o que significa maior espaço para os partidos políticos. A Constituição de 1988, apesar da pouca definição de uma agenda externa, amplia as competências do poder Legislativo sobre o assunto. O Presidente da República continuava com o controle exclusivo sobre a diplomacia, mas o Congresso poderia também decidir sobre acordos internacionais que, inclusive, ameaçassem o patrimônio nacional (Almeida, 1992). Apesar disso, o Legislativo brasileiro distancia-se muitas vezes da política externa. Por não ser determinante no voto, o Legislativo acaba sendo pouco ativo nas questões internacionais (Onuki; Oliveira, 2006).

No início da redemocratização, os principais temas envolviam a dívida externa brasileira, os contenciosos com os Estados Unidos e o processo de integração regional, este último considerado uma via promissora para a reinserção do país no sistema internacional como uma jovem democracia. Apesar disso, nas eleições presidenciais de 1989 a pauta internacional ficou fora dos debates pré-eleitorais e, de acordo com Almeida (1992) apenas metade dos principais candidatos incluíram a política externa em seus programas de governo (Affonso Camargo (PTB), Guilherme Afif (PL/PDC), Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT)). Destaca-se o programa de governo de Lula que, além de abrangente, previa uma política externa mais autônoma e que privilegiasse parcerias econômicas baseadas na igualdade (Almeida, 1992).

De 1995 a 2002, o governo de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB) inaugura uma política externa formulada por um partido político. De orientação mais a direita, o PSDB adota uma agenda entendida como neoliberal e o foco passou a ser na construção da imagem internacional do Brasil mostrando-se uma liderança da região, principalmente através do Mercosul, ao mesmo tempo que buscou aproximação com os países desenvolvidos para superar as vulnerabilidades econômicas (Mesquita, 2010; Silva, 2008).

Todavia, o governo seguinte ousou na política externa. Enquanto na política doméstica mantinha escolhas mais ortodoxas, em seu primeiro mandato, em 2002, Lula: criticou negociações comerciais com os Estados Unidos e Europa, incentivou a cooperação Sul-Sul, investiu na diplomacia presidencial, apresentou-se como liderança regional e global para a comunidade internacional, ampliou alianças com países de agenda alternativa como Argentina e Venezuela. Diante dessas mudanças a oposição procura apresentar uma agenda oposta, que a diferenciasse do governo. O PSDB, por exemplo, defendeu que o Brasil deveria se reaproximar dos europeus e norte-americanos (acusava, inclusive, o governo de esquerda em promover antiamericanismo (Gavião, 2014)) e a aliança de grupos da centro-direita, em geral, também defendiam menos ênfase na cooperação Sul-Sul e uma integração com outros países mais econômica e menos política e social (Onuki; Oliveira, 2006; Gavião, 2014).

Em 2006 as eleições presidenciais centralizam, pela primeira vez, no debate político, uma pauta internacional: os acordos comerciais com os Estados Unidos. Os debates gerados acabam tencionando o espectro político-partidário de tal forma que podemos dizer que tratava-se de uma polarização política nas elites (Onuki; Oliveira, 2006). Onuki e Oliveira (2006) diferenciam como dois grupos políticos enxergam a questão. Enquanto governos nacional-progressistas

preferem a estratégia de protecionismo comercial como um caminho para o desenvolvimento econômico do país, aqueles mais próximos do espectro liberal-conservador defendem o oposto, a abertura econômica como uma via para aumentar a competitividade do país, manter a inflação baixa e atrair investimentos diretos estrangeiros (Onuki; Oliveira, 2006).

A agenda da política externa dos governos Lula e, posteriormente, de Dilma Rousseff (PT) despertou intensas críticas de diplomatas aposentados que haviam feito parte do Itamaraty, alegando a construção de uma política externa ideológica e/ou partidária (Faria, 2012), contrária "aos princípios pré-estabelecidos pelo MRE"(Gavião, 2014, p.85). Além disso, candidatos da oposição também acusavam a política externa brasileira de ser ideológica (Gavião, 2014), como Geraldo Alckmin e Aécio Neves nas campanha presidencial de 2006. Como oposição, o PSDB começou a utilizar a Comissão de Relações Exteriores do Senado para polarizar questões como a integração regional e as parcerias estratégicas que estavam sendo adotadas pelo Brasil (Mesquita, 2012).

Assim como na campanha de 1989, na campanha presidencial de 2010 o PSDB e o PT promoveram mais propostas, não só concorrentes, mas também polarizadas, com relação à política externa (Mesquita, 2012). O PSDB criticava, por exemplo, que a pauta da integração regional havia sofria com a disputa partidária (Lafer, 2009), tendo em vista que o Brasil havia se alinhado com países à "esquerda latina americana". Especificamente, o partido criticava o apoio que o Brasil dado à entrada da Venezuela no Mercosul. Na pauta de comércio internacional era preciso eliminar as barreiras internas, melhorar a competitividade do país e "despolitizar" as decisões comerciais. Abrir negociações bilaterais com os países da América do Sul e fazer um acordo de livre comércio com o México. O PSDB condenava a parceria estratégica com o Irã, alertando que ela poderia prejudica as relações com os Estados Unidos. O partido alegava que Brasil estava perdendo a sua credibilidade externa e perdendo a sua postura de neutralidade na política internacional (Mesquita, 2010).

Outro tópico que mobilizou as elites foi a criação em 2013 do Programa Mais Médicos, criado durante o governo Dilma Rousseff (PT). O programa foi criado para suprir a demanda por médicos que atendessem em locais distantes das grandes cidades, tendo em vista que muitos municípios brasileiros no interior do país não dispunham de médicos disponíveis. Embora a prioridade do programa fosse a contratação de profissionais brasileiros, era aberto também a médicos de outros países, desde que tivessem algum domínio da língua portuguesa. A medida gerou debate público entre médicos e parlamentares de oposição (em especial, do PSDB),

principalmente porque para participar do programa não era necessário revalidar o diploma no Brasil por três anos. Apesar das polêmicas, profissionais de Cuba, Portugal, Espanha, Argentina e Uruguai vieram ao Brasil. Mas a principal crítica da oposição recaiu aos médicos cubanos. Os opositores acusavam o governo cubano de atuar através da Organização Pan-americana de Saúde para intermediar os salários dos médicos que trabalhavam no Brasil. O deputado federal Ronaldo Caiado (Democratas) chegou a afirmar que os médicos cubanos trabalhavam "em regime de escravidão" para o governo de Havana³ (Câmara dos Deputados, 2013).

Visando legitimar a política externa e mitigar os efeitos no público de controvérsias anteriores que criticavam a postura do Brasil quanto à entrada da Venezuela no Mercosul, a relação com o Irã e a nacionalização de hidrocarbonetos na Bolívia, por exemplo, o governo Lula cria um canal de comunicação entre a política externa e a sociedade civil através da criação de um canal do Ministério das Relações Exteriores no YouTube. Neste espaço, o cidadão comum poderia se informar sobre as atividades do Itamaraty Faria (2012). Talvez esse seja o primeiro sinal de que a política externa chegava, mesmo que timidamente, até às massas.

Por muito tempo a polarização na política externa brasileira (Onuki; Oliveira, 2006; Faria, 2012) foi liderada pelos principais partidos políticos (PT e PSDB) que se posicionavam em lados opostos aos projetos internacionais, principalmente quanto aos novos temas que iam surgindo, como: a crise de Honduras, a mediação com o Irã sobre o programa nuclear, os problemas de direitos humanos, em geral e a expansão do Mercosul e dos blocos econômicos (Mesquita, 2012). Dessa forma, à medida que essas pautas foram apropriadas pelas elites políticas em disputa, elas passaram a imprimir suas visões sobre o tema e a enviar sinais às massas acerca de como elas pensavam essas pautas. Inicialmente, apenas os indivíduos mais atentos e informados conseguiam captar esses sinais, já que a política externa, por se tratar de um *hard issue*, exige maior capacidade de interpretação. Contudo, com a mudança na natureza da polarização política no Brasil, a partir de 2018, mais cidadãos passaram a identificar esses sinais e a associá-los às suas elites partidárias preferidas, à medida que a identificação com grupos políticos se tornou mais saliente. Nesse contexto, a política externa deixou de ser um tema restrito a especialistas e passou a despertar maior interesse das massas. Assim, a

³ Em 2018, Cuba se retira do programa. Em meio a campanha presidencial, Jair Bolsonaro (PSL), candidato de oposição, referia-se ao país como ditadura e afirmou que expulsaria médicos cubanos a partir da obrigatoriedade da prova de revalidação do diploma (G1 – Globo, 2018). Em agosto de 2025, o governo de Donald Trump (EUA) revogou os vistos de brasileiros que participaram da criação do programa Mais Médicos, sob a justificativa de que essas pessoas foram "cúmplices" quanto a suposta imposição do trabalho forçado feita pelo governo cubano. A medida acontece em meio a uma sequência de desgastes diplomáticos com o Brasil sobre tarifas comerciais e a investigação no Brasil contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (BBC Brasil, 2018).

polarização afetiva pode estar influenciando não apenas a expressão mais frequente de opiniões sobre política externa, mas também o aumento da intensidade com que essas opiniões são manifestadas. Entender o contexto de 2018 é fundamental, portanto, para entendermos as atitudes de política externa atualmente.

3.3.2 O que mudou na política externa a partir de 2018

Em 2018 Bolsonaro é eleito presidente da república. A partir de um cenário de polarização, nasce uma política externa que busca legitimar seu lado ideológico, através de uma aproximação com seu eleitorado (Saraiva; Silva, 2019). Durante a campanha eleitoral, temas de política externa se destacaram na agenda de Bolsonaro, diferenciando-o de outros candidatos. As demandas de grupos específicos minaram a preponderância do Ministério das Relações Exteriores e o processo decisório, naquele momento mais fragmentado, ainda coexistia com visões ideológicas distintas (Saraiva; Albuquerque, 2022).

Assume destaque na agenda e na retórica críticas a China, às Nações Unidas, a ideia de “globalismo”, ao protagonismo do Brasil nos projetos de liderança nas relações com o Sul Global, o negacionismo climático, o ultraconservadorismo cristão e o anticomunismo (Milani; Ives, 2023; Lima; Albuquerque, 2022). O objetivo do governo Bolsonaro, ao adotar essas escolhas de política externa, seria fidelizar os votos do seu eleitorado, de modo a manter seu apoio no Congresso diante da tentativa em seguida de uma reeleição. Em especial, os grupos visados eram empresários do agronegócio, apoiadores neopentecostais e agentes relacionados a segurança e defesa do país (Milani; Ives, 2023).

A política externa de Bolsonaro passa a assumir, entre outras características, um traço de nacionalismo religioso expresso na confrontação com visões de mundo contrárias àquelas do grupo ao qual representa (Casarões, 2020; Saraiva; Albuquerque, 2022). O resultado foi a vinculação do Brasil em organizações multilaterais e a valores cristãos. Exemplo dessa retórica é a fala do ex-presidente para lideranças evangélicas, em 2019: “Nossos votos na ONU serão de acordo com a Bíblia”(Castro, 2019). Quanto às preferências nas relações bilaterais com outros países, o governo anterior varia entre um alinhamento automático ao primeiro governo de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a uma indefinição de estratégia, quando o democrata Joe Biden assume a presidência (Milani; Ives, 2023).

O contrário ocorre quando Bolsonaro não consegue se reeleger e Lula vence as eleições presidenciais de 2022. Em seu discurso de vitória, Lula pautou uma agenda de política externa

baseada na busca por soluções quanto a crise ambiental, na cooperação econômica com a África e integração regional com a América Latina, entre outros temas (Milani; Ives, 2023). Com isso, percebe-se como a dimensão político-partidária, a depender do governo, pode resultar em uma política externa mais ideológica ou mais pragmática, o que pode afetar a inserção internacional do país (Rodrigues; Urdinez; Oliveira, 2019).

No início do seu terceiro mandato em 2023, Lula resgata na política externa o papel de mediador do Brasil: condena os ataques de Israel na Faixa de Gaza (Brasil de Fato, 2023) e propõe uma solução para a Palestina "economicamente viável"(Congresso em Foco, 2025); cobra à Venezuela transparência na divulgação do processo eleitoral (Mazui, 2024) e pressiona a Organização das Nações Unidas (ONU) para uma participação mais atuante no conflito Israel-Palestina (Gomes; Castro, 2024). Contudo, após repercussões negativas na opinião pública, expressas em pesquisas de opinião, Lula recua no foco na política externa, temendo perder popularidade. Nos seus dois mandatos anteriores o petista utilizou como estratégia de autopromoção a atuação nas relações internacionais, principalmente através da diplomacia presidencial (Vigevani; Cepaluni, 2007). A diplomacia presidencial consiste no personalismo da figura do presidente da república ao fazer política externa. Isso pode se visto através das viagens presidenciais em visitas a chefes de Estado e de governos. Mas, em 2023, o cenário tinha mudado, e as pautas focadas na busca por autonomia por meio da diversificação⁴ de parcerias internacionais, que antes eram mais populares, agora são atacadas como vinculadas à esquerda política.

O recuo do presidente Lula em dar protagonismo a política externa parece estar relacionado à proximidade das eleições presidenciais de 2026. Para não afetar sua imagem, Lula tem adotado uma postura mais moderada na atuação do país. Diferentemente do seu possível concorrente na corrida presidencial, o ex-ministro de Bolsonaro e atual governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), que comemorou nas redes sociais a posse de Donald Trump no início de 2025. Utilizando um boné trumpista com a frase "*make America great again*" - símbolo da campanha do presidente republicano - Tarcísio afirmou ser um "grande dia" com novas possibilidades de progresso. Tarcísio é um dos nomes mais vinculados a direita brasileira atualmente (Braz, 2025).

⁴ O conceito de 'autonomia pela diversificação' é entendido como "a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional" (Vigevani; Cepaluni, 2007, p.283).

Sendo assim, apesar da histórica tradição diplomática brasileira, as mudanças políticas recentes, aliadas a um aumento da polarização, levam a política externa a tornar-se mais suscetível à política doméstica (Saraiva; Albuquerque, 2022). Isso pode ser percebido a partir das massas, quando a política externa também tem sido alvo de comparações entre os governos Lula e Bolsonaro: para 35% dos brasileiros as relações exteriores do país são ótimas com Lula, enquanto que essa aprovação para o presidente anterior era de 27% (Datafolha). De acordo com Onuki, Mouron e Urdinez (2016), a opinião pública tem sido crescentemente importante na formação da política externa nas sociedades democráticas.

3.3.3 O que os brasileiros pensam sobre política externa

A política externa brasileira é comumente associada a traços de estabilidade e continuidade, assim, independente do governo no poder, ela permanece com uma agenda de prioridades que, em via de regra, são executadas pelo Itamaraty. Contudo, nos últimos anos, o governo Bolsonaro remodela a política externa ao imprimir um posicionamento ideológico (Buarque, 2022) e uma identidade política sem precedentes (Casarões, 2019; Saraiva, 2023) e a priorizar relações bilaterais com países desenvolvidos. O governo que o sucede é o oposto. Lula não só mantém tradições diplomáticas e prioriza a cooperação multilateral, como também investe nas relações internacionais ao longo dos anos, tornando a política externa uma marca do seu governo. No entanto, o cenário de polarização afetiva desde 2018 parece transferir a polarização dos líderes na política externa para uma massa também polarizada. Se por um lado, a polarização pode estar influenciando um público mais dividido, por outro, é possível que o público também esteja mais interessado e mais posicionado sobre as questões internacionais.

As pesquisas de opinião consistem em recortes temporais importantes para capturar as reações dos indivíduos no momento em que os eventos internacionais estão acontecendo, ou seja, quando estão mais salientes para o público. Neste sentido, as pesquisas têm mostrado um público que se posiciona quando deparado com questões específicas de política externa. Sugerem, portanto, um maior interesse do público no tema e uma maior definição dos posicionamentos dos indivíduos. Tomemos como exemplo a opinião dos brasileiros sobre a atuação do Brasil frente à Guerra da Ucrânia. Para a maioria dos brasileiros (36.6%) o país adotou uma postura correta (Pesquisa Atlas, 2023). Outro exemplo é na questão comercial sobre a taxaço dos Estados Unidos sobre produtos importados, mais da metade dos brasileiros (53%) acredita que a diplomacia do país deve manifestar insatisfaço sobre a política de taxaço. A rejeiço ao

presidente Trump também é bem definida: 43% possuem uma imagem negativa do presidente, principalmente entre as mulheres (Quaest, 2025).

Mas embora a maioria tenha concordado com a atuação no Brasil na Ucrânia, parte dos entrevistados acredita que o Brasil agiu no conflito de modo mais favorável à Rússia do que deveria. O que é mais interessante é que, ao destrinchar os dados, vemos que a maioria dos eleitores que acham que o Brasil adotou uma postura correta votou em Lula no segundo turno (64.5%), enquanto a maioria dos eleitores de Bolsonaro (46.95%) acha que o Brasil favoreceu a Rússia (Pesquisa Atlas, 2023). O que esse dados nos mostram é que parece existir um elemento político identitário por trás dessas preferências. Embora seja de fundamental importância para a geopolítica internacional, a Guerra da Ucrânia não faz parte das prioridades da política externa brasileira em si. Contudo, a tentativa do Brasil em atuar como possível mediador do conflito tem sido uma das características da política externa do país, principalmente nos governos Lula.

Sendo assim, o público parece estar mais atento à política externa e avaliam os governos a partir dela. Enquanto 49,6% dos brasileiros julgam a política externa de Lula como favorável, 47,3% dos respondentes a desaprovam. Ainda, apenas 3,1% declaram não saber responder, o que é curioso, porque considerando o tema, é de se esperar que um número maior de indivíduos não respondesse à pergunta, dada a suposta apatia do público argumentada no consenso Almond-Lippman. Mas, pelo contrário, parece existir uma divisão de opiniões, provavelmente atrelada à identificação de grupos políticos que refletem a divisão partidária existente no país (Pesquisa Atlas, 2023).

As eleições de 2022 foram marcantes, pois além de representar a maior disputa eleitoral na história do Brasil (Nicolau, 2024), o eleitor julgou retrospectivamente cada governo, analisando as principais ações e conquistas, para escolha do seu voto (Rennó, 2022). Quando Lula assume em 2023, dada a permanência do cenário de polarização, o eleitorado está atento as suas primeiras ações e avalia seus principais erros. Segundo a Quaest (2023), para os brasileiros, o governo Lula falha em diversos aspectos. Os três principais erros consistem: nas viagens do presidente, a não classificação do Hamas como grupo terrorista e o retorno das relações com a Venezuela. Todos esses temas são da pauta internacional e superaram tópicos tradicionais de avaliação de governos, como a questão de impostos (O Antagonista, 2023). Em outras palavras, Lula é avaliado inicialmente não por sua política doméstica, mas por sua política externa que, como dissemos, é uma das marcas dos seus governos. E isso permanece no ano seguinte.

Após falas sobre Israel e Venezuela, por exemplo, a taxa de aprovação de Lula caiu de maneira significativa (Pesquisa Atlas (2024), Estadão, 2024).

Lopes e Faria (2014) argumentam que, embora não consiga ser diretamente convertida em voto, a expectativa de política externa pode afetar a imagem e prestígio de partidos políticos e candidatos. Exemplo disso é o estudo realizado por Diniz e Ribeiro (2008) no qual demonstram que quando temas de relações internacionais ganham a opinião pública, os legisladores brasileiros incorporam assuntos de política externa em suas agendas. Segundo Lopes e Faria (2014), o eleitor médio passou a conectar resultados de ações de política externa a sua sensação de bem-estar pessoal. Com isso, a política externa se tornou mais saliente para os indivíduos no Brasil.

Os resultados das pesquisas de opinião que vimos acima capturam posições e preferências dos indivíduos em temas mais recentes que eventualmente surgem no cenário internacional. Contudo, tradicionalmente, na agenda da política externa brasileira, destacam-se quatro áreas temáticas específicas: a relação bilateral com os EUA, a diplomacia Sul-Sul, o multilateralismo e as relações com os países latino-americanos (De Almeida; Fernandes; Guimarães, 2021). Sendo assim, é importante conhecermos o que as pessoas pensam sobre essas temáticas, já que têm norteado a política externa brasileira nos últimos anos.

Nesse sentido, o estudo de De Almeida, Fernandes e Guimarães (2021) identifica que os brasileiros acreditam que a política externa deve ser ativa e multilateral e uma aproximação com os Estados Unidos é fundamental para o Brasil ter mais influência no mundo. Contudo, para pacifistas, essa aproximação bilateral não é desejada, mas sim o multilateralismo e o regionalismo, ou seja, o país deve fortalecer parcerias com instituições multilaterais e vizinhos da região.

De Almeida, Fernandes e Guimarães (2021) inovam ao mostrar que as atitudes de política externa no Brasil não são resultado de correlações aleatórias, mas que são consistentes e estáveis ao longo do tempo. Através do modelo de análise de Hurwitz e Peffley (1987), encontram que posturas gerais de política externa predizem em grande medida as atitudes dos brasileiros e que essas preferências são afetadas por crenças mais profundas como o protagonismo e o pacifismo. Ou seja, a crença de que o Brasil deve buscar mais espaço no cenário internacional, como um *player* importante e, o uso da diplomacia para soluções pacíficas em conflitos. Portanto, De Almeida, Fernandes e Guimarães (2021) identificam no público preferências generalizadas para a condução da política externa.

Sobre a relação do Brasil com os países latino-americanos, e mais especificamente, sobre os projetos de integração regional, o estudo de Onuki, Mouron e Urdinez (2016) apresenta três resultados importantes. Primeiro, apenas 4% dos brasileiros se identificam como latino-americanos, em comparação nos outros países a média é de 43%. Segundo, a maioria dos brasileiros entende que o Brasil procura ser o líder da região, contudo não está disposto em arcar com os custos desse papel, seja na perspectiva militar, econômica ou humanitária, recebendo fluxos migratórios de vizinhos. Finalmente, os resultados mostram que o empenho do governo federal em construir uma política externa voltada para a América Latina não conseguiu despertar nas massas o interesse pela região, pois a maioria dos participantes brasileiros continua vendo a região com indiferença ou como fonte de problemas e não de oportunidades para o Brasil.

Nos últimos anos a agenda da política externa brasileira tem se tornado mais complexa, com inclusão de outros temas que passam a ser importantes para as relações exteriores do país. Não que eles não existissem antes, mas passam a ocupar um lugar de prioridade na tomada de decisão. Exemplo disso é a incorporação da defesa dos direitos humanos para imigrantes na atuação do Brasil em organismos multilaterais. Nesse sentido, a diplomacia passa a denunciar os diferentes tratamentos que a questão migratória recebe nesses fóruns internacionais a depender do país de origem desses imigrantes (Reis, 2011). Com a inclusão de novas agendas, outros estudos também passaram a identificar as atitudes dos brasileiros sobre temas como a questão da imigração (Lloyd; Oliveira, 2022; Guimarães; Fernandes, 2024) e os efeitos da globalização econômica e do livre comércio (Pinheiro; Fernandes; Almeida, 2021). A seguir reunimos as principais evidências desses estudos.

No Brasil, a população de imigrantes é baixa (0,8%), em comparação a outros países. Mesmo assim, os estudos têm identificado atitudes negativas dos indivíduos sobre imigrantes. Através de estudo experimental Guimarães e Fernandes (2024) identificam que os brasileiros possuem atitudes preconceituosas com relação aos imigrantes, sejam estes de nacionalidade alemã, haitiana ou venezuelana. Segundo os autores, esse aumento do preconceito tem sido conduzido pela percepção imprecisa (superestimada) dos indivíduos em relação ao verdadeiro número de imigrantes no país. De forma semelhante, Lloyd e Oliveira (2022) encontram que independente do tipo de política pública, os brasileiros apoiam menos essas políticas quando estas são direcionadas a estrangeiros, em comparação a nordestinos. Ou seja, existe mais resistência dos brasileiros em relação a imigrantes. Fatores políticos explicam em parte essas

atitudes. Assim, votar em Bolsonaro e ser de direita estão positivamente associados às atitudes favoráveis a imigrantes do Norte Global.

Finalmente, a partir de dados do projeto “O Brasil, as Américas e o Mundo”, Pinheiro, Fernandes e Almeida (2021) encontra que, em geral, os brasileiros são favoráveis a liberalização da economia, à redução das barreiras comerciais e enxergam como positivos os efeitos da globalização, exceto sobre o impacto no meio ambiente. Esses efeitos são encontrados mesmo entre indivíduos desinteressados em política externa. Essas atitudes estão relacionadas a visão de mundo aberta a ideias e costumes estrangeiros e a tolerância com relação a imigrantes, quanto maior estas são, mais os indivíduos apoiam a globalização econômica e o livre comércio. Em relação aos fatores sociodemográficos, temos que: a) renda impacta positivamente no apoio ao liberalismo; b) nível de escolaridade não possui efeito; c) entre os mais interessados por política, as mulheres são mais protecionistas que os homens (Pinheiro; Fernandes; Almeida, 2021).

Em resumo, nesta seção o objetivo era apresentar as principais mudanças da política externa do governo Bolsonaro em comparação ao governo Lula 3. Essa discussão se faz necessária para demonstrar como a política externa se torna uma arena de disputas entre as diferentes abordagens partidárias-ideológicas presentes no Brasil. Historicamente, parte significativa da literatura defendia que o Itamaraty, por suas características institucionais e políticas, conseguia se manter a margem das disputas partidárias internas. Assim, muitos especialistas defendiam que a política externa no Brasil era uma política de Estado, servindo ao interesse nacional, que não mudava junto com um novo presidente eleito. Contudo, o governo Bolsonaro rompeu com tradições históricas da diplomacia em defesa de sua pauta conservadora. Ao mesmo tempo, quando Lula assume em 2023, também muda automaticamente a diplomacia de volta a abordagem dos seus governos anteriores. Nesse sentido, a política externa está cada vez mais próxima de uma política pública convencional, sujeita a mudanças profundas derivadas das diferenças partidárias-ideológicas entre os governos eleitos. A atual conjuntura política brasileira fortalece essa ideia.

Ainda, nesta seção procuramos complementar essa discussão com dados de pesquisa de opinião e análises presentes na literatura recente, que mostram como os brasileiros possuem atitudes definidas de política externa. Os resultados demonstram a existência de uma estrutura estável de preferências baseadas em tradições diplomáticas, mas que parece mudar a partir de 2018. Com o governo Bolsonaro, a polarização de fato chega a política externa com mais intensidade. Os brasileiros começam a identificar pautas como sendo "mais a esquerda" e "mais

a direita" também nas estratégias de inserção internacional do Brasil. Um dos principais indícios dessa processo de mudança nas massas é a dificuldade do governo Lula de utilizar a diplomacia presidencial como estratégia para aumentar sua popularidade, como foi bem-sucedida entre 2003 e 2010. Assim, esta tese procura preencher justamente essa lacuna dentro da literatura sobre formação de atitudes política de política externa, uma vez que acreditamos que no Brasil contemporâneo a polarização afetiva será fator-chave para explicar esse fenômeno político. A partir disso, na próxima seção iremos apresentar nosso argumento central e nossas hipóteses de interesse.

3.4 Argumento e Hipóteses

A partir da discussão das seções anteriores, torna-se claro que os estudos têm procurado entender mais sobre os fatores que influenciam a formação de preferências das massas em política externa. Mais especificamente, observa-se um esforço para entender se fenômenos domésticos, como a polarização, afetam ou são afetados de alguma maneira pela política externa do país (Panagopoulos, 2016; Walt, 2019; Friedrichs; Tama, 2022; Maxey, 2024; Myrick; Wang, 2024; Schwartz; Tierney, 2024).

Nesta tese, desenvolvo e testo o argumento de que a polarização entre grupos políticos faz com que (1) os indivíduos expressem mais suas opiniões sobre política externa e (2) adotem posições mais fortes e menos ambíguas sobre temas dessa natureza. Essa relação acontece devido aos sinais emitidos pelas elites. A partir do aumento da polarização em 2018, as elites políticas passaram a se apropriar mais de temas de política externa para mobilizar seus eleitores, enviando sinais para as massas. Como o público se polariza afetivamente com relação às elites (líderes e partidos políticos) (Fuks; Marques, 2023; Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022), indivíduos mais polarizados, por estarem mais atentos às elites, recebem mais fortemente esses sinais. Como resultado, expressam mais e de maneira mais forte, ou seja, menos ambígua, suas opiniões de política externa.

É importante esclarecer que o argumento não assume que a política externa é necessariamente um tema muito saliente para os Brasileiros, especialmente quando comparado a outros temas que tendem a preocupar mais a população, como saúde e segurança pública. De fato, quando comparados a temas dessa natureza, a política externa tende a ser uma realidade vista como mais distante das massas. O argumento da tese também não assume que as visões e preferências dos indivíduos influenciam os tomadores de decisão no Ministério das Relações

Exteriores. Contudo, a reflexão teórica e empírica proposta até aqui aponta para um crescente envolvimento das massas em um tema que tradicionalmente era de domínio das elites políticas. Portanto, sugere-se a existência de preferências mais fortes e definidas quanto a política externa, diante das mudanças políticas recentes.

O consenso Almond-Lippman que predominou por muito tempo na literatura assumia o desinteresse do público sobre política externa (Almond, 1950; Lippmann, 1955) e influencia também os estudos no Brasil (Pinheiro, 2004; Lima, 2005). Todavia, com as mudanças teóricas e metodológicas no campo da opinião pública e das relações internacionais (Kertzer, 2023) novos estudos surgem e contradizem algumas premissas do consenso. A partir desses estudos, o que ficava claro é que os indivíduos comuns possuem preferências de política externa. Mais ainda, as pessoas estão mais atentas ao que ocorre no cenário internacional e, em maior ou menor medida, formulam suas opiniões a respeito.

Nesse sentido, atualmente compreendemos algumas atitudes de política externa. Sabemos, portanto, que os brasileiros: não se veem como latino-americanos (Onuki; Mouron; Urdinez, 2016), não apoiam um papel de liderança do país na região, (Guimarães; Fernandes; Maldonado, 2020), acreditam que o país deve reduzir os custos com ajuda externa (Hardt; Mouron; Apolinário Júnior, 2020) e possuem atitudes negativas em relação a imigrantes estrangeiros (Lloyd; Oliveira, 2022; Guimarães; Fernandes, 2024). Somados, esses resultados nos mostram um posicionamento definido dos indivíduos em políticas específicas, assim como contradiz a visão de que os brasileiros são pacifistas e receptivos. Em outras palavras, é preciso entender melhor quais são essas atitudes e o que as tem influenciado.

Em conjunto com os resultados da literatura, as pesquisas de opinião recentes também têm nos dado evidências não apenas sobre um posicionamento mais forte, como também mostram que as pessoas estão se expressando mais sobre política externa. Ou seja, em pesquisas de opinião os indivíduos respondem mais, dão respostas válidas, ao invés de afirmarem que "não sabem" ou "não querem opinar" (como esperava o consenso Almond-Lippman). Quanto à força desses posicionamento podemos observar se os indivíduos, ao expressarem suas opiniões, respondem de maneira mais forte concordando ou discordando totalmente, por exemplo, quando questionados sobre determinada questão política externa.

Destaca-se ainda a proximidade da política externa à política nacional, uma que tem sido utilizada de parâmetro de avaliação dos governos e isso parece estar afetando o interesse também das elites políticas que buscam mobilizar seu eleitor. Esses dados também apontam para

uma divisão dessas opiniões, provavelmente atrelada à identificação partidária dos indivíduos que refletem a polarização no país. Em outras palavras, é possível que existam circunstâncias capazes de motivar os indivíduos em política externa (Dahl, 2001). Nesta tese, argumentamos, portanto, que a polarização seria o elemento capaz de provocar os indivíduos a se expressarem e a se posicionarem mais em política externa.

Nos últimos anos, o Brasil tem presenciado um aumento na polarização afetiva. Isso significa que eleitores de grupos políticos distintos tendem a desgostar cada vez mais dos seus rivais (Fuks; Marques, 2023; Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022; Nunes; Traumann, 2023). São as identidades negativas dos indivíduos em relação aos grupos políticos que une esses grupos e faz com que eles se distanciem mais um do outro (Areal, 2022). As evidências mostram que a polarização afetiva está associada positivamente ao aumento da participação política (Argyle; Pope, 2022; Harteveld; Wagner, 2023; Lee; Choi; Ahn, 2025) e é capaz de motivar os indivíduos a fazerem suas escolhas políticas (Simas; Ozer, 2021). A polarização afetiva também reorienta as atitudes políticas, fazendo com que os indivíduos apoiem ou rejeitem políticas com base na origem da proposta, e não necessariamente por seu conteúdo (Druckman; Klar *et al.*, 2021; Nicholson, 2012).

Como a polarização afetiva afeta as atitudes de política externa? Nesta tese assumimos que o aumento da polarização afetiva impulsionou a maior apropriação pelas elites das pautas de política externa. Diante de uma divisão calcificada na sociedade (Nunes; Traumann, 2023), essas elites investem em "novas" pautas para se diferenciarem para o seu eleitorado e, portanto, emitem sinais, muitas vezes divergentes, sobre o que defendem como melhor estratégia para a política exterior do Brasil. Dada a baixa saliência e complexidade do tema para o público em geral, cabe às elites o papel de transmitir as informações para os indivíduos sobre o que acontece na política internacional. Assim, as informações transmitidas também acompanham os sinais sobre as preferências dessas elites. É a partir dessas informações disponíveis no ambiente que os indivíduos formam suas opiniões (Zaller, 1992).

A expansão da internet e a popularização das redes sociais transformaram a estrutura informacional contemporânea, permitindo a rápida disseminação de grandes volumes de conteúdo. Como resultado, os indivíduos estão continuamente expostos a eventos globais. No entanto, a capacidade limitada de processamento cognitivo faz com que apenas parte dessas informações seja efetivamente absorvida. Diante da necessidade de formular uma opinião — como em contextos de pesquisas de opinião pública —, os indivíduos recorrem a heurísticas

para interpretar esses eventos, especialmente no domínio político (Lodge; Taber, 2013). Esse fenômeno é ainda mais pronunciado no caso da política externa, que demanda maior esforço cognitivo e conhecimento específico, tornando o uso de atalhos mentais ainda mais relevante (Althaus, 2003).

Tomemos como exemplo a eleição de Donald Trump. Embora o cidadão brasileiro possa ter tido contato pontual com a notícia — por meio de redes sociais, conversas informais ou reportagens em ambientes públicos —, são as reações das elites que ajudam a moldar sua interpretação sobre o evento. Ao ver, por exemplo, uma publicação de Tarcísio de Freitas usando um boné da campanha de Trump, o indivíduo capta um sinal político implícito: aquele resultado eleitoral é visto positivamente por um líder com quem se identifica. Ainda que o tema não seja de seu interesse direto, e que ele siga consumindo conteúdos cotidianos como esportes ou entretenimento, essa sinalização da elite é registrada em sua memória e influencia sua percepção. Assim, mesmo sem informações detalhadas, apoiadores de Tarcísio passam a associar a eleição de Trump a um desfecho desejável, apesar da aparente distância do evento em relação à realidade brasileira. O mesmo processo ocorre quando o indivíduo não se identifica com o líder e possui identificação com o grupo oposto. Ao captar esse sinal do *out-group*, ele associa a eleição de Trump a um desfecho indesejável.

A referida imagem do boné teve ampla repercussão na mídia e foi utilizada por políticos da oposição como símbolo do alinhamento ideológico de Tarcísio com o trumpismo, especialmente após ele tentar responsabilizar o governo federal pelas novas tarifas impostas pelos Estados Unidos à importação de aço brasileiro. Em reação a esse posicionamento, políticos apoiadores do governo Lula passaram a utilizar bonés com os dizeres “O Brasil é dos brasileiros”, em uma clara reação à mensagem implícita no boné MAGA (*Make America Great Again*) (Tavares, 2025). Para este grupo, a frase reafirma a soberania nacional e exalta o pertencimento do país ao seu povo, contrapondo-se à suposta submissão ideológica representada pelo gesto de Tarcísio e sinalizando ao seu eleitorado como o grupo se posiciona com relação aos EUA. Essa disputa entre acessórios aparentemente triviais adquire relevância ao ilustrar a divisão política e afetiva que atravessa o país, onde símbolos simples podem alimentar sentimentos de pertencimento e rejeição política. Os bonés deixam de ser meros objetos para se converterem em dispositivos identitários que mobilizam afetos e reforçam vínculos partidários.

Assim, quando o indivíduo precisa formar uma opinião, ele acessa em sua memória alguns conceitos sobre determinado tema e esses conceitos se tornam carregados afetivamente,

seja de maneira positiva ou negativa. Esse processo se chama “*hot cognition*” (Lodge; Taber, 2013). Isso significa que, ao acessar esses atalhos, as pessoas se deparam com informações sobre os grupos políticos e é o afeto (ou desafeto) a esses grupos que conduz as atitudes geradas (Jenke, 2023). Segundo a teoria do raciocínio motivado, os indivíduos processam informações de modo enviesado, ajustando suas avaliações para proteger sua identidade social e partidária (Taber; Lodge, 2006). O raciocínio motivado aumenta a probabilidade dos indivíduos buscarem informações que favoreçam ou reforcem as suas pré-concepções, assim, estes agem de forma enviesada, mas acreditam que estão agindo de forma racional (Lodge; Taber, 2013).

Esse mecanismo comportamental é especialmente efetivo em contextos de alta polarização afetiva, quando a identidade política está emocionalmente carregada e os indivíduos interpretam os assuntos de política externa não como argumentos objetivos, mas como sinais de ameaça ou lealdade ao seu grupo (Levendusky, 2013). Ao se identificarem com os grupos políticos, os indivíduos sentem-se pertencentes ao *in-group* (Tajfel, 1981), o que os levam a adaptarem suas ações e crenças para se tornarem alinhadas ao grupo com o qual se identificam (Bakker; Lelkes, 2024) e a avaliar positivamente o *in-group* e negativamente o *out-group* (Mason, 2015). Quanto maior a identificação, maior a necessidade de agir para defender o seu grupo e expressar essa identidade (Tajfel, 1981; Huddy, 2001; Huddy; Mason; Aarøe, 2015; Mason, 2015). Quando as pessoas ficam mais atentas aos sinais das elites de sua preferência ficam, portanto, mais atentas ao que acontece nas relações do Brasil com o exterior. Nesse sentido, a polarização afetiva acentua as diferenças entre os grupos e pode incentivar a participação política dos indivíduos, através da maior expressão das suas opiniões e forças no seus posicionamentos.

O que faz com que as pessoas tenham mais opiniões sobre política externa e que essas opiniões sejam mais fortes ou extremas? No processo de formação de opiniões, as predisposições individuais variam e influenciam significativamente as atitudes políticas. Entre essas predisposições destaca-se a necessidade de avaliar, a chamada *need to evaluate* (ou NTE), definida como a tendência de formar julgamentos espontâneos sobre objetos ou questões — como uma política pública — mesmo na ausência de demanda explícita para tal. Indivíduos com alto NTE derivam satisfação do próprio ato de avaliar e processam continuamente informações, acumulando conhecimento e utilizando-o para consolidar preferências políticas (Federico, 2004; Lee, 2021). Assim, apresentam maior propensão a desenvolver opiniões sobre uma ampla gama de temas (Jarvis; Petty, 1996) e, diante de informações complexas, tendem a despender esforços adicionais para compreendê-las, resultando em posições mais consistentes e bem estruturadas

(Lee, 2021). Essa motivação aumenta a probabilidade de manifestarem atitudes políticas mais extremas (Jarvis; Petty, 1996), ou, neste caso, mais intensas.

Na política externa, as predisposições individuais assumem papel particularmente relevante, uma vez que o ambiente internacional é marcado por elevada complexidade e constante transformação, o que exige conhecimento especializado para a formulação de opiniões fundamentadas (Lee, 2021). Essas questões enquadram-se, em geral, na categoria das *hard issues*, caracterizadas por elevado grau de tecnicidade e pela necessidade de informações que a maioria do público não domina. Questões como intervenções militares ou sanções comerciais são exemplos que ilustram esse perfil, pois demandam análises detalhadas e não permitem que os indivíduos formem opiniões apenas com base em intuições simples (Lee, 2021). Ao contrário das *easy issues*, cujas respostas são predominantemente intuitivas e pouco dependentes de dados factuais, as *hard issues* requerem engajamento deliberado com conteúdos substantivos e processamento cuidadoso de informações complexas (Lee, 2021). Assim, os cidadãos tendem a recorrer a *elite cues* como atalho cognitivo para orientar a formação das suas atitudes em relação a *hard issues*, como é o caso da política externa (Carmines; Stimson, 1980).

Entretanto, essa dependência não implica passividade absoluta: características individuais, como a NTE, influenciam o grau em que o indivíduo buscará integrar e interpretar essas informações para construir opiniões mais consistentes (Jarvis; Petty, 1996; Federico, 2004). Indivíduos com altos níveis de NTE tendem a ter atitudes extremas em temas de *hard issues*, justamente por estarem mais atentos as *elites cues* e outras formas de atalhos cognitivos (Lee, 2021). No Brasil, na atual conjuntura de polarização afetiva, as elites deixam seus sinais mais claros, no sentido de procurarem demonstrar suas diferenças para as massas, facilitando a diferenciação das suas preferências em *hard issues* (Carmines; Stimson, 1980; Zaller, 1992). Nesse contexto, a polarização afetiva pode atuar como fator-chave, pois ela não apenas simplifica o entendimento de temas complexos, mas também estimula um engajamento mais ativo, levando os cidadãos a assumir posições mais claras e mais intensas sobre questões que, de outra forma, tenderiam a ignorar ou compreender de forma superficial.

Em suma, neste tese analisamos como o afeto político pode influenciar a cognição e estimular a formação das atitudes dos brasileiros em política externa. A complexidade inerente a essas atitudes, combinada à baixa familiaridade do público com o tema, torna os sinais das elites um recurso decisivo na formação dessas opiniões. Portanto, nesse processo, as *elites cues* desempenham papel decisivo. Contudo, em um ambiente politicamente polarizado, tais sinais

adquirem carga afetiva, transformando a política externa em arena de disputa partidária. Nesse contexto, a polarização não apenas simplifica o processamento de informações complexas, mas também amplifica a motivação para que indivíduos, independentemente de seu nível inicial de interesse ou conhecimento, expressem posições mais claras e mais intensas. Ao mesmo tempo, a conjuntura polarizada oferece condições para a formação de atitudes extremadas, reforçando divisões e aumentando a saliência da política externa no debate público.

A partir dessa discussão teórica elencamos a seguir as hipóteses do trabalho:

Hipótese 1A (H1A): Ao longo do tempo, os brasileiros expressam mais suas opiniões em relação à política externa.

Hipótese 1B (H1B): Ao longo do tempo, os brasileiros adotam posições menos ambíguas sobre política externa.

Hipótese 2A (H2A): Indivíduos mais polarizados expressam mais suas opiniões em relação à política externa do que indivíduos mais moderados.

Hipótese 2B (H2B): Indivíduos mais polarizados possuem posições menos ambíguas sobre política externa do que indivíduos mais moderados.

No capítulo seguinte explicaremos a estratégia empírica adotada nesta tese. Detalharemos a mensuração e a operacionalização das variáveis, assim como o desenho observacional e experimental.

4 ANÁLISE OBSERVACIONAL

Nesta tese investigamos a relação entre polarização afetiva e atitudes de política externa por meio de duas abordagens complementares, ambas baseadas em dados de survey: uma estratégia observacional e uma estratégia experimental. Este capítulo detalha a etapa observacional, na qual estimamos a associação entre polarização e posicionamentos em temas de política externa a partir de dados secundários provenientes de “O Brasil, as Américas e o Mundo” (BAM, 2010–2023), LAPOP (2006–2023), Latinobarômetro (2010–2023) e Pew Research Center (2023).

O capítulo está dividido em cinco seções. Iniciamos apresentando os bancos de dados, destacando suas características quanto ao tamanho das amostras, método de coleta de resposta e que dimensões de política externa foram selecionadas a partir de cada survey. Sugerimos seis dimensões: ativismo internacional, segurança internacional, direitos humanos, cooperação internacional, integração regional e imagem dos atores internacionais. Nossa proposta parte da literatura em opinião pública e política externa e na seção seguinte nos debruçamos em cada uma das dimensões, intercalando a discussão teórica com o contexto brasileiro e a análise exploratória dos dados.

O objetivo é fornecer um panorama geral sobre como os brasileiros têm pensado sobre esses temas nos últimos anos. Acreditamos que, ao longo do tempo, as pessoas passaram a se expressar mais e com mais intensidade em política externa, por isso, a terceira seção realiza uma análise descritiva longitudinal para analisar as hipóteses H1A e H1B. Em seguida, testamos as hipóteses H2A e H2B através de modelos de regressão linear (OLS) que nos permitiram verificar se existe associação entre as variáveis. Ao final do capítulo sintetizamos os resultados encontrados na análise observacional.

4.1 Bancos de dados e perguntas selecionadas

Esta subseção tem o objetivo de apresentar brevemente os bancos de dados utilizados nesta pesquisa. A Tabela 1 detalha o ano de cada pesquisa, o tamanho da amostra, quantos participantes responderam às perguntas de interesse, o tipo de entrevista e o erro amostral das amostras. As entrevistas nos surveys foram conduzidas face a face, com exceção do LAPOP

(2021) que conduziu suas entrevistas via telefone, ou mais especificamente, *computer-assisted telephone interviewing* (CATI). Por esta razão, não incluímos as observações do LAPOP (2021).

Tabela 1 – Amostra dos bancos de dados

Survey	Ano	N	Amostra	Tipo	Erro amostral
Latinobarômetro	2010	1.204	1.204	Face a face	2.8%
Latinobarômetro	2012	1.204	1.204	Face a face	2.8%
Latinobarômetro	2013	1.204	1.204	Face a face	2.8%
Latinobarômetro	2015	1.250	1.250	Face a face	2.8%
Latinobarômetro	2016	1.204	1.204	Face a face	2.8%
Latinobarômetro	2017	1.250	1.250	Face a face	2.8%
Latinobarômetro	2020	1.204	1.204	Face a face	2.8%
Latinobarômetro	2023	1.204	1.204	Face a face	2.8%
BAM	2010	2.000	2.000	Face a face	Não disponível
BAM	2014	1.841	1.841	Face a face	Não disponível
BAM	2019	1.849	1.849	Face a face	2.3%
BAM	2023	1.601	1.601	Face a face	Não disponível
LAPOP	2012	1.500	750	Face a face	2.5%
LAPOP	2014	1.500	1.500	Face a face	2.5%
LAPOP	2017	1.532	1.532	Face a face	2.5%
LAPOP	2019	1.498	760	Face a face	2.5%
LAPOP	2021	3.016	1.522	Telefone (CATI)	1.78%
LAPOP	2023	1.526	1.526	Face a face	2.51%
Pew Research	2023	1.044	1.044	Face a face	4.4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis online do Latinobarômetro, BAM, LAPOP e Pew Research Center.

4.1.1 LAPOP (2012-2023)

O LAPOP faz parte do projeto AmericasBarometer e fornece dados comparativos de opinião pública sobre democracia e governança nas Américas. Desde 2004, realizada rodadas regulares e hoje realiza pesquisas em 34 países no hemisfério. O desenho de cada rodada contempla um núcleo de perguntas padronizado, complementado por módulos adaptados ao contexto político e social de cada país. O LAPOP utiliza protocolos padronizados entre países e rodadas, o que facilita a comparabilidade ao longo do tempo. A amostra é baseada em modelo probabilístico nacional e os participantes são adultos em idade eleitoral entrevistados pessoalmente nos seus respectivos domicílios¹ (LAPOP, 2025).

Com os dados do LAPOP analisamos duas dimensões: Segurança Internacional e Imagem dos Atores Internacionais para os anos 2012, 2014, 2017, 2019, 2021 e 2023². Na Tabela 1

¹ Com exceção das pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Canadá (internet).

² As ondas 2012, 2014 e 2021 não possuem a pergunta sobre a dimensão de Segurança Internacional.

a coluna de amostra apresenta o número de respondentes que naquele questionário/ano foram expostos às perguntas que utilizamos nas análises. Isso porque para os anos de 2012, 2018 e 2021 o LAPOP sorteou os participantes para responder a grupos de perguntas distintos, o que diminuiu o número de respondentes que foram expostos às perguntas de política externa selecionadas.

4.1.2 Latinobarômetro (2010 - 2023)

O Latinobarômetro faz parte de uma organização não-governamental localizada no Chile. Anualmente realizam em torno de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina para produzir um survey de opinião pública sobre temas como democracia, economia e sociedade, incluindo indicadores de valores, comportamentos, atitudes e opiniões (Latinobarómetro, 2025). Na Tabela 1 vemos em, em geral, os tamanhos da amostra são de 1.204 respondentes no Brasil, com exceção dos anos de 2015 e 2017.

Utilizando o banco do Latinobarômetro (2010-2023), vamos analisar três dimensões das atitudes de política externa a nível individual: Integração Regional, Cooperação Internacional e Imagem dos Atores Internacionais. Entre 5 a 6 perguntas sobre política externa foram utilizadas³ e foram incluídas as seguintes variáveis de controle: gênero, idade, escolaridade, partidatismo e ideologia.

4.1.3 O Brasil, as Américas e o Mundo (2010 - 2023)

No próximo banco de dados, "O Brasil, as Américas e o Mundo"(BAM) selecionamos todas as ondas realizadas, são elas: 2010 2014, 2020 e 2023. Por ser um banco específico sobre atitudes de política externa e de política internacional, conseguimos encontrar perguntas que mensuram todas as dimensões previstas. São elas: Direitos Humanos, Ativismo Internacional, Segurança internacional, Integração Regional, Cooperação Internacional e Imagem dos Atores Internacionais.

Os dados fazem parte de um projeto mais abrangente sobre as opiniões das elites e do público em geral em questões internacionais e de política externa na América Latina e abarca, entre outros projetos, um painel com o público em geral, realizado a cada quatro anos (2010, 2014, 2019, 2023) com uma amostra representativa da população brasileira estratificada

³ Isso porque a pergunta sobre apoio a integração regional inexistia nos bancos de 2012, 2013 e 2015.

em 1.500 respondentes. O BAM é sediado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) (CEBRAP, 2025; GitHub, 2025).

4.1.4 Pew Research Center (2023)

Os dados disponibilizados do Pew Research Center fazem parte do projeto *Global Attitudes Survey* que tem por objetivo mapear atitudes, valores e comportamentos em todo o globo. No total, as entrevistas ocorreram em mais de 110 países. O centro é responsável pelo desenvolvimento dos questionários, os países em que as pesquisas serão aplicadas e o desenho da amostra. O tamanho mínimo deste consiste em pelo menos 1.000 entrevistas. Visando a representatividade nacional, utiliza métodos baseados em probabilidade e tendo como alvo a população adulta não (Pew Research Center, 2025).

Selecionamos a última onda disponível do projeto *Global Attitudes Survey*. Assim, os questionários foram aplicados no Brasil entre 22 de março a 23 de abril em 2023. As entrevistas foram conduzidas em português, face a face, em uma amostra representativa (acima de 18 anos) com 1.044 respondentes. Os indivíduos adultos foram selecionados dentro dos domicílios através de randomização computacional. O entrevistador pode tentar até três vezes realizar a entrevista com o indivíduo sorteado (Pew Research Center, 2019).

Utilizamos esses dados para testar apenas as hipóteses H2A e H2B, já que não há muitas ondas ao longo do tempo. Mensuramos atitudes de política externa em quase todas as dimensões: *Imagem dos Atores Internacionais*, *Ativismo*, *Cooperação e Segurança Internacional* em 16 perguntas. Não encontramos perguntas que representassem as dimensões *Integração Regional* e *Direitos Humanos*. Contudo, além dos controles tradicionais como ideologia, partidarismo, gênero, idade e escolaridade, contamos com as variáveis cosmopolitismo e força da identidade nacional.

4.2 Atitudes de política externa a partir de seis dimensões

Atualmente a literatura em opinião pública sobre política externa é ampla, segundo Kertzer (2023) essa característica dificulta a identificação precisa de temas ou dimensões nas quais os indivíduos possuem preferências formadas. Apesar de não ser uma classificação definitiva, o autor sugere quatro dimensões importantes: 1) segurança internacional; 2) direito internacional e cooperação; 3) terrorismo ou violência política; política econômica externa (ajuda externa, investimento, globalização, cooperação climática) e; 4) economia política internacional (*offsho-*

ring, investimento estrangeiro direto, comércio internacional). No entanto, essas dimensões são não igualmente salientes para os indivíduos de todos os países. Questões como terrorismo e efeitos da guerra entre Estados são mais relevantes para países com histórico, como os Estados Unidos e a Rússia, por exemplo, e não representam necessariamente questões importantes para os brasileiros. Portanto, não temos como ter expectativa das preferências dos indivíduos nessas questões.

Por outro lado, Guimarães, Fernandes e Maldonado (2020) sugerem que entre os temas mais presentes na agenda da política externa e na retórica diplomática do Brasil estão a diplomacia sul-sul e as iniciativas multilaterais. Assim, partindo das dimensões propostas por Kertzer (2023)⁴ e adaptando outras dimensões a partir dos temas propostos por Guimarães, Fernandes e Maldonado (2020), entendemos que as atitudes dos brasileiros em política externa podem ser divididas nas seguintes dimensões: 1) Ativismo internacional; 2) Segurança internacional; 3) Direitos humanos; 4) Cooperação internacional; 5) Integração regional; 6) Imagem dos atores internacionais (Estados, líderes e organizações).

Com isso em mente, selecionamos as perguntas que capturam, ao longo do tempo, as preferências dos brasileiros em relação a essas dimensões a partir dos dados do LAPOP (2006–2023), do Latinobarômetro (2010–2023), da Pew Research Center (2023) e do projeto "Brasil, as Américas e o Mundo" (2010–2023). A seguir iremos detalhar o que seriam as seis dimensões da política externa brasileira, quais as perguntas utilizadas em cada dimensão e explicaremos como elas funcionam como *proxies* para capturar tais atitudes de política externa.

Em seguida, exploramos descritivamente as atitudes de política externa nos três bancos analisados com o objetivo de identificar como os brasileiros pensam sobre o tema, assim como avaliar como estas opiniões mudam ou não ao longo do tempo. Para isso apresentamos uma breve análise a partir das seis dimensões sugeridas. A ideia é dar materialidade as discussões e visualizar subtemas específicos que parecem dividir a opinião pública ao longo do tempo, principalmente tendo como marco o ano de 2018.

4.2.1 Ativismo Internacional

A maior inserção internacional do Brasil a partir dos anos 1990 despertou o interesse de diversos segmentos sociais na política externa brasileira (PEB) (Peixoto, 2024). Nos primeiros anos dos anos 2000, durante os governos Lula (2003–2010), a PEB foi caracterizada

⁴ Vale ressaltar que nem todas as dimensões estão presentes nos surveys utilizados, por isso algumas delas ficarão de fora.

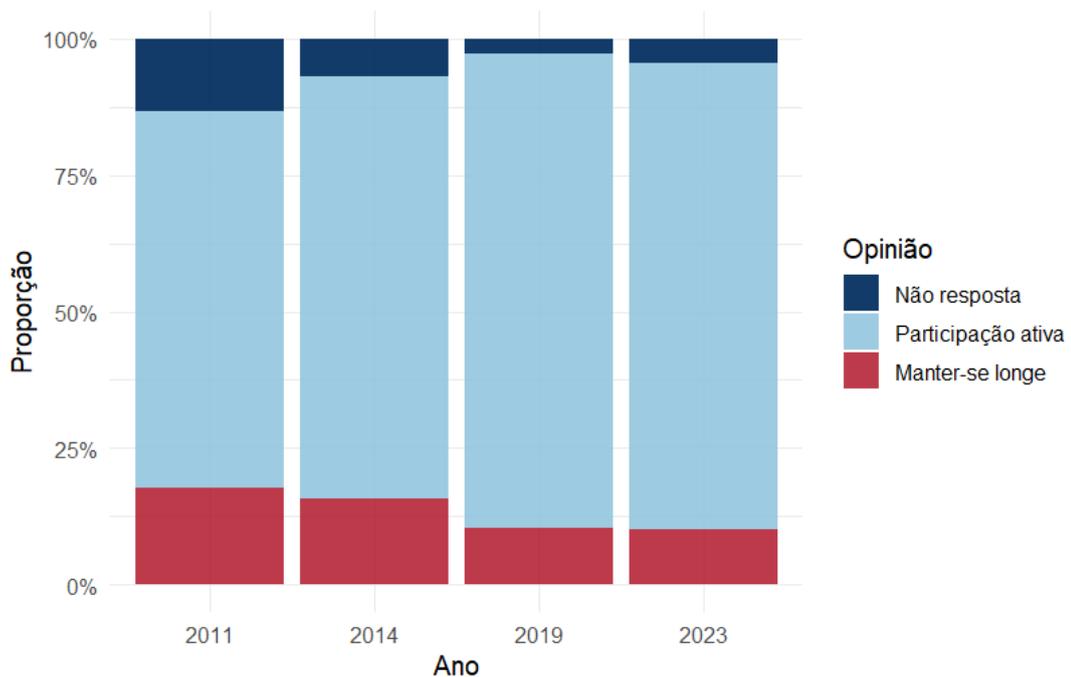
como "ativa e altiva", o que significa que ela passou a promover novas agendas nas negociações internacionais, como a diversificação de parcerias comerciais, os processos de integração regional (Mercosul, Unasul) e a cooperação Sul-Sul (Vigevani; Cepaluni, 2007). A diplomacia presidencial desempenhou papel central nesse processo, sendo alvo de críticas da oposição e da mídia, que passaram a registrar o número recorde de viagens internacionais realizadas por Lula (PT), em contraste com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (Folha de S. Paulo, 2009). A nova projeção internacional do país ganhou visibilidade quando o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, declarou publicamente: "Esse é o cara!", em referência a Lula (Terra, 2009). No mesmo ano, o Brasil foi destaque na capa da revista *The Economist*, com o título "*Brazil takes off*", em reconhecimento ao seu potencial de ascensão à condição de quinta maior economia mundial (The Economist, 2009).

Dessa forma, por *Ativismo Internacional* observamos nas pesquisas de survey três fatores que convergem para o papel do Brasil no mundo: 1- como as pessoas pensam sobre o posicionamento do país no cenário mundial, 2- a importância do país nesse ambiente e, por fim, 3 - quais seriam os objetivos mais importantes da PEB. Utilizamos três perguntas. A primeira delas consiste em qual deve ser o comportamento do Brasil no futuro: ser mais ativo nos assuntos mundiais ou manter-se mais afastado. A segunda capta como os indivíduos enxergam a importância do país no mundo: "*No plano internacional, qual é a importância do Brasil: muito importante, razoavelmente importante, pouco importante ou nada importante?*". Essa pergunta é interessante pois pode indicar o quão ativo o país é percebido, tendo em vista que de um país importante espera-se maior ativismo, participação. Portanto, essas variáveis podem estar correlacionadas. Por último, pergunta-se ao respondente quão importante ele acredita que são alguns objetivos para a política exterior do Brasil: 1) Fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU) e 2) a Organização dos Estados Americanos (OEA); 3) Ajudar a levar a democracia a outros países e 4) a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos; 5) Prevenir a proliferação de armas nucleares; 6) Combater o narcotráfico e o crime organizado e 7) o terrorismo internacional; 8) Proteger os interesses dos brasileiros em outros países e 9) o meio-ambiente e; 10) Promover a integração regional.

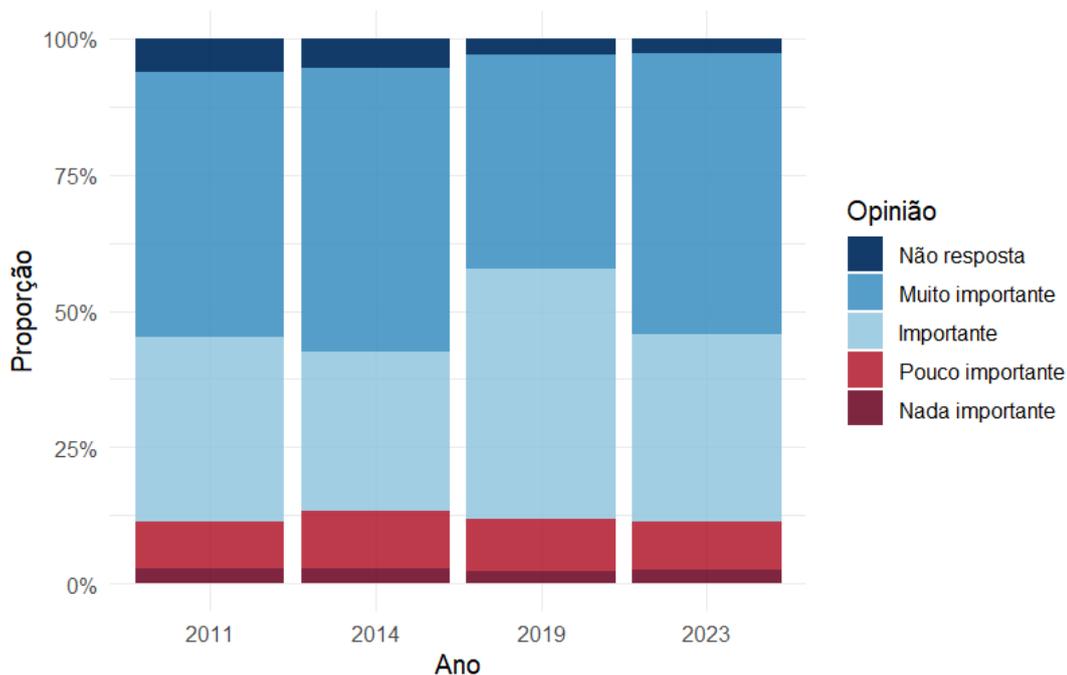
Na dimensão *ativismo internacional* observamos a partir das perguntas selecionadas nos surveys três elementos que convergem para o papel do Brasil nas relações internacionais: 1) como as pessoas pensam sobre o posicionamento do país no cenário mundial; 2) a importância do país nesse ambiente e, por fim; 3) quais seriam os objetivos mais importantes da política

externa brasileira. Em outras palavras, essa dimensão busca medir como os brasileiros percebem a atuação (e possível o protagonismo) do Brasil no sistema internacional. Observa-se a partir de dados do BAM na Figura 1 que as pessoas passaram a expressar mais sobre como elas enxergam o futuro do Brasil. Aumentou o número de pessoas que acreditam que o país deve ser mais ativo nos assuntos mundiais, principalmente em 2019, em comparação a opção por manter-se distante, que tem diminuído ao longo dos anos. Isso nos parece estar diretamente relacionado em como os brasileiros enxergam a importância do país no plano internacional, como podemos observar no gráfico seguinte (Figura 2). De modo geral, os brasileiros demonstram acreditar na relevância internacional do Brasil. No entanto, em 2019, essa percepção tornou-se mais dividida, o que sugere a presença de certo ceticismo talvez diante do cenário de mudança política e, conseqüentemente, em relação à condução da política externa brasileira.

Figura 1 – Opinião sobre o que é melhor para o futuro do Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2011-2023).

Figura 2 – Opinião sobre a importância do Brasil no plano internacional

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2011-2023).

No que se refere aos objetivos prioritários da política externa brasileira, a opinião pública tem se mostrado consistente ao longo dos anos em torno de três temas centrais: a) o combate ao narcotráfico e ao crime organizado; b) a proteção dos interesses dos brasileiros no exterior e; c) a preservação do meio ambiente. Com exceção do último objetivo, o em traço comum entre essas pautas é o seu caráter material e imediato, o que provavelmente explica a sua maior relevância em comparação a questões mais abstratas, como “levar a democracia a outros países”, “fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA)” ou “promover a integração regional”, que tendem a ser consideradas de menor importância. É possível também que essa hierarquia de prioridades esteja atrelada a dificuldade dos indivíduos em compreender de fato como funciona, por exemplo, um processo de integração regional ou mesmo conhecer uma organização internacional diferente da ONU. É pouco provável que os indivíduos conheçam a OEA, por exemplo. Assim, dentro da política externa essas questões se aproximam mais "*hard issues*" e, portanto, tendem a ser de competência e prioridades das elites políticas. Ainda, mesmo em uma década de crises políticas domésticas importantes, os brasileiros mantêm amplo apoio a uma posição ativa do país na política externa, ou seja, são claramente a favor de um ativismo internacional.

4.2.2 Segurança Internacional

A segurança internacional se tornou um fenômeno multidimensional, incorporando desde problemas de defesa, crime organizado, tráfico de drogas, pessoas e armas, terrorismo (Buzan, 2008) às mudanças climáticas globais (Goldstein, 2016). Causadas pelo aumento das temperaturas na Terra, as mudanças climáticas tornam-se um problema de segurança na medida em que: 1) impacta nas operações militares, por exemplo, forçando a adaptação dos contingentes ao clima e dos sistemas de armas que precisam ser redesenhados para suportar essas temperaturas; 2) a escassez de recursos podem levar a conflitos armados, mas, principalmente; 3) a dificuldade de empreender esforços internacionais conjuntos para uma solução global assemelha-se a outros problemas tradicionais de segurança, como a proliferação nuclear. Nesse sentido, as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento impedem uma governança global eficiente que consiga dividir os custos da prevenção (Goldstein, 2016). Países em desenvolvimento como o Brasil são os mais afetados, em virtude das vulnerabilidades socioeconômicas, ao mesmo tempo que a preservação da floresta Amazônica é fundamental para reduzir os efeitos das mudanças climáticas globais.

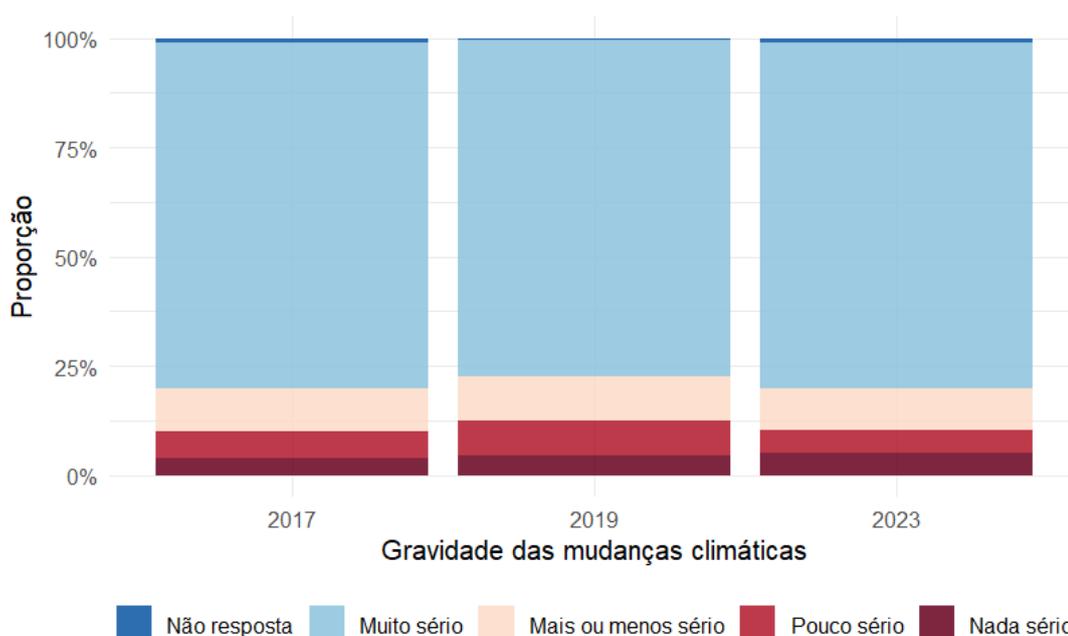
Historicamente o Brasil não possui envolvimento com conflitos bélicos desde século XIX na Guerra do Paraguai, dessa forma nossas principais ameaças internacionais estão em outras dimensões, principalmente em questões associadas ao combate ao crime organizado, segurança humana, como tráfico de pessoas, e defesa do meio-ambiente. Nesse último ponto, desde Eco-1992, o Brasil tem buscado em sua política externa se posicionar como um ator internacional que defende as questões ambientais. Ao mesmo tempo, o país possui grande riqueza e diversidade ambiental, sendo o principal Estado responsável pela proteção da Floresta Amazônica, que por sua vez, tem papel único na crise climática global, tendo em vista a capacidade da floresta em agir contra o efeito estufa.

Para mensurar as atitudes quanto à segurança internacional incluímos as perguntas dos *surveys* que identificavam nos respondentes: a percepção a gravidade do impacto da mudanças climáticas no país e; a percepção sobre qual país do sistema internacional é confiável para manter a paz no mundo. Na primeira dimensão utilizamos a pergunta sobre o quão sério seria para o Brasil se nada fosse feito para reduzir as mudanças climáticas no futuro. As respostas variam de muito a nada sério. Na segunda, identificamos quais são os países em que os indivíduos mais confiam e os que menos confiam para manter a paz no mundo. Aos respondentes são dadas as seguintes opções: China, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Rússia. Caso o

indivíduo tenha em mente outro país, pode apontar na opção "Outro" e especificá-lo. A ideia dessas perguntas é compreender na opinião das pessoas quais são os países responsáveis pela segurança no sistema internacional e refletir em que medida essa visão mudou ao longo do tempo.

Nesta dimensão os dados do LAPOP apresentados na Figura 3 evidenciam que os brasileiros percebem com elevada seriedade os impactos que as mudanças climáticas poderão causar no futuro do país. Ao mesmo tempo, é interessante notar que em 2023 houve um leve aumento dos que desconsideram a gravidade do problema. Essa parcela dos respondentes céticos nos parece estar possivelmente relacionada com a polarização política, pois as elites têm enviado sinais distintos sobre o problema. Enquanto, por exemplo, o governo Lula afirma priorizar a proteção do meio ambiente e o combate à crise climática, buscando retomar o protagonismo da Amazônia na comunidade internacional (Azambuja, 2023), o governo Bolsonaro associava o desmatamento ao desenvolvimento, respondeu agressivamente às críticas internacionais, abandonou o discurso de liderança climática do país, impactando negativamente na imagem e reputação do Brasil (Maitino; Vieira, 2024; Doctor, 2023). Ainda, a taxa de não resposta é praticamente inexistente ao longo dos anos, mais uma vez sugerindo que as pessoas possuem opiniões fortes a respeito do tema.

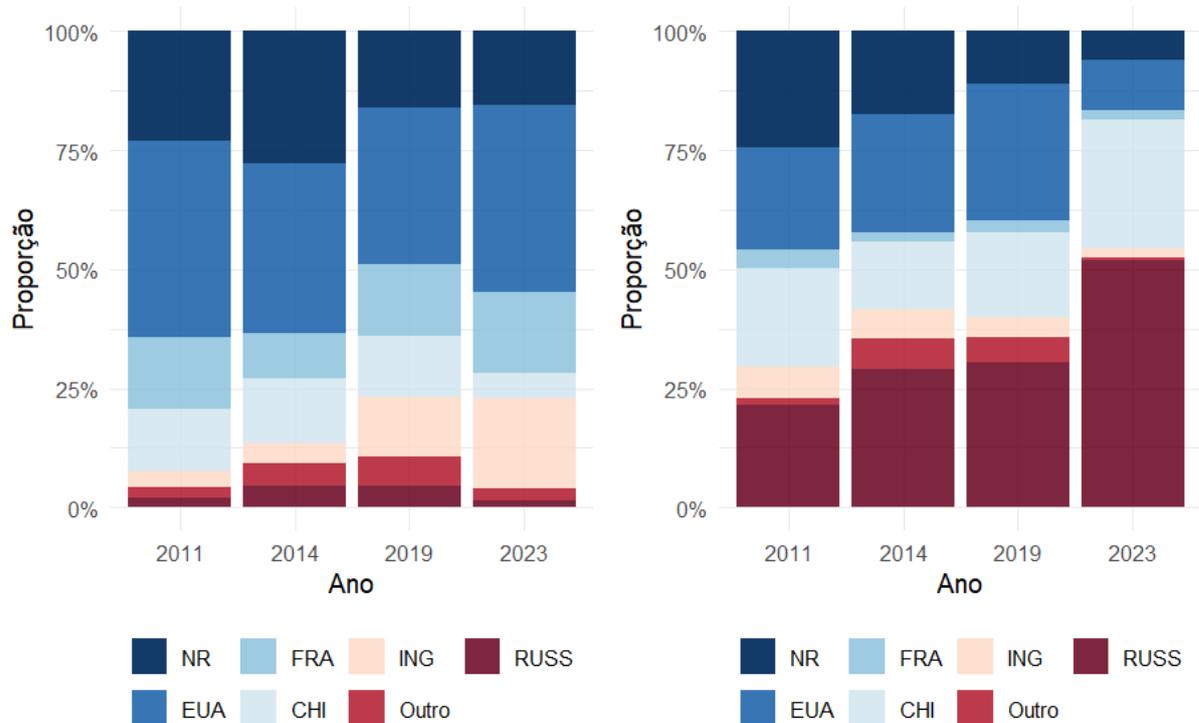
Figura 3 – Avaliação sobre a seriedade das mudanças climáticas para o Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP (2017-2023).

Além da questão ambiental, as pessoas também se preocupam com questões tradicionais de segurança, como os impactos das guerras entre superpotências mundiais. Exemplo disso é a recente escalada do conflito no Oriente Médio, quando em junho de 2025, os Estados Unidos atacaram bases nucleares no Irã e a Rússia condenou os ataques. A questão rapidamente se espalhou nas redes sociais (Borges, 2025), mostrando uma certa preocupação dos brasileiros sobre como esse conflito poderia impactar em suas vidas cotidianas, já que o mundo poderia entrar em uma "Terceira Guerra Mundial". Dessa forma, a percepção que os indivíduos possuem sobre quais potências são capazes de manter a paz no sistema internacional nos indica como enxergam essa dimensão da segurança. A partir de dados do BAM, visualizamos na Figura 4 quais são os países que as pessoas mais confiam e quais elas menos confiam.

Figura 4 – Maior e menor confiança nos países para manter a paz mundial



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2011-2023).

O que se percebe é que a taxa de não resposta ao longo dos anos é menor para quando as pessoas são perguntadas sobre os países que despertam menor confiança, sugerindo opiniões mais definidas a respeito daqueles países que podem ameaçar a paz mundial. A desconfiança sobre a China e Rússia aumenta ao longo dos anos, mas enquanto essa percepção sobre a Rússia está provavelmente associada a Guerra com a Ucrânia e, por conseguinte, com as principais

democracias ocidentais (EUA e Europa), o que não era esperado era o aumento da desconfiança com a China, atualmente principal parceira comercial do Brasil, em importações e exportações. A explicação para o aumento de desconfiança com a China em 2023 deve estar relacionada com a pandemia do Covid-19, quando, mais uma vez, as elites também emitiram sinais, principalmente negativos, a respeito. O presidente do Brasil na época, Jair Bolsonaro, chegou a sugerir para a mídia teorias conspiratórias de que a China havia fabricado o vírus para ter vantagens comerciais e iniciar uma nova guerra (Jornal Nacional, 2021). Acreditamos que três elementos se destacam nesses dados. Primeiro, a ampla confiança em relação aos Estados Unidos, o principal parceiro histórico do Brasil. Segundo, o aumento da desconfiança em relação a China e a Rússia, dois parceiros comerciais importantes e membros fundadores junto do Brasil do BRICS. Terceiro, a forte diminuição da taxa de "não resposta" na última onda do survey, o que mostra que os brasileiros se posicionam cada vez mais em relação a essa dimensão.

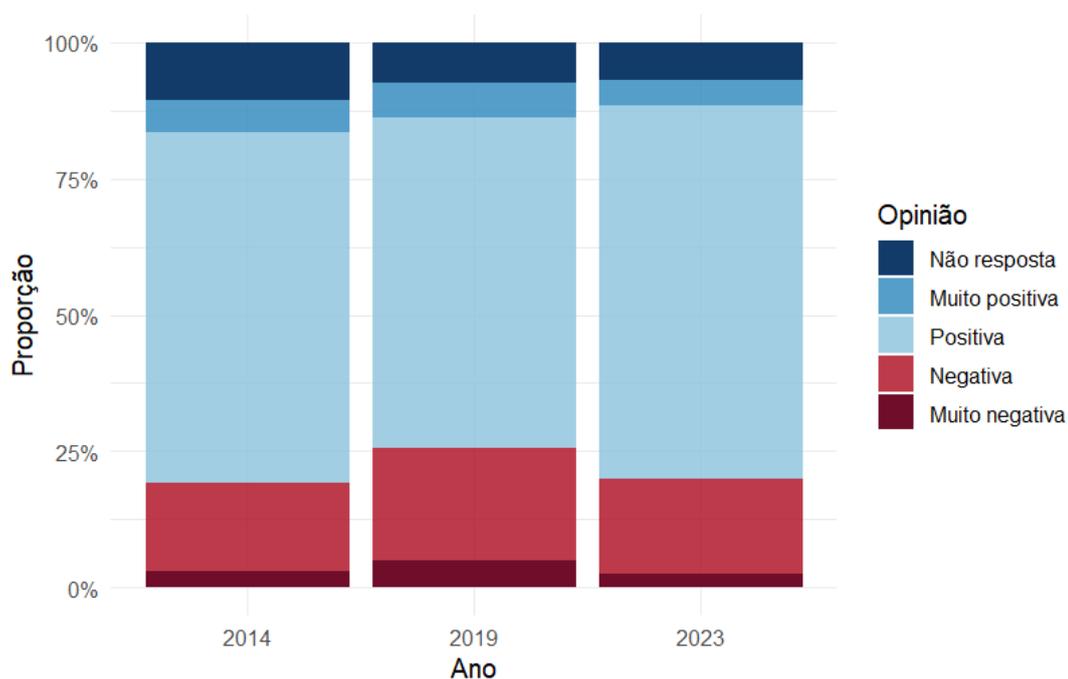
4.2.3 Direitos Humanos

Essa dimensão busca captar como as pessoas enxergam a presença de imigrantes no país. Tradicionalmente, a política externa brasileira sempre se posicionou a favor dos direitos humanos, defendendo melhores condições para os estrangeiros que por diferentes razões são forçados a sair do seu país de origem. Apesar do Brasil ser um país com baixo fluxo imigratório (Guimarães; Fernandes, 2024), nos últimos anos o número de imigrantes no país voltou a crescer pela primeira vez desde 1960, de acordo com o Censo 2022. Em grande parte, os imigrantes são oriundos de países da América Latina, principalmente da Venezuela. Se em 2010 a porcentagem de latino-americanos no Brasil era 27,3%, em 2022 esse número subiu 72% (Britto, 2025). No entanto, estudos recentes têm identificado atitudes mais negativas, ou preconceituosas dos brasileiros com essa parcela da população (Guimarães; Fernandes, 2024).

Para mensurar essas atitudes, incluímos duas perguntas que captam em que medida as pessoas enxergam positiva ou negativamente a presença de estrangeiros no país. A primeira delas consiste em: "*Em geral, qual sua opinião sobre os estrangeiros que vivem no Brasil?*". Devido ao possível viés de deseabilidade social, ou seja, considerando que é possível que os respondentes se sintam constrangidos em expor uma visão negativa sobre estrangeiros no país, a segunda pergunta busca identificar essa opinião de forma mais indireta: "*Você considera a entrada de ideias e costumes de outros países no Brasil um fato positivo ou negativo?*".

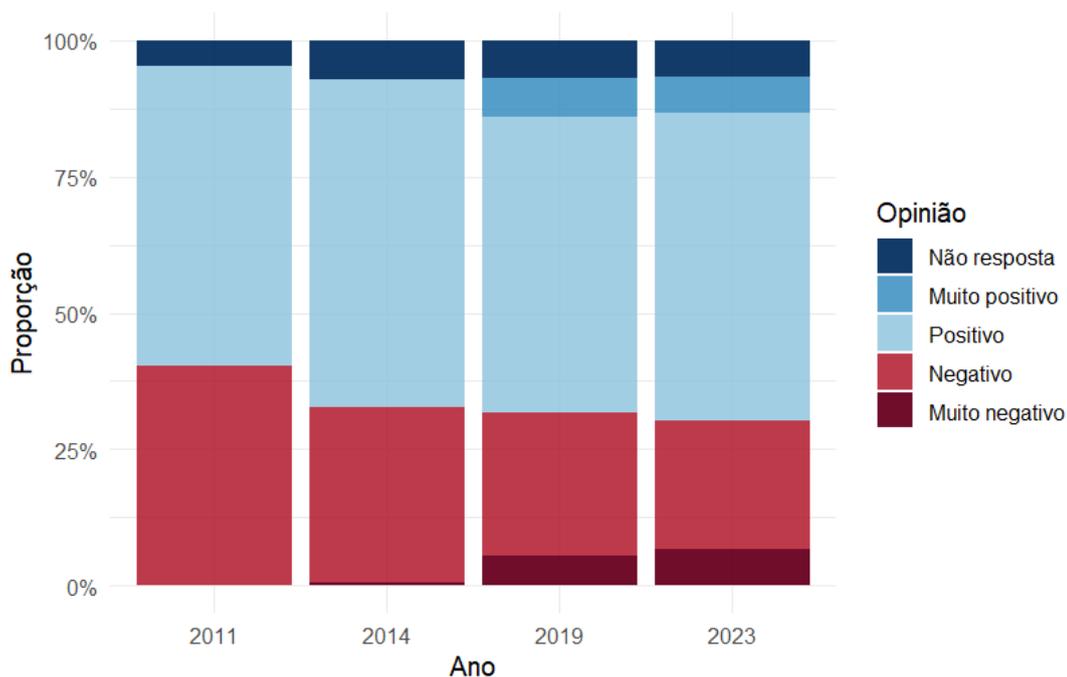
Historicamente a defesa dos direitos humanos é uma das pautas prioritárias da política externa brasileira. Por esta razão, as elites nacionais emitiam os mesmos sinais para as massas em relação a essa dimensão. Contudo, na última década, esquerda e direita se colocam em lados opostos dessa discussão, mesmo que no discurso ambos se posicionem como defensores dos direitos humanos. Enquanto para a esquerda a defesa dos direitos humanos está mais atrelada às populações marginalizadas dentro da representação política, como mulheres, negros, povos indígenas, imigrantes e refugiados, entre outras minorias. Para a direita, a defesa dos direitos humanos está mais associada a liberdade religiosa e incondicionalidade da liberdade de expressão, entre outras pautas.

Com isso, os dados analisados nos mostram que, em geral, os brasileiros possuem uma visão positiva a respeito da presença de estrangeiros no Brasil, mesmo que nos últimos anos essa avaliação positiva tenha levemente diminuído (Figura 5). O que chama atenção é que a avaliação negativa (e muito negativa) é mais alta em 2019, possivelmente em decorrência das manifestações em São Paulo e em Roraima contra a Lei de Migração em 2017. Desde 2015, o Estado de Roraima havia decretado situação de emergência em virtude do intenso fluxo de imigrantes venezuelanos em sua fronteira (Costa, 2017). No ano seguinte, o Senado discutia um Projeto de Lei que previa a nova Lei de Migração para substituir o Estatuto do Estrangeiro ainda da época do regime militar (Senado Federal, 2017). A nova lei previa menor burocracia para regulamentar os estrangeiros no país, assim como previa direitos e deveres (Folha de S. Paulo, 2017) e estabelecia princípios e diretrizes de políticas públicas para essa população (Cruz, 2017).

Figura 5 – Opinião sobre os estrangeiros que vivem no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2014-2023).

Entretanto, manifestações contra a lei foram organizadas em São Paulo para pressionar o então Presidente da República, Michel Temer, que acabou sancionando a lei, mas vetou 18 trechos do texto (Senado Federal, 2017). As manifestações foram organizadas pelo Movimento Direita São Paulo que, em vídeos nas redes sociais, chamava a nova lei de “estatuto do terrorista” (Paulo, 2017). Em 2018 mais protestos contra venezuelanos foram noticiados pela mídia expondo o aumento da violência contra essa população, chegando a invasões de abrigos e expulsões dos indivíduos no interior de Roraima (UOL, 2018; Correia, 2018).

Figura 6 – Opinião sobre a entrada de ideias e costumes de outros países

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2011-2023).

Os acontecimentos acima nos mostram um panorama possível de ter afetado as opiniões das pessoas a respeito dos imigrantes, talvez construindo uma visão mais negativa sobre os mesmos. Quando perguntados de uma outra forma, de modo mais genérico, sobre se a entrada de ideias e costumes de outros países é um fator positivo ou negativo, ainda assim predomina nos brasileiros uma visão positiva a respeito. Conforme indicado na Figura 6, a partir de 2019 observam-se posicionamentos mais intensos entre os respondentes (isto é, ‘muito positivo’ e ‘muito negativo’). Embora esse padrão seja parcialmente explicado pela introdução dessas categorias nos questionários do BAM a partir dos anos de 2019 e 2023, os dados também sugerem que, quando oferecida a possibilidade de expressar opiniões em termos mais extremos, os indivíduos tendem a utilizá-la — o que pode indicar uma aproximação maior com a intensidade real de suas atitudes.

4.2.4 Cooperação Internacional

A cooperação internacional é o pilar das relações internacionais porque ela diz respeito às principais trocas negociadas entre os países que, via de regra, estão em busca de ganhos materiais. Ao cooperarem, os Estados se auxiliam na resolução de um problema, garantem parceiros comerciais e criam uma certa estabilidade em termos de paz no sistema internacional, para citar

algumas vantagens da cooperação. Quando multilateral, ela significa o compromisso conjunto de três ou mais atores que, com um objetivo em comum, coordenam suas políticas nacionais através de arranjos *ad hoc* ou por meio de instituições que possuem mecanismos coercitivos mínimos para assegurar o cumprimento dos acordos. Quando bilateral, esse compromisso envolve apenas dois atores (Keohane, 1990), o que facilita a identificação de custos e benefícios da relação, mas também implica que as partes assumem a responsabilidade de detectar violações desses acordos e aplicar penalidades, como sanções, diretamente ao outro país (Caporaso, 1992).

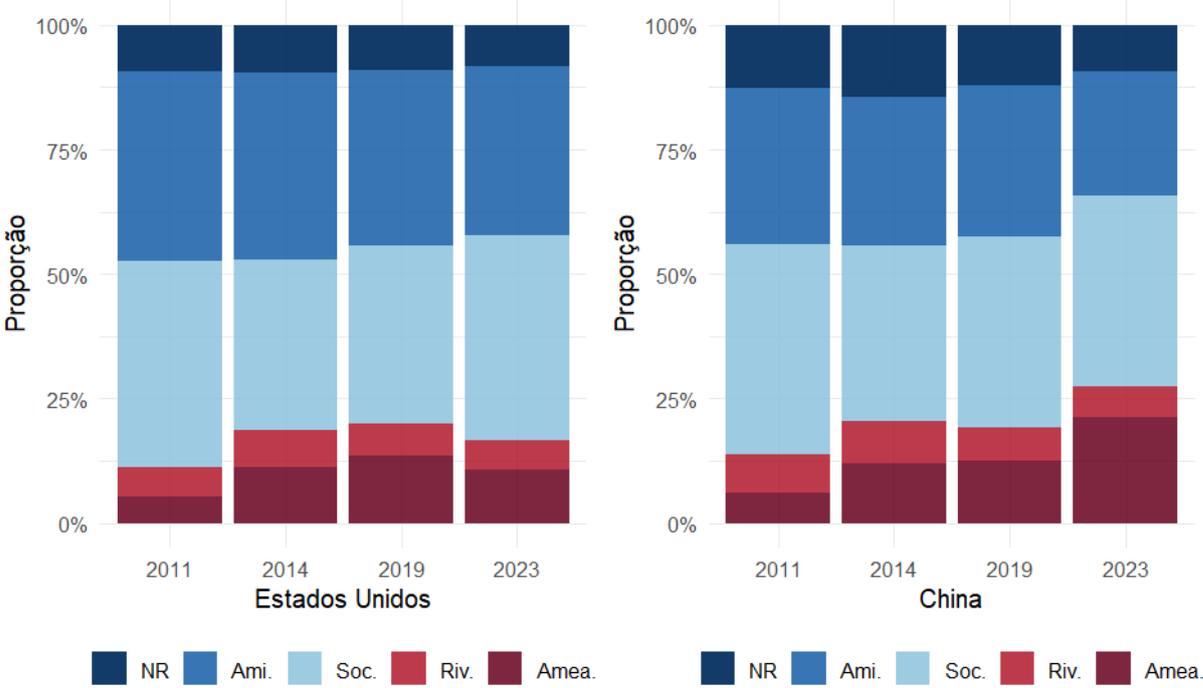
Na dimensão da *Cooperação Internacional*, os respondentes avaliam as relações entre o Brasil e alguns países. Essa lista de países varia a cada onda do *survey*, por esse motivo, escolhemos apenas os países que são comuns a todas as ondas: Estados Unidos e União Europeia. A pergunta é feita da seguinte forma: "*Como você qualifica as relações entre (Brasil) e os Estados Unidos? Você diria que elas são...?*" As respostas variam de muito boas a muito ruins. Uma outra pergunta semelhante foi incluída. Nesta, os respondentes classificam as relações bilaterais do Brasil com Argentina, China, Estados Unidos e Venezuela ao selecionar um das seguintes palavras: 1 - Amizade; 2 - Sociedade; 3 - Rivalidade ou; 4 - Ameaça.

A cooperação ocupa grande parte da política externa de um país. Compreender como as pessoas avaliam as relações do Brasil com alguns países nos fornece uma aproximação sobre o que elas pensam em termos de cooperação internacional. Os dados do BAM nos mostram comparativamente, como os brasileiros classificam as relações do país com a Argentina e a Venezuela, países vizinhos e com antigos laços comerciais e, com os Estados Unidos e a China, as principais economias do mundo. Os respondentes são instruídos a escolher entre quatro palavras (Amizade, Sociedade, Rivalidade ou Ameaça), e a indicar qual melhor descreve cada relação bilateral na sua percepção.

Na Figura 7, verifica-se que a relação bilateral percebida como mais positiva é a com os Estados Unidos. Em contraste, todos os demais países analisados apresentam um aumento na percepção de ameaça ao longo dos últimos anos. O caso da Venezuela é particularmente expressivo: entre 2014 e 2019 observa-se uma mudança acentuada nesse sentido, acompanhada por uma redução na taxa de não resposta, o que indica não apenas maior propensão a expressar opinião, mas também um posicionamento mais intenso em avaliações negativas. Ainda sobre a relação bilateral com a Venezuela, em 2023, os dados sugerem um quadro de polarização, em que as opiniões se concentram nos extremos, de um lado, classificações muito positivas que

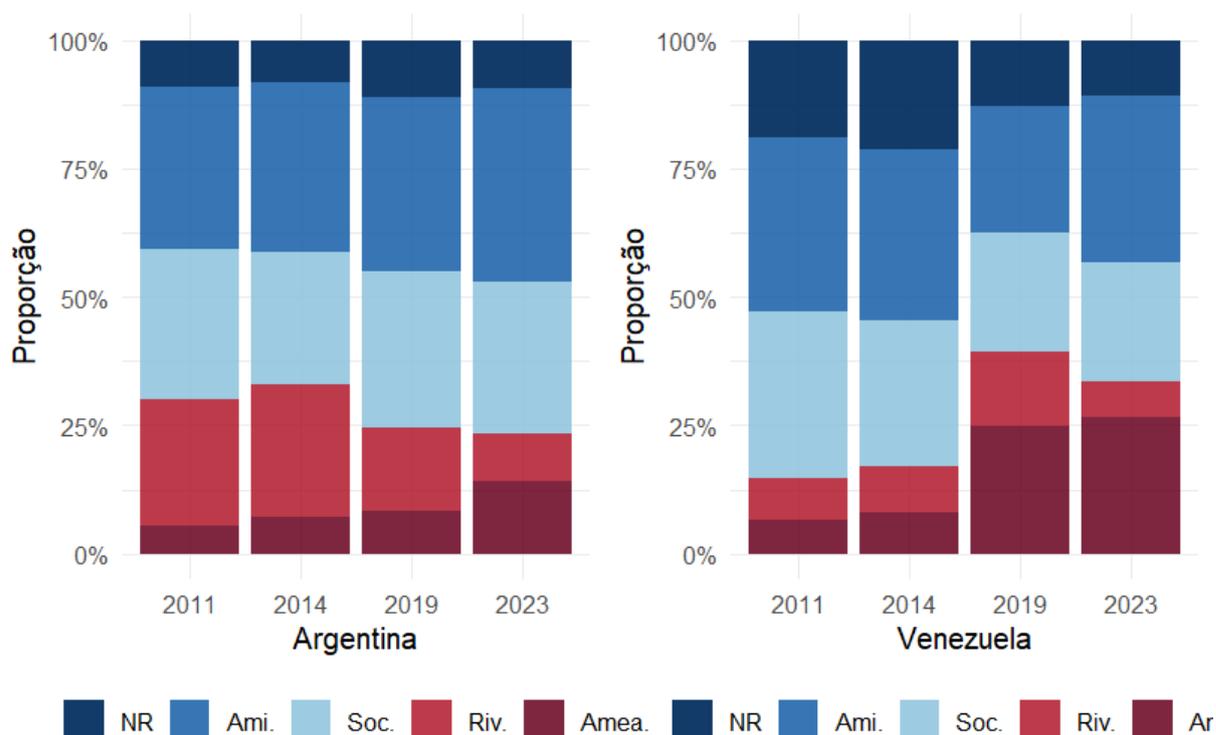
definem a relação como de "amizade", de outro, percepções muito negativas que a enquadram como "ameaça".

Figura 7 – Avaliação da cooperação com EUA e China



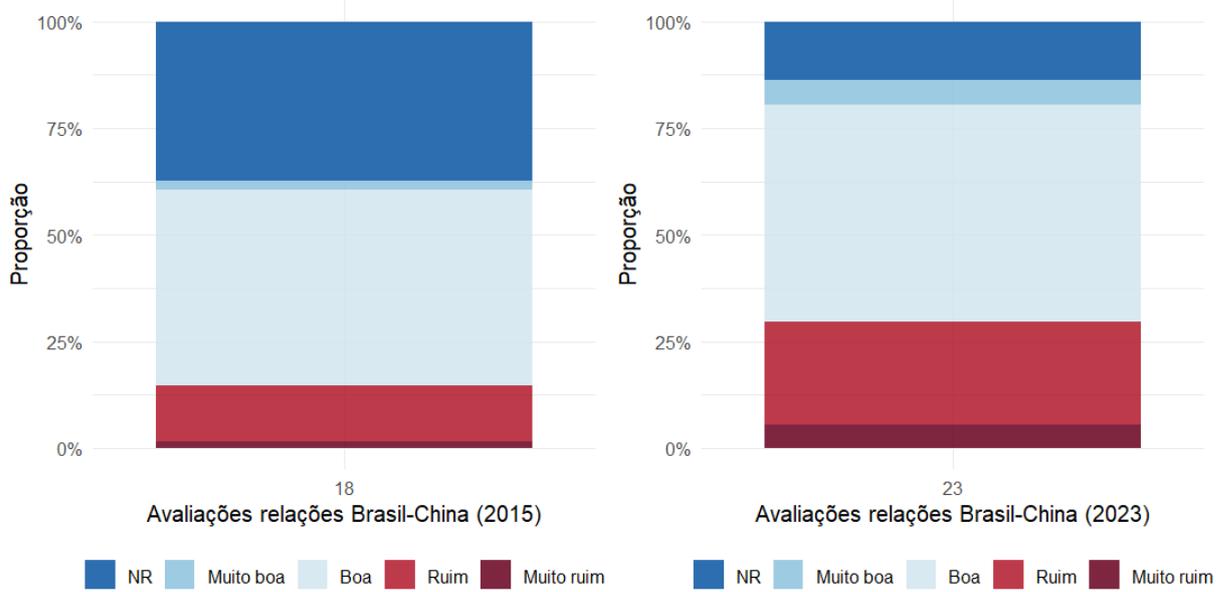
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2011-2023).

Figura 8 – Avaliação da cooperação com Argentina e Venezuela



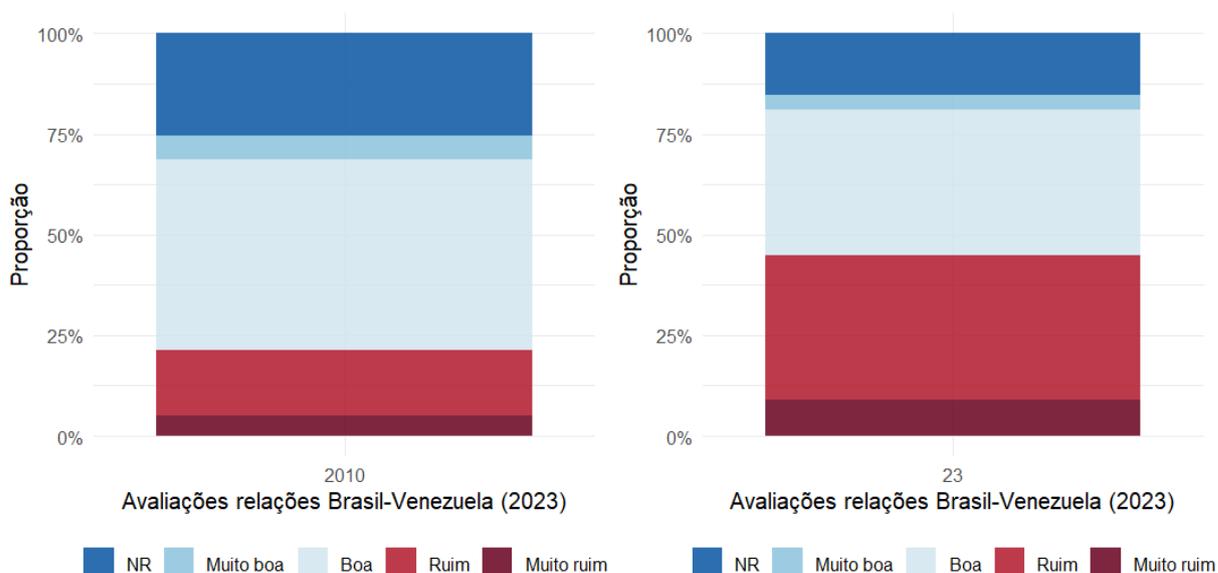
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2011-2023).

Entre 2019 e 2023 aumentou também a percepção de que a China representa uma ameaça para o Brasil. Mais uma vez, essa desconfiança pode ter sido afetada pela pandemia do Covid-19 quando disseminou-se no mundo, mas principalmente no Brasil, a responsabilidade da China sobre a pandemia. No entanto, o que chama atenção é que a visão de que essa era uma relação de sociedade foi diminuindo ao longo do tempo, contrariando as expectativas, em virtude do aumento das parcerias econômicas com o país. Logo, essa avaliação negativa mais recente também nos parece estar relacionada com a polarização política, pois a estratégia de cooperação do Brasil com a China parece mudar de acordo com os grupos políticos. Em outras palavras, enquanto o governo Lula procura uma aproximação político e econômica, o antigo governo Bolsonaro buscou exclusivamente a aproximação econômica, tendo em vista a importância da China para o agronegócio brasileiro, mas ao mesmo tempo criou desgastes diplomáticos com o país durante a pandemia em torno da vacina contra o Covid-19. Em 2020, Bolsonaro além de insinuar um "vírus chinês", desautorizou através de redes sociais, a compra de vacinas desenvolvidas na China (em parceria com o Instituto Butantã) pelo Ministério da Saúde, em meio a disputas políticas domésticas (Trisotto, 2020).

Figura 9 – Avaliação das relações Brasil-China

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro (2015 e 2023).

Para avaliar mais de perto essa mudança das opiniões das pessoas sobre a China (e também sobre a Venezuela) incluímos abaixo duas variáveis do Latinobarômetro que, apesar de não estarem contempladas na nossa análise longitudinal, em virtude da pouca ocorrência da variável nas ondas do survey, nos permitem visualizar melhor essas mudanças (Figura 9 e Figura 10). Comparando 2015 com 2023, identificamos três pontos: 1) a taxa de não resposta cai (principalmente sobre a relação com a China); 2) crescem as respostas intensas, ou seja, aqueles que avaliam como "muito boas" e "muito ruins"; 3) ao mesmo tempo as respostas moderadas ou se mantêm ("boas") ou crescem também ("ruins"). Em se tratando da avaliação bilateral com a Venezuela, vemos que: 1) a resposta intensa negativa cresce consideravelmente, ao passo que a resposta intensa positiva diminui um pouco; 2) a avaliação negativa moderada aumenta e praticamente divide meio a meio as opiniões entre boas e ruins.

Figura 10 – Avaliação das relações Brasil-Venezuela

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro (2010 e 2023).

4.2.5 Integração Regional

A integração regional pode ser definida como um processo dinâmico de aprofundamento e expansão das relações entre atores, geralmente Estados, que resulta na criação de novas formas de governança político-institucional em âmbito regional (Herz; Hoffman; Tabak, 2015). Ao mesmo tempo, as regiões podem ser definidas como espaços socialmente construídos entre os níveis nacional e global, que possuem uma referência geográfica, mas que não precisam necessariamente ter continuidade territorial (Herz; Hoffman; Tabak, 2015). A literatura traz quatro tipos de integração regional, focadas principalmente na esfera econômica do processo. Seriam, então: 1) área de livre comércio; 2) união aduaneira; 3) mercado comum e; 4) união monetária. Neste sentido, cada região do globo possui características próprias nos seus respectivos processos de integração regional, sendo a União Europeia normalmente apontada como o processo mais avançado em termos políticos, além de econômicos (Herz; Hoffman; Tabak, 2015).

Na América Latina existiram ao longo da história inúmeras iniciativas de integração regional. Especificamente no Cone Sul, existe o processo mais desenvolvido, pelo menos na perspectiva econômica, que é o Mercado Comum do Sul (Mercosul), do qual o Brasil participa desde o seu surgimento em 1991 com o Tratado de Assunção (Cervo; Bueno, 2002). Isso significa na prática que além de uma tarifa externa comum, o Mercosul também promoveria (em

teoria) a harmonização da política comercial e livre circulação de serviços, capitais e pessoas entre os países-membros.

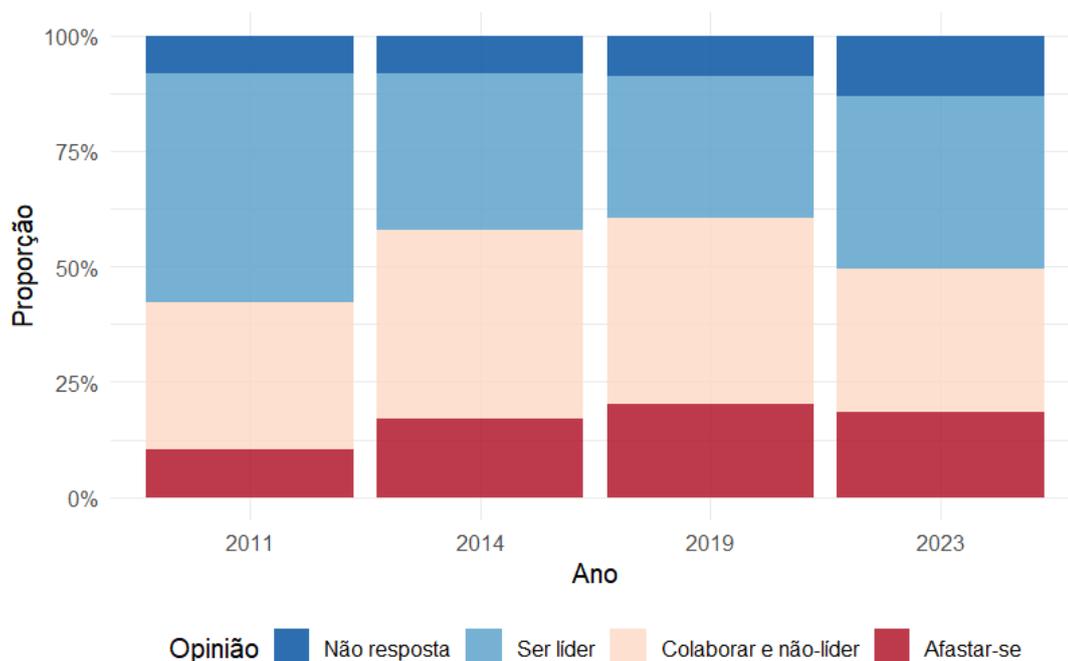
Dentro da história da política externa brasileira a relação com os demais países latino-americanos sempre foi um desafio (Cervo; Bueno, 2002). Mas, em relação aos vizinhos do Cone Sul, principalmente depois da redemocratização, a integração regional via Mercosul parece ser uma prioridade de política externa constante entre os diferentes presidentes do período desde Tancredo Neves (Herz; Hoffman; Tabak, 2015). Acreditamos, então, se tratar de uma dimensão fundamental para se entender as atitudes de política externa dos brasileiros e se a polarização afetiva consegue afetar o aparente consenso que existe sobre a sua importância na agenda de política externa brasileira.

Na dimensão da *Integração Regional* os respondentes são perguntados se de maneira geral, eles apoiam a integração do Brasil com outros países da América Latina. Até 2017, essa pergunta incluía uma nuance: diferenciava-se o apoio a integração econômica e política. A partir de 2020 a pergunta se tornou mais simples e generalizada, sem especificar o tipo de integração, e passou a ser formulada na seguinte forma: "*Você é muito a favor, um pouco a favor, um pouco contra ou muito contra a integração do seu país com outros países da América Latina?*". Para fins de comparabilidade ao longo do tempo, optamos por analisar os primeiros anos (2010-2017) apenas quanto ao apoio a integração econômica, pois entendemos que as pessoas associam mais a integração ao caráter econômico, uma vez que é mais materializável. Ainda, observamos qual é a opinião dos indivíduos a respeito do papel do Brasil na América Latina. "*Qual das seguintes informações se aproxima mais do que você pensa sobre o papel do Brasil na América Latina? 1 - O Brasil deveria procurar ser o líder na região; 2 - O Brasil deveria colaborar com outros países latino-americanos sem pretender ser líder ou; 3 - O Brasil deveria manter-se afastado dos esforços latinoamericanos*".

A integração regional tem sido uma das prioridades da política externa brasileira desde o período de redemocratização Herz, Hoffman e Tabak (2015). Principalmente durante os primeiros governos Lula, o Brasil tem liderado iniciativas a favor da maior aproximação com os países latino-americanos, ampliando para além do projeto econômico do Mercosul e investindo em projetos políticos como é o caso da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Historicamente a integração regional do Brasil com a América Latina parece ser um projeto das elites que não necessariamente se espelha nas massas. Nesse sentido, dois dados justificam essa percepção de distanciamento dos brasileiros em relação a integração regional. Primeiro, como

vimos anteriormente, quando analisamos os dados sobre a dimensão "Ativismo Internacional", a integração regional não é percebida pelos brasileiros como uma pauta prioritária. Ao mesmo tempo, segundo dados de Onuki, Mouron e Urdinez (2016), os brasileiros não se sentem latino-americanos, em contraste com outros países analisados, nos quais esse sentimento está presente nas massas. Esses dois dados combinados criam um cenário estrutural de distanciamento em relação a essa dimensão. Quando perguntados sobre qual deveria ser o papel do Brasil na região, observamos que os brasileiros acreditam menos que o Brasil deve exercer um papel de liderança na região, enquanto que cresceu a alternativa oposta, mais pessoas passaram a achar que o Brasil deve se afastar dos esforços sul-americanos. No último ano (2023), os brasileiros parecem mais divididos a esse respeito, em comparação aos anos anteriores (Figura 11).

Figura 11 – O papel do Brasil na América Latina

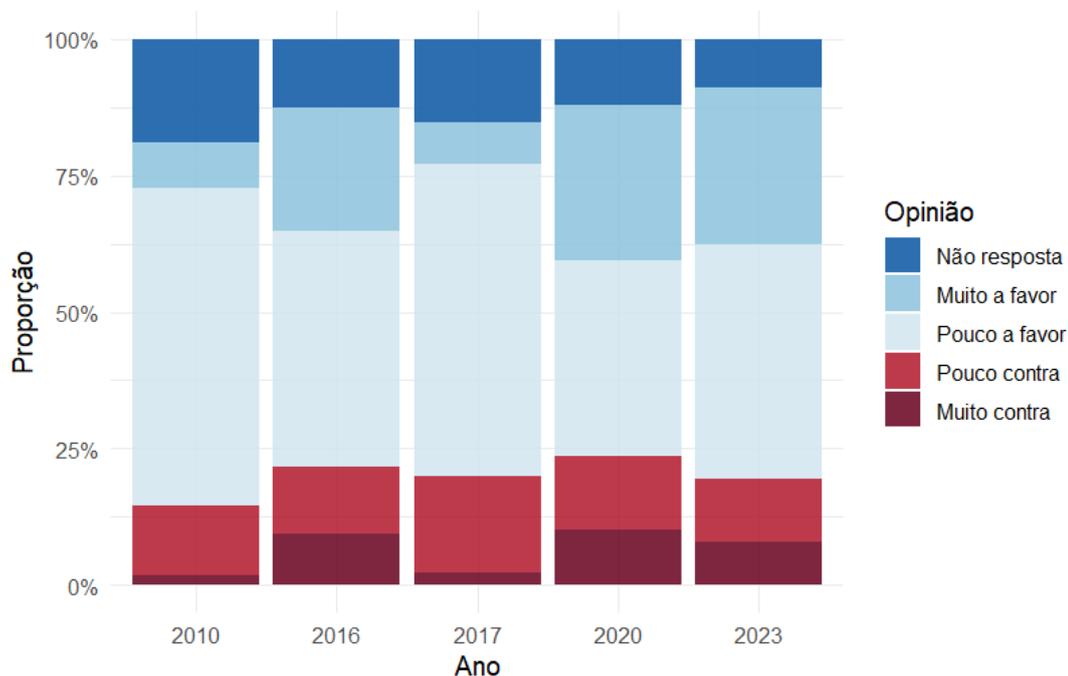


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2011-2023).

Os dados do BAM (Figura 11) nos mostram que ao longo dos anos aumentou a taxa de não-resposta para essa pergunta sobre integração regional, indo na contramão das outras dimensões analisadas. Novamente, dois fatores podem explicar o dado. Primeiro, trata-se de uma pauta mais vinculada às elites políticas que possuem o interesse e habilidade necessárias para se dedicar a temática. Segundo, talvez a queda nos esforços do Brasil em investir no processo de integração com os países vizinhos tenha favorecido uma menor expressão das

opiniões a respeito. Uma vez que as elites estejam menos engajadas na pauta, as massas não conseguem identificar com clareza os seus sinais.

Figura 12 – Apoio a integração econômica com os países da América Latina



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro (2010-2023).

Em contrapartida, os brasileiros passaram a ficar mais favoráveis a integração econômica do país com a América Latina. Ao mesmo tempo, oscila ao longo dos anos uma forte oposição a essa estratégia, sendo o ano de 2020 o período de maior oposição. Para esta pergunta, a taxa de não resposta para essa pergunta diminuiu ao longo do tempo. Isso é o que nos mostram os dados do Latinobarômetro (Figura 12).

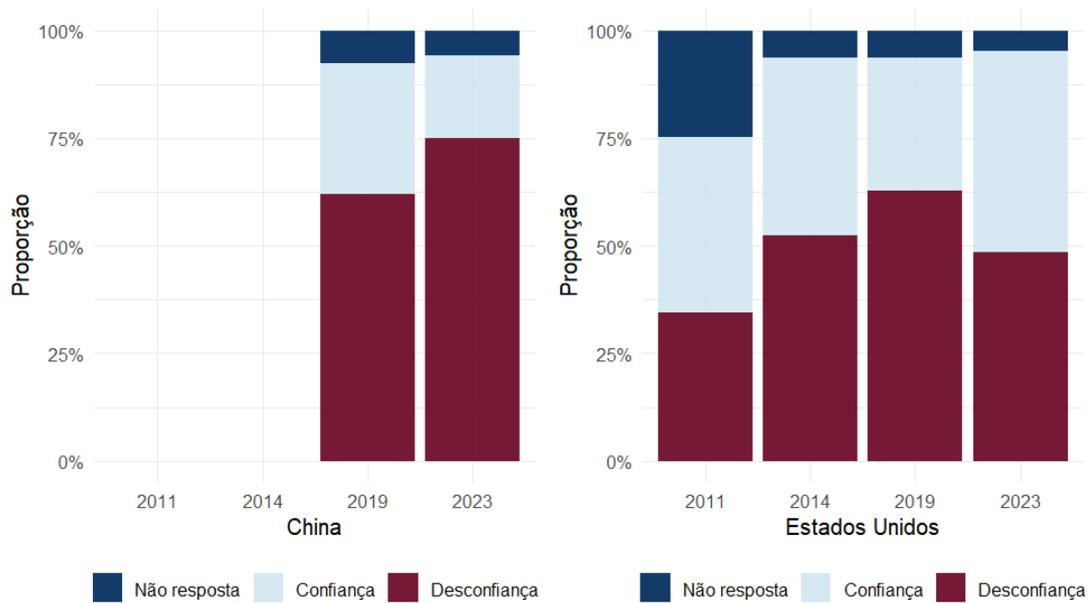
4.2.6 Imagem dos Atores Internacionais

A imagem projetada por um país exerce influência significativa na forma como é percebido pela comunidade internacional, refletindo seu poder relativo, seu potencial como ameaça ou parceiro estratégico, bem como seu status e nível de sofisticação cultural. As imagens são construídas a partir das elites e das massas e são estereótipos que temos sobre outros países e são formuladas em função do que achamos que determinado país pode nos oferecer ou o que pode nos ameaçar. Elas são importantes porque uma vez disseminadas, são difíceis de mudar e isso pode afetar na forma como as informações futuras serão interpretadas. Uma linha da literatura dedica-se a examinar a estrutura das atitudes em política externa ao investigar a origem dos

sentimentos e percepções dos indivíduos sobre os países, por exemplo, os que são considerados amigos e os que não são (Kertzer; Tingley, 2018).

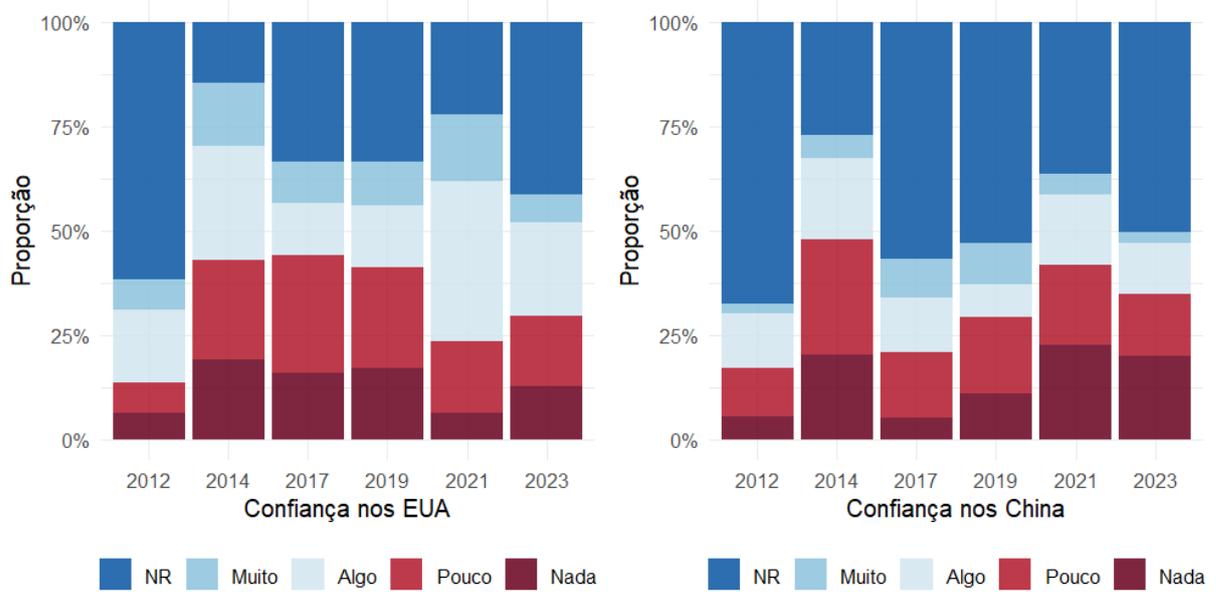
Na dimensão *Imagem dos Atores Internacionais* tenta-se captar a opinião dos respondentes sobre alguns países. Os indivíduos avaliam uma lista de países a apontam para cada um, a sua opinião a respeito daquele. Esta opinião pode ser: muito boa, boa, ruim ou muito ruim e responde à pergunta: "*Gostaria de saber sua opinião sobre os seguintes países e potências. Você tem uma opinião muito boa, boa, ruim ou muito ruim sobre...?*". Os países comuns a todas as ondas são: Estados Unidos, União Europeia e China. Por isso, são esses os selecionados para análise ao longo do tempo. Observamos também o quanto as pessoas confiam nos governos da China e dos Estados Unidos. As respostas variam de muito a nada confiável (LAPOP). No Latinobarômetro: "Das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estados Unidos? Confiança (1) Desconfiança (2) Indiferença (esp.) (3)".

A percepção que as massas constroem sobre outros países pode influenciar diretamente as negociações no cenário internacional. Essas imagens, sejam positivas ou negativas, têm diferentes origens. No nosso argumento, sustentamos que elas estão fortemente vinculadas aos sinais transmitidos pelas elites políticas. Quando os políticos expressam uma visão de que determinado país é uma democracia, garantidor das liberdades individuais e com alto crescimento econômico, por exemplo, as pessoas também tendem a ter uma visão positiva desse país. O contrário pode acontecer quando se dissemina a ideia de que determinado país é imperialista, configura-se como uma ditadura que limita a liberdade de expressão e age através de meios questionáveis para ampliar o seu poder. Exemplo disso é a imagem que os brasileiros possuem das atuais potências globais: Estados Unidos e China. A Figura 13 evidencia uma diferença significativa nas percepções dos brasileiros em relação às duas potências: enquanto predomina a desconfiança em relação à China, os Estados Unidos são, em geral, mais confiáveis na percepção dos brasileiros. No entanto, observa-se que, no ano mais recente, as opiniões sobre os EUA tornaram-se mais polarizadas, registrando o nível de divisão mais alto desde 2011, conforme a Figura 13.

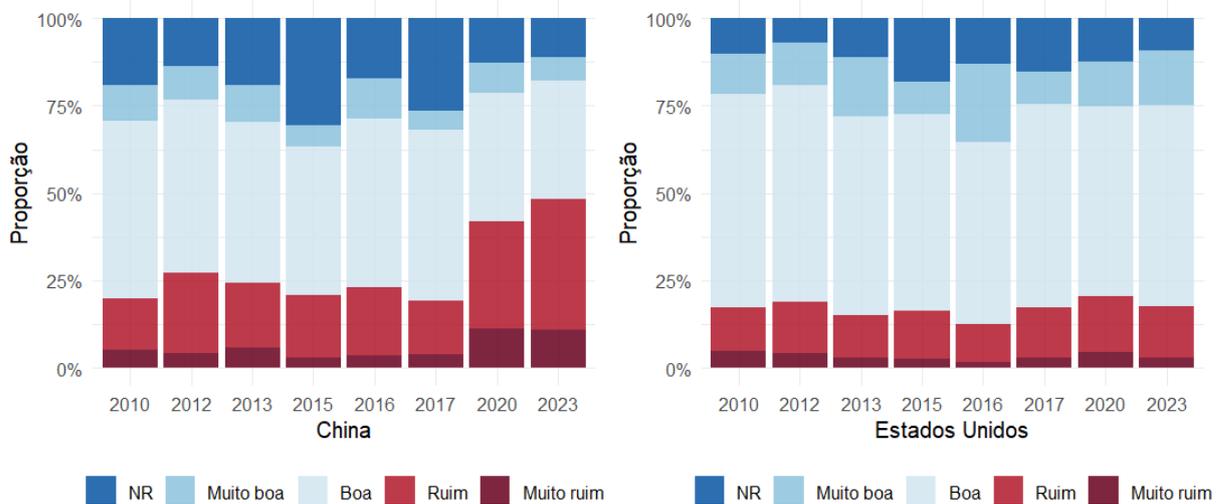
Figura 13 – Sentimentos com relação a China e aos EUA

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BAM (2011-2023).

A mesma tendência é observada nas Figura 14 e Figura 15: é crescente a avaliação muito negativa sobre a China. Assim como nos dados do BAM, os dados do LAPOP na Figura 14 mostram que tem aumentado a desconfiança com os EUA, com destaque para 2017. Acreditamos que essa avaliação tenha caído em virtude da eleição de Donald Trump, presidente estadunidense eleito no ano anterior com uma retórica agressiva e populista. Ao mesmo tempo, aumentou o número de pessoas que não responderam essa pergunta. Isso nos indica que talvez a imagem "consolidada" dos EUA como sendo uma referência positiva de democracia esteja mudando para os brasileiros. Em contrapartida, os dados do Latinobarômetro (Figura 15) mostram que permanece mais ou menos constante a avaliação muito positiva sobre os EUA, sugerindo uma percepção homogênea dos brasileiros a respeito.

Figura 14 – Confiança na China e nos EUA

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP (2012-2023).

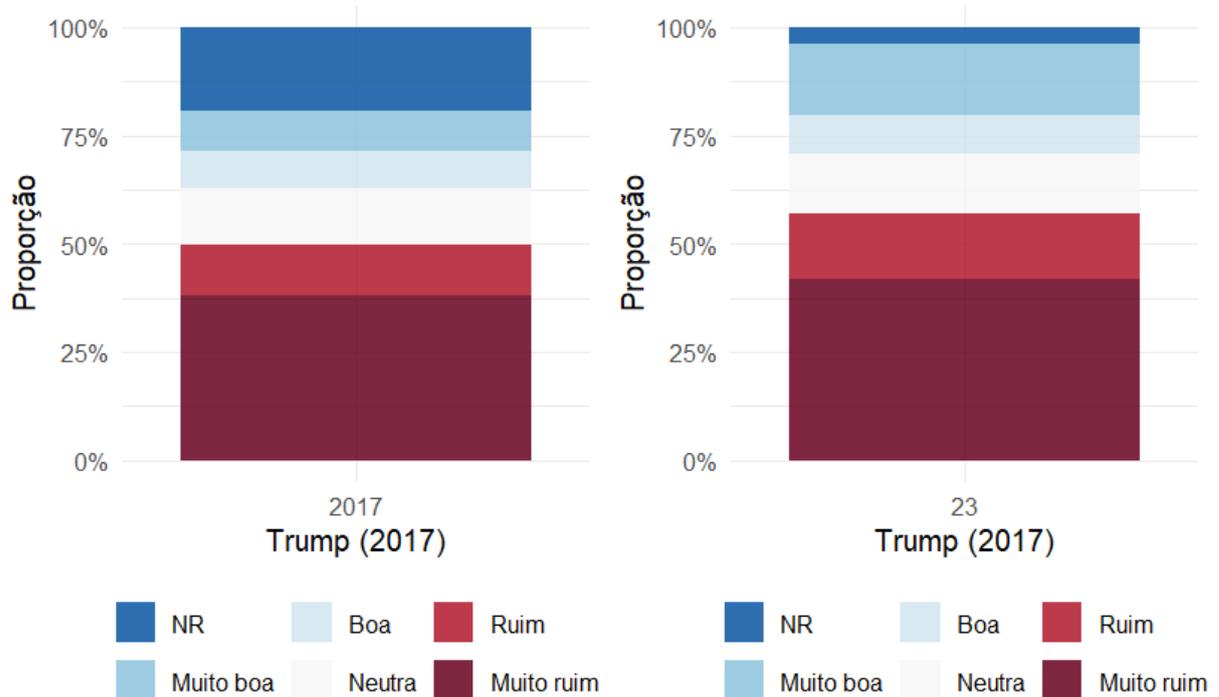
Figura 15 – Opinião com relação a China e EUA

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro (2010-2023).

Para ilustrar nosso argumento anterior, comparamos abaixo (Figura 16) a avaliação dos brasileiros sobre Donald Trump. Apesar dessa pergunta não estar contemplada em nossa análise longitudinal, em virtude da pouca ocorrência de casos, acreditamos que ela é oportuna para nos fornecer um panorama mais detalhado sobre essa imagem. Como podemos observar, os brasileiros possuem uma visão predominantemente negativa sobre o atual presidente dos

Estados Unidos e essa tendência não é recente. Desde 2017, durante o primeiro mandato, as avaliações muito ruins já superavam todas as outras. Contudo, avaliando um cenário mais atual, percebemos que: as taxas de não respostas caíram drasticamente e que cresceram as avaliações mais intensas, o que nos indica, mais uma vez, que as pessoas estão tendo opiniões mais firmadas a respeito e mais fortes, por isso, as expressam mais nos questionários.

Figura 16 – Opinião sobre Trump

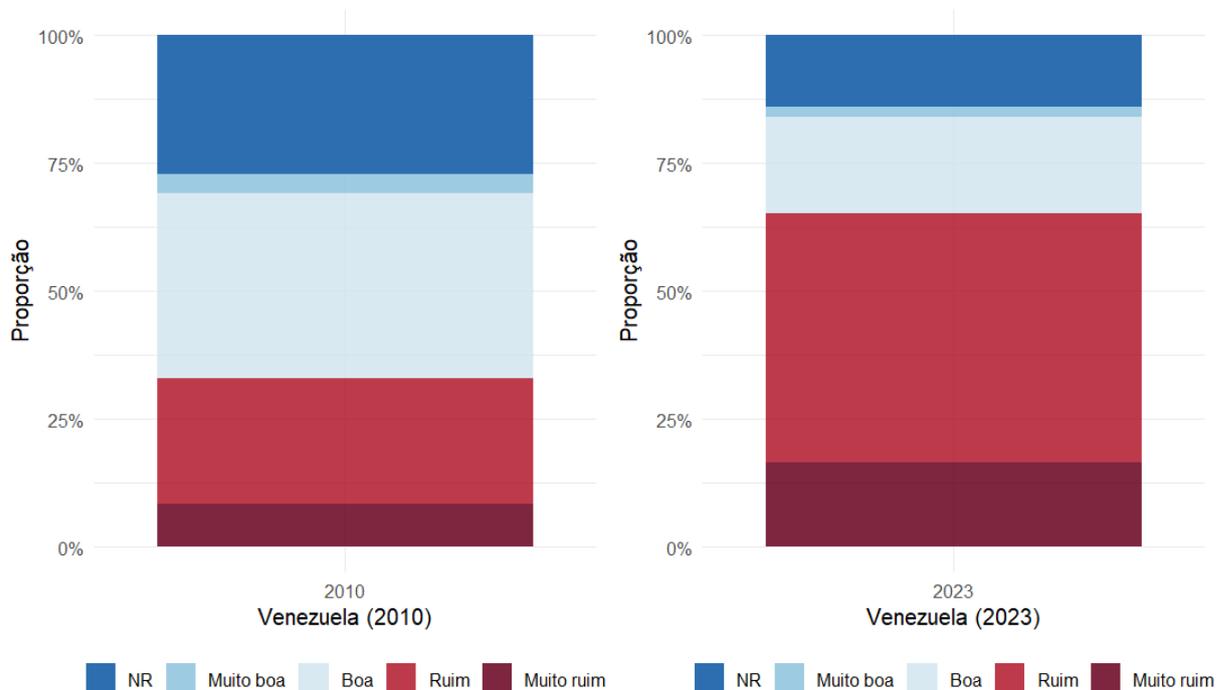


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro (2017 e 2023).

Como discutido no capítulo 3, a polarização tem chegado na política exterior do Brasil. Cada vez mais a disputa político-partidária tem se apropriado de temas internacionais para sinalizar posições ideológicas ou defender estratégias políticas, por conseguinte, acabam engajando mais as respectivas bases eleitorais que veem nos grupos políticos uma identificação. Os indivíduos passam a formular opiniões a respeito de questões que antes era muito distantes de suas vidas. Alguns temas de política externa passaram a dividir opiniões e um deles é a respeito da Venezuela. Desde 1999 governada por presidentes de esquerda, a Venezuela é vista como uma espécie de "pária internacional", acusada de ser uma ditadura e sobrecarregada de sanções econômicas dos EUA. A aproximação do Brasil com o país é associada aos governos de esquerda (PT) e tem sido utilizada por grupos de oposição. Desde as eleições de 2018, por exemplo, era comum apoiadores de Jair Bolsonaro expressarem frases como "o Brasil não irá

virar Venezuela". Até 2025 a expressão ainda é vista, nesse caso, em virtude da resposta do atual presidente Lula em reação ao aumento das tarifas comerciais com os EUA (Desideri, 2025).

Figura 17 – Opinião sobre a Venezuela em 2010 e em 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarômetro (2010-2023).

Na Figura 17 vemos uma queda na opinião dos brasileiros sobre a Venezuela de 2010 a 2023. De uma avaliação que era predominante boa em 2010, o país passa a ser avaliado majoritariamente como ruim. Além disso, crescem as opiniões intensas mais negativas e cai substancialmente, mais uma vez, a taxa de não resposta. Uma possível explicação para esse comportamento seja o quão polarizadas as pessoas estão no Brasil, pois ao interpretarem as mensagens das elites políticas sobre a Venezuela, principalmente sob uma imagem negativa, se posicionam também de forma contrária ao país.

4.2.7 Resumo da análise exploratória

Em suma, identificamos que, ao longo dos anos, os brasileiros passaram a expressar mais suas opiniões em política externa em todas as dimensões, com exceção da pauta da integração regional que apresentou um aumento na taxa de não resposta. Para a maioria das dimensões vimos a presença de opiniões mais intensas nos últimos anos. Ao mesmo tempo em que cresce a preocupação da população com os impactos das mudanças climáticas e aumenta o apoio a uma

inserção mais ativa do Brasil na política internacional, observa-se um declínio na percepção de que o país deva exercer a liderança na América Latina. Esse padrão sugere uma reconfiguração das expectativas sobre o papel internacional do Brasil, marcada por maior valorização do engajamento em agendas globais, em detrimento da centralidade tradicionalmente atribuída à liderança regional.

Embora a visão sobre os estrangeiros permaneça positiva, observa-se um crescimento das avaliações negativas, sobretudo a partir de 2019. Esse processo se reflete na mudança observada entre 2010 e 2023, quando a percepção sobre a Venezuela — um dos principais parceiros do Brasil na região — passou de majoritariamente positiva para predominantemente negativa. Os brasileiros passaram a se expressar fortemente a respeito, muito provavelmente mobilizados pela polarização afetiva que se intensificou a partir de 2018. A imagem negativa também se estende à China. Apesar do crescimento do comércio bilateral, os brasileiros mantêm uma percepção marcada pela desconfiança em relação ao país. Em contrapartida, os Estados Unidos e a Europa ainda são vistos de forma mais favorável. No entanto, a avaliação positiva dos EUA apresenta sinais de mudança, ainda que sutis, provavelmente em função da imagem amplamente negativa que os brasileiros passaram a associar a Donald Trump desde 2017.

Os resultados indicam que a agenda de integração regional parece gerar menor engajamento em comparação às demais dimensões da política externa. Esse padrão sugere que os sinais emitidos pelas elites não são suficientemente fortes ou diferenciados para que a opinião pública forme de forma clara suas preferências sobre o tema. Ainda assim, em linhas gerais, as expectativas teóricas foram corroboradas pelas análises descritivas. Em síntese, a combinação das análises longitudinais apresentadas na seção anterior com as análises exploratórias por dimensões fornece evidências suficientes para validar as hipóteses H1A e H1B. Assim, ao longo do período analisado, os brasileiros passaram a expressar atitudes menos ambíguas e mais intensas em relação à maioria das dimensões da política externa.

4.3 Testes das hipóteses observacionais

Nesta tese, utilizamos duas variáveis dependentes dicotômicas como *proxies* para atitudes de política externa. A primeira variável, **expressão de opinião sobre política externa**, assume o valor “1” quando o respondente fornece uma resposta válida e “0” quando escolhe “não sabe” ou “não respondeu”. Essa variável é utilizada para testar as hipóteses H1A e H2A. A segunda variável, **intensidade da posição**, recebe o valor “1” quando o respondente seleciona uma das

categorias mais extremas da escala de resposta (por exemplo, “concordo muito” ou “discordo muito”) e “0” quando opta por uma categoria intermediária. Esta é utilizada para testar as hipóteses H1B e H2B. O quadro abaixo reúne as hipóteses apresentadas no capítulo anterior e as fontes dos dados que serão utilizadas para cada uma.

Tabela 2 – Resumo das hipóteses

Hipótese	Expectativa	Dados
H1A	Ao longo do tempo, os brasileiros expressam mais suas opiniões em relação à política externa.	LAPOP (2006 - 2023) Latinobarômetro (2010 - 2023) O Brasil, as Américas e o Mundo (2010 - 2023)
H1B	Ao longo do tempo, os brasileiros adotam posições menos ambíguas sobre política externa.	LAPOP (2006 - 2023) Latinobarômetro (2010 - 2023) O Brasil, as Américas e o Mundo (2010 - 2023)
H2A	Indivíduos mais polarizados expressam mais suas opiniões em relação à política externa do que indivíduos mais moderados.	Pew Research Center (2023) LAPOP (2017)
H2B	Indivíduos mais polarizados possuem posições mais fortes sobre política externa do que indivíduos mais moderados.	Pew Research Center (2023) LAPOP (2017)

4.3.1 Teste das Hipóteses H1A e H1B

As hipóteses H1A e H1B são descritivas e possuem como objetivo analisar se e como as atitudes de política externa mudaram ao longo do tempo. Neste sentido, utilizamos análises longitudinais para visualizar essas oscilações. A hipótese H1A espera que “ao longo do tempo, os brasileiros expressam mais suas opiniões em relação à política externa”. Nesse caso, a variável dependente trata-se da "**expressão**" de respostas válidas e assume o valor “1” quando o respondente fornece uma resposta válida à pergunta sobre política externa e “0” quando escolhe a opção “não sabe” ou “prefere não responder”.

A hipótese H1B, por sua vez, propõe que “ao longo do tempo, os brasileiros adotam posições menos ambíguas sobre política externa”. A variável dependente consiste na "**intensidade**" das respostas em política externa e assume o valor “1” quando o respondente adota uma posição mais clara ou extrema (por exemplo, “concordo muito” ou “discordo muito”) e “0” quando seleciona uma categoria intermediária da escala de resposta. Aqui, buscamos verificar se há uma tendência crescente, ao longo dos anos, de os indivíduos se posicionarem de forma mais definida sobre temas de política externa.

Como selecionamos um conjunto de atitudes de política externa, para cada banco de dados construímos um índice dessas atitudes em política externa. Como explicado anteriormente, cada pergunta foi recodificada de acordo com dois critérios:

- $z_{ij} = 1$, se a resposta for considerada **válida** (por exemplo, "a favor" ou "contra"); $z_{ij} = 0$ caso contrário.
- $x_{ij} = 1$, se a resposta do indivíduo j à pergunta i for considerada **intensa** (por exemplo, "muito favorável" ou "muito desfavorável"); $x_{ij} = 0$ caso contrário.

Dois índices foram construídos: *Expressão* e *Intensidade*. Os índices foram construídos a partir da soma de respostas válidas e intensas para cada indivíduo fornecidas a um conjunto de n perguntas dos surveys e gerou duas variáveis numéricas contínuas que variam de 0 a 1 e são explicadas em seguida.

$$\text{SomaResVal}_j = \sum_{i=1}^{n_j} z_{ij}, \quad \text{SomaResInt}_j = \sum_{i=1}^{n_j} x_{ij}$$

Os índices de *expressão* e *intensidade* foram calculados como proporções normalizadas entre 0 e 1. Para cada respondente j , considerou-se o conjunto de n_j itens avaliados. O índice de expressão corresponde à fração de respostas consideradas válidas, enquanto o índice de intensidade corresponde à fração de respostas classificadas como intensas. Formalmente, definimos:

$$\text{Expressão}_j = \frac{1}{n_j} \sum_{i=1}^{n_j} \mathbf{1}(\text{resp.}_{ij} \text{ válida}) \quad \text{e} \quad \text{Intensidade}_j = \frac{1}{n_j} \sum_{i=1}^{n_j} \mathbf{1}(\text{resp.}_{ij} \text{ intensa})$$

Na equação, i corresponde a cada pergunta respondida, n_j representa o número de perguntas consideradas para o respondente j , e $\mathbf{1}(\cdot)$ denota a função indicadora, que assume valor 1 caso a resposta seja válida ou intensa e 0 caso contrário. Dessa forma, os índices variam entre 0 e 1, indicando a proporção de respostas que atendem a cada critério.

Por exemplo, para os dados do LAPOP (2023) utilizamos apenas três perguntas para mensurar as atitudes de política externa. Para o indivíduo que forneceu 2 respostas válidas e 1 não-válida, temos um *Índice de Expressão* = 0.66, pois é o resultado da soma das suas respostas válidas (2) dividida pelo número total de perguntas do survey (3). Da mesma forma, o *Índice de Intensidade* das opiniões desse indivíduo. Caso em uma dessas perguntas ele tenha respondido

as opções "muito confiável" ou "nada confiável" (resposta intensa) e nas outras duas ele tenha fornecido uma resposta moderada (não-intensa), como "mais ou menos confiável", seu *Índice de Intensidade* = 0.33, pois é o resultado a soma das respostas intensas (1) dividida pelo número total de perguntas do survey (3). A nossa expectativa, então, é que ao longo do tempo as respostas dos indivíduos ficaram menos ambíguas (H1A) e mais intensas (H1B).

4.3.1.1 Análise longitudinal: Expressão e Intensidade das opiniões dos brasileiros em política externa de 2010 a 2023

Nesta seção, analisamos as atitudes de política externa ao longo do tempo a partir de dados do LAPOP (2012 - 2023), Latinobarômetro (2010 - 2023) e do BAM (2010 - 2023). A nossa expectativa era de que ao longo do tempo, os brasileiros expressam mais suas opiniões em relação à política externa (H1A) e também adotam posições mais intensas (H1B). Para analisar as hipóteses criamos duas variáveis chamadas "expressão" e "intensidade". A primeira era classificada em 0 ou 1, caso a resposta daquele indivíduo naquele survey fosse uma resposta válida. Por exemplo, para a pergunta "*O governo da China, na sua opinião ele é muito confiável, algo confiável, pouco confiável, nada confiável, ou não tem opinião?*", caso o indivíduo tivesse escolhido uma das quatro opções, tratava-se de uma resposta válida (portanto, classificada como 1); caso escolhesse a última opção (não tem opinião) ou não respondesse, aquela resposta era classificada como zero (0). O mesmo foi feito para a variável "intensidade". Respostas intensas foram classificadas como 1 e não-intensas como 0. Vamos utilizar a mesma pergunta anterior como exemplo. As respostas "muito confiável" e "nada confiável" são entendidas como intensas, pois representam os extremos e, portanto, classificadas como um (1), enquanto as respostas "algo confiável" e "pouco confiável" foram entendidas como moderadas (não-intensas) e, portanto, classificadas como zero (0).

Na Figura 18 visualizamos a média da taxa de não resposta (em porcentagem) para cada survey entre os anos de 2010 e 2023. Essa taxa foi calculada para cada indivíduo em cada survey a partir do somatório de respostas válidas que aquele indivíduo fornecia, dividido pelo número de perguntas selecionadas daquele survey. Depois esse valor era multiplicado por 100. Resumimos na fórmula abaixo:

$$\text{Expressão}_j = \left(\frac{\sum_{i=1}^P x_{ij}}{P} \right) \times 100 \quad (4.1)$$

Onde $Expressão_j$ representa o percentual de respostas válidas do indivíduo j ; x_{ij} representa a resposta do indivíduo j à pergunta i , assumindo valor 1 quando a resposta é válida e 0 em caso de não resposta; P é o número total de perguntas de política externa selecionadas naquele survey. Assim, o somatório $\sum_{i=1}^P x_{ij}$ indica o total de respostas válidas fornecidas pelo indivíduo j . O resultado da fração é multiplicado por 100 para expressar o valor em termos percentuais.

A Figura 18 nos mostra que a taxa de não resposta tem diminuído ao longo dos anos. Com exceção do LAPOP que apresenta uma média alta (65%) e discrepante em seu primeiro ano (2012), as demais linhas são decrescentes. Mesmo no BAM, que é uma pesquisa de opinião específica sobre política externa e internacional, e talvez por isso, apresente a média de não resposta mais baixa em todo o período (em torno de 8%), a tendência tem sido decrescente, tendo o ano de 2023 apresentado a média mais baixa até então. No Latinobarômetro, em média 19% dos respondentes não fornecem respostas válidas para perguntas de política externa. No LAPOP, vemos que essa taxa oscila nos últimos anos entre 29% a 31%, de qualquer forma, trata-se de uma média menor que 2012. Na Tabela 3 apresentamos os números detalhados. Em conjunto, apesar da não linearidade dos dados, os indivíduos parecem estar se posicionando mais sobre política externa.

Figura 18 – Taxa de não resposta ao longo dos anos

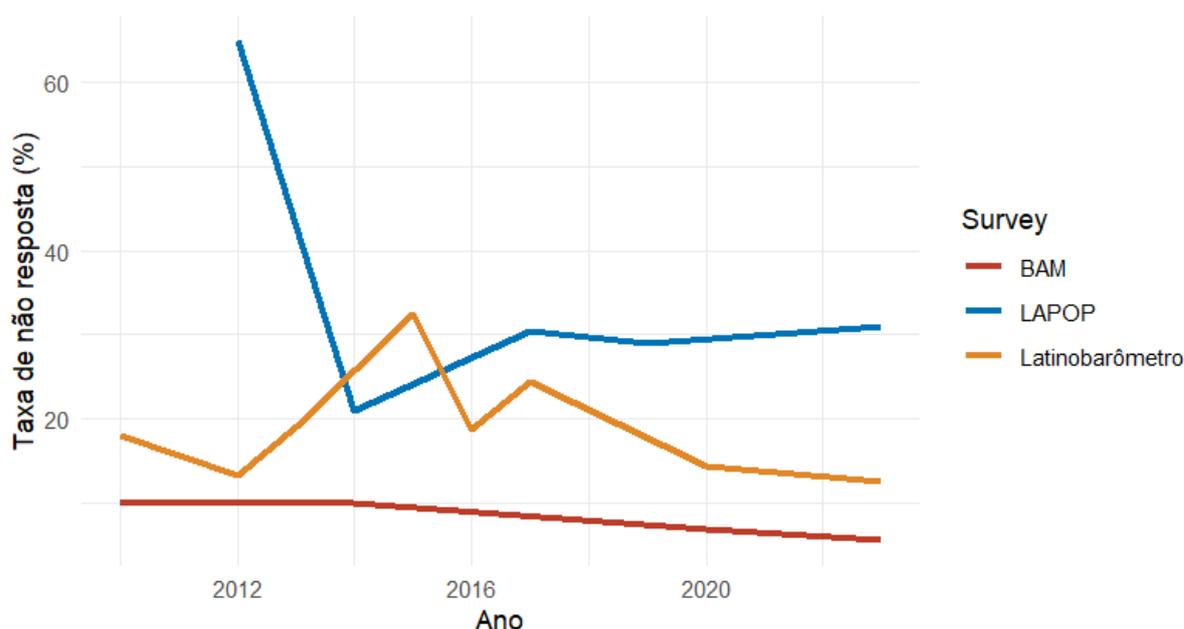


Tabela 3 – Distribuição de taxa de respostas válidas e não respostas por ano

Survey	Ano	Não_res	res_val
Latinobarômetro	2010	17,90%	82,10%
Latinobarômetro	2012	13,20%	86,80%
Latinobarômetro	2013	19,10%	80,90%
Latinobarômetro	2015	32,40%	67,60%
Latinobarômetro	2016	18,80%	81,20%
Latinobarômetro	2017	24,40%	75,60%
Latinobarômetro	2020	14,40%	85,60%
Latinobarômetro	2023	12,50%	87,50%
BAM	2010	10%	90,30%
BAM	2014	10%	90,00%
BAM	2020	6,8%	93,20%
BAM	2023	5,5%	94,50%
Lapop	2012	65,00%	35%
Lapop	2014	21,00%	79%
Lapop	2017	30,40%	69,60%
Lapop	2019	29,00%	71%
Lapop	2023	31,00%	69%

Na Figura 19 vemos o quão intensas foram as respostas dos respondentes. Para esse cálculo consideramos, novamente, as respostas dos indivíduos por ano e por survey, resumidas na fórmula abaixo:

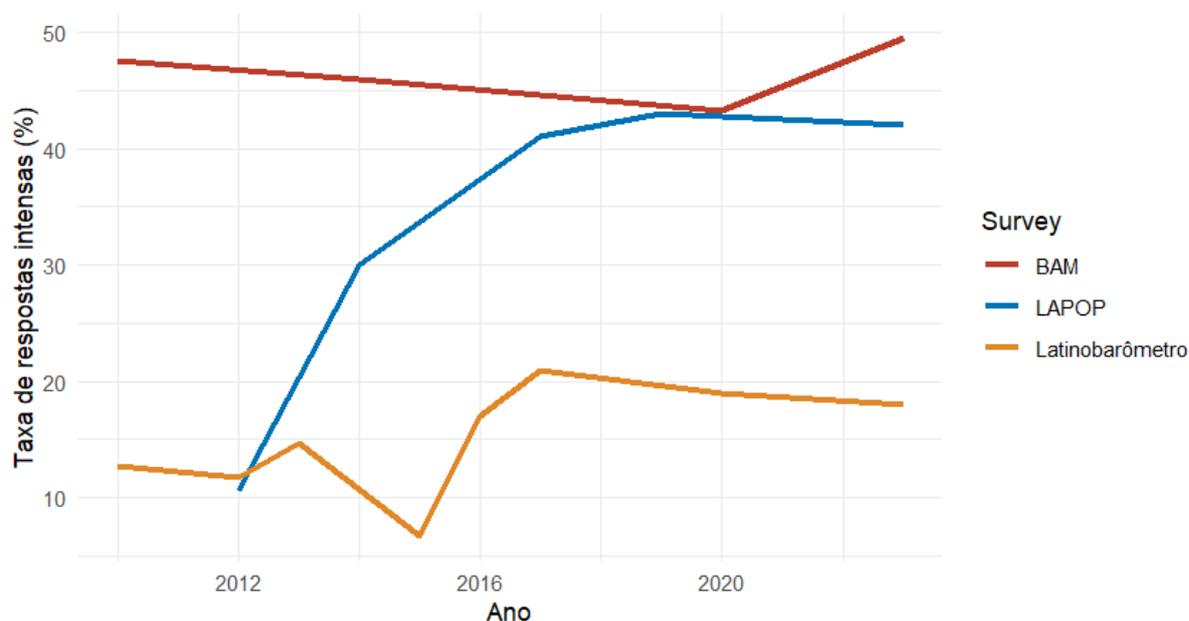
$$\text{Intensidade}_j = \left(\frac{\sum_{i=1}^P z_{ij}}{P} \right) \times 100 \quad (4.2)$$

Onde z_{ij} representa a resposta do indivíduo j à pergunta i , assumindo valor 1 se a resposta for considerada intensa e 0 caso contrário; P é o número total de perguntas selecionadas; o somatório $\sum_{i=1}^P z_{ij}$ corresponde ao total de respostas intensas fornecidas pelo indivíduo j . O resultado é multiplicado por 100 para expressar o valor como um percentual.

A Figura 19 nos mostra uma tendência dos indivíduos em fornecer respostas mais intensas a perguntas de política externa. Nos dados do BAM isso se torna claro a partir de 2020, quando a taxa de intensidade salta de 43.3% para 49.5%. Com o LAPOP essa é uma tendência crescente desde 2014, momento em que o ambiente político brasileiro começa a mostrar sinais mais claros de divisão política com as Jornadas de Junho de 2013, principalmente com manifestações contra o Governo Dilma (PT). Mais interessante é notar que o momento de maior nível da taxa de intensidade (43.2%) é em 2019, logo após as eleições presidenciais de 2018, quando o eleitor é mais orientado ideologicamente (Fuks; Marques, 2021) em um realinhamento histórico e "a polarização política passou a ser afetiva" (Nunes; Traumann, 2023,

p.13). Para o Latinobarômetro o auge das respostas intensas (21%) foi o ano que antecede as eleições presidenciais. Em 2017 o clima era de instabilidade política, dados os escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato desde 2014. Embora exista uma pequena oscilação dessa taxa nos últimos anos, ela se mantém na média de 19%.

A partir da análise dos dados encontrados na Tabela 4 e na Figura 19 apresentamos fortes evidências que confirmam as nossas duas hipóteses descritivas, pois observamos que os brasileiros estão se manifestando de forma menos ambígua e mais intensa em temas de política externa no intervalo temporal de análise. Vários fatores podem explicar essa mudança histórica de comportamento. A década de 2011-2020 foi marcada por eventos políticos históricos importantes como o impeachment da Presidente Dilma em 2016, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a ascensão e queda da popularidade da Lava Jato e a prisão também em 2018 do atual Presidente Lula. Acreditamos que combinados esses eventos aumentaram o interesse das pessoas por política como um todo, principalmente por sua identificação social. Se antes no Brasil o único partidatismo possível era a favor ou contra o PT, a ascensão de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo como força política, mudou a natureza da antiga polarização política entre esquerda e direita no Brasil com PT e PSDB. A substituição da direita tradicional por uma direita reacionária trouxe confirmou novos temas na disputa política. O Governo Bolsonaro defendeu abertamente uma agenda anti globalista e a favor da aliança global de governos de extrema direita. A política externa que estava sendo politizada nas décadas de 1990 e 2000, se tornou definitivamente uma arena de diferenciação entre Lula e Bolsonaro. Acreditamos que esse processo então faz as pessoas terem opiniões menos ambíguas e mais fortes sobre temas complexos (*hard issues*).

Figura 19 – Taxa de respostas intensas ao longo dos anos**Tabela 4** – Distribuição de taxa de respostas intensas por ano

Survey	Ano	Intensidade
Latinobarometro	2010	12.7%
Latinobarometro	2012	11.7%
Latinobarometro	2013	14.7%
Latinobarometro	2015	6.7%
Latinobarometro	2016	17%
Latinobarometro	2017	21%
Latinobarometro	2020	19%
Latinobarometro	2023	18%
BAM	2010	47.5%
BAM	2014	46%
BAM	2020	43.3%
BAM	2023	49.5%
Lapop	2012	10.6%
Lapop	2014	30%
Lapop	2017	41%
Lapop	2019	43.2%
Lapop	2023	41.8%

Na seção a seguir testamos através de modelos de regressão linear a relação entre a polarização afetiva e as atitudes de política externa.

4.3.2 Teste das Hipóteses H2A e H2B

As hipóteses H2A e H2B buscam testar associação entre a polarização afetiva e as atitudes de política externa. A polarização afetiva é comumente mensurada através de pesquisas de survey que incluem termômetros de sentimentos (calcula-se a diferença de afeto entre *in-group* e *out-group*), medidas de distanciamento social (ou seja, o quão confortáveis os indivíduos se sentem socialmente próximos a indivíduos do partido oposto), medidas comportamentais de confiança interpessoal e estereótipos, entre outras, sendo a mais comum a primeira delas (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019; Druckman; Levendusky, 2019; Röllicke, 2023). Com exceção do LAPOP (2017) e da Pew Research Center (2023), as demais bases de dados de pesquisa de opinião não contém perguntas específicas que mensurem polarização afetiva, como termômetro de sentimentos em relação aos grupos. E que incluam também questões de política externa. Sendo assim, utilizaremos medidas distintas e separadas de polarização afetiva.

A primeira delas está relacionada ao afeto em relação aos líderes (Lula e Bolsonaro) e a segunda consiste no afeto em relação aos partidos políticos, ambas disponíveis na Pew Research Center (2023). A terceira medida consiste no afeto aos grupos (petistas e PSDBistas) e está disponível no LAPOP (2017). Para os modelos com perguntas que captam afeto, a polarização afetiva é mensurada da seguinte forma:

$$PA = |x - y|$$

Contudo, alguns bancos de dados (BAM, LAPOP e Latinobarômetro nos anos de 2023) não possuem perguntas que mensuram afeto. Por isso, a quarta medida utilizada como uma *proxy* de polarização consiste na autoidentificação ideológica dos indivíduos. Identificaremos os indivíduos polarizados na medida em que se distanciam do centro ideológico. Calculamos a distância em que os mesmos se encontram do centro. A medida de polarização pode ser representada da seguinte forma:

$$PA_i = |x_i - c|$$

Onde x_i é o valor da autoidentificação ideológica para o indivíduo i , c é o valor central de referência (por exemplo, média ou mediana) e $|\cdot|$ denota o valor absoluto (distância em módulo).

Abaixo encontram-se as respectivas perguntas que mensuram polarização afetiva em nossos modelos:

- **Afeto (líderes):** *"Por favor, diga-me se você tem uma opinião muito favorável, um pouco favorável, um pouco desfavorável ou muito desfavorável sobre a. Luís Inácio Lula da Silva; b. Jair Bolsonaro"* (Pew Research Center, 2023).
- **Afeto (partidos):** *"Por favor, diga-me se você tem uma opinião muito favorável, um tanto favorável, um tanto desfavorável ou muito desfavorável sobre a. PL, Partido Liberal, n. PT, Partido dos Trabalhadores; c. MDB, Movimento Democrático Brasileiro, formalmente conhecido como PMDB; d. REP, Republicanos; e. PP, Partido Progressista?"* (Pew Research Center, 2023).
- **Afeto (grupos):** *"Falando de alguns grupos de pessoas, poderia informar o quanto gosta ou desgosta dos listados abaixo. Usaremos agora uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa "desgosto muito" e 10 significa "gosto muito". 1. Pessoas que defendem a legalização do aborto; 2. Pessoas que defendem o regime militar; 3. Comunistas; 4. Petistas/ Simpatizantes do PT; 5. PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB"* (LAPOP, 2017).
- **Ideologia:** *"Algumas pessoas falam sobre política em termos de esquerda, centro e direita. Em uma escala esquerda-direita de 0 a 10, com 0 indicando extrema esquerda e 10 indicando extrema direita, onde você se colocaria?"* (BAM, LAPOP e Latinobarômetro (2023)).

Para testar as hipóteses H2A e H2B utilizamos modelos de regressão linear (OLS) nos quais as variáveis dependentes consistem nas mensurações apresentadas anteriormente, ou seja, em: índice de expressão das posições em política externa (H2A) e índice de intensidade das posições em política externa (H2B). Ambos variam de 0 a 1, no qual 1 significa que todas as respostas foram válidas e/ou que todas as respostas foram intensas. A construção dos índices é feita pela soma das respostas de todas as perguntas selecionadas naquele survey e divididas pelo número de perguntas selecionadas. O índices por indivíduo i podem ser definidos como:

$$\text{Índice}_i^{(k)} = \frac{\sum_{j=1}^Q R_{ij}^{(k)}}{Q}$$

onde $k \in \{\text{válidas, intensas}\}$.

- R_{ij} : resposta do indivíduo i à questão j , variando de 0 a 1.
 - Para o **Índice de Validade**, $R_{ij} = 1$ se a resposta foi válida e $R_{ij} = 0$ caso contrário.
 - Para o **Índice de Intensidade**, $R_{ij} = 1$ se a resposta foi intensa e $R_{ij} = 0$ caso contrário.
- Q : número total de perguntas consideradas na construção do índice.
- $\text{Índice}_i^{(k)}$: valor do índice k (validade ou intensidade) para o indivíduo i , variando de 0 a 1.

Para cada banco de dados estimamos um modelo. Esses modelos variam de acordo com a forma de mensuração das variáveis e/ou disponibilidade dos dados. Estimamos os efeitos da variável independente principal, polarização afetiva, medida a partir do afeto em relação a líderes e partidos políticos, assim como também da através da autoidentificação ideológica. Os modelos também incluem variáveis de controle recomendadas pela literatura, tais como gênero, partidarismo, escolaridade e interesse em política externa, que podem influenciar a relação entre a variável independente e os resultados. Como as mensurações e disponibilidade de variáveis variam entre os bancos de dados, apresentamos abaixo, formalmente, os modelos que serão testados:

Para os modelos 1 e 2 a partir do Pew Research Center (2023):

$$\begin{aligned}
 Y_i = & \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{Afeto_Líderes}_i + \beta_2 \cdot \text{Partidarismo}_i + \beta_3 \cdot \text{Ideologia}_i \\
 & + \beta_4 \cdot \text{Identidade_Nacional}_i + \beta_5 \cdot \text{Cosmopolitismo}_i + \beta_6 \cdot \text{Gênero}_i \\
 & + \beta_7 \cdot \text{Escolaridade}_i + \beta_8 \cdot \text{Idade}_i + \varepsilon_i
 \end{aligned} \tag{4.3}$$

$$\begin{aligned}
 Y_i = & \beta_0 + \beta_1 \text{Afeto_Partidos}_i + \beta_2 \text{Partidarismo}_i + \beta_3 \text{Ideologia}_i \\
 & + \beta_4 \text{Identidade_Nacional}_i + \beta_5 \text{Cosmopolitismo}_i + \beta_6 \text{Gênero}_i \\
 & + \beta_7 \text{Escolaridade}_i + \beta_8 \text{Idade}_i + \varepsilon_i
 \end{aligned} \tag{4.4}$$

Para os modelos 3 a partir do BAM (2023):

$$\begin{aligned}
 Y_i = & \beta_0 + \beta_1 \text{Ideologia}_i + \beta_2 \text{Partidarismo}_i + \beta_3 \text{IdentidadeNacional}_i \\
 & + \beta_4 \text{InteressePE}_i + \beta_5 \text{Cosmopolitismo}_i + \beta_6 \text{Gênero}_i \\
 & + \beta_7 \text{Escolaridade}_i + \beta_8 \text{Idade}_i + \varepsilon_i
 \end{aligned} \tag{4.5}$$

Para os modelos 4 a partir do LAPOP (2017):

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 \text{Afeto_Grupos}_i + \beta_2 \text{Ideologia}_i + \beta_3 \text{Partidarismo}_i + \beta_4 \text{Gênero}_i + \beta_5 \text{Escolaridade}_i + \beta_6 \text{Idade}_i + \varepsilon_i \quad (4.6)$$

Para modelos 5 e 6 a partir do LAPOP e do Latinobarômetro (2023):

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 \text{Ideologia}_i + \beta_2 \text{Partidarismo}_i + \beta_3 \text{Gênero}_i + \beta_4 \text{Escolaridade}_i + \beta_5 \text{Idade}_i + \varepsilon_i \quad (4.7)$$

Em que Y_i representa (i) a expressão de opinião (H2A) e (ii) a adoção de uma posição intensa, menos ambígua (H2B) em uma escala que varia de 0 a 1.

4.3.2.1 Variáveis de controle

Os modelos OLS são utilizados para estimar os efeitos da polarização afetiva sobre as atitudes de política externa. Para evitar vieses decorrentes da omissão de variáveis explicativas relevantes, incluímos um conjunto de variáveis de controle baseadas nas evidências da literatura e apresentadas na seção 2.3 do capítulo 2. Como mostramos neste capítulo, a literatura já identificou uma série de fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos em política externa. Esses fatores variam de orientações psicológicas individuais a identificações ideológicas e partidárias. Naquele capítulo tentamos resumir aos principais efeitos encontrados nos estudos, destacando suas principais variáveis correlacionadas a essas atitudes. Destacam-se, portanto: interesse em política externa, identidade nacional, cosmopolitismo, ideologia política, partidarismo e variáveis sociodemográficas. A seguir apresentamos os principais achados da literatura para justificar essas variáveis como controles necessários para o teste das hipóteses H2A e H2B.

Nesse sentido, em contextos de forte polarização doméstica, ao mobilizarem a identidade partidária dos indivíduos, as elites políticas também podem ativar outras identidades, como a nacional (Mason, 2023). A identidade nacional é entendida como um senso subjetivo e internalizado de pertencimento e vínculo emocional com a nação (Mason, 2023). Essas elites, ao promoverem uma agenda nacionalista podem influenciar positiva ou negativamente o apoio individual a temas internacionais, como o livre-comércio e a imigração (Huddy, 2023). Logo, maior nacionalismo está associado a atitudes mais isolacionistas, ou seja, quanto mais nacionalistas, menos os indivíduos apoiam o comércio internacional (Fossati, 2021) e o multilateralismo

(Vasilopoulou; Talving; Keith, 2024). Ao representar o *in-group*, os partidos ou líderes políticos podem influenciar a forma como as pessoas se sentem parte da nação e favorecer o surgimento de um nacionalismo ligado ao partido, que exclui quem é visto como diferente (*out-group*) (Mason, 2023). Logo, acreditamos que esse é um controle importante para incluir no teste de hipóteses.

Por sua vez, o cosmopolitismo refere-se a forte identificação dos indivíduos com a comunidade internacional. Esse senso de pertencimento ao mundo guia em maior ou menor medida como as pessoas avaliam questões de política externa (Justwan *et al.*, 2021), pois existe um partilhamento de uma preocupação que vai além das fronteiras do próprio país (Pichler, 2012). Pessoas mais cosmopolitas tendem a ser mais favoráveis a cooperação internacional, por exemplo, ao contrário de pessoas mais nacionalistas, que priorizam ações bilaterais dos Estados, não multilaterais (Prather, 2024; Kertzer; Zeitzoff, 2017). Dado que essa identidade global significa uma maior preocupação ou interesse com o internacional, esperamos que pessoas mais cosmopolitas estejam mais atentas ao que acontece na política externa e, por isso, se expressem mais sobre o tema, embora não necessariamente possam demonstrar respostas intensas. Seguindo mensurações semelhantes a Pichler (2012) mensuramos cosmopolitismo como o nível de identificação individual com o mundo.

A ideologia e o partidarismo dos indivíduos também são variáveis de controle importantes para se medir os efeitos da polarização afetiva nas atitudes de política externa. Estudos anteriores indicam que o apoio das massas a determinadas políticas (como apoio a sanções internacionais) varia conforme esses fatores (Vasilopoulou; Talving; Keith, 2024; Casler; Groves, 2023; Sejersen, 2021; Gravelle, 2018). Tal dinâmica pode influenciar a implementação de políticas em nível doméstico. Indivíduos posicionados mais à direita no espectro ideológico, diante de um governo de orientação à esquerda, responsável pela condução da política externa, provavelmente apresentarão resistência interna às suas iniciativas diplomáticas, por as associarem a agendas progressistas. Como resultado, o grau de comprometimento com tais ações pode necessitar de reavaliação estratégica.

Um exemplo é a percepção da opinião pública diante do “Tarifaço” de Donald Trump. De acordo com dados da Quaest, apesar de 72% dos brasileiros rejeitarem as tarifas (Cypreste; Stabile; Turioni, 2025), o apoio à taxação varia conforme a ideologia declarada: entre os mais à direita e que não se identificam como bolsonaristas, 40% apoiam a medida, já entre os mais à esquerda e que não se identificam como lulistas, o apoio cai para apenas 2% (G1, 2025c). Em outras palavras, mesmo sem identificação direta com os líderes, a divisão ideológica ainda

molda fortemente as posições sobre o tema. Essa divisão faz com que o governo Lula, de esquerda, precise ponderar mais suas ações diplomáticas a respeito de como irá responder ao "tarifaço".

De forma semelhante, esperamos que o partidarismo também influencie nas percepções de política externa dos indivíduos. Por exemplo, nos Estados Unidos, quanto mais forte a identificação partidária, maior o apoio dos indivíduos na participação do país em tratados internacionais (Casler; Groves, 2023). Especificamente no Brasil, o partidarismo assume uma característica diferente, pois ele é conduzido pela identificação, assim como pela rejeição, a um único partido: o PT. Petismo e antipetismo, portanto, definem o partidarismo (positivo e negativo) no país (Samuels; Zucco, 2018) e essa divisão é a base da polarização que tem moldado as atitudes políticas dos eleitores (Samuels; Mello; Zucco, 2024). Como o partidarismo acaba contribuindo para as percepções de polarização, de modo que os partidários percebem essa divisão, em comparação aos não-partidários (Samuels; Mello; Zucco, 2024), é importante considerar também essa variável de controle nos modelos.

Incluímos também como controle o interesse dos indivíduos em política externa para compreender a formação das atitudes. De acordo com Judd e Krosnick (1989), aqueles que mais se interessam por política (externa), tendem a apresentar atitudes políticas mais consistentes. O interesse pode funcionar tanto como causa quanto como consequência da sofisticação política (Fiske; Lau; Smith, 1990). Assim, o interesse não apenas molda a forma das atitudes, mas também o grau de sua estruturação. Kertzer, Powers, Mintz *et al.* (2019) encontram que indivíduos altamente interessados em política externa conectam de forma mais estreita suas preferências gerais sobre a política internacional a questões específicas de política externa. Acreditamos que, assim como na variável cosmopolitismo, pessoas mais interessadas no tema terão atitudes menos ambíguas sobre política externa, ao mesmo tempo, não esperamos que essas atitudes sejam necessariamente mais intensas. Pesquisas anteriores, como é o caso do relatório do BAM (2019), diferenciam em suas análises indivíduos interessados e não-interessados para melhor compreender as atitudes de política externa. Então, em nossos modelos seguimos seu exemplo.

Por fim, foram utilizadas nos nossos modelos variáveis sociodemográficas comuns em estudos empíricos dessa natureza: gênero, escolaridade e idade. Dessa forma, a partir da literatura notamos que diferenças de gênero, por exemplo, estão relacionadas a posturas mais pacíficas ou mais belicistas (Clements; Thomson, 2022; Gravelle, 2018; Hansen; Clemens;

Dolan, 2022), assim como diferenças de idade e escolaridade (Gravelle, 2018; Clary; Siddiqui, 2021). A inclusão dessas variáveis de controle visa minimizar o problema de possíveis variáveis omitidas dentro do modelo, permitindo isolar com maior precisão o efeito da polarização afetiva sobre a probabilidade de o indivíduo expressar uma opinião menos ambígua e/ou adotar uma posição mais intensa sobre política externa. Logo, buscamos garantir que a associação observada entre a variável independente e a variável dependente não seja espúria, mas reflexo de um efeito estatisticamente significativo mesmo após o controle por características individuais relevantes, apontadas previamente por estudos anteriores.

A seguir apresentamos as perguntas correspondentes aos controles principais:

- **Identidade nacional:** *"Algumas pessoas dizem que os seguintes fatores são importantes para ser verdadeiramente brasileiro. Outras dizem que não são. Qual a importância que você acha de cada um dos seguintes? a. Ter nascido no Brasil; b. Saber falar português; c. Ser um (denominação dominante do país pesquisado); d. Compartilhar os costumes e tradições brasileiros."*

"Com relação à sua identidade, o senhor/senhora se sente: - Latino-americano; - Brasileiro; - Sul-americano; - Cidadão do Mercosul; - Cidadão do Mundo; - Outra. Qual?"

- **Cosmopolitismo** *"Em geral, quão próximo você se sente de cada um dos seguintes grupos: muito próximo, um pouco próximo, não muito próximo ou nada próximo?"*

"Com relação à sua identidade, o senhor/senhora se sente: - Latino-americano; - Brasileiro; - Sul-americano; - Cidadão do Mercosul; - Cidadão do Mundo; - Outra. Qual?"

- **Ideologia:** *"Algumas pessoas falam sobre política em termos de esquerda, centro e direita. Em uma escala esquerda-direita de 0 a 6, com 0 indicando extrema esquerda e 6 indicando extrema direita, onde você se colocaria?"*

"Nesse cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa "esquerda" e o 10 significa "direita". Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos "esquerda" e "direita" têm para o(a) sr./sra, onde o(a) sr./sra. se situa nesta escala?"

- **Partidarismo:** "*Mesmo que você não se sinta particularmente próximo de um partido, existe algum outro partido com o qual você se sinta um pouco mais próximo do que outros?*"
- **Interesse em política externa:** "*Em geral, quanto o interessam os assuntos internacionais?*".

Classificamos as não-respostas como valores ausentes (NAs). Para a variável de *partidarismo* reclassificamos como sim/não se o indivíduo possuía algum partido no qual se identificava. A variável de controle *ideologia* só está presente nos modelos referentes ao bancos Pew (2023) e LAPOP (2017), tendo em vista que nesses bancos existem perguntas específicas sobre polarização afetiva. Ela é mensurada em duas escalas: de 0 a 6 (Pew, 2023) e de 1 a 10 (LAPOP, 2017). Para ambas transformamos em uma escala que varia de 0 a 1. Para *identidade nacional* mensuramos de duas formas: para os modelos 1 e 2 (Pew, 2023) foi criado um índice a partir das respostas dos indivíduos a quatro perguntas, invertemos a escala de modo que valores maiores significassem mais nacionalismo e calculamos o índice a partir da média das variáveis. Em seguida, normalizamos em uma escala de 0 a 1. Para os modelos 3 a variável era binária, consistindo na presença (1) ou ausência (0) da autoidentificação como "Brasileiro" frente a outras identidades. Classificamos as respostas 1 como "nacionalista" e, caso contrário, seria classificado como "não nacionalista". Na variável *cosmopolitismo* também mensuramos de duas formas: transformamos as categorias de resposta em uma escala de 1 a 4 e, em seguida, normalizamos em uma escala de 0 a 1 (Pew, 2023). Também utilizamos um indicador binário que vale 1 quando o respondente se declara "Cidadão do Mundo" e 0 caso contrário (excluindo NS/NR e "Outra"). Esse recorte captura a autoidentificação global como sinal mínimo de orientação cosmopolita (BAM, 2023).

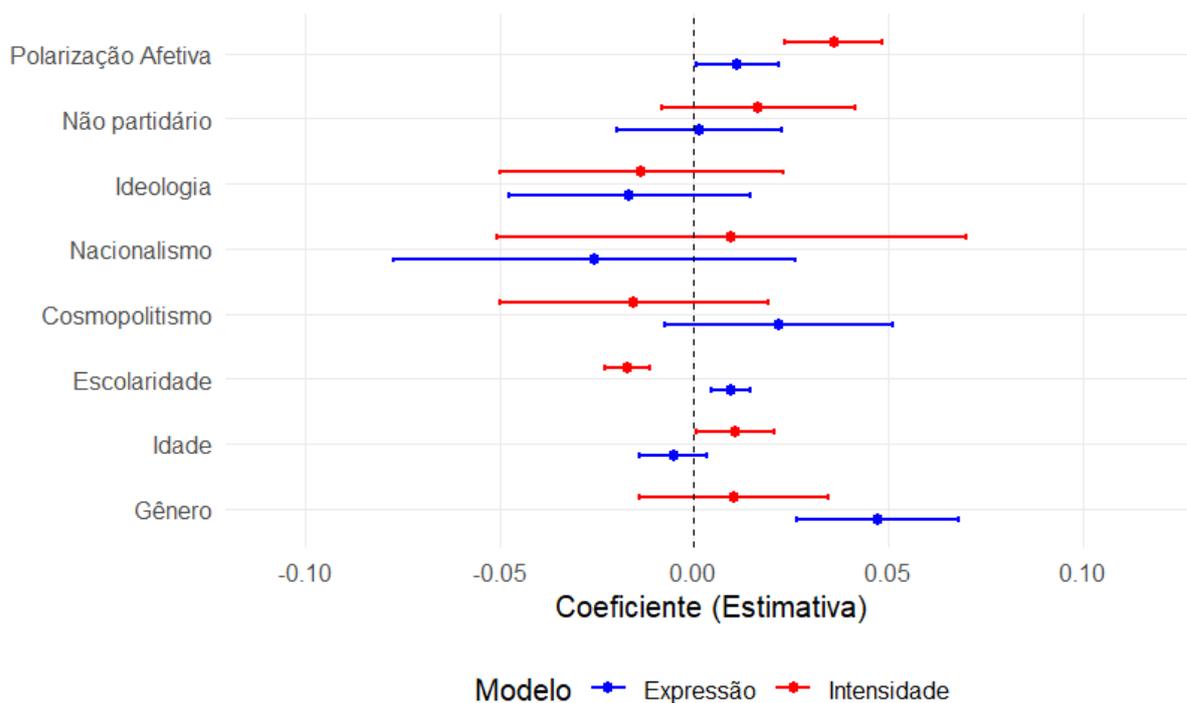
As variáveis sócio-demográficas como *gênero* foi codificada como binária, sendo 1 para homem e 0 para mulher. Tratamos as variáveis *idade* e *escolaridade* como ordinais de modo a representar a ordem crescente dos anos de idade e do nível educacional, respectivamente. Escolaridade é uma *proxy* consolidada na literatura para *political awareness*, um controle fundamental para a formação das atitudes políticas das massas desde Zaller (1992). Neste estudo, o autor mostra como o nível de escolaridade consegue explicar o nível de interesse político dos indivíduos especialmente em temas mais complexos, como aqueles da política externa. Em anexo (Apêndice B) encontra-se a descrição da codificação das variáveis para cada modelo.

4.3.2.2 Resultados dos modelos

Para testar as hipóteses H2A e H2B utilizamos modelos de regressões lineares (OLS). A expectativa era de que indivíduos mais polarizados afetivamente se expressam mais (H2A) e se posicionam mais fortemente (H2B) sobre questões de política externa, em comparação a indivíduos moderados. A seguir apresentamos os resultados encontrados a partir de seis modelos que variam quanto ao tipo de mensuração da polarização afetiva e à inclusão de variáveis de controle disponíveis em cada banco de dados. Relembrando, os Modelos OLS 1 e 2 são baseados em dados da Pew (2023), o Modelo 3 é baseado nos dados do BAM (2023), os Modelos 4 e 5 em dados do LAPOP (2017; 2022) e o Modelo 6 é baseado no Latinobarômetro (2023).

Os resultados apresentados na Figura 20 indicam que a polarização afetiva em relação aos líderes políticos exerce papel fundamental, sobretudo na intensidade das opiniões. Enquanto o coeficiente para o Índice de Expressão é positivo e significativo ($\beta = 0.011$), mas de pequena magnitude, no caso do Índice de Intensidade o efeito é mais robusto ($\beta = 0.036$), sugerindo que indivíduos mais polarizados afetivamente não apenas se manifestam, mas tendem a expressar posições mais fortes, como esperado nas hipóteses H2A e H2B. Como esperado, os indivíduos com maior escolaridade demonstram maior disposição em expressar suas opiniões em política externa, mas com menor intensidade, o que sinaliza um efeito moderador do conhecimento político sobre a força das atitudes, considerando que nível educacional é uma *proxy* para conhecimento político Zaller (1992). A idade mostra impacto positivo apenas na intensidade, reforçando a ideia de que os mais velhos tendem a sustentar opiniões mais firmes. A Tabela 27 (Apêndice) apresenta os resultados para todos os coeficientes.

Figura 20 – Modelo 1 OLS (Pew 2023)



Fonte: Elaboração própria.

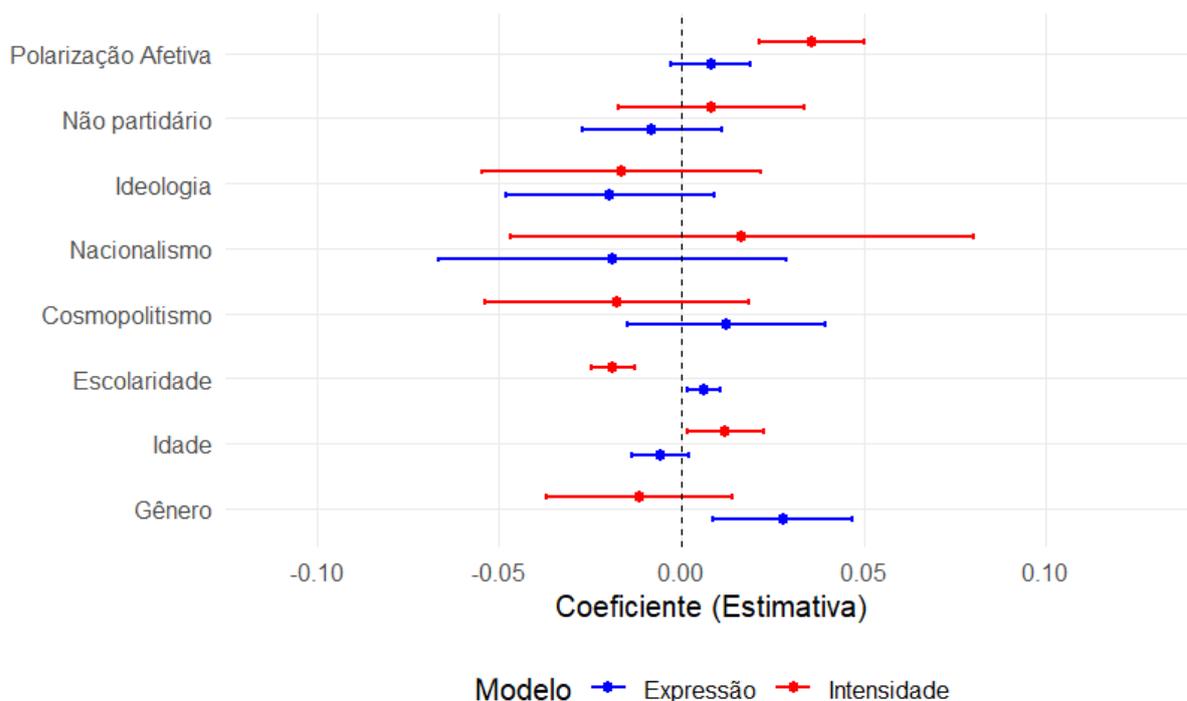
Ainda, observamos que o gênero aparece como determinante importante para o Índice de Expressão. Os resultados indicam que homens têm maior propensão a se manifestar, mas não existe efeito no Índice de Intensidade. Por sua vez, variáveis como partidarismo, ideologia, nacionalismo e cosmopolitismo não apresentam efeitos estatisticamente significativos. Portanto, os resultados do modelo 1 apresentam que a polarização afetiva em relação aos líderes explicam mais a variação da intensidade do que da expressão em temas de política externa⁵).

O Modelo 2 utiliza as mesmas variáveis, mas com uma diferença: a polarização afetiva é mensurada através do afeto quanto aos principais partidos políticos que têm mobilizado a polarização no Brasil: PT e PL. Os resultados na Figura 21 mostram que a polarização partidária tem impacto decisivo na intensidade das atitudes políticas ($\beta = 0.036$), mas não necessariamente na expressão ($\beta = 0.008$). Escolaridade e gênero afetam no nível de expressão, enquanto idade diferencia o nível de intensidade. Quanto mais escolarizados, maior propensão dos indivíduos a se expressarem. O contrário ocorre quanto a intensidade das opiniões. Assim, tanto características sociodemográficas quanto o grau de polarização ajudam a entender o perfil

⁵ Enquanto o R^2 para o modelo de intensidade é de 0,101, para o modelo de expressão o valor é de 0,057.

dos indivíduos e, sobretudo, com que intensidade eles se expressam sobre temas de política externa (Tabela 28, Apêndice).

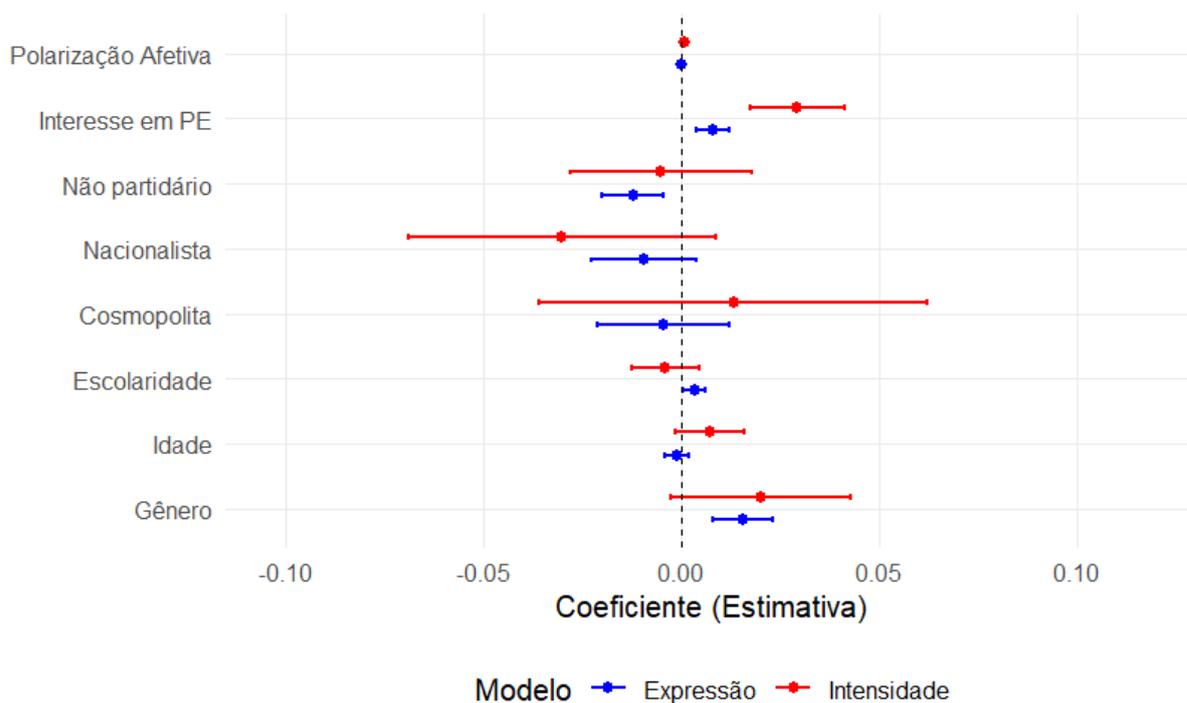
Figura 21 – Modelo 2 OLS (Pew 2023)



Fonte: Elaboração própria.

A comparação entre os Modelos 1 e 2 revela que a polarização afetiva exerce efeitos consistentes sobre a intensidade das opiniões, independentemente de estar associada a líderes ou a partidos. Em ambos os casos, indivíduos mais polarizados tendem a expressar atitudes mais fortes. A diferença central, entretanto, está na dimensão da expressão: enquanto a polarização em relação a líderes apresenta um efeito positivo, ainda que de pequena magnitude, sobre o quanto os indivíduos se manifestam, a polarização em relação a partidos não se mostra significativa para esse índice. Isso sugere que o afeto aos líderes políticos possui maior capacidade de mobilizar não apenas a intensidade, mas também a disposição dos indivíduos a se pronunciarem, ao passo que o afeto aos partidos parece afetar apenas a força da manifestação dessas opiniões. Além disso, variáveis sociodemográficas apresentam padrões nos dois modelos. A escolaridade está associada com o nível de expressão, mas reduz a intensidade, indicando que o engajamento dos mais escolarizados tende a ser mais moderado. A idade não influencia a expressão, mas aumenta a intensidade das opiniões. Já o gênero, com homens mais propensos a se manifestar, mostra efeito restrito à expressão, sem impacto na intensidade.

Figura 22 – Modelo 3 OLS (BAM 2023)



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do Modelo 3 (Tabela 29) indicam que, no caso do BAM (2023), o interesse em política externa é o fator central para explicar tanto a expressão quanto a intensidade das opiniões. Indivíduos mais interessados no tema são significativamente mais propensos a se manifestar e, ao mesmo tempo, a expressar posições mais intensas. A polarização afetiva, por sua vez, não apresenta efeito na decisão de se expressar ($\beta = -0.0001$), mas exerce um impacto positivo, ainda que de pequena magnitude, sobre a intensidade ($\beta = 0.001$), reforçando a noção de que sua principal contribuição está em amplificar a força das opiniões. Outro resultado relevante refere-se à condição de não partidário, que reduz de forma significativa o nível de expressão dos indivíduos, sugerindo que a identificação partidária funciona como um estímulo para a manifestação de opiniões, mesmo que não influencie sua intensidade.

Na Figura 22 podemos observar que entre as variáveis sociodemográficas, observa-se que homens e mais escolarizados são mais propensos a se expressar, sendo que, neste modelo, os homens também apresentam maior intensidade em suas atitudes políticas, ainda que o efeito seja marginal. Já a idade, o nacionalismo e o cosmopolitismo não demonstraram efeitos robustos. Em termos gerais, embora o poder explicativo do modelo seja modesto (R^2 em torno de 0,04), os resultados sugerem que a combinação entre interesse no tema, polarização e identificação

partidária é mais decisiva para compreender os padrões de expressão e intensidade das opiniões em política externa do que dimensões identitárias amplas (nacionalismo e cosmopolitismo).

Os dados do LAPOP (2017) apresentam uma oportunidade de testar essas relações em um outro contexto histórico. Aqui a polarização afetiva é medida através da diferença de afeto entre “Petistas” e “Pessedebistas”, disputa que marcou as eleições presidenciais até 2014 (Nunes; Traumann, 2023). Na Figura 23 podemos visualizar os resultados do Modelo 4. A partir deles vemos que a polarização afetiva exerce efeito restrito à intensidade das opiniões ($\beta = 0.007$), ampliando significativamente a força delas, mas sem influenciar sua expressão ($\beta = 0.002$). Em contrapartida, a idade apresenta efeito negativo sobre a expressão: indivíduos mais velhos tendem a se manifestar menos, ainda que não apresentem diferenças consistentes quanto à intensidade de suas opiniões sobre política externa (Tabela 30).

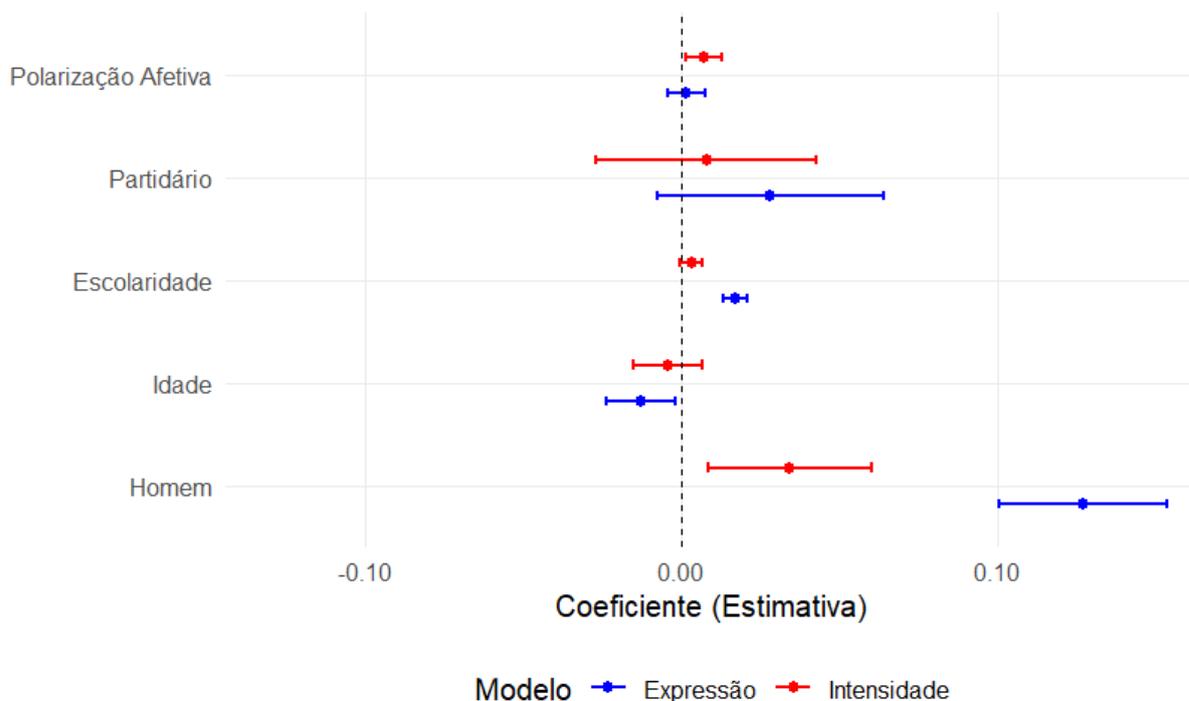
Esse é um resultado que reforça às nossas expectativas de que a polarização afetiva aumentou ao longo da última década entre a opinião pública brasileira. Ainda que o período e a mensuração da pergunta capte um contexto pré-2018, quando a identidade política ainda não era tão saliente, os efeitos da crise política com os desdobramentos da Lava Jato, o impeachment de Dilma Rousseff e as mobilizações políticas parecem ser suficientes para influenciar as opiniões dos indivíduos em política externa. Como discutido no capítulo 3, apenas a partir de 2018 a polarização afetiva se intensifica (Nunes; Traumann, 2023).

Embora seja um efeito menor, em comparação aos Modelos 1 e 2, ainda assim o resultado para para o LAPOP (2017) estão estatisticamente associados com a intensidade das respostas sobre o tema. Em termos gerais, o modelo possui maior poder explicativo para a expressão ($R^2 = 0.129$) em comparação com todos os modelos anteriores, mas apresenta baixo ajuste para a intensidade ($R^2 = 0.013$). Esses resultados sugerem que, em 2017, os fatores que determinavam a expressão de opiniões estavam mais claramente associados a características sociodemográficas, enquanto os determinantes da força das atitudes permaneciam menos associadas com as demais variáveis.

Entre as variáveis sociodemográficas, gênero mostra impacto robusto tanto sobre a expressão quanto sobre a intensidade, com homens sendo substancialmente mais propensos a se pronunciar e também a sustentar opiniões mais fortes. A escolaridade, por sua vez, aumenta a expressão e, diferentemente dos modelos baseados nos dados da Pew (2023), exerce também um efeito positivo, ainda que marginal, sobre a intensidade das atitudes. Já o partidarismo não

apresenta efeitos estatisticamente significativos, como nos Modelos 1 e 2 baseados em dados da Pew (2023).

Figura 23 – Modelo 4 OLS (LAPOP 2017)

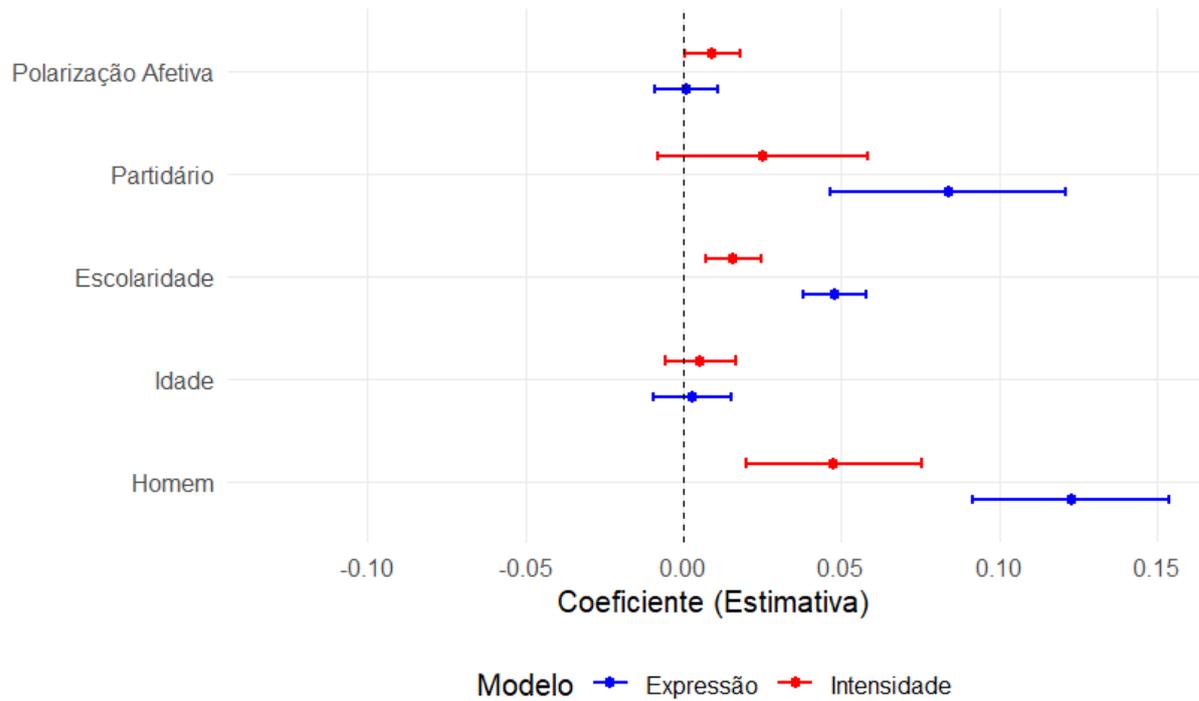


Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do Modelo 5 (Figura 24) apontam que, no caso do LAPOP (2023), a polarização afetiva influencia apenas a intensidade das opiniões, reforçando o padrão observado nos demais modelos analisados: indivíduos mais polarizados não necessariamente se manifestam mais ($\beta = 0.001$), mas quando o fazem tendem a expressar posições mais fortes ($\beta = 0.009$) (Tabela 31). Em contrapartida, a idade não apresentou efeitos significativos, diferenciando-se do achado de 2017, quando reduzia o Índice de expressão.

Entre as variáveis políticas e sociodemográficas, destacam-se três fatores centrais. O partidarismo exerce um efeito substantivo sobre a expressão, indicando que indivíduos identificados com partidos são mais propensos a se pronunciar, ainda que essa identificação não se traduza em maior intensidade. O gênero também apresenta efeito robusto: homens não apenas se manifestam mais, como também expressam opiniões mais intensas. Por fim, a escolaridade aparece como a variável mais consistente, aumentando significativamente tanto a propensão de se expressar quanto a força da manifestação, em contraste com os resultados da Pew (2023), onde a maior escolaridade moderava a intensidade.

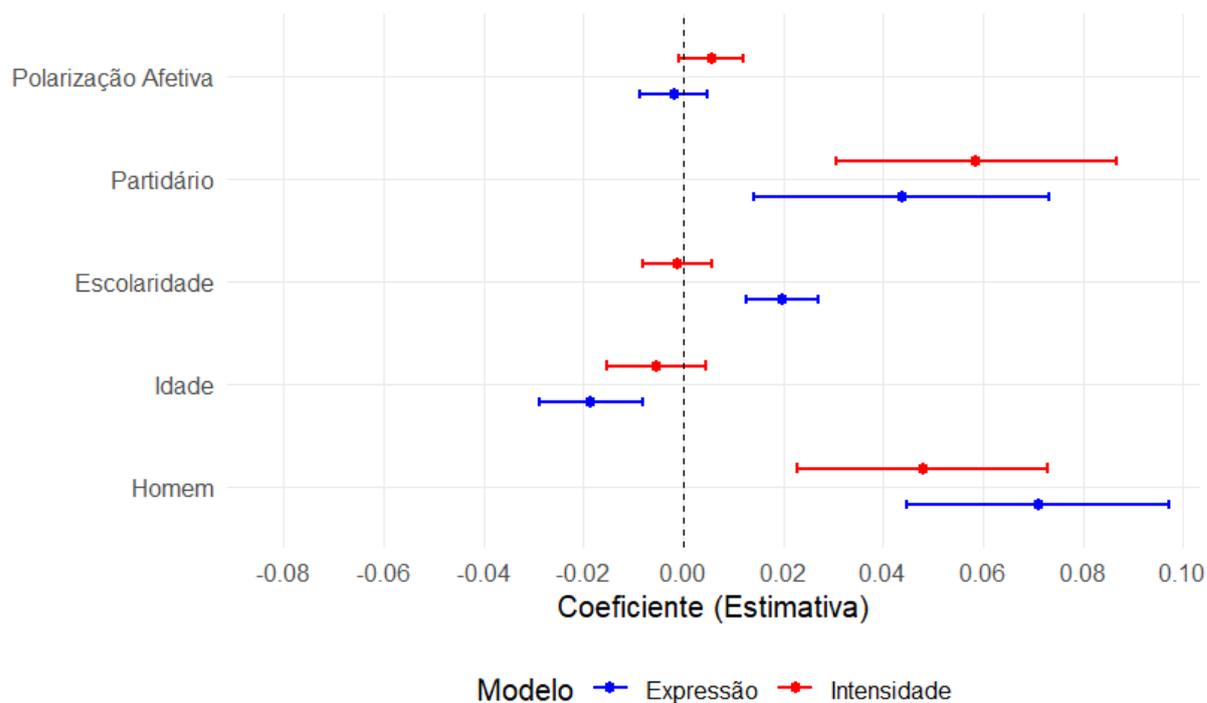
Figura 24 – Modelo 5 OLS (LAPOP 2023)



Fonte: Elaboração própria.

Em termos de ajuste, o modelo explica uma parcela considerável da variação na expressão ($R^2 = 0.117$), mas muito pouco da intensidade ($R^2 = 0.023$). Esses resultados sugerem que, em 2023, fatores de mobilização política (como partidarismo) e características sociodemográficas (gênero e escolaridade) são decisivos para compreender quem se manifesta, enquanto a explicação da força com que se manifesta permanece mais associada a polarização afetiva.

Figura 25 – Modelo 6 OLS (Latinobarômetro 2023)



Fonte: Elaboração própria.

Para o Modelo 6 (Latinobarômetro 2023), a polarização afetiva tem efeito limitado e apenas marginal sobre a intensidade das opiniões ($\beta = 0.006$), não impactando a expressão ($\beta = -0.002$), como podemos observar na Figura 25. Em contraste, o partidarismo exerce influência robusta sobre ambas as dimensões, indicando que a identificação partidária é um dos principais motores tanto da decisão de se manifestar quanto da intensidade da manifestação. As variáveis sociodemográficas também são relevantes: homens se expressam mais e de forma mais intensa, enquanto mais escolarizados são mais propensos a se manifestar, mas não necessariamente de forma mais forte. Já a idade aparece como fator inibidor da expressão, com indivíduos mais velhos sendo menos propensos a opinar (Tabela 32).

O poder explicativo do modelo é razoável para expressão ($R^2 = 0.087$), mas modesto para intensidade ($R^2 = 0.038$). Em síntese, os resultados sugerem que, em 2023, o engajamento político se estrutura em torno da identificação partidária e de fatores sociodemográficos, enquanto a polarização exerce influência mais tímida, restrita à intensidade.

4.4 Síntese dos resultados observacionais

Em suma, ao compararmos os seis modelos, identificamos padrões consistentes que revelam como diferentes determinantes explicam o *Índice de Expressão* e de *Intensidade* das atitudes em política externa. A polarização afetiva emerge como fator explicativo robusto e recorrente da intensidade, mas exerce pouca influência sobre a simples disposição de se manifestar. Isso reforça que nossa hipótese H2B é confirmada nos seis modelos OLS analisados e que, ao mesmo tempo, não podemos descartar nossa hipótese H2A. Neste sentido, acreditamos que os resultados dos Modelos 1 e 2 são promissores, pois tratam-se dos dados observacionais mais atualizados sobre polarização afetiva para líderes (Lula e Bolsonaro) e para partidos políticos (PT e PL) em 2023, no qual é possível mensurar mais precisamente a polarização afetiva pela medida mais consolidada na literatura: termômetro de afeto.

Assim, esperamos contribuir para a literatura ao apresentar os resultados desse modelo que confirmam que a polarização afetiva possui forte associação com a intensidade das atitudes de política externa. Além disso, no caso específico da polarização em relação aos líderes, observa-se também um efeito positivo sobre os níveis de expressão. Sempre é importante lembrar que os níveis de expressão em 2023 já eram em média muito altos dentro da amostra e mesmo assim a polarização afetiva em relação aos líderes consegue aumentar ainda mais esse índice.

Em relação as variáveis de controle, podemos destacar que o partidarismo ganha relevância no Modelo 6 baseado em dados do Latinobarômetro (2023), associando-se tanto à expressão quanto à intensidade. A escolaridade, por sua vez, possui níveis de associação mais estáveis com a expressão, embora seu impacto sobre a intensidade varie entre os modelos analisados. O gênero apresenta consistência em todas as análises: homens tendem a se expressar mais e, em vários casos, também o fazem de maneira mais intensa. A idade, diferentemente, apresenta efeitos mais limitados, variando conforme o banco utilizado. Em síntese, os resultados sugerem que a expressão é moldada principalmente por características sociodemográficas e pela identificação política, enquanto a intensidade é explicada sobretudo pela polarização afetiva.

Portanto, neste capítulo analisamos a associação entre a polarização afetiva e a expressão e intensidade das atitudes de política externa dos brasileiros. Contudo, esses dados apresentam algumas limitações. Os bancos de dados utilizados, por exemplo, variam quanto às diferentes perguntas que permitem diferentes tipos de mensuração dos construtos de interesse (como polarização afetiva e atitudes sobre política externa). Apesar de tentarem capturar as preferências

dos respondentes, muitas vezes a mensuração dessas variáveis se distanciam das medidas ideais para os construtos de interesse. Portanto, essas variáveis são *proxies* que tentam se aproximar da realidade.

Outro desafio são os erros de mensuração do conceito que ocorrem, por exemplo, quando as perguntas de survey não conseguem capturar adequadamente o conceito em suas dimensões. Finalmente, os dados observacionais nos impossibilitam de testar argumentos causais. Como o objetivo desta tese é testar se a polarização entre grupos políticos faz com que (1) os indivíduos expressem mais suas opiniões e (2) adotem posições mais fortes e menos ambíguas sobre temas de política externa, realizaremos um experimento randomizado que nos permite testar a relação causal entre as variáveis. Por meio do experimento é possível desenhar perguntas que capturem de forma mais precisa os construtos de interesse, em especial, a polarização afetiva. O capítulo seguinte dedica-se a análise experimental.

5 ANÁLISE EXPERIMENTAL

Este capítulo apresenta a estratégia metodológica adotada para examinar os objetivos centrais da presente tese. Nosso principal objetivo é testar a hipótese de que a polarização afetiva entre grupos políticos afeta o comportamento dos indivíduos em relação a temas de política externa. Mais especificamente, buscamos determinar se a polarização afetiva provoca efeitos na expressão e na intensidade das opiniões em política externa. Para investigar essa relação causal de forma robusta, realizaremos um experimento de survey randomizado que foi pré-registrado na plataforma *As.Predicted*¹. Além de permitir a testagem de relações causais diretas entre essas variáveis, por meio do experimento é possível desenhar perguntas que capturem de forma mais precisa os construtos de interesse.

Para isso, organizamos este capítulo em oito seções. Começamos apresentando o desenho de experimento, no qual detalhamos a manipulação experimental e como esta ativa a polarização afetiva. Discutimos os aspectos éticos e quais são os *outcomes* de interesse, ou seja, quais atitudes de política externa buscamos capturar no experimento. Em seguida, detalhamos a amostra, discutimos a sua representatividade e apresentamos os resultados do teste de balanceamento. Em seguida, apresentamos os resultados das checagens de manipulação feitas a partir de dois fatores: a percepção de justiça no jogo e o nível polarização afetiva nos indivíduos. Entre as seções quatro e seis discutimos os efeitos do tratamento sob as variáveis dependentes de Índice de Expressão e Índice de Intensidade em política externa, assim como apresentamos os resultados para os índices desagregados, ou seja, individualmente por atitude. Realizamos dois testes de robustez sobre a diferença entre *hard* e *easy issues* e sinais das elites. Finalmente, resumimos os principais resultados da análise experimental tendo como foco a discussão das hipóteses centrais da pesquisa.

5.1 Desenho experimental

Apesar da crescente preocupação em compreender as consequências da polarização, principalmente do ponto de vista interpessoal, segundo Jenke (2023), pouco ainda se sabe sobre os efeitos políticos que a polarização afetiva pode gerar na sociedade. Em grande medida, isso ocorre porque a “polarização afetiva” é um fenômeno endógeno ao ambiente político,

¹ O Plano de Pré-Análise pode ser encontrado neste link: <https://aspredicted.org/b2rd-wkdm.pdf>

manifestando-se de forma simultânea e interligada a diversos outros processos políticos, tanto individuais quanto contextuais. Por isso, em estudos observacionais é naturalmente difícil isolá-los, já que o afeto político costuma estar associado a outras variáveis (*confounders*). Nesse sentido, desenhos experimentais que possibilitem a manipulação e aleatorização da variável de interesse (polarização afetiva) podem ser particularmente promissores.

Por essa razão, sua manipulação direta em experimentos representa um desafio metodológico (Broockman; Kalla; Westwood, 2023). Apesar dos experimentos fornecerem a possibilidade de "randomizar a polarização", induzindo-a de forma controlada, como fazer isso ainda é um debate. Pois, como garantir que os efeitos da polarização não estariam correlacionados com outras variáveis? Ou seja, reduzir a polarização traria um resultado esperado ou a polarização se correlaciona com esse resultado porque ela também estaria correlacionada a outras dimensões? Por exemplo, um experimento de vinheta que buscasse identificar se a polarização afetiva afeta a disposição em participar da política, a manipulação da polarização através, digamos, através de uma notícia que reportasse um caso ilustrativo sobre as consequências da polarização, poderia gerar efeitos nos indivíduos. Mas, a questão é como garantir que o efeito é causado pela polarização afetiva? Será que ele não seria causado pela tema específico da vinheta ou o enquadramento da informação, por exemplo? Esses fatores, quando associados à variável de interesse podem levar a conclusões imprecisas. Broockman, Kalla e Westwood (2023) alertam que nesses casos os pesquisadores precisam identificar— ou criar — uma fonte de variação externa à própria polarização afetiva e, a partir dela, acompanhar os efeitos dessa mudança sobre os fenômenos políticos de interesse. Por estas razões a estratégia do jogo da confiança apresenta-se como promissora, pois ao tratar os indivíduos com o jogo, induz-se a polarização, que se apresenta como algo exógeno.

O trabalho de Westwood e Peterson (2020) foi pioneiro ao empregar o desenho experimental do jogo da confiança — muito utilizado nos estudos da Economia e da Psicologia — com o propósito específico de manipular e induzir a polarização afetiva. Dessa forma, é possível superar o viés da variável omitida. Através de experimento no qual o tratamento é o jogo da confiança, os autores testam como a ativação da experiência negativa com o *out-group* pode mudar atitudes raciais e partidárias. A ideia é que ao vivenciar uma experiência negativa com um *out-partisan*, os julgamentos de um indivíduo devem ser afetados, justamente porque esse indivíduo foi prejudicado e o motivo disso foram suas preferências políticas. Logo, espera-se que estes indivíduos estejam mais polarizados afetivamente. O contrário ocorre quando o indi-

víduo passa por uma "experiência positiva" com um *out-partisan* na qual ele é recompensado por sua identidade política, ou seja, o desafio não é acionado, tornando menos provável que seus julgamentos sejam motivados por ele; conseqüentemente, esses indivíduos tendem a apresentar menor polarização afetiva (Broockman; Kalla; Westwood, 2023). O jogo da confiança envolve o participante alocar recursos para um outro jogador sobre o qual conhece apenas algumas informações básicas, como gênero, idade, renda e preferências políticas. A partir do montante que o um jogador enviou, o participante decide também o quanto gostaria de enviar para aquele. A "experiência negativa" acontece quando o outro jogador não envia nenhum recurso para o participante e este é exposto ao motivo por isso: suas preferências políticas. Explicaremos com detalhes na próxima seção como o jogo funciona.

Ao tornar essa identidade saliente, ou seja, o motivo para o indivíduo não conseguir pontuar no jogo se dá em razão de suas preferências políticas, o tratamento da experiência negativa consegue ativar e isolar a polarização afetiva, ou seja, o desafio ao *out-group*. Essa manipulação experimental se mostrou eficaz na literatura, uma vez que apresentou efeitos significativos e diferenças exógenas semelhantes aos níveis de polarização afetiva já encontrados na pesquisa observacional nas últimas décadas (Broockman; Kalla; Westwood, 2023). Além de permitir a manipulação exógena nos níveis de polarização afetiva (Broockman; Kalla; Westwood, 2023), o tratamento torna possível para os pesquisadores controlar e randomizar a interação com o *out-group* (Westwood; Peterson, 2020) e os participantes compreendem de forma clara a identidade e motivação do *out-group* com quem interage (Westwood; Peterson, 2020).

Tendo em vista essas vantagens, os estudos de Broockman, Kalla e Westwood (2023) e Jenke (2023), em seguida, replicaram esse desenho. Nesta tese, também utilizaremos o mesmo tratamento, mas com algumas adaptações. O desenho implantado nos trabalhos de Westwood e Peterson (2020) Broockman, Kalla e Westwood (2023) e Jenke (2023) contribuiu para a literatura compreender os efeitos da polarização afetiva nas atitudes políticas. Contudo, os estudos foram realizados nos Estados Unidos em um contexto populacional significativamente diverso do brasileiro. Dois fatores estabelecem limites na replicabilidade do desenho nesta tese. Explicamos a seguir.

Primeiro, nos estudos anteriores os pesquisadores oferecem incentivos financeiros para os indivíduos participarem do jogo. Portanto, os respondentes que foram aleatoriamente selecionados para a experiência positiva recebem um bônus em dinheiro a partir da multiplicação do seu saldo no jogo por 0.05. No caso do nosso estudo, ao invés de dinheiro, os participantes que

receberam aleatoriamente o tratamento positivo receberam apenas pontuações extras fornecidas pela empresa responsável pela coleta dos dados, Netquest. Isso porque no Brasil, de acordo com a Lei Nº 14.874, de 28 de maio de 2024 é proibida a participação remunerada dos indivíduos (Brasil, 2024). Replicamos a mesma lógica dos estudos anteriores: a partir do saldo do jogo do indivíduo, multiplicamos esse número por 0.2 e o resultado representa a pontuação extra a ser recebida. A Netquest é uma empresa que atua na realização de pesquisas online para sobre comportamento e opiniões. Os painelistas são contactados através de diferentes canais de comunicação e, após receberem o convite, decidem se querem ou não participar daquela pesquisa. Após cada participação, são recompensados com pontos que podem ser trocados por brindes em loja online (Netquest, 2025).

Segundo, este é um tratamento que envolve cálculo matemático. Os participantes precisam escolher quanto de um determinado valor desejam enviar para o outro jogador. E esse valor muda a cada rodada, logo, o indivíduo precisa estar atualizando os cálculos sobre quanto deseja manter para si e quanto deseja enviar para o outro. Lembrando que isso vale apenas para os indivíduos na experiência positiva, já que o Jogador 1 (máquina) sempre inicia e na experiência negativa não envia nada ao participante (Jogador 2), portanto, este não recebe nenhum valor para enviar. Com isso, este tratamento exige mais habilidade do participante. No Brasil as taxas de domínio da matemática costuma ser baixa. No último Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (Timss), em 2024, mais da metade dos estudantes brasileiros do ensino fundamental está abaixo do nível considerado mais baixo quanto aos conhecimentos básicos de matemática (Agência Brasil, 2024). Portanto, em nosso estudo, a compreensão do jogo torna-se fundamental. Para tornar a experiência dos participantes mais clara e acessível, adaptamos as instruções do tratamento com base em desenhos anteriores. Através de Inteligência Artificial (*ChatGPT*), da API do *GoogleCloud* chamada *Cloud Text-to-Speech* e do aplicativo *CapCut*, confeccionamos um vídeo² no qual as instruções são passadas através de uma narração, texto e ilustrações. A seguir, explicamos detalhadamente o experimento.

5.1.1 Jogo de Confiança: Ativando polarização afetiva

O experimento de survey será executado em três etapas. Na primeira etapa, serão aplicadas medidas de pré-tratamento, que podem desempenhar o papel de variáveis moderadoras dos efeitos esperados. Assim, incluímos no questionário perguntas sobre: a) identidade política;

² O vídeo pode ser visualizado aqui: <https://vimeo.com/1106125765?share=copy#t=0>.

b) nível de interesse em política externa; d) patriotismo e; c) variáveis sociodemográficas (gênero, idade, renda, região e escolaridade). Na segunda etapa serão aplicados os tratamentos a partir do jogo de confiança, seguindo o modelo de Westwood e Peterson (2020), Broockman, Kalla e Westwood (2023) e Jenke (2023). Na terceira etapa, os participantes irão responder a perguntas sobre suas preferências de política externa.

Os participantes serão aleatoriamente distribuídos em um dos dois grupos de tratamento. Mais especificamente, randomização do tratamento (positivo vs. negativo) separadamente dentro de cada bloco, garantindo balanceamento nos grupos. Dessa forma, indivíduos mais identificados com a esquerda e a direita política possuíam iguais chances de serem selecionados para um dos tratamentos: positivo ou negativo. Os participantes respondiam a uma pergunta pré-tratamento sobre sua identificação política e em seguida eram randomizados. Em ambos, os indivíduos serão expostos ao jogo de confiança com o objetivo de ativar a polarização afetiva. Um grupo terá uma "experiência positiva"(N= 1.000) e o outro grupo terá uma "experiência negativa"(N = 1.000). O jogo é sobre enviar recursos fictícios para um outro jogador (anônimo) e baseado apenas em algumas informações, decidir o quanto se quer enviar para o outro. No tratamento positivo, o participante terá uma experiência positiva ao ser recompensado pelo outro jogador que sempre será um *out-partisan*. Na experiência negativa o contrário acontece, o participante não recebe recursos do outro jogador (também sempre um *out-partisan*) e, portanto, é "impedido"de jogar, o que o faz perder a oportunidade de finalizar o jogo com um saldo positivo. Em outras palavras, a experiência positiva significa, ao final, um saldo positivo e, em contrapartida, a experiência negativa significa um saldo de zero (0).

Antes do jogo começar, instruímos os participantes sobre o funcionamento do jogo. Informamos também que eles iram jogar com recursos fictícios e que, a depender do resultado do jogo, poderiam ou não receber pontos extras da Netquest por sua participação. O objetivo é tornar o jogo mais real. A nossa expectativa é de que se o indivíduo sabe que pode ganhar algo, ele irá se engajar mais no jogo, e assim os tratamentos surtirão efeito.

O participante sempre será o Jogador 2. No Tratamento 1 (experiência positiva) os participantes receberão as seguintes quantias do "Jogador 1": R\$5, R\$7 e R\$8. Esses valores serão triplicados para R\$15, R\$21 e R\$24. A partir destes últimos eles decidem o quanto querem enviar para o suposto "Jogador 1". Eles podem enviar todo o valor, uma parte dele ou nada. A cada rodada o participante saberá informações básicas sobre o "Jogador 1". Essas informações são aleatorizadas por nós, pesquisadores: renda, gênero e idade. Contudo, uma

quarta informação também é dada: a preferência política do outro. Assim, o "Jogador 1" sempre será um indivíduo com a identidade oposta. Ou seja, se no início da pesquisa, o participante se identificou como "Lulista/Petista" ou como "Não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda", ele sempre irá jogar com um Bolsonaroista nas três rodadas. Caso tenha respondido que "Não é Bolsonaroista, mas mais à direita" ou que era "Bolsonarista", o "Jogador 1" sempre será um Petista. Nessa experiência, portanto, o participante sempre terá um saldo positivo, a menos que em todas as rodadas deseje enviar todos os recursos para o outro. Como o participante acredita estar jogando com outra pessoa, ele é induzido a pensar que as mesmas informações e perguntas feitas a ele também são feitas ao "Jogador 1". Assim, após decidir o quanto deseja enviar para o "Jogador 1", perguntamos qual foi o fator determinante para sua decisão: a renda do outro jogador, o gênero, a idade, a preferência política ou outro fator. Em seguida, ele é informado de que a sua preferência política foi o motivo pelo qual o "Jogador 1" enviou aquela quantia (R\$5, R\$7 e R\$8). Dessa forma, nessa experiência, o participante é recompensado por sua identidade partidária, mesmo que oposta a do "Jogador 1". Assim, esperamos que ao ter uma "experiência positiva" com o *out-partisan* o participante tenha níveis mais baixos de polarização afetiva, comparado aos participantes que terão uma "experiência negativa".

O mesmo acontece para os participantes que são aleatoriamente selecionados para o Tratamento 2 (experiência negativa). A dinâmica funciona da mesma forma. Contudo, esses participantes receberão nas três rodadas as quantias R\$0 do "Jogador 1". Isso significa que o participante não poderá escolher o quanto deseja enviar para o outro jogador, já que o primeiro não enviou nenhum recurso. Lembrando que o participante será o sempre o Jogador 2 e, portanto, depende do outro para iniciar o jogo. Como esse cenário se repete em todas as rodadas, o participante é prejudicado ao não poder "jogar" de fato, o que o impossibilita também que ganhar pontuação extra, já que seu saldo será zero. Da mesma forma que no Tratamento 1, no Tratamento 2 o participante é informado de que a sua preferência política foi o motivo pelo qual o "Jogador 1" enviou aquela quantia (R\$0, R\$0 e R\$0). Sendo assim, esperamos que ao vivenciar uma experiência negativa com o *out-partisan* o participante acione o seu desafeto pelo grupo político oposto, uma vez que foi prejudicado por ter uma identidade política oposta a do outro jogador. Com isso, esperamos que os indivíduos que receberam esse tratamento apresentem níveis mais altos de polarização afetiva, em comparação aos indivíduos que receberam uma "experiência positiva".

São três rodadas, a cada rodada, o participante recebe informações, também pré-determinadas, sobre o "Jogador 1". A cada rodada, o "Jogador 1" mudava e, por conseguinte, suas respectivas informações que eram dadas aos participantes (Jogador 2) e distribuídas nas seguintes categorias: gênero (homem ou mulher), idade (25 anos, 38 anos, 43 anos, 54 anos) e renda (de 1 até 2 salários mínimos, de 2 até 3 salários mínimos, de 3 até 5 salários mínimos, de 5 até 10 salários mínimos, de 10 até 15 salários mínimos, de 15 até 20 salários mínimos e mais de 20 salários mínimos). As categorias de idade seguiram as sugeridas no estudo de Jenke (2023) e as de renda foram baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro - ESEB (2022).

Após receber as instruções, em texto e depois em vídeo, os participantes precisam responder a perguntas-teste. O vídeo inclui a apresentação de dois exemplos práticos sobre como o jogo funciona, para assegurar maior compreensão. Após assistir ao vídeo, os participantes terão que responder a duas perguntas sobre o funcionamento do jogo. Caso não acertem, são corrigidos e a pesquisa segue seu fluxo. Esse é um aspecto diferente dos outros estudos realizados. No estudo de Jenke (2023), por exemplo, no caso do participante fornecer respostas incorretas, ele era corrigido e submetido novamente a perguntas. Caso errassem mais três vezes eram excluídos do survey. Acreditamos ao repetir as perguntas, isso poderia desincentivar os participantes a permanecerem no estudo. Como implementamos as instruções por vídeo, este bem pausado, com ilustrações e de mais um minuto de duração, acreditamos que a compreensão do jogo já seria suficiente. Em nosso estudo, mantivemos as perguntas-testes, mas estas funcionam então como espécie de *attention checks*.

Ao final das três rodadas, os participantes recebem um resumo dos seus ganhos a cada rodada e a soma total desses ganham. Nesse mesmo momento também reforçamos o motivo pelo qual o "Jogador 1" enviou aquele recurso, buscando acionar o afeto (para aqueles da "experiência positiva") ou desafeto (para aqueles na "experiência negativa") em relação ao grupo político oposto. Espera-se que o tratamento (experiência negativa versus experiência positiva com um adversário político) ative a polarização afetiva dos participantes do estudo. Para nos certificarmos que o tratamento funcionou, incluímos algumas perguntas para checagem de manipulação (*manipulation checks*). Estas perguntas consistem em quão justo o respondente acredita que o jogo foi e um termômetro de sentimento com relação aos líderes políticos, que é uma mensuração padrão de polarização afetiva. Por fim, os participantes respondem a uma bateria de perguntas sobre política externa, que serão utilizadas para testar as hipóteses propostas. Ao final do questionário os participantes recebem uma mensagem (*debriefing*) agradecendo a

sua participação, e esclarecendo que para fins da pesquisa, o participante não jogou com um jogador humano. Ainda, como esperamos ativar polarização afetiva e fazemos perguntas sobre política, enfatizamos a importância da tolerância política no debate público.

5.1.2 Aspectos éticos

Como esta pesquisa envolve a participação de seres humanos, algumas diretrizes éticas são fundamentais, pois são essas observações que guiam as escolhas para o desenho da pesquisa. A primeira delas diz respeito ao uso de incentivos: esclarecemos que a participação dos respondentes é inteiramente voluntária e não está condicionada à possibilidade de ganho de pontuação extra. Essa informação só é divulgada após a conclusão da pesquisa, de modo a evitar qualquer indução ou expectativa que possa comprometer a espontaneidade da decisão de participar. A medida também está em conformidade com a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que proíbe a remuneração direta de participantes em pesquisas acadêmicas no Brasil (Brasil, 2024).

Em segundo lugar, todos os participantes são informados, por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sobre os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos e os potenciais riscos e benefícios. Como o questionário aborda temas de natureza política, é possível que algumas perguntas gerem desconforto. Nessas situações, o participante tem total liberdade para interromper sua participação a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo. Essa salvaguarda visa proteger a autonomia dos respondentes e reduzir eventuais efeitos adversos ao longo da aplicação.

Destaca-se também o uso de dinheiro fictício no tratamento do experimento. Essa escolha busca conferir maior realismo à dinâmica do jogo e facilitar o engajamento dos participantes, uma vez que a representação simbólica de recursos financeiros tende a ser mais intuitiva. Para facilitar a compreensão dos participantes, reforçamos o caráter fictício dos valores primeiro, informando na tela de introdução ao jogo e, em seguida, apresentamos durante as instruções do vídeo.

Por fim, ao término da pesquisa, os participantes recebem uma mensagem final de esclarecimento (*debriefing*), na qual são apresentados os reais objetivos do estudo. Nessa etapa, informamos que as respostas atribuídas ao Jogador 1 foram previamente programadas, e não fornecidas por outro participante real. A mensagem também enfatiza a importância da tolerância entre grupos políticos opostos como valor fundamental para a convivência democrática. Considerados esses aspectos, o experimento foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)³ e foi a campo em seguida. No próximo capítulo apresentamos os resultados da pesquisa.

5.1.3 Outcomes: atitudes de política externa selecionadas

No início do capítulo, justificamos a inclusão do experimento de survey no desenho de pesquisa desta tese, tendo em vista, principalmente: a possibilidade de investigar uma relação causal e desenhar perguntas que capturassem os construtos de interesse. Nas seções anteriores detalhamos o desenho da manipulação experimental que visa aleatorizar, através do jogo de confiança, uma experiência negativa com um adversário político, produzindo assim de maneira controlada níveis distintos de polarização afetiva dentro da nossa amostra. Após o jogo, os respondentes serão guiados a uma série de perguntas que buscarão capturar algumas atitudes de política externa. Essas perguntas serão usadas para testar as hipóteses H2A e H2B. Nesta seção, trataremos especificamente sobre essas atitudes e sobre as variáveis dependentes (outcomes) que usamos no experimento.

Na análise observacional, selecionamos perguntas de surveys que representavam dimensões-chaves da política externa. Como não tínhamos expectativa teórica sobre cada dimensão em particular, para cada modelo de análise consideramos todas as dimensões possíveis, ou seja, incluímos aquelas que estavam disponíveis em cada banco de dados. No desenho experimental iremos utilizar as mesmas dimensões, mas mensurando outras atitudes de política externa. Para o experimento, desenhamos perguntas que conseguissem ser mais precisas, materializadas em temas de política externa, mas que de uma outra maneira, contemplassem as dimensões que temos trabalhado nesta tese. Ainda, acreditamos que nossas perguntas trazem novos elementos para a discussão teórica, logo, os resultados contribuirão de forma inovadora para a literatura sobre o tema, especialmente na relação entre opinião pública e análise de política externa.

Nesse sentido, com exceção da integração regional que, como vimos na análise exploratória, apresenta pouca expressão das massas a respeito, as demais dimensões foram contempladas por questões em nosso desenho experimental. Sendo assim, mensuramos as seguintes atitudes: 1) objetivos de política externa contempla a dimensão sobre *ativismo internacional* do Brasil; 2) atitudes com relação ao "Tarifaço" de Donald Trump está inserida na dimensão sobre *imagem dos atores internacionais*, por justamente medir os efeitos da polarização na percepção dos respondentes sobre o evento; 3) apoio à soberania nacional *segurança internacional* e; 4) apoio

³ CAAE: 89963425.9.0000.5187.

à união nacional *segurança internacional*, essas duas atitudes contemplam as preocupações dos indivíduos com a segurança e integridade do Brasil . A partir dessas variáveis testaremos as hipóteses principais da pesquisa. Ainda incluímos perguntas sobre: 5) posicionamento de Lula sobre a "desdolarização"no BRICS traz a dimensão da *cooperação internacional* e; 6) posicionamento de Bolsonaro sobre relações Brasil-Israel mesmo com os conflitos, neste último podemos inserir a dimensão sobre *direitos humanos*.

Em outras palavras, em nosso desenho experimental continuamos nas dimensões centrais apontadas pela literatura que estruturam a política externa brasileira, mas trazendo para o debate novos elementos que podem ajudar a literatura sobre o tema a evoluir nos seus achados. A seguir justificamos essas escolhas.

Dividimos essas perguntas em dois blocos principais. No primeiro deles estão as perguntas sobre política externa (*hard issues*). Mais especificamente, perguntamos aos indivíduos o quanto eles concordam com alguns objetivos da política externa brasileira: fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU), ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos e alinhar a política externa brasileira à política externa das nações mais poderosas, como os Estados Unidos. Essas perguntas foram criadas a partir do BAM e tem como intuito testar as hipóteses principais desta tese H2A e H2B. Dessa forma, buscamos mensurar em que medida a polarização afetiva faz com que os indivíduos expressem mais suas opiniões e escolham respostas mais intensas em política externa. Ainda, testamos em que medida suas identidades políticas estão alinhadas com esses objetivos, que de maneira implícita fazem referência as políticas externas de Lula (com o comércio com os países menos desenvolvidos) e Bolsonaro (com o alinhamento às nações poderosas, como os Estados Unidos). Para melhor comparação incluímos também uma pergunta com um alinhamento neutro (o fortalecimento da ONU).

Em seguida, encontram-se as perguntas sobre os sinais emitidos pela lideranças em política externa. O objetivo não é testar as hipóteses H2A e H2B. Mas investigar se, quando polarizados afetivamente, os indivíduos conseguem capturar mais os sinais do *ingroup*, assim como o do *outgroup* sobre política externa. Por isso, escolhemos temas que acreditamos serem atrelados a Lula e a Bolsonaro, mas que não fossem de fácil associação para os indivíduos, mantendo o caráter de *hard issue* da política externa: a ideia de não utilizar mais o dólar como moeda dentro do bloco econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e mais outros países) e a continuidade dos acordos comerciais com Israel, sem punições ou sanções,

mesmo em meio aos conflitos na Faixa de Gaza. Em outras palavras, esperamos que, comparados a indivíduos não polarizados, aqueles polarizados consigam identificar mais os sinais de ambos os líderes.

Adicionalmente, incluímos um bloco que chamamos de *easy issues* no qual perguntamos aos respondentes quão favoráveis eles são quanto: a legalização do aborto, a pena de morte e ao Programa Bolsa Família. O objetivo é testar como os indivíduos respondem a perguntas *hard issue*, como a política externa, e como eles respondem a perguntas nas quais eles provavelmente já possuem opiniões previamente estabelecidas a respeito *easy issues*. Iremos comparar os grupos expostos aos dois tratamentos para investigar se a polarização afetiva é capaz de influenciar como os indivíduos respondem a temas de natureza diferente.

Por fim, durante a realização deste estudo um episódio de política externa ganhou rapidamente o debate público: o "Tarifaço" de Donald Trump. Vimos então a oportunidade de testar um tema tradicionalmente entendido como um *hard issue*, a imposição de tarifas comerciais, mas que mostrou, mais uma vez, um cenário de polarização afetiva no Brasil, com apoiadores de Bolsonaro a favor da medida e apoiadores de Lula contrários a ela. Em pouco tempo, o cidadão comum estava falando sobre "soberania" e "reciprocidade" que, apesar de serem princípios da política externa brasileira, são conceitos de difícil compreensão e, portanto, comumente usado apenas entre as elites. Dessa forma, incluímos um bloco de perguntas que tentam capturar as atitudes dos brasileiros com relação ao "Tarifaço" de Trump e testamos também os efeitos da polarização sobre apoio democrático, mais especificamente, o quão dispostas as pessoas estão em abrir mão de princípios democráticos basilares da política externa brasileira, como o respeito a soberania, quando polarizadas afetivamente. E o quão favoráveis elas são quanto a possibilidade de união nacional diante de ameaças externas. Segundo a pesquisadora Carolina de Paula (UERJ) que monitora grupos de WhatsApp no Brasil, o caso do "tarifaço" foi inédito ao promover "mais unidade" entre os diferentes eleitores, com destaque para aqueles de centro, ou moderados, que apoiaram a resposta do governo Lula às ações de Trump. Entre os bolsonaristas observou-se uma rejeição a política externa de Lula contra os EUA (Tosta, 2025). Esse efeito é conhecido na Ciência Política como *rally around the flag* e tem sido identificado em diferentes países, incluindo não-democracias (RezaeeDaryakenari; Ghafouri; Kasap, 2025; Falcó-Gimeno; Muñoz; Pannico, 2025; Harding; Nwokolo, 2024). Dessa forma, investigar os efeitos da polarização afetiva sobre essas questões mais contemporâneas de política externa nos permite dar mais validade externa aos resultados do experimento e ir além do teste de hipóteses

principal proposto nesta tese, buscando contribuir de maneira ampla para a literatura sobre formação de preferências políticas e dos efeitos da polarização afetiva.

5.2 Amostra do experimento

5.2.1 Características da amostra

Nossa amostra é composta por 2000 participantes. Cada braço experimental conta com cerca de 1000 participantes. A amostra é composta por 54,7% dos participantes que se identificam mais à direita ou que são Bolsonaroistas e 45,2% que se identificam mais à esquerda ou que são Lulistas/Petistas. A maior parte da amostra (56.4%) possui até o Ensino Médio e ensino universitário incompleto ou especialização, enquanto 13.7% não possuem Ensino Médio e 30% possuem Ensino Superior. Boa parte da amostra está interessada (42.4%) ou muito interessada em política externa (40.7%), enquanto 13.6% se disse pouco interessada e 3.2% se disse nada interessada. A maioria sente-se muito orgulhosa (38.5%) ou orgulhosa (30.8%) do Brasil, enquanto 22% sente pouco orgulhosa e 8.5% sente-se nada orgulhosa do país.

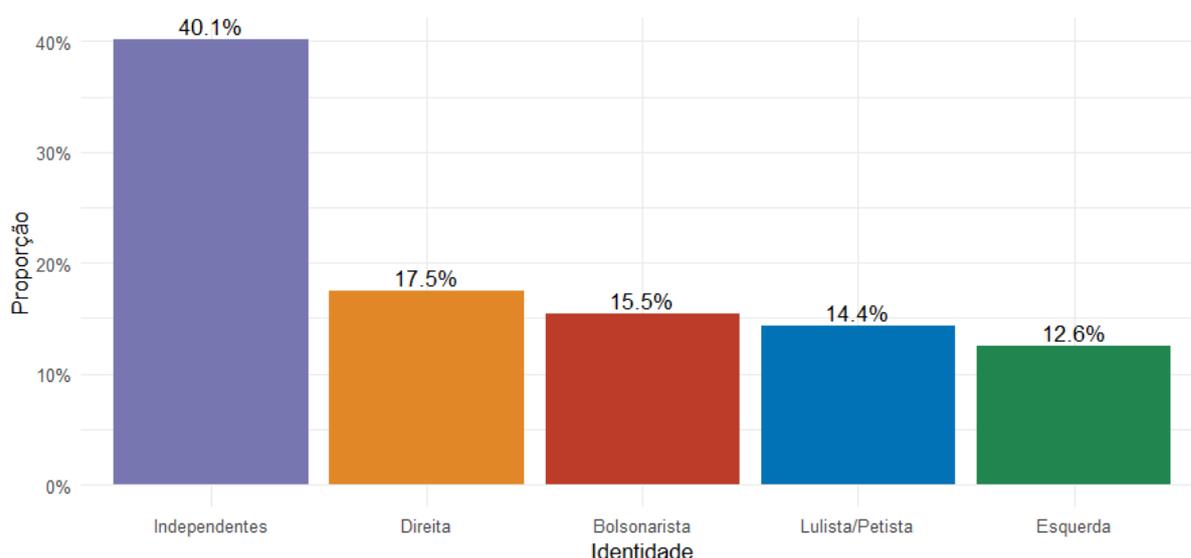
A maior parte dos participantes também acertou as questões-teste de compreensão do jogo de confiança. Na primeira pergunta, a taxa de acerto foi de 73.3% e para a segunda pergunta a taxa foi de 69%. Esses dados nos mostram que os participantes compreenderam o jogo, ou seja, as instruções foram claras. Em média, os participantes do tratamento positivo enviaram entre R\$ 5 e R\$7 ao Jogador 1 e tiveram um ganho final no jogo de R\$41. Esse ganho poderia variar entre R\$0 a R\$60. A média alta de ganhos dos participantes demonstra que existiu entendimento das regras e que eles engajaram no jogo.

Em todas as rodadas, os participantes do tratamento positivo atribuíram a "outro fator" o motivo por terem enviado determinada quantia ao Jogador 1 (respectivamente, 39%, 30.5% e 31.6% nas três rodadas). O segundo fator mais decisivo para os participantes foi a renda do Jogador 1 com percentuais de 26.5%, 29% e 32%. E o terceiro motivo mais escolhido foi a preferência política (20%, 25.6% e 24%), ficando na frente dos fatores gênero e idade, também nas três rodadas onde em média 7% dos respondentes escolheram esses motivos. Especificamente, comparando os grupos entre a direita não Bolsonaroista, os Bolsonaroistas, a esquerda não Lulista/Petista e os Lulistas/Petistas, vemos que os últimos escolheram mais a preferência política como fator determinante na sua escolha nas três rodadas do jogo (6.32%, 7.75% e 8.97%). Em comparação, os Bolsonaroistas representavam nessa escolha, respectivamente: 5.50%, 7.44% e

7.34%. Isso sugere que Lulistas/Petistas poderiam estar mais inclinados à polarização, já que estariam mais atentos quanto a identidade do *out-partisan* (Jogador 1).

Entre os respondentes que aceitaram participar da pesquisa e que atenderam ao requisito mínimo de ser maior de idade, comparamos a distribuição das identidades políticas para verificar em que medida aqueles sem posicionamento político, ou seja, que não se identificam com os grupos, se diferenciam dos demais. A Figura 26 nos mostra que os chamados "independentes" consistem em 40.1% do público, enquanto indivíduos da direita não-Bolsonarista correspondem a 17.5%, Bolsonaristas 15.5%, Lulistas/Petistas 14.4% e indivíduos da esquerda não lulista/petista apresentam-se como o menor grupo, com 12.6%.

Figura 26 – Distribuição das identidades políticas



Fonte: Elaboração própria.

Em suma, nossa amostra é marcada por algumas características. Primeiro, a amostra daqueles que de fato responderam a pesquisa está mais a direita. A maior parte possui ensino médio, está interessada por política externa e sente muito orgulho de ser brasileira. Finalmente, a partir dos dados, a grande maioria entendeu o jogo da confiança e não usou as preferências políticas como fator-decisivo nas suas decisões em relação ao jogo. Vemos também que a amostra se divide proporcionalmente entre os grupos com identificação política mais forte (Bolsonaristas/Lulista Petista) e aqueles que possuem uma identificação política mais fraca (direita não-Bolsonarista e a esquerda não-Lulista), ambos representam 30% da amostra, enquanto 40% não possui posicionamento político. Acreditamos que uma identificação mais forte está atrelada ao líder e é mais alinhada ao *in-group*. Portanto, seria relevante observar os efeitos do tratamento

nesses grupos com identificação mais forte já que eles seriam prováveis de expressar opiniões mais fortes para defender seu grupo ou para se diferenciarem do grupo adversário.

5.2.2 Representatividade da amostra

Para este estudo, foi selecionada uma amostra de 2.000 respondentes a partir de 18 anos, contendo cotas para as características sociodemográficas com base na distribuição dessas categorias na população brasileira a fim de garantir sua representatividade. Utilizando os dados mais recentes do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2025) e das estimativas da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (2024), calculamos a proporção de cada categoria no universo populacional e, a partir disso, definimos sua participação correspondente na amostra.

No Brasil, a distribuição da população adulta apresenta a seguinte composição: 18 a 24 (10,45%); 25 a 34 (15,22%); 35 a 44 (15,88%); 45 a 54 (12,92%); 55 a 64 (10,6%); e 65 a 99 (10,89%) anos. Para gênero: homens (47,74%) e mulheres (52,26%). Para região: norte (8,54%), nordeste (26,9%), sudeste (41,7%), centro-oeste (8,02%) e sul (14,7%). Para classe social: classes A (3,1%), B1 (5%), B2 (16,5%), C1 (20,7%), C2 (26,3%) e D/E (28,4%) (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), 2024). Com base nesses dados, foram estimadas as proporções necessárias para a composição da amostra do presente estudo. No entanto, considerando as limitações inerentes à aplicação de pesquisas de opinião em ambiente virtual, reconhecemos que determinadas categorias populacionais apresentam maior dificuldade de coleta de dados, pois demandam acesso a internet e familiaridade com dispositivos eletrônicos. Em razão disso, ao final do campo tornou-se necessário flexibilizar parcialmente as cotas previamente estabelecidas. Em consonância com as boas práticas de pesquisa científica, apresentamos, a seguir, o grau de divergência existente entre a distribuição de nossa amostra e a da população nacional.

Aplicamos cotas para os respondentes em quatro categorias: gênero, idade, região e classe social. No que se refere à distribuição de gênero, as diferenças observadas entre a amostra e a população nacional são pouco expressivas, correspondendo a aproximadamente 2% a mais de homens e 2% a menos de mulheres. Quanto à idade, as diferenças entre a amostra e a população nacional também são pequenas, em torno de 1% a mais na maioria das faixas etárias. A única exceção ocorre entre os indivíduos de maior idade, grupo em que a amostra apresenta uma sub-representação de aproximadamente 3%. Sobre as regiões, vemos que as únicas categorias

que ficaram sub-representadas foi o norte do Brasil, com uma diferença de -2% na nossa amostra e o sul com uma diferença de -1% da população.

Em termos de escolaridade, nossa amostra apresenta uma sobrerrepresentação de indivíduos com maior nível educacional. As categorias de ensino médio completo/superior incompleto (+20%) e ensino superior completo (+13%) estão acima do esperado em relação à população. Por outro lado, observa-se uma sub-representação de pessoas com fundamental incompleto (-28%) e com fundamental completo/médio incompleto (-5%). Esta categoria não foi incluída como cota durante o processo de coleta de dados, por esta razão, temos diferenças mais expressivas. A escolha pela não inclusão dessa categoria se deu em razão da inclusão da categoria de classe social. Entendemos que apesar de serem variáveis correlacionadas, classe social mostra-se um construto mais completo, uma vez que abarca diferentes dimensões sócio-econômicas. No que se refere a essa variável, nossa amostra mostrou-se, em geral, representativa da população, registrando apenas uma diferença mais relevante na categoria C, que apresentou um desvio de 2% em relação ao tamanho nacional.

5.2.3 Balanceamento da amostra

Como explicado anteriormente, adotamos randomização estratificada, a partir da auto-identificação política do respondente (lulista/esquerda vs. bolsonarista/direita). Definimos estratos por identidade política e covariáveis pré-tratamento (idade, gênero, classe, região) e, em cada estrato, alocamos o tratamento (positivo ou negativo) de forma aleatória, visando tornar os braços experimentais balanceados.

Realizamos um teste de balanceamento da amostra comparando os dois tratamentos e a partir dos grupos políticos, ou seja, um balanceamento condicional por blocos de identidade política. Utilizamos o pacote *RIttools* que apresenta a função *xBalance* e que nos permitiu verificar se a randomização foi feita dentro das identidades políticas: esquerda (indivíduos que se identificam como "lulista/petista" ou como "não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda") e direita (indivíduos que se identificam como "Bolsonarista" e "não é Bolsonarista, mas mais à direita"). A randomização estratificada pelos grupos resultou em alocação próxima a 50/50 em ambos os blocos. Entre os respondentes classificados como de direita, 51,7% foram alocados no tratamento negativo, enquanto entre os de esquerda a proporção foi de 50,1%. O desvio absoluto foi de apenas 1,7 e 0,05 pontos percentuais, o que indica que o balanceamento dentro dos blocos políticos foi alcançado. O teste global de balanceamento condicional (*xBalance*)

indicou diferenças estatisticamente detectáveis ($p = 0.010$), porém de pequena magnitude. A inspeção das diferenças padronizadas (SMD)⁴ mostra que apenas duas variáveis ultrapassam o limiar convencional de 0.10: a categoria *região Norte* (SMD = -0.142) e o grupo de respondentes *muito interessados em política externa* (SMD = -0.138); todas as demais covariáveis ficaram abaixo desse valor. Dessa forma, ao mensurar os efeitos do tratamento, incluiremos essas variáveis como controles nos modelos.

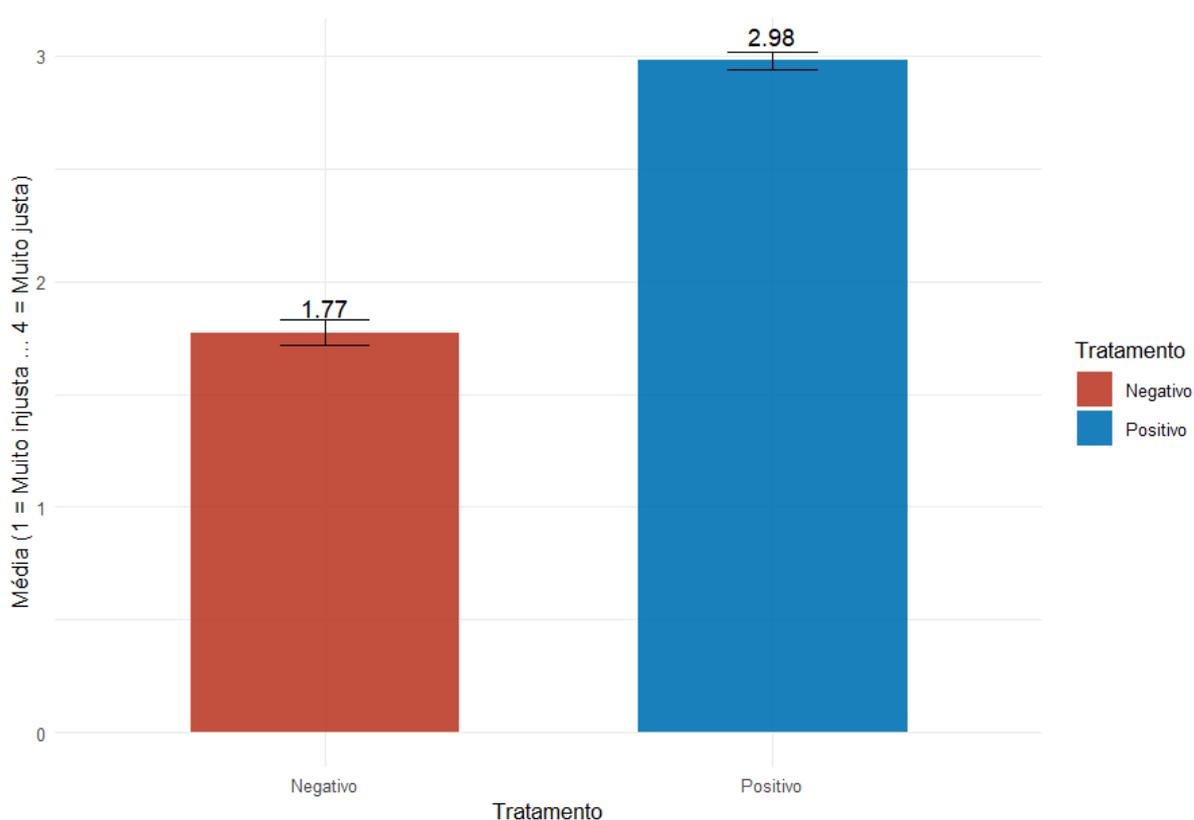
5.3 Checagens de manipulação

Uma das etapas da análise experimental são as checagens sobre a manipulação, testes que nos permitem verificar se a manipulação experimental realmente produziu o efeito psicológico ou perceptivo esperado nos participantes. Utilizaremos três perguntas pós tratamento para verificar se a manipulação da polarização funcionou. A primeira checagem será feita através da percepção de justiça após o jogo da confiança. A expectativa é que indivíduos que foram submetidos ao tratamento negativo terão em média uma percepção maior de injustiça do que indivíduos que foram submetidos ao tratamento positivo. Os participantes responderam à seguinte pergunta: "*No jogo, você diria que foi tratado de forma justa ou injusta?*", sendo as opções "Muito injusta (1), Injusta (2), Justa (3) e Muito justa (4)". A segunda checagem será realizada a partir de outras duas perguntas que trarão abordagens complementares para medir o efeito do tratamento na polarização afetiva dos indivíduos, presentes na literatura. A pergunta consiste no termômetro de sentimentos com relação a Petistas/Lulistas e a Bolsonaroistas, em uma escala de 0 a 10. A partir dele, mensuramos: 1) a diferença de afeto entre os grupos; 2) a média das distâncias, em valor absoluto, de cada termômetro em relação ao ponto central da escala e; 3) o afeto ao *out-group*.

Para verificar se a manipulação do jogo de confiança influenciou a percepção de justiça como esperado, estimamos um modelo OLS em que a variável dependente mede a justiça percebida no jogo em uma escala de 1 ("muito injusta") a 4 ("muito justa") e a variável independente é o tratamento (Negativo vs. Positivo, como referência). A Figura 27 apresenta as médias das respostas e o intervalo de confiança por tratamento. Quanto mais próximo de 1 maior a percepção de injustiça, enquanto quanto mais próximo de 4 maior a percepção de que o jogo foi justo.

⁴ *Standardized Mean Difference* (SMD).

Figura 27 – Percepção de justiça no jogo por tratamento



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do modelo apresentados na Tabela 5 indicam um efeito substancial e estatisticamente significativo do tratamento negativo sobre a percepção de justiça: $\beta = -1,202$, $p < 0,001$. Como números maiores significam mais justiça, o coeficiente negativo demonstra que o tratamento negativo reduz a pontuação de justiça no jogo em relação ao tratamento positivo. As médias previstas são 2.98 para o grupo positivo e 1.78 para o grupo negativo — uma diferença de 1,20 ponto em uma escala de 4 pontos. Em termos substantivos, participantes do tratamento negativo avaliaram o jogo como consideravelmente mais injusto do que aqueles no tratamento positivo, confirmando a efetividade da manipulação. Estimamos também um modelo ordinal com as mesmas variáveis e escalas. Da mesma forma, encontramos que a manipulação negativa desloca fortemente as respostas para (muito) injusta, com efeito estatisticamente significante. Seus resultados encontram-se no Apêndice deste trabalho.

Passamos agora para segunda checagem de manipulação: a polarização afetiva. Para analisar o efeito do tratamento na polarização afetiva dos indivíduos, mensuramos de duas formas. A primeira forma é através da diferença de afeto entre os grupos Lulistas/Petistas e

Tabela 5 – Efeito do tratamento na percepção de justiça

	<i>Variável dependente:</i>
	Justiça no jogo
Tratamento: Negativo (vs. Positivo)	-1.204*** (0.034)
Constante	2.979*** (0.025)
Observações	2,000
R ²	0.380
R ² Ajustado	0.380

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Bolsonaristas, que por sua vez são medidas através de termômetros de afeto que varia de 0 a 10. A diferença é normalizada ao ser dividida por 10 (valor máximo da escala), gerando um índice entre 0 a 1, na qual quanto mais próximo a 1, mais o indivíduo é polarizado afetivamente e, quanto mais próximo a 0, menos polarizado é esse indivíduo. As perguntas que geram esse índice são "Em uma escala de 0 a 10, o quanto você gosta dos seguintes grupos políticos?". Em uma escala de 0 a 10, na qual 0 significa "não gosto nada" e 10 significa "gosto muito", o respondente escolhe um número que representa seu afeto para Lulistas/Petistas e depois para os Bolsonaristas.

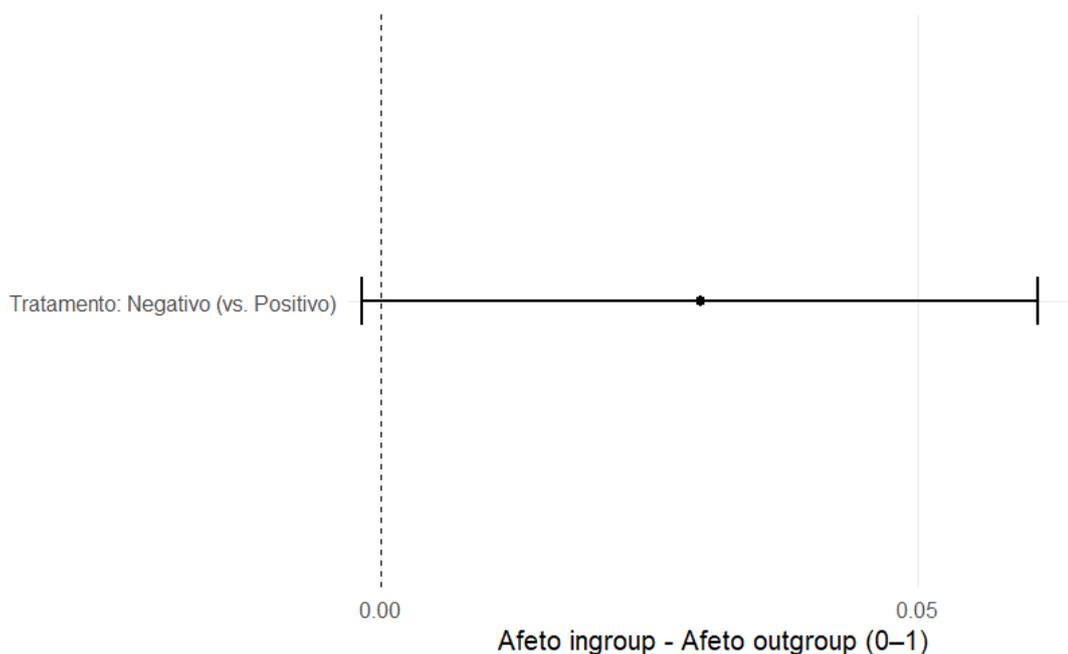
Esta medida de polarização capta a diferença de afeto direcionado aos dois grupos políticos destacados no estudo. O índice, então, mensura o quanto um indivíduo expressa afeto em relação ao seu *in-group* e o quanto manifesta desafeto ao *out-group*, produzindo assim uma diferença de afeto entre os dois. Esse tipo de mensuração é uma das estratégias mais consolidadas na literatura sobre polarização afetiva. Como argumentam Iyengar e Westwood (2015) e Mason (2018), a força explicativa dessa medida está precisamente em integrar a dinâmica bidirecional do afeto político, tanto o afeto aos seus semelhantes quanto a desafeto dos adversários. Ainda, Huddy, Mason e Aarøe (2015) mostram que a polarização afetiva se intensifica quando a identidade partidária assume caráter social e emocional, produzindo não apenas preferência política, mas vínculos identitários carregados de sentimentos positivos para o *in-group* e negativos para o *out-group*. Portanto, ao considerar a diferença entre essas duas perguntas, este índice consegue captar de forma eficiente o grau de polarização afetiva de cada indivíduo, de acordo com o que a literatura estabelece como padrão de mensuração.

Na segunda forma de mensurar esse efeito, utilizamos as mesmas perguntas do termômetro de afeto e construímos uma medida alternativa definida como a média das distâncias, em

valor absoluto, de cada termômetro em relação ao ponto central da escala (5, numa escala de 0–10). Em termos operacionais, para cada respondente subtrai-se 5 das respostas sobre afeto do *in-group* e do *out-group*, toma-se o valor absoluto dessas diferenças e, por fim, calcula-se a média. Valores próximos de zero indicam baixa polarização afetiva, enquanto valores mais elevados denotam maior polarização, independentemente de a avaliação ser positiva (acima de 5) ou negativa (abaixo de 5). Em suma, esta mensuração varia de 0 a 5 e não possui direção: ao operar com valores absolutos, ela não informa se o afastamento se deve a “afeto” ou “desafeto”.

Acreditamos que esta operacionalização da polarização consegue captar o distanciamento dos indivíduos em relação ao ponto médio da distribuição de afetos e desafetos observado na população. Em nosso desenho experimental, optamos por não incluir os respondentes sem identificação política, mas mesmo em contextos altamente polarizados, como o Brasil contemporâneo, há um número significativo de cidadãos que expressa níveis moderados de afeto ou desafeto em relação a determinados grupos políticos. A expectativa é que estes indivíduos escolham os números mais centrais da escala, que se distanciam do "gostar muito" e do "não gostar muito". Captar o quanto o tratamento desloca os respondentes para longe da média é, portanto, relevante tanto empiricamente quanto teoricamente. Pesquisas recentes demonstram que medidas de afastamento em relação ao centro da distribuição de afetos são úteis para avaliar a intensidade da polarização afetiva individual (Iyengar; Sood; Lelkes, 2012; Lelkes, 2016), reforçando que a polarização afetiva não se restringe apenas à diferença absoluta entre grupos, mas também ao grau de extremismo afetivo que separa indivíduos mais moderados dos mais intensamente engajados.

Estimamos dois modelos OLS tendo como variável dependente a polarização afetiva e como preditor o tratamento negativo, e como referência o tratamento positivo. Para o Modelo 1, que mensura a diferença de afeto dividida pelo valor máximo da escala, encontramos um efeito estatisticamente significativo, porém no nível $p < 0.10$, do tratamento negativo sob a polarização afetiva, apesar do coeficiente positivo ($\beta = 0,030$) sugerir uma relação positiva entre as variáveis, ou seja, estar no tratamento negativo está associado a maior polarização afetiva. Apesar de ser uma métrica pouco conservadora, considerando os demais efeitos encontrados quando mensuramos polarização afetiva de outras formas, acreditamos ser uma medida aceitável que indica a existência da relação entre as variáveis. A Figura 28 apresenta o coeficiente graficamente.

Figura 28 – Polarização afetiva por tratamento (Modelo 1)

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6 – OLS - Polarização Afetiva x Tratamento (Modelo 1)

	<i>Variável dependente:</i>
	Polarização Afetiva
Tratamento: Negativo (vs. Positivo)	0.030* (0.016)
Constante	0.556*** (0.011)
Observações	2,000
R ²	0.002
R ² Ajustado	0.001
Desvio-padrão residual	0.359 (df = 1998)

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Para o Modelo 2, que mensura a média da distância dos afetos em relação ao ponto central da escala (5), observa-se um padrão distinto em comparação à primeira especificação. Os resultados da regressão OLS indicam que a exposição ao tratamento negativo está associada a um aumento de 0,154 ponto na polarização afetiva, diferença estatisticamente significativa ao nível de 5%. O intercepto estimado (3,384) corresponde à polarização média observada no grupo submetido ao tratamento positivo; no grupo negativo, a média prevista é de 3,538 (3,384 + 0,154). Em termos relativos, esse incremento equivale a aproximadamente 4,6% acima da

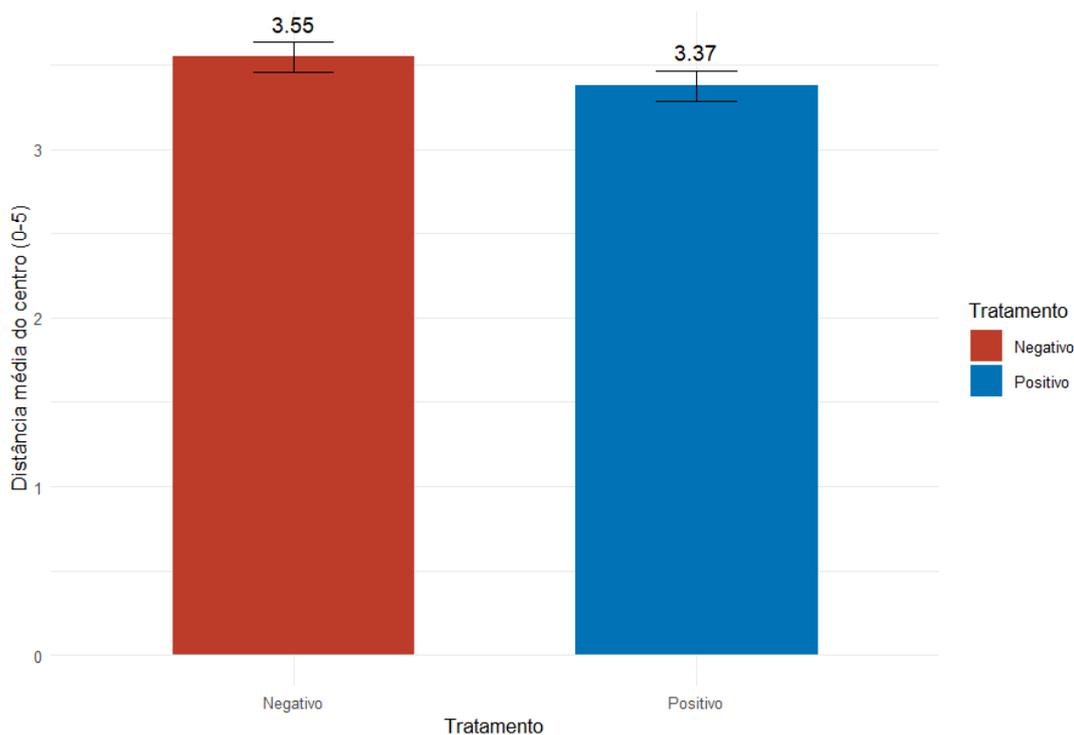
média do grupo de referência. O valor de $R^2 = 0,003$, contudo, revela que o efeito, embora detectável, explica apenas uma fração mínima da variação individual na polarização.

Tabela 7 – OLS - Polarização Afetiva x Tratamento (Modelo 2)

		<i>Variável dependente:</i>
		Polarização Afetiva
Tratamento: Negativo (vs. Positivo)		0.173*** (0.065)
Constante		3.375*** (0.046)
Observações		2,000
R^2		0.004
R^2 Ajustado		0.003

Nota: * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Figura 29 – Polarização afetiva por tratamento (Modelo 2)



Fonte: Elaboração própria.

Os achados do Modelo 2 dialogam com a literatura que argumenta que a polarização está associada a distância afetiva entre os grupos políticos (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019; Huddy; Mason; Aarøe, 2015). Contudo, a magnitude substantiva reduzida sugere que o impacto de uma experiência negativa, isoladamente, não é suficiente para deslocar significativamente o posicionamento afetivo médio dos indivíduos. Ainda assim, como checagem de manipulação,

os resultados corroboram com a expectativa teórica de que interações negativas aumentam a disposição de se distanciar afetivamente do outro grupo político — ainda que tal efeito, na prática, seja mais modesto do que o sugerido por outros estudos (Mason, 2018).

Em conjunto, esses resultados nos apontam diferenças sobre os efeitos do tratamento na polarização afetiva, em comparação aos estudos anteriores. Ao contrário dos estudos realizados nos Estados Unidos, não encontramos um efeito altamente significativo do tratamento com relação à polarização afetiva. Acreditamos que isso pode ser explicado, em parte, em razão do tamanho da polarização afetiva. Enquanto, por exemplo, nos EUA a média da polarização afetiva com relação aos líderes é de 12.76 pontos (Broockman; Kalla; Westwood, 2023), no Brasil essa média é bem menor: 5.6 pontos, de acordo com os dados do ESEB no estudo de Fuks e Marques (2023). Apesar disso, o teste de associação entre a polarização afetiva e o tratamento, no Modelo 2, apresenta efeito significativo, o que nos permite afirmar que o jogo da confiança conseguiu ativar a polarização afetiva nos indivíduos que receberam o tratamento negativo. Jenke (2023) afirma que o grande desafio de experimentos que utilizam a polarização afetiva como variável independente é justamente ativa-lá. Portanto, a partir dos resultados dos testes de checagem podemos assumir que nosso tratamento foi eficiente em seu propósito.

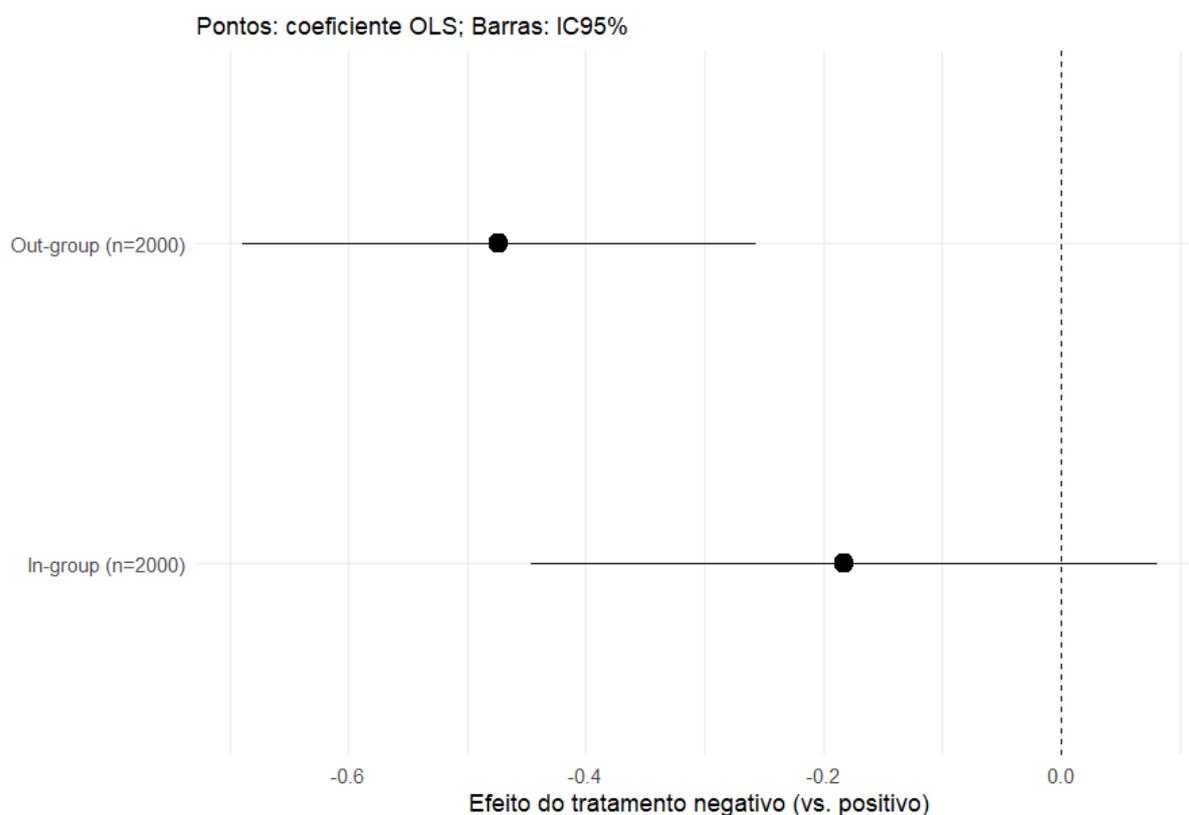
Adicionalmente, testamos de que maneira o tratamento negativo impacta no afeto dos respondentes em relação ao grupo com o qual se identificam (*in-group*) e ao grupo adversário (*out-group*). Chamamos de *afeto in-group* as avaliações que "Lulista/Petista" e "Não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda" atribuem aos Lulistas/Petistas (termômetro 1). Da mesma forma, para os que se identificam como "Bolsonarista" e "Não é Bolsonarista, mas mais à direita", esse afeto é medido com relação aos Bolsonaristas (termômetro 2). De maneira invertida, chamamos o *afeto out-group* as avaliações que "Lulista/Petistas" e "Não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda" fazem dos Bolsonaristas (termômetro 2) e que os "Bolsonaristas", "Não é Bolsonarista, mas mais à direita" fazem dos Lulistas/Petistas (termômetro 1). A tabela abaixo resume a classificação.

Tabela 8 – Classificação do afeto *in-group/out-group*

Afeto	In-group	Out-group
Lulistas/Petistas	Termômetro 1 (Lulistas/Petistas)	Termômetro 2 (Bolsonaristas)
Esquerda não-Lulista	Termômetro 1 (Lulistas/Petistas)	Termômetro 2 (Bolsonaristas)
Bolsonaristas	Termômetro 2 (Bolsonaristas)	Termômetro 1 (Lulistas/Petistas)
Direita não-Bolsonarista	Termômetro 2 (Bolsonaristas)	Termômetro 1 (Lulistas/Petistas)

Através de um modelo OLS no qual a variável dependente é o valor do termômetro atribuído a cada grupo e a variável independente é o tratamento negativo, com referência ao tratamento positivo, podemos visualizar na Figura 30 e na Tabela 9 abaixo os resultados do modelo. Observando o afeto *in-group* vemos que o coeficiente estimado para o tratamento negativo é negativo, porém não estatisticamente significativo. Isso indica que estar no tratamento negativo não reduziu de forma consistente o afeto em relação ao próprio grupo político dos respondentes. A média de referência, expressa pelo intercepto sugere que, independentemente do tratamento, os indivíduos tendem a avaliar seu *in-group* de maneira consideravelmente positiva.

Já quando se trata do afeto ao *out-group*, o efeito do tratamento negativo é de $\beta = -0.467$, estatisticamente significativo. Isso nos mostra que a experiência negativa reduziu o afeto em relação ao grupo adversário em quase meio ponto na escala de 0 a 10. O intercepto de 1.936 mostra que, no grupo de referência (tratamento positivo), os respondentes já manifestavam baixos níveis de afeto em relação ao *out-group*; ainda assim, o tratamento negativo intensificou essa distância afetiva. Dessa forma, os resultados indicam que a manipulação experimental não afetou de maneira robusta a forma como os indivíduos enxergam seu próprio grupo, como esperando, mas produziu um efeito claro de intensificação da rejeição em relação ao grupo opositor.

Figura 30 – Efeitos do tratamento em relação ao afeto *in-group* e *out-group*

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 9 – Efeito do tratamento no afeto (In-group vs Out-group)

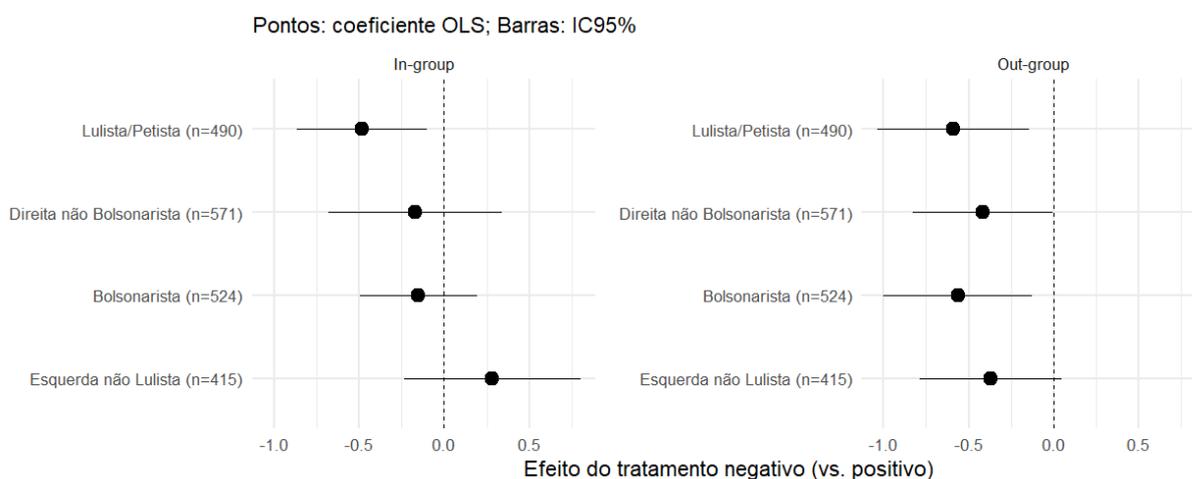
	<i>Variável dependente:</i>	
	Afeto In-group	Afeto Out-group
	(1)	(2)
Tratamento: Negativo (vs. Positivo)	-0.183 (0.134)	-0.473*** (0.110)
Constante	7.244*** (0.096)	1.948*** (0.079)
Observações	2,000	2,000
R ²	0.001	0.009
R ² Ajustado	0.0004	0.009

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Ao destrinchar esses efeitos pelas identidades políticas, vemos na Figura 31 que a diminuição do afeto ao *out-group* acontece entre aqueles indivíduos que possuem uma identificação política mais forte: os Lulistas/Petistas e os Bolsonaroistas. Esse achado corrobora com as expectativas da literatura sobre os efeitos da polarização nos indivíduos mais partidários. Os partidários, que são indivíduos com uma identificação política mais forte, tendem a ser mais

polarizados e, neste sentido, tendem a avaliar mais negativamente os indivíduos do *out-group* (Banda; Cluverius, 2018). Quando polarizados, os indivíduos são mais engajados politicamente, são mais alinhados com o seu grupo (Lelkes, 2016) e tendem a se engajar mais na política, devido a sua aversão ao grupo adversário (Iyengar; Krupenkin, 2018). Portanto, constatamos que manipulação experimental funcionou ao ativar a polarização afetiva através do tratamento negativo, no qual se percebe que o afeto ao *out-group* diminuiu entre os grupos partidários.

Figura 31 – Efeitos do tratamento em relação ao afeto *in-group* e *out-group* por identidade



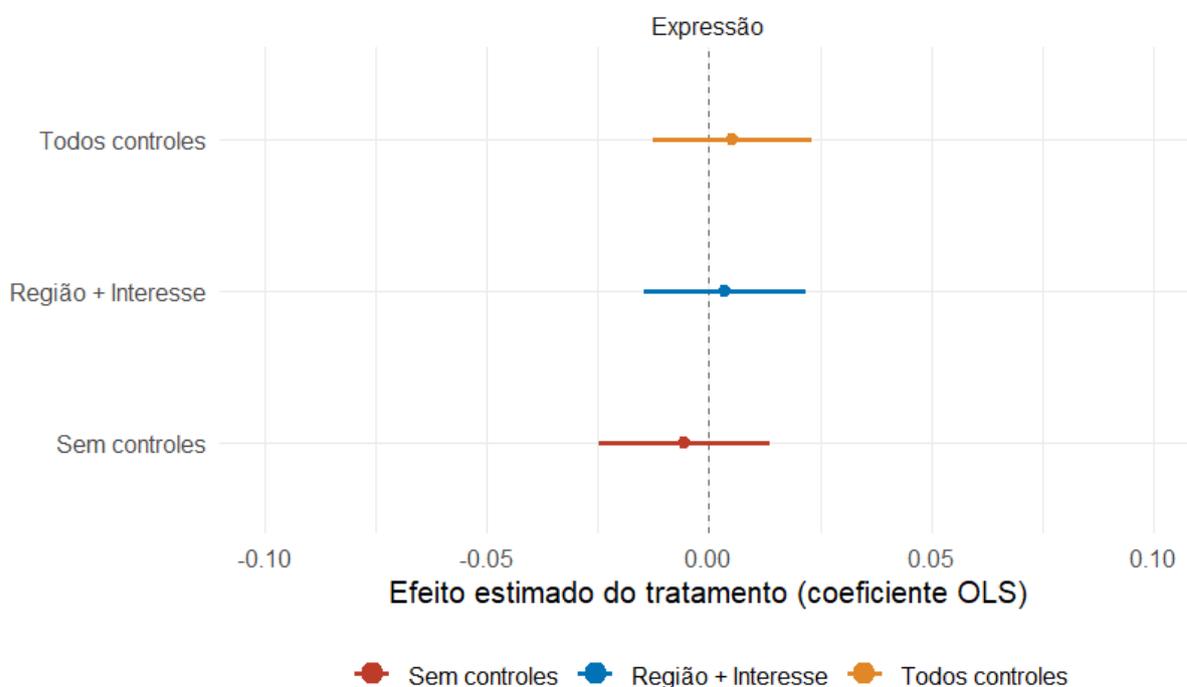
Fonte: Elaboração própria.

Contudo, esse mesmo gráfico nos mostra que o tratamento negativo também provocou uma diminuição do afeto ao *in-group* entre Lulistas/Petistas, o que contraria as expectativas da literatura. De acordo com os estudos, a polarização afetiva fortalece a identificação com o grupo ao qual o indivíduo pertence (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019), portanto, deveríamos esperar um efeito positivo, não negativo. Acreditamos que isso acontece em razão da experiência negativa com o *out-partisan* significar uma perda material para o participante no jogo da confiança devido a sua identidade, ou seja, o indivíduo Lulista/Petista é penalizado por sua identidade e talvez isso ative um estereótipo negativo do próprio grupo que faz com que os indivíduos avaliem mais negativamente os seus semelhantes. Como essa é uma identidade mais forte no Brasil, os efeitos seriam encontrados apenas para Lulistas/Petistas (Samuels; Zucco, 2018) e não para Bolsonaroistas.

5.4 Efeitos principais: testes causais das hipóteses H2A e H2B

O principal objetivo do experimento de survey neste trabalho é testar se a polarização afetiva é capaz de fazer as pessoas se expressarem mais e com mais intensidade em política externa. Os resultados da pesquisa observacional mostraram-se promissores ao rejeitar a hipótese nula de que não haveria relação entre as variáveis. O estudo observacional mostrou que além de existir uma associação positiva entre indivíduos polarizados e opiniões mais intensas em política externa, características individuais como gênero, idade e escolaridade explicam a expressão, assim como a intensidade dessas opiniões. Com o propósito de testar uma possível relação causal entre as variáveis, analisamos dois modelos OLS no qual mensuramos o efeito do tratamento (ativação da polarização afetiva através de uma experiência negativa, ao invés de positiva, com um oponente político) sobre o que chamamos de *Índice de Expressão* e *Índice de Intensidade*. Os índices foram calculados a partir da soma de respostas válidas para as perguntas de política externa do questionário e, em seguida, divididos pelo número dessas perguntas. Dessa forma, os índices variam de 0 a 1. Abaixo apresentamos os resultados.

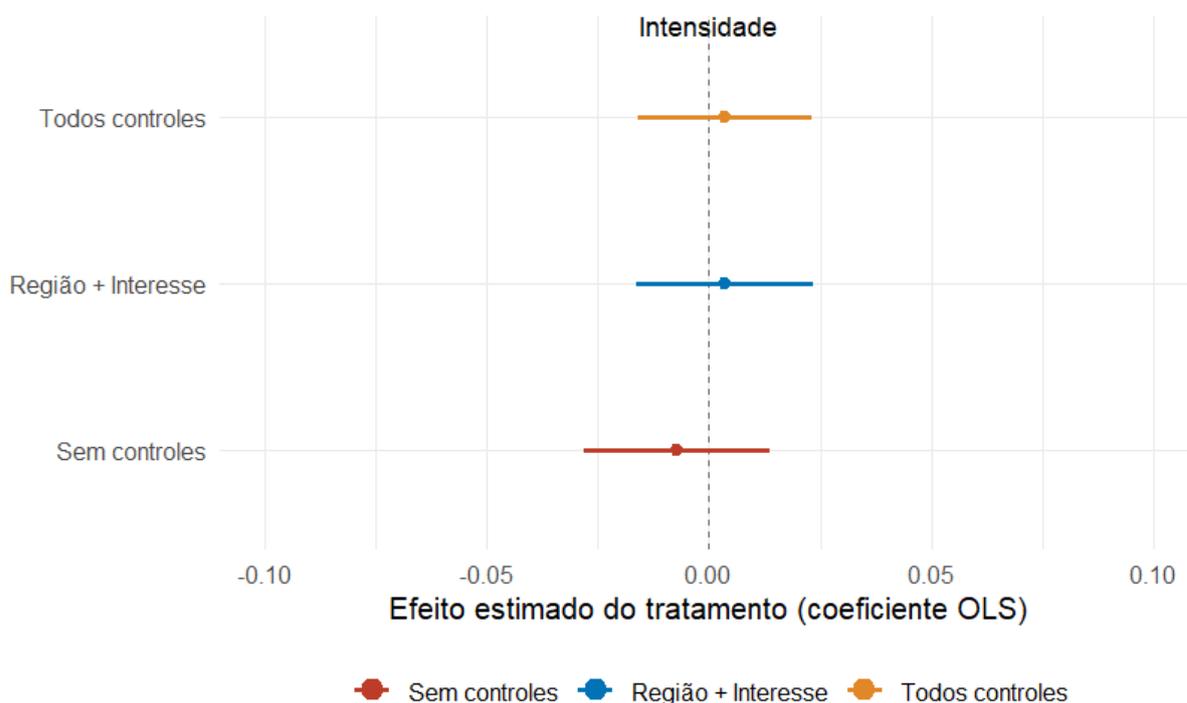
Figura 32 – Modelos OLS Índice de Expressão x Tratamento



Fonte: Elaboração própria.

Começamos analisando o *Índice de Expressão*. A Figura 32 apresenta os resultados de três modelos: um não ajustado (Modelo 1) e dois ajustados com diferentes conjuntos de controles (Modelos 2 e 3). Em todos eles, o coeficiente associado ao tratamento negativo permanece estatisticamente não significativo, variando de valores negativos a positivos ($\beta = -0.006, 0.004$ e 0.005). Isso indica ausência de efeito consistente do tratamento sobre a disposição em expressar opiniões de política externa. Por outro lado, algumas covariáveis de controle exibiram associações substantivas com o índice: indivíduos com menor interesse declarado em política externa apresentaram significativamente menos respostas válidas, enquanto aqueles classificados como “não Petistas, mas mais à esquerda” mostraram maior propensão à expressão. Ademais, homens e indivíduos com ensino superior também tenderam a expressar mais opiniões. Em suma, embora as características individuais ajudem a explicar a variação no índice, o tratamento em si não altera de forma significativa esse comportamento. Os coeficientes completos podem ser encontrados na Tabela 38 (Apêndice).

Figura 33 – Modelos OLS Índice de Intensidade x Tratamento



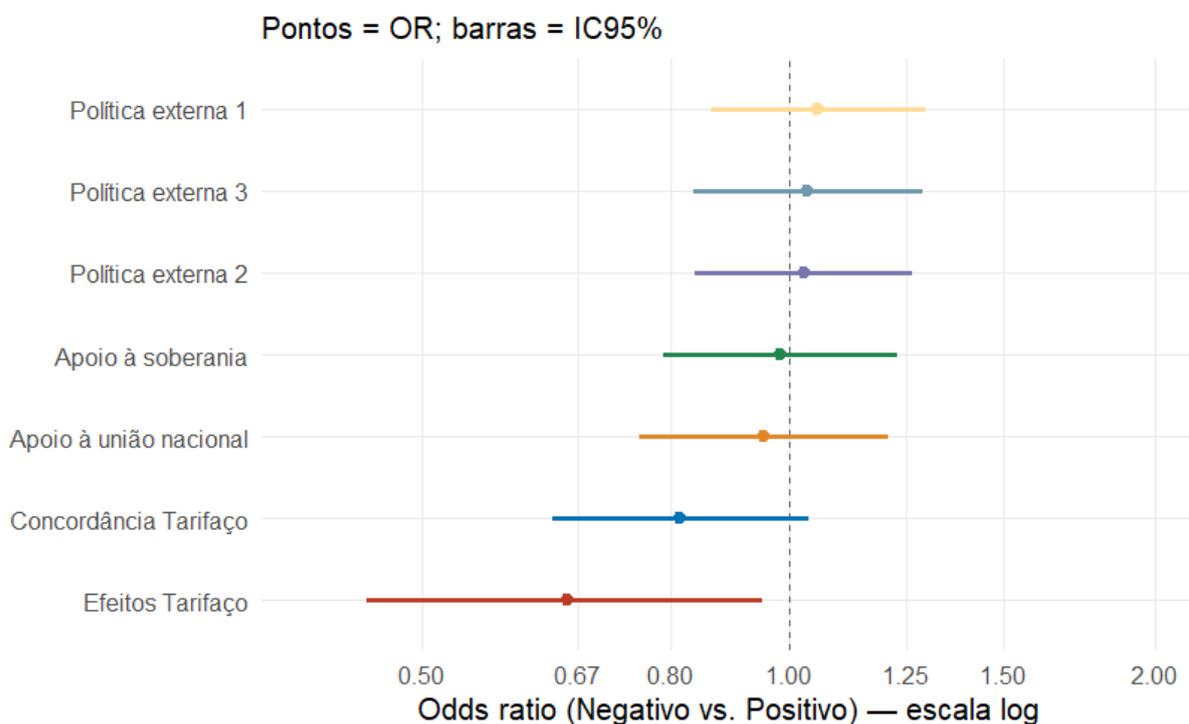
Fonte: Elaboração própria.

De forma semelhante, testamos os efeitos do tratamento no *Índice de Intensidade* das respostas em política externa. A Figura 33 apresenta esses resultados novamente em três modelos: sem controles (Modelo 1), com os controles de região e interesse em política externa

(Modelo 2) e com o conjunto completo de controles (Modelo 3). Observamos a partir do gráfico que em todos os modelos, o coeficiente estimado para o tratamento negativo é muito próximo de zero (-0.007 , 0.004 e 0.004 , respectivamente) e estatisticamente não significativo. Isso significa que a exposição ao tratamento não alterou de forma consistente a intensidade das respostas dos participantes em política externa. Por outro lado, variáveis de controle mostraram efeitos substantivos importantes. O nível de interesse em política externa apresentou uma forte associação positiva com o Índice de Intensidade, enquanto níveis mais baixos de interesse se relacionaram negativamente ao índice. Ainda, dimensões de identidade política e de patriotismo também exibiram relações com a intensidade de resposta. Em suma, os resultados sugerem que não há evidência de efeito causal do tratamento negativo sobre a intensidade de expressão em política externa. Os coeficientes completos podem ser encontrados na Tabela 39 (Apêndice).

Para complementar a análise, desagregamos os índices para estimar os modelos de tratamento considerando cada variável que o compõe de forma isolada. Isso nos permite verificar se a ausência de efeito médio é resultado de uma falta de efeito geral ou se há padrões divergentes entre as variáveis. Cada variável foi operacionalizada em formato binário (0/1), distinguindo respostas válidas de não-válidas e respostas intensas de não-intensas. Utilizamos modelos de regressão logística para estimar a probabilidade dos indivíduos expressarem opinião em política externa e fornecer respostas intensas. Para facilitar a interpretação dos resultados, exponenciamos os coeficientes de modo que os resultados são apresentados como razões de chances (*odds ratios*): valores iguais a 1 indicam ausência de efeito, valores superiores a 1 indicam aumento das chances relativas, e valores inferiores a 1 indicam redução das chances relativas.

A Figura 34 sintetiza os efeitos causais estimados do tratamento negativo sobre cada variável de expressão em política externa, apresentados como razões de chances (*odds ratios*) com intervalos de confiança de 95%. Da mesma forma, as Tabela 10 e Tabela 11 apresentam os resultados dos modelos logísticos estimados em termos de *odds ratios* (OR). De modo geral, o gráfico mostra que, para a maior parte das atitudes, os efeitos não diferem estatisticamente de zero, com intervalos abrangendo a unidade.

Figura 34 – Expressão de opinião em política externa (desagregado) x Tratamento

Fonte: Elaboração própria.

Destacam-se, contudo, os resultados para as variáveis relacionadas ao *Tarifaço de Donald Trump*. A exposição ao tratamento negativo reduziu marginalmente as chances de os indivíduos se expressarem sobre a concordância com as tarifas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil (OR = 0.814, IC95%: 0.639–1.037; $p = 0.096$). Esse achado é contrário às expectativas teóricas, segundo as quais a polarização afetiva deveria intensificar a necessidade de manifestação política, levando a um maior engajamento dos indivíduos.

Tabela 10 – Efeito do tratamento sob Expressão em política externa (*odds ratios*)

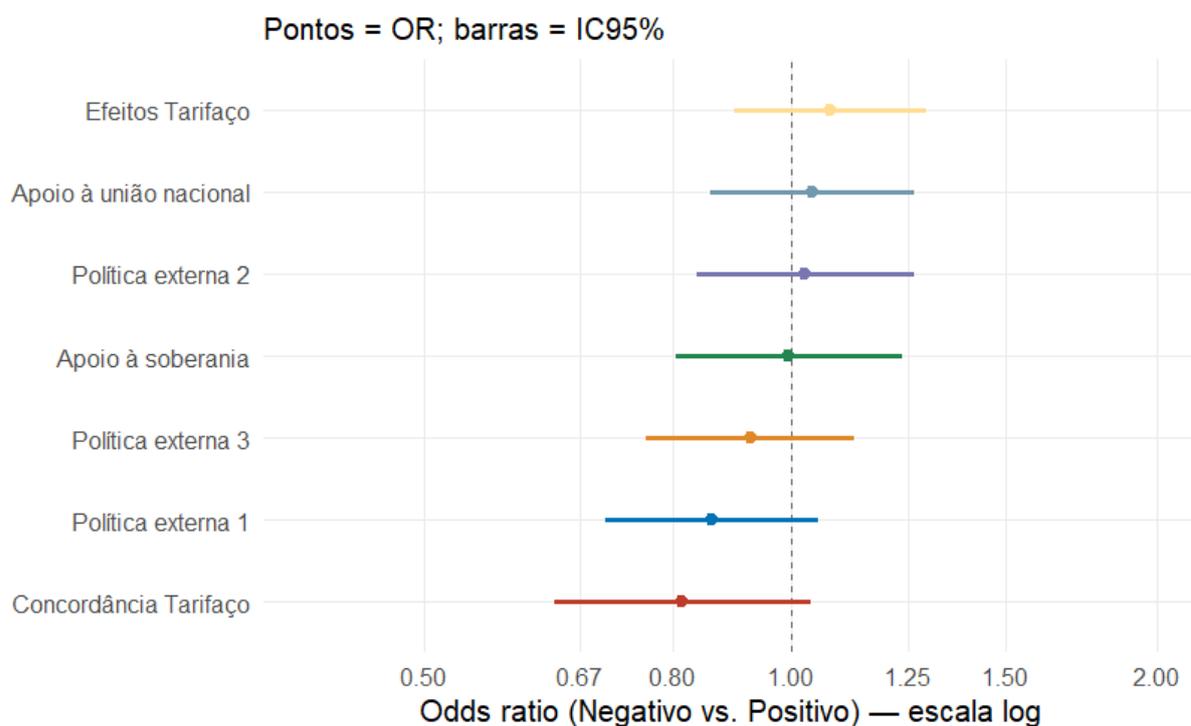
Atitude expressa	OR [IC95%]	p-valor
Objetivo PE (1)	1.057 [0.862, 1.296]	0.5916520
Objetivo PE (2)	1.028 [0.837, 1.263]	0.7911960
Objetivo PE (3)	1.036 [0.834, 1.287]	0.7473660
Concordância Tarifaço	0.814 [0.639, 1.037]*	0.0963850
Efeitos Tarifaço	0.657 [0.452, 0.955]**	0.0279192
Apoio à soberania	0.984 [0.789, 1.227]	0.8857344
Apoio à união nacional	0.953 [0.753, 1.206]	0.6888695

Ainda mais expressivo é o efeito observado na variável *Efeitos Tarifaço*, que capta a avaliação dos respondentes quanto aos impactos das tarifas norte-americanas sobre a economia

brasileira. Os resultados indicam que a exposição ao tratamento negativo reduziu de forma estatisticamente significativa a probabilidade de expressão nesse tema em aproximadamente 34% (OR = 0.657, IC95%: 0.452–0.955; $p < 0.05$). Novamente, esperávamos que quando ativada a polarização nos indivíduos, a expressão de opiniões seria maior, principalmente em um assunto que tem gerado amplo debate público entre os grupos desde o anúncio do presidente norte-americano em julho de 2025.

Ao analisarmos os efeitos do tratamento sobre a intensidade das opiniões em política externa, não encontramos evidências de que a polarização afetiva aumente a força das respostas em nenhuma das variáveis consideradas. A única exceção é novamente o item *Concordância Tarifação*, que apresenta um efeito marginalmente significativo. Nesse caso específico, a exposição ao tratamento negativo está associada a uma redução de aproximadamente 19% na probabilidade de respostas intensas (OR = 0.81, IC95%: 0.64–1.04; $p = 0.096$). Embora estatisticamente frágil, esse resultado sugere que o tratamento pode provocar maior retração na manifestação de opiniões mais intensas sobre o tema.

Figura 35 – Intensidade de opiniões em política externa (desagregado) x Tratamento



Fonte: Elaboração própria.

Em suma, os resultados sugerem que o impacto do tratamento não é generalizado, mas pode se concentrar em dimensões específicas da agenda da política externa brasileira, com

Tabela 11 – Efeito do tratamento sob Intensidade em política externa (*odds ratios*)

Atitude intensa	OR [IC95%]	p-valor
Objetivo PE (1)	0.861 [0.703, 1.055]	0.1479284
Objetivo PE (2)	1.027 [0.835, 1.262]	0.8012122
Objetivo PE (3)	0.926 [0.760, 1.127]	0.4431425
Concordância Tarifaço	0.814 [0.639, 1.037]*	0.0963850
Efeitos Tarifaço	1.078 [0.898, 1.293]	0.4227641
Apoio à soberania	0.996 [0.804, 1.234]	0.9713391
Apoio à união nacional	1.040 [0.857, 1.262]	0.6893982

destaque para o caso do Tarifaço. Com exceção deste último, há indícios de que existe uma retração expressiva das opiniões sob o tratamento negativo. Sendo assim, o efeito da polarização afetiva pode ser mais complexo do que imaginávamos: em vez de simplesmente estimular mais engajamento, pode também gerar ambivalência ou fazer com que as pessoas evitem falar de temas sensíveis, como é o caso das relações comerciais Brasil-Estados Unidos.

Uma possível explicação para esses resultados está no próprio teor da questão do *Tarifaço*. No discurso das elites políticas, o problema é frequentemente interpretado como decorrente da polarização no Brasil: a suposta perseguição ao ex-presidente Bolsonaro teria motivado a imposição das tarifas pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, pesquisas de opinião indicam que parte expressiva do público atribui ao presidente Lula a responsabilidade pela provocação das tarifas, especialmente em função de sua atuação em fóruns como o BRICS, nos quais defendeu alternativas de comércio internacional menos dependentes do dólar. Esse contexto duplo — em que tanto Bolsonaro quanto Lula aparecem como alvos potenciais de responsabilização — pode ter levado os indivíduos a evitar se expressar sobre o tema, reduzindo a manifestação de opiniões na condição de tratamento negativo⁵.

5.4.1 Análise de mediação dos efeitos principais

Apesar das análises anteriores terem se concentrado nos efeitos diretos do tratamento sobre as variáveis dependentes principais (*Índice de Expressão* e *Índice de Intensidade* em política externa), acreditamos que é importante investigar também se esses efeitos podem operar de forma indireta, por meio de variáveis mediadoras. Os estudos que usam o mesmo desenho experimental que este trabalho adotam estratégias diferentes para análise dos resultados e isso se dá em razão de como assumem que o efeito causal acontece. Para Broockman, Kalla e

⁵ Para entender o efeito da polarização sobre as opiniões favoráveis ou desfavoráveis sobre política externa, consultar o Apêndice H.

Westwood (2023), o efeito do tratamento sobre as variáveis dependentes acontece diretamente, por isso, mensura os efeitos do tratamento através da diferença média entre os resultados no grupo de tratamento (experiência negativa) e os resultados do grupo de controle (experiência positiva), conhecido como *Average Treatment Effects* (ATE). Contudo, para Jenke (2023), que utiliza a mesma manipulação experimental, o tratamento do jogo da confiança apenas ativa a polarização afetiva indiretamente. Por esta razão, Jenke (2023) utiliza a análise de mediação para verificar os efeitos principais em seu experimento.

A literatura recente tem mostrado que a polarização afetiva desempenha um papel central na forma como os indivíduos processam informações políticas (Jenke, 2023). Exposições a estímulos negativos envolvendo o *out-group* tendem a mobilizar respostas emocionais e afetivas que, por sua vez, podem influenciar atitudes políticas. Nesse sentido, a polarização afetiva, principalmente quando mensurada quanto ao afeto ao *out-group* atuaria como um mecanismo, um atalho cognitivo que condicionaria tanto a disposição de expressar determinadas posições quanto a intensidade com que essas atitudes em política externa são defendidas. Testar essa mediação é, portanto, fundamental para compreender não apenas se o tratamento funciona, mas por que funciona.

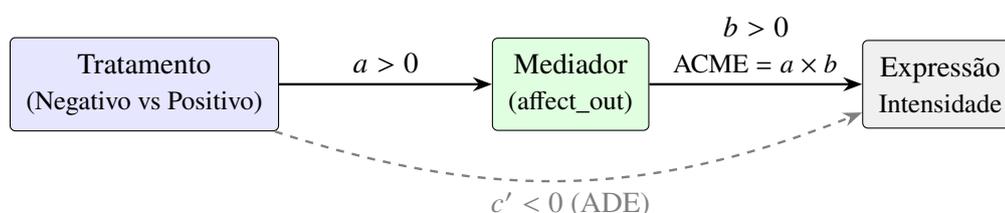
A análise de mediação permite avaliar se a manipulação experimental atua - não de maneira imediata - mas sim através do aumento da polarização afetiva que, por sua vez, influenciaria a expressão e a intensidade das opiniões sobre temas difíceis como a política externa. Dessa forma, a análise não apenas verifica se o tratamento afeta as atitudes em política externa, mas também estima em que medida esse efeito se deve à modificação nos níveis de polarização afetiva, oferecendo evidência empírica mais precisa sobre o mecanismo.

Conforme enfatizam Imai, Keele e Tingley (2010) a análise de mediação oferece uma estratégia metodológica para decompor o efeito total em dois componentes: 1) um efeito direto, que capta a influência do tratamento independentemente de outros fatores; e 2) um efeito indireto, transmitido por uma variável mediadora que operacionaliza o mecanismo causal de interesse. Assim, a análise de mediação permite estimar os efeitos causais médios diretos (*Average Direct Effects* – ADE) e os efeitos causais médios mediados (*Average Causal Mediation Effects* – ACME) dentro de potenciais resultados. A Figura 36 ilustra a análise.

Considerando α como o coeficiente do tratamento sobre o mediador, e β como o coeficiente do mediador sobre a variável dependente (ajustado pelo tratamento), a figura representa o ACME como o produto $\alpha \times \beta$, isto é, o efeito indireto do tratamento sobre a variável depen-

dente (Expressão/Intensidade). Já o ACE (*Average Causal Effect*) corresponde ao efeito total do tratamento sobre a variável dependente (VD). Esse efeito total (c) consiste no efeito direto do tratamento sobre a VD, indicado por c' , isto é, quando o mediador está incluído no modelo, e o efeito indireto, que ocorre por meio do mediador e é dado pelo produto $\alpha \times \beta$ (ACME).

Figura 36 – Análise de mediação: ACME como efeito indireto



Dessa forma estimamos modelos de regressão separados para o mediador e para cada variável dependente (*Índice de Expressão* e *Índice de Intensidade*), nos quais o tratamento experimental foi incluído como variável explicativa principal. Em seguida, utilizamos o procedimento implementado no pacote *mediation* no R, que emprega simulações não paramétricas por *bootstrap* para gerar intervalos de confiança robustos para o ACME, o ADE e o efeito total. A seguir apresentamos os resultados para o Índice de Expressão (Tabela 12, Tabela 13, Tabela 14). Como mensuramos anteriormente a polarização afetiva de três formas diferentes, apresentamos os resultados para esses três mediadores: 1) afeto ao *out-group*; 2) diferença de afeto *in-group/out-group* e; 3) distância do centro no termômetro de afeto.

Tabela 12 – Resultados da mediação (VD: Expressão) – Mediador: affect_out

Efeito	Estimativa
ACME	0.0041 [0.0016, 0.0074]***
ADE	-0.0096 [-0.0289, 0.0095]
Total	-0.0055 [-0.0253, 0.0137]
Proporção mediada	-0.74 [-6.74, 7.01]

Tabela 13 – Resultados da mediação (VD: Expressão) – Mediador: affect_pol

Efeito	Estimativa
ACME	0.0018 [0.0000, 0.0040]*
ADE	-0.0073 [-0.0257, 0.0122]
Total	-0.0055 [-0.0238, 0.0138]
Proporção mediada	-0.32 [-3.07, 2.17]

Tabela 14 – Resultados da mediação (VD: Expressão) – Mediador: polarization2

Efeito	Estimativa
ACME	0.0012 [-0.0001, 0.0031].
ADE	-0.0067 [-0.0262, 0.0137]
Total	-0.0055 [-0.0249, 0.0147]
Proporção mediada	-0.22 [-1.47, 1.58]

Os resultados apresentados nas tabelas indicam que o tratamento negativo não produziu efeitos diretos consistentes sobre a expressão das atitudes de política externa. O ADE (efeito direto) e o efeito total permaneceram estatisticamente não significativos, sugerindo que a manipulação experimental, por si só, não alterou os níveis médios de expressão. Por outro lado, observa-se a presença de efeitos indiretos pequenos, mas estatisticamente significativos, em especial quando consideramos como mediadores o afeto direcionado ao *out-group* (*affect_out*) e a polarização afetiva (*affect_pol*). No primeiro caso, o ACME foi positivo e altamente significativo (0.0041; IC95%: 0.0016–0.0074), indicando que a exposição ao tratamento negativo aumentou ligeiramente o afastamento afetivo em relação ao grupo adversário, o que, por sua vez, contribuiu para maior disposição em expressar atitudes. Para esclarecer, o sinal positivo em ACME significa que o tratamento reduz o afeto ao *out-group*, e reduzir o mediador (M) aumenta a Expressão (Y). O ACME positivo registra esse aumento em Y, não um aumento em M.

De forma semelhante, quando a medida de polarização afetiva (diferença absoluta entre *in-group* e *out-group*) é utilizada como mediador, também se verifica um ACME positivo e estatisticamente significativo (0.0018; IC95%: 0.0000–0.0040). Já no caso da medida alternativa de polarização (*polarization2*), que capta a distância dos termômetros em relação ao ponto médio da escala, o efeito indireto aparece apenas como marginal ($p \sim 0.10$). Assim, a evidência aponta que o tratamento pode, de fato, estimular pequenos deslocamentos afetivos em relação ao *out-group* e ampliar a diferença afetiva entre grupos, mas tais mudanças não são suficientemente fortes para gerar um impacto geral robusto sobre a expressão das atitudes.

Tabela 15 – Mediação (VD: Intensidade) – Mediador: *affect_out*

Efeito	Estimativa
ACME	0.0040 [0.0015, 0.0073]***
ADE	-0.0112 [-0.0325, 0.0072]
Total	-0.0072 [-0.0289, 0.0125]
Proporção mediada	-0.56 [-7.57, 4.60]

Tabela 16 – Mediação (VD: Intensidade) – Mediador: affect_pol

Efeito	Estimativa
ACME	0.0038 [-0.0002, 0.0080].
ADE	-0.0110 [-0.0315, 0.0111]
Total	-0.0072 [-0.0278, 0.0146]
Proporção mediada	-0.53 [-4.64, 5.54]

Tabela 17 – Mediação (VD: Intensidade) – Mediador: polarization2

Efeito	Estimativa
ACME	0.0052 [0.0013, 0.0092]*
ADE	-0.0123 [-0.0334, 0.0070]
Total	-0.0072 [-0.0276, 0.0122]
Proporção mediada	-0.72 [-7.83, 6.08]

Para o Índice Intensidade os resultados da análise de mediação indicam que o tratamento negativo não exerceu efeitos diretos sobre a intensidade das opiniões em política externa e isso pode ser observado no ADE e no efeito total que não apresentaram significância estatística. Contudo, observa-se a presença de efeitos indiretos que, apesar de pequenos, mostram-se relevantes, sobretudo quando se considera o afeto dirigido ao *out-group* (ACME = 0.0040; IC95%: 0.0015–0.0073) e a medida de polarização baseada no afastamento dos termômetros em relação ao ponto médio da escala (ACME = 0.0052; IC95%: 0.0013–0.0092). Esses resultados sugerem que, embora a manipulação experimental não altere diretamente a intensidade das atitudes, ela mobiliza mecanismos afetivos de diferenciação entre os grupos, que por sua vez contribuem para o aumento da intensidade com que os participantes expressam suas opiniões. Já no caso da medida de polarização afetiva calculada a partir da diferença de afeto entre grupos (affect_pol), o efeito indireto aparece apenas de forma marginal (ACME = 0.0038; IC95%: -0.0002–0.0080).

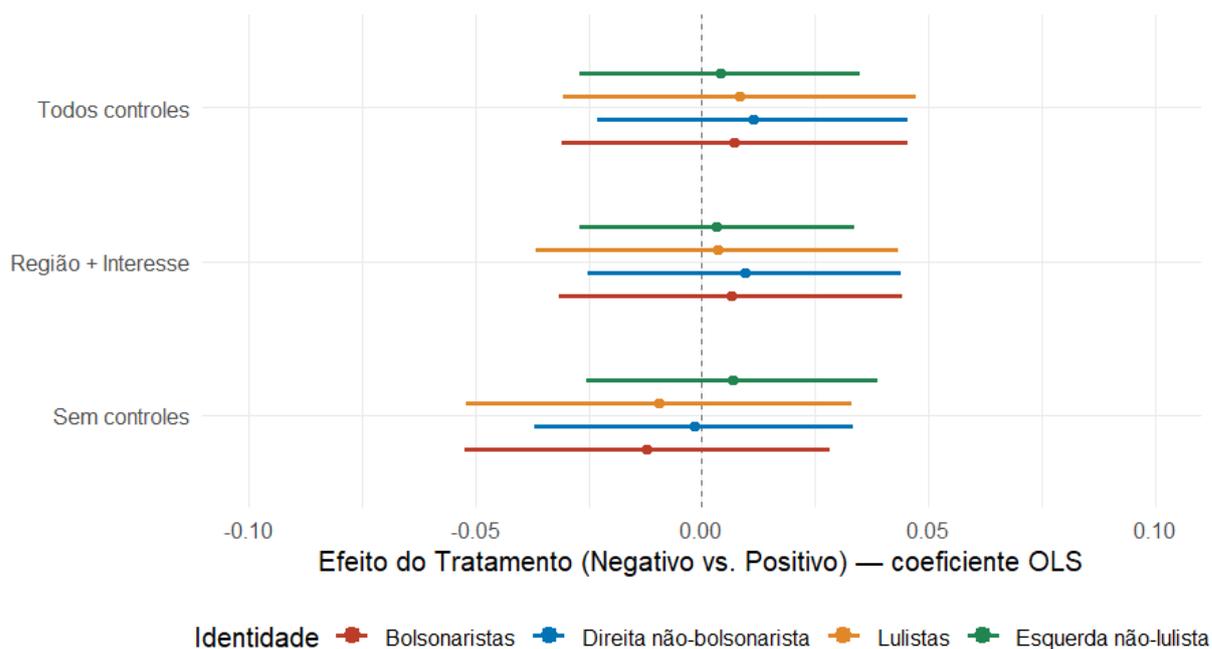
Em suma, a análise de mediação nos permitiu testar se a polarização afetiva funciona como elo causal entre o tratamento e as atitudes de política externa. Os resultados mostram que o ACME é estatisticamente significativo nos modelos que utilizam como mediador o afeto com relação ao *out-group*. Dessa forma, temos evidência de que a manipulação experimental altera os níveis de polarização afetiva, ao diminuir o afeto ao grupo oposto e que essa alteração, por sua vez, explica parte da variação observada na expressão e intensidade das opiniões em política externa. Em outras palavras, o tratamento negativo aumenta o distanciamento afetivo em relação ao *out-group* e esse distanciamento impulsiona a expressão e a intensidade das atitudes.

5.4.2 Efeitos principais a partir das identidades políticas

Analizamos agora se a resposta ao tratamento depende da identidade política dos respondentes. Por exemplo, Bolsonaroistas e Lulistas podem reagir de maneira diferente à experiência negativa no jogo da confiança. Através de modelos OLS estimamos o efeito do tratamento (experiência negativa vs. positiva) sobre o índice de expressão conforme a identidade política: esquerda não Lulista/Petista, Lulista/Petistas, direita não-Bolsonarista e Bolsonaroista. Dessa forma, exploramos possíveis heterogeneidades no efeito do tratamento.

A Tabela 40 (Apêndice) apresenta os resultados dos modelos OLS estimados separadamente para cada identidade política, tendo como variável dependente o índice de expressão. O principal resultado é que o tratamento negativo não produziu efeitos estatisticamente significativos em nenhum dos grupos analisados, independentemente da especificação do modelo. Os coeficientes associados ao tratamento são próximos de zero, o que indica ausência de impacto substantivo na disposição dos indivíduos em expressar opiniões políticas. Por outro lado, observa-se um padrão consistente e robusto em relação ao interesse por política externa: quanto menor o interesse, menor o nível de expressão política.

Entre as variáveis de controle, alguns efeitos específicos merecem destaque: a) entre a direita não-Bolsonarista, níveis mais baixos de patriotismo e pertencimento às classes C e DE estão associados a menor expressão; b) entre os Lulistas, maior escolaridade se relaciona a níveis mais elevados de expressão; c) já entre os Bolsonaroistas, homens tendem a apresentar níveis de expressão superiores aos das mulheres. Esses achados reforçam que a identidade política, por si só, não condiciona os efeitos do tratamento sobre a expressão, mas que fatores ligados ao engajamento político e a características sociodemográficas desempenham papel relevante na explicação das diferenças observadas. As nossas análises observacionais já apresentavam essas expectativas sobre gênero e escolaridade, que são reforçadas pela análise experimental.

Figura 37 – Modelos OLS Índice de Expressão x Tratamento por grupos políticos

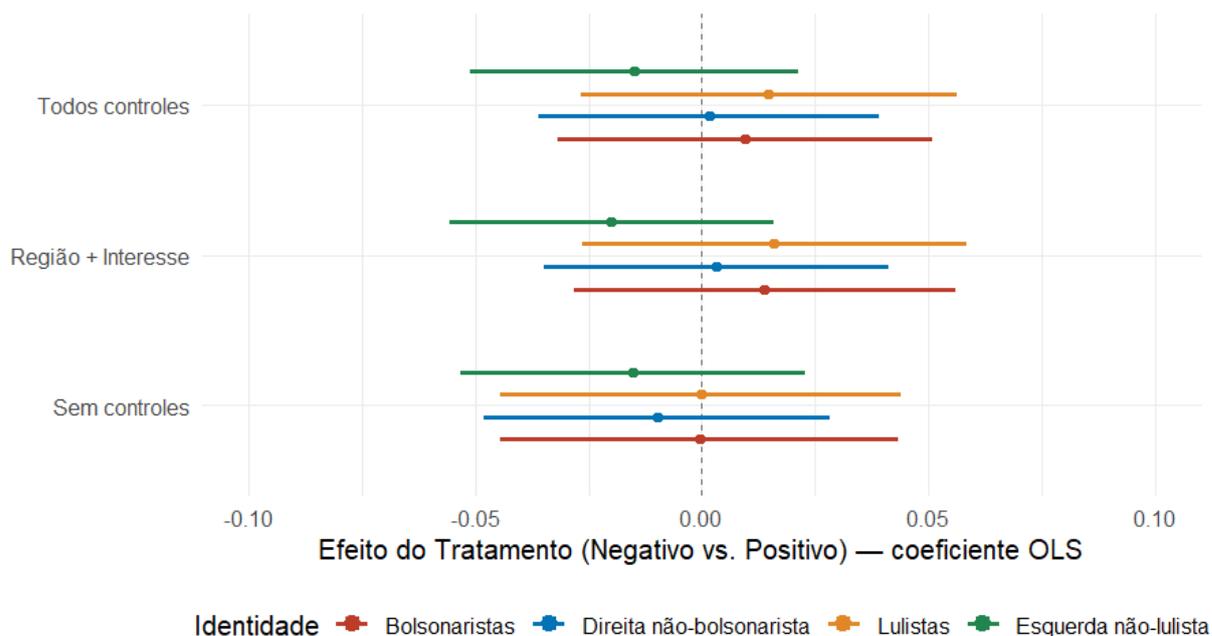
Fonte: Elaboração própria.

A Figura 38 apresenta os resultados dos modelos para os efeitos do tratamento sob o *Índice de Intensidade* em opiniões de política externa por grupo político. Os resultados dos modelos OLS estimados por identidade política (Tabela 41) mostram que, assim como no caso da expressão, os coeficientes do tratamento negativo permanecem próximos de zero e sem significância estatística em todos os grupos, indicando que a exposição ao tratamento não altera a intensidade das atitudes políticas. Em contraste, os resultados evidenciam de forma consistente que o interesse em política externa é um determinante central: indivíduos “interessados” já apresentam níveis de intensidade significativamente menores em comparação aos “muito interessados”, e as reduções se tornam ainda mais acentuadas entre os que se declaram “pouco interessados” ou “nada interessados”, sobretudo entre a esquerda não-Lulista e os Bolsonaristas.

Além do interesse, outras variáveis de controle também apresentam efeitos relevantes. O patriotismo aparece associado a maiores níveis de intensidade: em especial, entre a direita não-Bolsonarista e Bolsonaristas, ser “orgulhoso” ou “pouco orgulhoso” tende a reduzir a intensidade em relação aos “muito orgulhosos”, com coeficientes negativos e significativos. Entre Lulistas, destaca-se um efeito positivo do gênero masculino, enquanto entre Bolsonaristas observa-se um resultado semelhante para homens, embora mais fraco. A escolaridade mostra impacto

limitado, mas entre Bolsonaroistas, possuir ensino médio está associado a menor intensidade. Já a posição regional aparece de forma marcante apenas entre a esquerda não-lulista, onde residir no Nordeste, Sudeste ou Sul está relacionado a níveis mais baixos de intensidade. Por fim, na direita não-Bolsonarista, pertencer às classes C ou DE está associado a reduções significativas no índice.

Figura 38 – Modelos OLS Índice de Intensidade x Tratamento por grupos políticos



Fonte: Elaboração própria.

Os valores de R^2 confirmam que os modelos com controles captam parte substantiva da variação no Índice de Intensidade, especialmente entre Lulistas e Bolsonaroistas. Em resumo, esses achados reforçam a robustez da conclusão de que a identidade política, por si só, não condiciona o efeito do tratamento, mas que fatores relacionados ao interesse em política externa, ao patriotismo, à classe social e à região de residência desempenham papel relevante para explicar variações na intensidade das opiniões políticas.

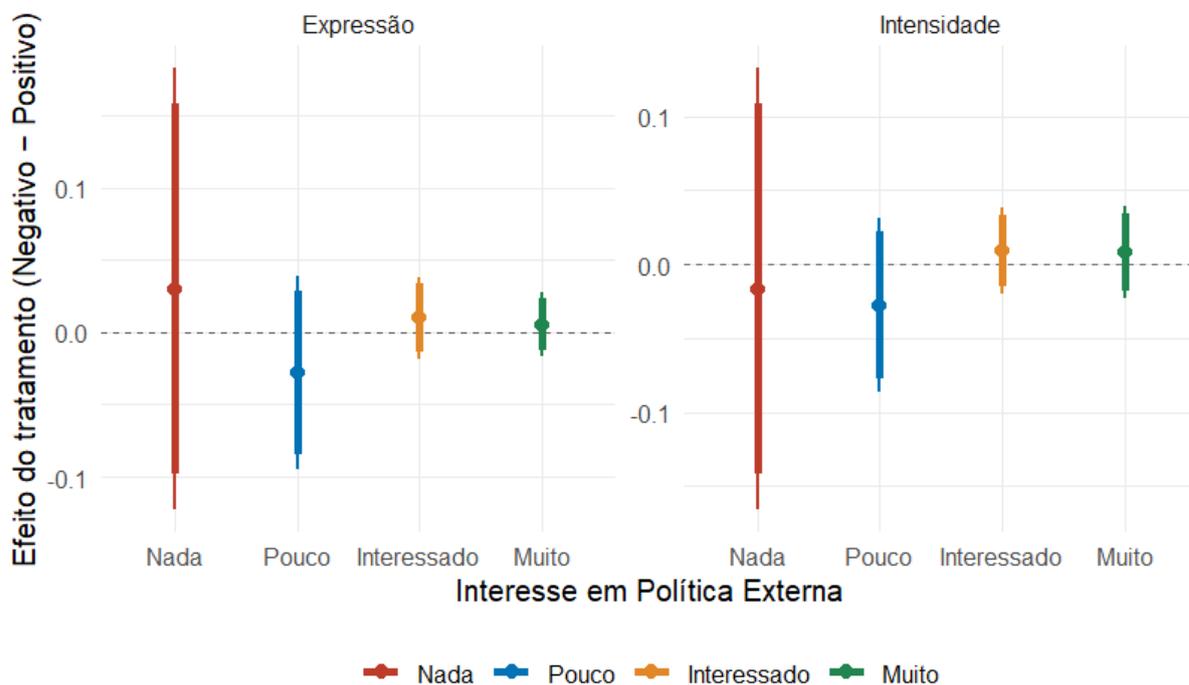
5.5 Efeitos heterogêneos

Outro elemento importante da análise experimental é investigar se determinados grupos, com características específicas, apresentam maior ou menor sensibilidade ao tratamento. A partir da literatura e das análises observacionais a expectativa era de que indivíduos com maior interesse declarado em política externa tenderiam a ser mais influenciados pela polarização

afetiva — tanto na expressão quanto na intensidade de suas atitudes. Ao mesmo tempo, aqueles com baixo interesse seriam menos vulneráveis, apresentando efeitos menos intensos. Por outro lado, também acreditamos que o nível de escolaridade poderia desempenhar um papel semelhante, potencializando o tratamento. Na literatura, Zaller (1992) já argumentava que o nível educacional de um indivíduo é uma *proxy* adequada para medir a atenção política (*political awareness*), assim, aqueles mais atentos estariam mais propensos a receber os sinais das elites e teriam mais capacidade cognitiva de processar esses sinais. À medida em que as elites se polarizam, esses sinais provocam maior coesão nas atitudes individuais (Levendusky, 2010). Em nosso argumento, dadas essas considerações, é possível que indivíduos mais atentos estivessem também mais inclinados aos efeitos da polarização afetiva, ou seja, os indivíduos teriam atitudes menos moderadas. Dessa forma, nossa expectativa é que o efeito da polarização afetiva sobre as atitudes de política externa seja intensificado entre os mais escolarizados e os mais interessados.

Utilizamos modelos OLS para investigar se a interação entre o tratamento e o nível de interesse em política externa impacta nos Índices de Expressão e de Intensidade. Na Figura 39 visualizamos os resultados encontrados que demonstram que os efeitos estimados do tratamento estão próximos de zero independente da categoria. Os intervalos de confiança são amplos, com destaque para a categoria "Nada Interessado(a) em política externa". Portanto, não existem evidências de que o tratamento tenha um efeito maior nos indivíduos com maior interesse sobre esse tipo de política. Em outras palavras, o tratamento negativo não parece ter mais efeito do que o positivo nos índices de expressão e/ou intensidade nos indivíduos com menor ou maior interesse em política externa. Os resultados não confirmam as expectativas teóricas, pois as pessoas mais interessadas e, portanto, mais atentas aos sinais das elites não foram mais afetadas pelo tratamento, em comparação as outras categorias com menor nível de interesse em política externa. A tabela completa com os coeficientes pode ser encontrada na Tabela 42 (Apêndice).

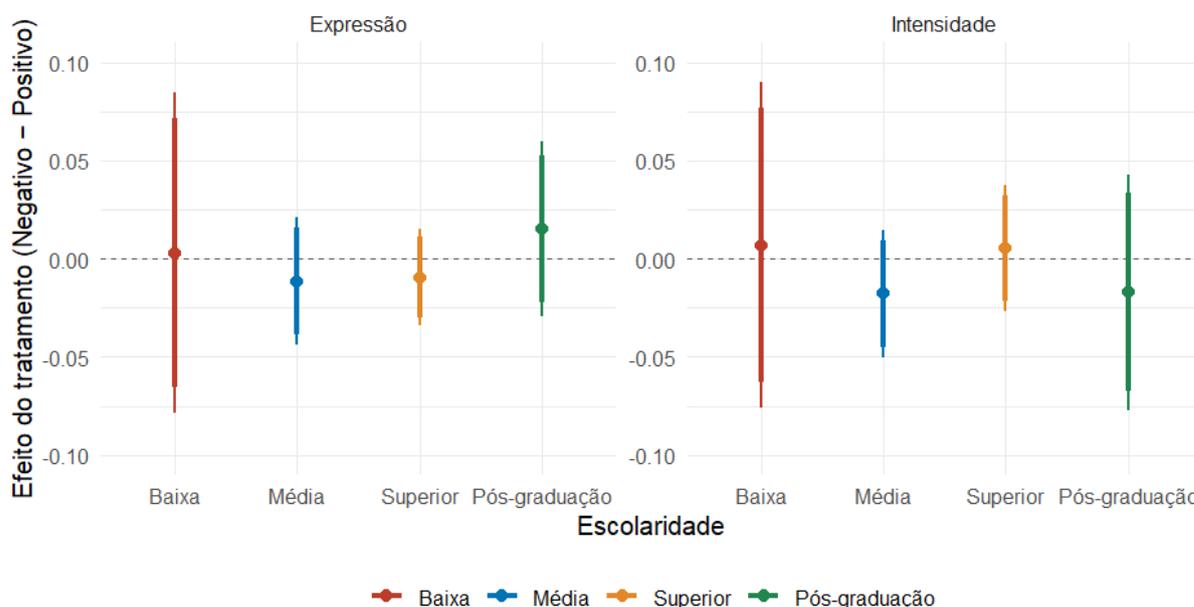
Figura 39 – Efeitos heterogêneos (interesse em política externa)



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 40 mostra os resultados dos modelos OLS que testam a interação entre o tratamento e a escolaridade para os Índices de Expressão e de Intensidade. Para facilitar a interpretação do gráfico, agrupamos as seguintes categorias: baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto e completo), média escolaridade (ensino médio incompleto ou completo), superior (ensino universitário incompleto ou completo e/ou especialização/técnico) e pós-graduação (incompleta ou completa). Na Tabela 43 (Apêndice) encontram-se os coeficientes dos modelos.

Por sua vez, os modelos sobre os efeitos heterogêneos do nível de escolaridade também não encontram efeitos do tratamento negativo em nenhuma categoria de interesse. Em todos os resultados os intervalos de confiança cruzam o zero, confirmando que não encontrados evidências de que a escolaridade produza efeito moderador sobre o tratamento negativo. Assim, indo de encontro com nossas expectativas teóricas, indivíduos mais escolarizados não sofreram maior impacto em termos comparativos do tratamento negativo em relação ao positivo, em outras palavras, respondentes com diferentes níveis de educação formal respondem de forma semelhante em seus índices de expressão e intensidade quando submetidas ao tratamento.

Figura 40 – Efeitos heterogêneos (escolaridade)

Fonte: Elaboração própria.

Em resumo, não encontramos efeitos heterogêneos em nossos modelos. Contudo, julgamos que é preciso cautela na interpretação dos resultados, pois é possível que o fato de nossa amostra contar com 80% de respondentes que se declaram interessados ou muito interessados em política externa, mais uma vez, diante do contexto do "Tarifaço", pode desempenhar um papel importante nesses resultados. Além disso, existe uma super representação em nossa amostra de indivíduos com ensino superior em comparação com as médias brasileiras. Ao passo que aqueles com menor escolaridade estão pouco representados. Essa característica pode ter afetado os resultados influenciando na variável de interesse em política externa, justamente porque pessoas mais escolarizadas estariam mais atentas aos sinais das elites e desde julho de 2025 as elites brasileiras de esquerda e direita estão focadas nos efeitos do "Tarifaço", enviando constantes sinais para os seus grupos. Ou seja, antes de descartar os argumentos teóricos sobre a importância das variáveis é importante realizar essa reflexão crítica.

5.6 Testes de robustez

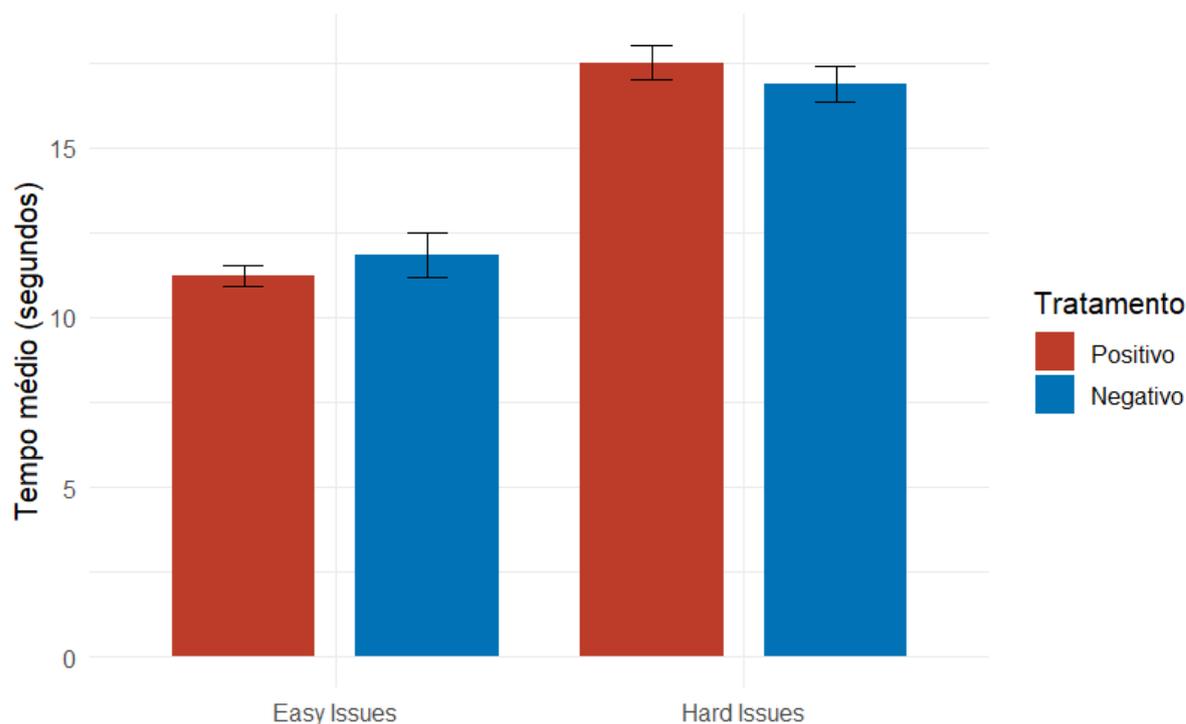
5.6.1 *Hard x easy issues*

Incluimos um metadado na aplicação do questionário que consiste no tempo de resposta do participante para cada pergunta pós-tratamento. Esse dado funcionará como uma *proxy* para o

que chamaremos de *complexidade cognitiva*. O objetivo é testar se a polarização afetiva facilita a formação de opiniões em política externa, tradicionalmente um *hard issue*, ao simplificar sua complexidade, oferecendo atalhos cognitivos para a formação dessas opiniões a respeito. De acordo com a literatura, os indivíduos utilizam atalhos mentais para interpretar eventos do domínio político e, principalmente em *hard issues*, que são temas que demandam maior esforço cognitivo e conhecimento específico (Lodge; Taber, 2013; Althaus, 2003). Ao acessar esses atalhos, os indivíduos associam as informações a grupos políticos e, por conseguinte, o afeto (ou desafeto) a esses grupos influencia as atitudes geradas (Jenke, 2023).

Para isso, iremos comparar o tempo de resposta que as pessoas levam para responder a perguntas de política externa com o tempo de resposta que levam para responder *easy issues* (opiniões sobre Bolsa Família, aborto e pena de morte). O gráfico abaixo (Figura 41) apresenta o tempo médio de resposta dos participantes em dois tipos de questão (*hard* e *easy*), para cada tratamento. As barras representam as médias observadas e as linhas verticais correspondem aos intervalos de confiança de 95%.

O gráfico abaixo Tabela 18 apresenta a distribuição média de tempo que os respondentes levaram para responder às questões do questionário. Vemos que os respondentes, em média, precisaram de mais tempo para responder a perguntas *hard issues*, em comparação ao tempo médio de resposta que passaram em questões *easy issues*. Observamos também que existe uma pequena diferença no tempo médio de resposta entre os tratamentos, o que nos sugere que é possível que as pessoas que receberam a experiência negativa com *out-partisan*, portanto, mais prováveis de estarem polarizadas afetivamente, levam menos tempo para responder a perguntas de política externa (*hard issues*). Acreditamos que isso se explica pelo atalho cognitivo que é ativado quando os indivíduos estão polarizados, o que facilita a formação de opiniões frente a temas complexos.

Figura 41 – Tempo de resposta médio para questões *hard issues* X *easy issues*

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 18 – OLS – Efeito do tratamento no tempo médio de resposta

	<i>Variável dependente:</i>	
	Tempo médio <i>Hard</i>	Tempo médio <i>Easy</i>
	(1)	(2)
Tratamento: Negativo	-0.442 (0.349)	-0.015 (0.240)
Constante	15.055*** (0.249)	9.636*** (0.171)
Observações	2,000	2,000

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
 Erro padrão entre parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Identificamos a presença de valores extremos nos tempos médios de resposta para cada *issue*. Por esta razão, estimamos modelos de regressão robusta. No caso das *hard issues*, o intercepto indica um tempo médio de aproximadamente 15 segundos no grupo de referência (tratamento positivo), enquanto o coeficiente associado ao tratamento negativo sugere uma

redução de apenas 0,44 segundos, diferença não estatisticamente significativa. Para as *easy issues*, o intercepto foi de 9,6 segundos e o coeficiente do tratamento negativo apresentou valor praticamente nulo (-0,015), igualmente não significativo. Assim, mesmo após a correção para *outliers*, os resultados confirmam a ausência de efeitos identificáveis do tratamento sobre o tempo médio de resposta para os dois tipos de questões.

5.6.2 Sinal das elites

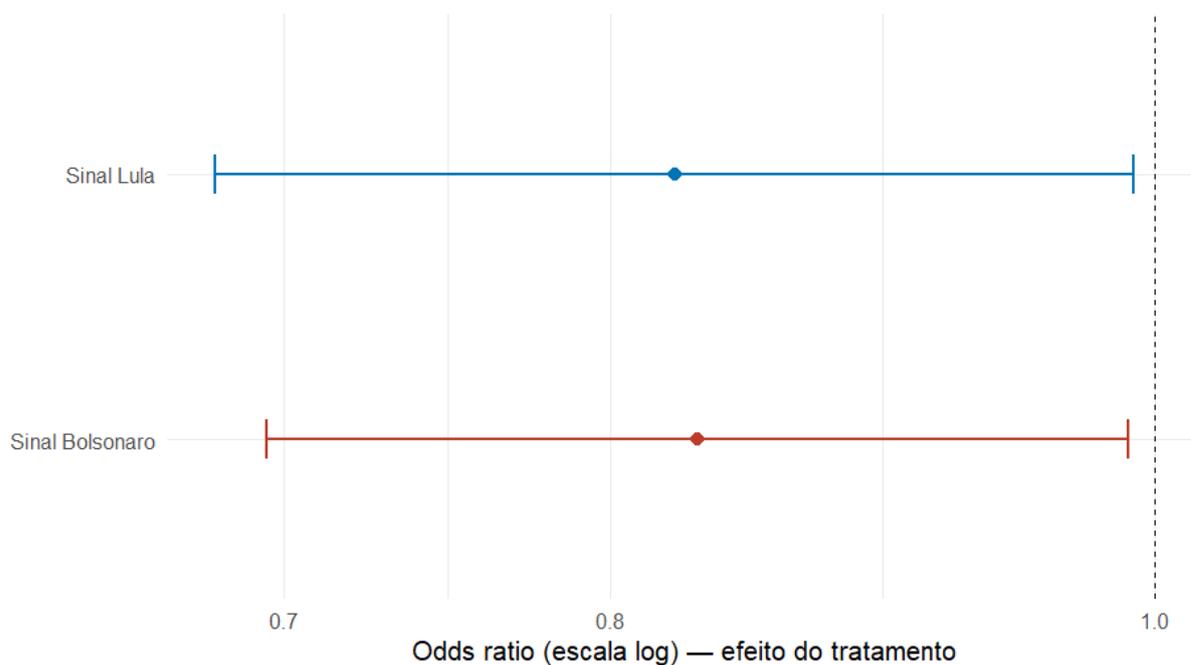
Incluímos no questionário duas perguntas que buscam captar em que medida os respondentes estão atentos aos sinais das elites, especificamente dos líderes políticos. A literatura nos mostra que no processo de formação de opiniões, os indivíduos utilizam atalhos cognitivos através dos quais acessam em sua memória conceitos carregados afetivamente (Lodge; Taber, 2013) e, ao acessar esses atalhos, associam informações com os grupos políticos. Dependendo de como se sentem com relação a esses grupos, demonstram suas atitudes sobre determinado assunto (Jenke, 2023). Nossa expectativa é que, ao vivenciarem a experiência negativa com o *out-partisan*, estes indivíduos estariam mais atentos ao sinal dos líderes, ou seja, responderiam com maior assertividade quando perguntados sobre como Lula e Bolsonaro pensam sobre duas questões econômicas de política externa — a desdolarização no âmbito do BRICS e o comércio irrestrito com Israel. Em outras palavras, espera-se que os respondentes identifiquem corretamente as posições dos líderes, independentemente de se tratar do *in-group* ou do *out-group*, uma vez que a polarização afetiva, quando ativada, reforça o uso desses atalhos cognitivos e, conseqüentemente, a capacidade de reconhecer como os líderes se posicionam. Além disso, indivíduos com identidade política mais forte tenderiam a captar tais sinais com maior precisão, já que a experiência negativa com o *out-partisan* intensificaria sua polarização afetiva.

Para captar a atenção dos respondentes aos sinais das elites, incluímos duas questões específicas no questionário. A primeira perguntava sobre a posição de Lula: "*Alguns políticos defendem que o Brasil deveria promover no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e mais outros países) o comércio com outra moeda que não fosse o dólar, afinal, nenhum desses países fabrica o dólar dos Estados Unidos. O que você acha que o presidente Lula pensa a respeito?*". A segunda investigou a posição atribuída a Bolsonaro: "*Alguns políticos acreditam que o Brasil deveria continuar com os acordos comerciais com Israel, sem adotar punições ou sanções, independentemente dos conflitos na Faixa de Gaza com a Palestina e o Hamas. Qual você acha que é a posição do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre isso?*". Em ambas

as perguntas os respondentes escolhiam se o líder era a favor ou contra e, ainda era possível escolher a categoria no caso de não saberem responder. Para a pergunta sobre o BRICS, 67.8% dos respondentes acertaram a posição de Lula, 8% erraram e 24.4% não souberam responder. Para a pergunta sobre Israel, 55.6% acertaram que Bolsonaro era favorável àquela posição, enquanto 16.8% erraram e 27.5% não souberam responder. Essas diferenças nos sugerem que o sinal de Lula é mais captado pelos respondentes, em comparação ao sinal de Bolsonaro.

Classificamos as variáveis em 1 e 0: 1 para quando o respondente acertava a posição do líder ("Lula é a favor"/"Bolsonaro é a favor") e 0 quando não acertava ("Lula é contra"/"Bolsonaro é contra") ou declarava "Não sei responder". Essas perguntas permitem mensurar a capacidade dos participantes de identificar corretamente os posicionamentos dos líderes em temas de política externa, constituindo um indicador de atenção aos sinais das elites políticas. A seguir apresentamos os resultados de modelos logísticos para mensurar se a exposição ao tratamento no experimento afeta a capacidade dos respondentes de identificar corretamente os sinais emitidos pelas elites políticas. Construímos duas variáveis dicotômicas: (i) *acerto sinal Lula* e (ii) *acerto sinal Bolsonaro*. Os coeficientes são apresentados como *odds ratios* (OR) com IC95%.

A Figura 42 apresenta o efeito do tratamento negativo sobre a probabilidade de os respondentes acertarem o sinal emitido pelas elites políticas. Para os dois modelos, o coeficiente é menor do que 1, o que nos indica uma redução das chances de acerto sobre as posições dos líderes. Ao contrário do que esperávamos, esse gráfico mostra que o tratamento negativo reduziu a assertividade dos respondentes ao identificar as posições de Lula e Bolsonaro em temas de política externa, sugerindo que a ativação da polarização afetiva prejudica a atenção aos sinais das elites.

Figura 42 – Efeito do Tratamento sobre Probabilidade de Acerto de Sinal das Elites (Razões de chance - OR)

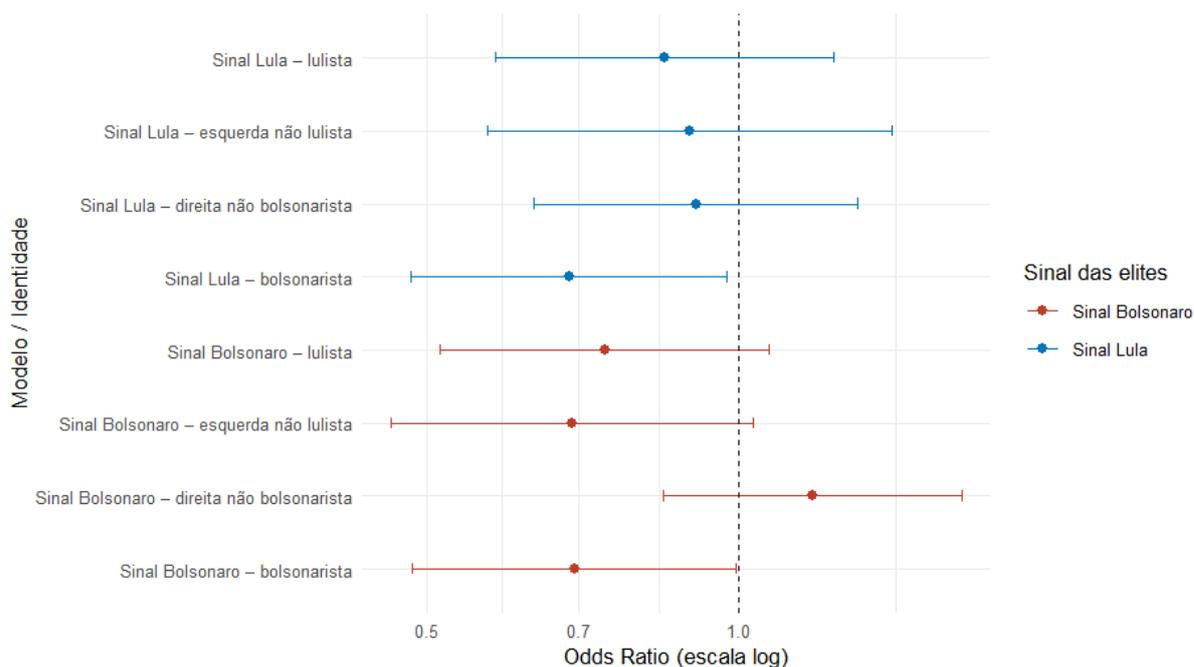
Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 19 detalhamos os resultados que indicam que a exposição ao tratamento negativo reduziu significativamente a probabilidade dos respondentes identificarem corretamente as posições dos líderes políticos em questões de política externa. No caso de Lula (Modelo 1), o *odds ratio* foi de 0,822, o que corresponde a uma redução aproximada de 18% nas chances de acerto em comparação com o grupo do tratamento positivo. Padrão semelhante foi observado para o sinal sobre Bolsonaro (Modelo 2), com *odds ratio* de 0,829, indicando uma diminuição de cerca de 17% na probabilidade de acerto. Dessa forma, os coeficientes principais sugerem que a ativação da polarização afetiva por meio do tratamento negativo compromete a capacidade dos indivíduos de captar corretamente os sinais das elites, tanto do *in-group* quanto do *out-group*.

Tabela 19 – Razões de chance (OR) – Efeito do Tratamento sobre Acerto de Sinal

	<i>Variável dependente:</i>	
	Acerto Sinal (Lula)	Acerto Sinal (Bolsonaro)
	(1)	(2)
Trat. Negativo	0.822*** (0.096)	0.829*** (0.090)
Constant	2.337*** (0.070)	1.381*** (0.065)
Observações	2,000	2,000
Log Likelihood	-1,253.889	-1,371.339

Nota: *p<0.05; **p<0.01; ***p<0.001
Entradas são Odds Ratios (OR).
Erros-padrão entre parênteses.

Figura 43 – Efeito do Tratamento sobre Probabilidade de Acerto de Sinal das Elites por identidade (Razões de chance - OR)

Fonte: Elaboração própria.

Estimamos também modelos que investigam se esse efeito do tratamento sobre a probabilidade de acerto dos sinais das elites (Lula e Bolsonaro) varia conforme a identidade política. Criamos então um modelo para cada identidade e para cada sinal do líder. Na Figura 43 vemos que, novamente, em quase todos os grupos, as razões de chance (OR) ficam abaixo de 1, indicando que o tratamento negativo tende a reduzir a probabilidade de acerto sobre a posição das

elites. Os resultados sugerem que a ativação da polarização afetiva reduziu a assertividade dos respondentes, mas de forma heterogênea entre os grupos.

No caso do sinal de Lula, apenas entre os Bolsonaroistas o efeito do tratamento negativo é estatisticamente significativo (OR = 0.69; IC95%: 0.48–0.97; $p = 0.035$), indicando uma redução de cerca de 31% na chance de acerto em comparação com o tratamento positivo. Entre Lulistas e indivíduos com identidades mais fracas (esquerda não lulista e direita não Bolsonaroista), os efeitos apontam para a mesma direção (ORs entre 0.85 e 0.91), mas sem significância estatística.

Tabela 20 – Efeito do Tratamento sobre Acerto de Sinal (Lula) (Razões de chance - OR)

	Esq.	Dir.	Bols.	Lul.
Trat. Negativo	0.90 [0.57, 1.40]	0.91 [0.63, 1.30]	0.69 [0.48, 0.97]	0.85 [0.58, 1.23]
<i>p-valor</i>	0.630	0.601	0.035	0.388
N	415	571	524	490

Para o sinal de Bolsonaro, observa-se padrão semelhante. O efeito negativo é estatisticamente significativo apenas entre os Bolsonaroistas (OR = 0.69; IC95%: 0.48–0.99; $p = 0.046$), sugerindo redução de 31% na probabilidade de acerto. Entre Lulistas, o efeito também é negativo (OR = 0.74; IC95%: 0.51–1.07), mas não alcança significância estatística ($p = 0.108$). Nos grupos com identidade mais fraca, os resultados são mistos: para a esquerda não lulista o efeito é negativo, embora apenas marginalmente significativo ($p = 0.070$), enquanto para a direita não Bolsonaroista a razão de chance (OR) é ligeiramente maior que 1, sem significância.

Tabela 21 – Efeito do Tratamento sobre Acerto de Sinal (Bolsonaro) (Razões de chance - OR)

	Esq.	Dir.	Bols.	Lul.
Trat.: Negativo	0.69 [0.46, 1.03]	1.18 [0.85, 1.64]	0.69 [0.48, 0.99]	0.74 [0.51, 1.07]
<i>p-valor</i>	0.070	0.333	0.046	0.108
N	415	571	524	490

Em geral, observa-se que o tratamento negativo reduziu a assertividade dos respondentes, mas de forma heterogênea entre os grupos políticos.

5.7 Síntese dos resultados experimentais

As análises experimentais revelam, em primeiro lugar, que a manipulação do tratamento foi bem-sucedida em induzir percepções distintas de justiça sobre os resultados do jogo da confiança causando, ainda, efeitos robustos em diferentes medidas de polarização afetiva. De acordo com as expectativas presentes na literatura sobre tema (Iyengar; Lelkes *et al.*, 2019;

Huddy; Mason; Aarøe, 2015), a experiência negativa (tratamento) reduziu significativamente o afeto dirigido ao *out-group*, ainda que sem reforçar o afeto ao *in-group*, como era previsto por estudos anteriores. Este resultado sugere que o experimento captura a lógica assimétrica da polarização afetiva, na qual a rejeição ao adversário se mostra mais forte do que a intensificação do afeto com o próprio grupo.

Apesar disso, os efeitos diretos sobre *os índices de expressão e de intensidade* sobre as atitudes de política externa foram limitados. O tratamento não elevou a disposição dos indivíduos em se expressarem mais, nem aumentou a intensidade de suas posições nesses temas. Um achado inesperado foi o efeito negativo sobre a probabilidade de manifestação no item do *tarifaço de Trump*, contrariando as expectativas derivadas da literatura sobre *rally effects* (Mueller, 1970), que previam maior convergência diante de ameaças externas. Tal evidência sugere que a polarização pode, em certos contextos, inibir consensos mesmo frente a inimigos externos.

Os resultados experimentais reforçam os achados de nossas análises observacionais anteriores quanto às identidades políticas que compõem nossa amostra. Indivíduos com menor interesse em política externa apresentaram níveis consistentemente mais baixos de expressão e intensidade, enquanto maior escolaridade se associou positivamente à expressão, mas não à intensidade. Esses achados dialogam com a proposta de Zaller (1992), na qual a atenção política e a escolaridade funcionam como filtros cognitivos que modulam a forma como indivíduos processam mensagens políticas. Além disso, a análise confirma que fatores individuais como patriotismo, classe social e região na qual reside desempenham um papel explicativo mais relevante do que a identidade partidária isolada, em consonância com evidências recentes sobre a multiplicidade de clivagens que atravessam a opinião pública no Brasil vistas nas pesquisas de opinião que se multiplicaram no país nos últimos anos.

Nos efeitos heterogêneos, não foram encontradas interações significativas entre tratamento e interesse em política externa ou escolaridade. Ainda assim, o padrão geral confirma a expectativa teórica: indivíduos com baixo interesse tendem a se expressar menos, e aqueles com maior escolaridade se expressam mais, independentemente da manipulação. Esse achado corrobora a literatura sobre heterogeneidade de efeitos de tratamentos experimentais, sugerindo que em determinados fenômenos as predisposições prévias exercem papel mais forte do que a intervenção experimental. Estudos futuros podem medir se a polarização afetiva seria um desses processos, tendo em vista sua natureza indireta muitas em moldar opiniões e atitudes sobre

temas políticos, por justamente extrapolar o domínio clássico da política e entrar em questões mais subjetivas do convívio social.

Os testes de robustez acrescentam nuances importantes. No primeiro, a medida de complexidade cognitiva mostrou que o tratamento reduziu o tempo de resposta em *hard issues*, corroborando com as expectativas teóricas prévias de que a exposição negativa diminuiria o custo cognitivo de avaliar tais temas, ao ativar atalhos cognitivos. No segundo, relativo aos sinais das elites, identificou-se um efeito surpreendente: indivíduos tratados apresentaram menor probabilidade de identificar corretamente as posições de Lula e Bolsonaro em temas de política externa. Mais notavelmente, o resultado foi impulsionado por Bolsonaristas, que falharam em identificar a posição de Lula sobre o BRICS. Este achado contraria a literatura que postula maior atenção a *cues* das elites, indicando que, sob condições de polarização afetiva, sinais do *out-group* podem ser deliberadamente ignorados ou reinterpretados. Alternativamente, poderíamos refletir criticamente se a pergunta em questão sobre o BRICS seria muito difícil mesmo para um indivíduo com forte identificação partidária e polarizado afetivamente. Isso abre uma agenda de pesquisa sobre os diferentes níveis de *hard issues* existentes dentro especificamente da política externa e quais seriam mais acessíveis através dos sinais das elites.

Finalmente, os resultados mostram que a manipulação experimental é eficaz em ativar a polarização afetiva nos respondentes, mas que seus efeitos sobre a expressão e a intensidade das atitudes de política externa são limitadas. Além disso, a análise revela que predisposições cognitivas e políticas, como o interesse em política externa, o nível de escolaridade, identidade política e o nível de patriotismo, exercem influência mais robusta e duradoura do que a manipulação de curto prazo. Assim, o experimento reforça a tese de que a polarização afetiva atua como mediador difuso, moldando percepções e afetos, mas nem sempre se traduzindo em mobilização política ou expressão atitudinal imediata, como é esperado. Contudo, uma questão precisa ser destacada, nossa amostra possui duas características fundamentais que refletem a atual conjuntura política brasileira e podemos supor que tiveram papel fundamental nos resultados encontrados nesse experimento.

Primeiro, a amostra já possui altos níveis de polarização afetiva, mesmo antes do tratamento. O Brasil vive um momento histórico de acirramentos afetivos, principalmente com o julgamento do Bolsonaro e aliados por tentativa de Golpe de Estado. Inclusive causando danos de política externa na relação com os EUA. Outra questão, é que devido a essa conjuntura cerca de 80% de nossa amostra disse ter interesse (ou muito) em política externa. Essa taxa altíssima

muito provavelmente foi aumentada por todos os eventos recentes. Portanto, não podemos excluir a interferência desses eventos atuais nos resultados encontrados. Sendo aceitável a tese que a polarização afetiva pode ser o fator explicativo-chave do processo, devido a isso não podemos confirmar as nossas hipóteses nulas. Inclusive pela robustez dos achados observacionais que corroboram os efeitos da polarização afetiva nas atitudes de política externa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou contribuir para os estudos na Ciência Política e nas Relações Internacionais de três formas. Primeiro, ao conectar dois fenômenos de interesse que, embora relacionados, costumam ser estudados separadamente, salvo algumas exceções como os trabalhos de Myrick (2025). Segundo, para a Ciência Política, o desenho experimental do jogo da confiança representa uma contribuição metodológica relevante, ao demonstrar ser capaz de ativar a polarização afetiva em um contexto empírico fora dos Estados Unidos, representado nas pesquisas anteriores (Westwood; Peterson, 2020; Broockman; Kalla; Westwood, 2023; Jenke, 2023). Diante da dificuldade recorrente na literatura em manipular esse fenômeno, justamente por sua natureza endógena, a aplicação bem-sucedida desse desenho no Brasil evidencia não apenas sua adaptabilidade a diferentes realidades populacionais e políticas, mas também abre caminho para novas agendas experimentais voltadas a compreender a polarização afetiva em sociedades marcadas por contextos distintos daqueles encontrados no Norte Global.

Terceiro, para o campo das Relações Internacionais, esta tese inova ao direcionar a atenção para o papel das massas na política externa, evidenciado nas pesquisas de opinião cada vez mais frequentes para mapear percepções sobre o tema. Nesse sentido, posiciona-se na contramão da maior parte dos estudos, tradicionalmente centrados no processo decisório e nas elites governamentais. Além disso, o trabalho também avança metodologicamente ao incorporar a abordagem experimental, ampliando as possibilidades analíticas para compreender como a opinião pública se articula com a política externa. O uso de experimentos nas Relações Internacionais tem sido cada vez mais explorado na disciplina (Kertzer; Tingley, 2018), mas no Brasil poucos estudos de Relações Internacionais utilizam abordagem experimental. Esperamos, assim, incentivar a construção de uma nova agenda de estudos experimentais na área.

O trabalho inicia discutindo o consenso Almond-Lippman que gerou um entendimento generalizado na academia de que o cidadão comum não tinha interesse em política externa, e que em razão da sua complexidade, distanciamento do assunto, as opiniões formadas eram, em geral, inconsistentes. Nos últimos anos, mostramos que a literatura avançou bastante a respeito, conseguindo não só identificar atitudes claras dos indivíduos, como também mostrou como essas atitudes estão associadas a características individuais e políticas do ambiente social. Essas evidências, embora predominantes no Norte Global, também são válidas para outros países.

No Brasil, diversos estudos conseguiram mostrar como o brasileiro se posiciona com relação a temas como a integração regional (Onuki; Mouron; Urdinez, 2016; Guimarães; Fernandes; Maldonado, 2020), ajuda externa (Hardt; Mouron; Apolinário Júnior, 2020) e imigração (Lloyd; Oliveira, 2022; Guimarães; Fernandes, 2024). Dessa forma, o presente trabalho busca dialogar e contribuir com a literatura prévia.

Para além das evidências já encontradas, a política externa brasileira nunca esteve tão presente na mente das pessoas. Durante o desenvolvimento desta tese, o Tafariço de Donald Trump atraiu a atenção e o interesse dos indivíduos de tal forma que boa parte dos respondentes no experimento afirmaram estar bem informados sobre a questão, independentemente de ser de orientação mais a direita ou mais a esquerda política. O brasileiro entende o está acontecendo. De tal forma que para quase 70% dos brasileiros Eduardo Bolsonaro está defendendo os interesses próprios e de sua família, não necessariamente os interesses do país, segundo pesquisa da Quaest (G1, 2025b).

A questão do Tarifaço fortalece o nosso argumento de que a política externa tem sido e será cada vez mais palco de disputas políticas, nas quais as elites irão se apoderar de determinadas pautas para sinalizar para o seu eleitorado as suas preferências. Exemplo disso é o aumento na aprovação presidencial de Lula justamente em virtude da sua atuação diante da imposição das tarifas. Para 48% dos brasileiros, Lula e o PT estão com melhor desempenho na disputa contra os EUA (G1, 2025a). A campanha pró-soberania do governo federal gerou um clima de união nacional frente à principal potência mundial, ilustrada em bonés com slogans como “O Brasil é dos brasileiros” ou “Brasil soberano” em uma mensagem direta e oposta ao slogan de Trump “*Make America Great Again*”. Políticos de direita utilizaram bonés da campanha do presidente norte-americano para sinalizar alinhamento. Nas manifestações da direita no dia da independência do Brasil, a protagonista foi uma enorme bandeira dos Estados Unidos. Talvez de maneira inédita nunca se falou tanto de um conceito clássico das Relações Internacionais e um princípio do direito internacional que é o respeito à soberania dos países.

Com tudo isso, torna-se evidente a importância em se aprofundar mais sobre o que tem acontecido na opinião pública quanto a política externa. Nosso argumento parte de uma abordagem tradicional na Psicologia Política e nas Relações Internacionais: os chamados modelos *top-down*. E, portanto, assume que são as elites políticas que, ao sinalizar suas preferências, influenciam diretamente na formação das opiniões dos brasileiros a respeito. Os resultados

encontrados em nosso estudo nos indica que existe uma complexidade maior como a polarização afetiva pode estar influenciado nesse processo.

Os resultados obtidos permitem afirmar que a polarização afetiva exerce impacto relevante na formação das atitudes de política externa dos brasileiros, ainda que com magnitudes distintas. Nos modelos observacionais, baseados em diferentes bancos de dados nacionais e internacionais, a polarização mostrou-se um fator consistente para explicar a intensidade das opiniões, indicando que indivíduos mais polarizados tendem a adotar posições mais fortes e menos ambíguas. Além disso, quando medida em relação aos líderes políticos, a polarização afetiva também se associou de forma significativa à expressão de opiniões, sugerindo que Lula e Bolsonaro funcionam como elites-chave na ativação desse mecanismo entre as massas. Esses resultados reforçam a ideia de que a política externa não é indiferente ao eleitorado, e que sua relação com a polarização se intensificou desde 2018.

O nosso desenho experimental complementou os modelos observacionais de forma a testar os mecanismos causais desse processo. A manipulação através do jogo da confiança demonstrou ser eficaz em ativar a polarização afetiva, sobretudo por meio da redução do afeto direcionado ao *out-group*, mas não produziu efeitos diretos sobre a expressão ou a intensidade das atitudes de política externa. Em contrapartida, as análises de mediação revelaram que a polarização afetiva operou como mecanismo indireto, ainda que em magnitudes modestas, aumentando a disposição dos indivíduos a se manifestarem mais e de forma mais intensa. Além disso, os testes de robustez apontaram que a experiência negativa reduziu o tempo de resposta em temas classificados como *hard issues*, o que reafirma nossa expectativa teórica do seu uso como atalho cognitivo pelos indivíduos e, ainda, apresentou um resultado surpreendente, pois diminuiu a capacidade dos respondentes em identificar corretamente os sinais das elites, em especial entre bolsonaristas, o que sugere rejeição seletiva a mensagens provenientes do grupo adversário. Reforçando que o tratamento aumentou o desafeto em relação ao *out-group*.

No conjunto, os resultados reforçam que a polarização afetiva, embora não altere imediatamente as atitudes, molda afetos, percepções e processos cognitivos que se refletem em como os indivíduos se posicionam frente à política externa. Essa constatação contribui para repensar o papel das massas nas Relações Internacionais, mostrando que a política externa se tornou uma nova arena para as disputas políticas domésticas, dominada pela divisão afetiva. A tese, portanto, avança a literatura ao inserir a polarização afetiva como uma variável explicativa central para as atitudes de política externa, construindo uma ponte teórico-metodológica entre as disciplinas

da Ciência Política e das Relações Internacionais. Com isso, abre-se uma agenda de pesquisa promissora que conecta comportamento político e análise de política externa, indicando que compreender o engajamento das massas será a partir de agora elemento essencial para explicar os rumos da política externa brasileira.

Em resumo, destacamos três contribuições da tese. A primeira é de ordem teórica: a pesquisa insere a polarização afetiva como uma variável explicativa central para as atitudes de política externa, rompendo com a visão tradicional que atribuía as massas um papel secundário nesse campo. Demonstra-se que a política internacional, embora permaneça um tema de baixa saliência relativa, já não é indiferente ao eleitorado, sendo reinterpretada através da lógica da polarização doméstica. A segunda contribuição é empírica: ao articular evidências de surveys com um experimento original, o estudo oferece um desenho metodológico capaz de testar tanto associações quanto relações causais. Essa triangulação amplia a robustez dos achados e fornece um quadro mais abrangente sobre o fenômeno. Por fim, a terceira contribuição é normativa: ao mostrar que a polarização afetiva influencia não apenas o comportamento das massas ou a sua percepção sobre a política externa, mas também a forma como indivíduos se posicionam sobre questões internacionais, a pesquisa alerta para os riscos de erosão do consenso mínimo necessário à condução de uma inserção internacional do Brasil, tradicionalmente marcada pela busca de continuidade e estabilidade baseada no respeito a autodeterminação dos povos e aos princípios do Direito Internacional.

É preciso reconhecer, contudo, algumas limitações. A primeira delas diz respeito à natureza da manipulação experimental. O jogo de confiança, embora eficaz em ativar a polarização afetiva, pode não reproduzir com a mesma intensidade os estímulos a que os indivíduos são expostos no ambiente político real, marcado por campanhas de larga escala, redes sociais e discursos polarizados contínuos. A segunda limitação decorre da própria amostra do experimento, que já apresentava elevados níveis prévios de interesse em política externa e de polarização, o que pode ter reduzido o espaço para variações adicionais. A terceira limitação faz referência ao foco exclusivamente no caso brasileiro, o que, embora permita um olhar aprofundado, restringe a generalização dos resultados para outros contextos nacionais.

Essas limitações abrem espaço para uma agenda de pesquisa futura. Estudos comparativos que analisem a relação entre polarização afetiva e atitudes de política externa em diferentes países poderiam indicar se o caso brasileiro é singular ou parte de uma tendência mais ampla. Experimentos com diferentes formas de manipulação, como exposição a conteúdos de mídia,

interações em redes sociais ou debates eleitorais, poderiam avaliar a robustez dos mecanismos aqui identificados.

Finalmente, esta tese mostra que a polarização afetiva não é apenas um fenômeno doméstico, mas que atravessa fronteiras temáticas e incide diretamente sobre como os brasileiros se relacionam e percebem as relações internacionais. A política externa, antes concebida como espaço político reservado às elites, tornou-se um campo permeado por disputas partidárias e identitárias, refletindo a polarização afetiva que estrutura o cenário político brasileiro contemporâneo. Ao destacar os mecanismos pelos quais essa dinâmica se projeta nas atitudes das massas, a pesquisa contribui para repensar tanto os limites das instituições brasileiras em tempos de polarização quanto os desafios da condução da política externa em sociedades fragmentadas afetivamente, mesmo em relações interpessoais. Acreditamos, então, que estudar os efeitos da polarização afetiva se torna fator-chave para salvar a empatia e as boas práticas dentro da política doméstica e externa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWITZ, Alan I; SAUNDERS, Kyle L. Is polarization a myth? **The Journal of politics**, Cambridge University Press New York, USA, v. 70, n. 2, p. 542–555, 2008.

AGÊNCIA BRASIL. **Mais da metade dos estudantes não tem noções básicas de matemática**. [S. l.: s. n.], 2024.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-12/mais-da-metade-dos-estudantes-nao-tem-nocoas-basicas-de-matematica>. Publicado em: 12 dez. 2024. Acesso em: 2 ago. 2025.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os partidos políticos nas relações internacionais do Brasil, 1930-90. **Contexto Internacional**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 161, 1992.

ALMOND, Gabriel A. The American People and Foreign Policy. **Brace and Company**, 1950.

ALTHAUS, Scott L. **Collective preferences in democratic politics: Opinion surveys and the will of the people**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2003.

AREAL, João. ‘Them’ without ‘us’: negative identities and affective polarization in Brazil. **Political Research Exchange**, Taylor & Francis, v. 4, n. 1, p. 2117635, 2022.

ARGYLE, Lisa P; POPE, Jeremy C. Does Political Participation Contribute to Polarization in the United States? **Public Opinion Quarterly**, Oxford University Press, v. 86, n. 3, p. 697–707, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). **Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) 2024**. [S. l.: s. n.], setembro 2024. https://abep.org/wp-content/uploads/2024/09/01_cceb_2024.pdf. Acessado em 8 de setembro de 2025.

AZAMBUJA, Marcos. O lugar do Brasil. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 16–30, 2023.

BAKKER, Bert N; LELKES, Yphtach. Putting the affect into affective polarisation. **Cognition and Emotion**, Taylor & Francis, v. 38, n. 4, p. 418–436, 2024.

BAM, O Brasil, as Américas e o Mundo. **O Brasil, as Américas e o Mundo segundo a opinião do público e dos líderes**. São Paulo, 2019. Relatório de pesquisa no âmbito do projeto “Brazil, the Americas and the World”, programa Las Américas y el Mundo — financiado pela

FAPESP. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1Vq275i3ek9Kc-Ds9tcj36EuMRc_X4gPp/view.

Acesso em: 17 ago. 2025.

BANDA, Kevin K; CLUVERIUS, John. Elite polarization, party extremity, and affective polarization. **Electoral Studies**, Elsevier, v. 56, p. 90–101, 2018.

BARBER, Michael; DAVIS, Ryan. Partisanship and the trolley problem: Partisan willingness to sacrifice members of the other party. **Research & Politics**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 9, n. 4, p. 20531680221137143, 2022.

BBC BRASIL. **Mais Médicos: por que programa virou alvo do governo de Trump**. [S. l.: s. n.], nov. 2018. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp37dqpjjdvo>. Acesso em 18 de agosto de 2025.

BELLO, André. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 29, p. 42–68, 2023.

BELLO, André. Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, SciELO Brasil, n. 40, e260006, 2023.

BERINSKY, Adam J. In Times of War: Understanding Am from World War II to Iraq. **Chicago: University of Chicago P**, 2009.

BORBA, Julian; FERREIRA, Matheus GM; SILVA, Gregório UL da; AMORIM, Lucas de C de. Polarização ideológica entre deputados federais no Brasil (2005-2021). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, SciELO Brasil, v. 37, n. 81, e20240111, 2024.

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo; FUKS, Mario. Polarization and ideology: exploring the contextual nature of democratic commitment. **Revista de Sociologia e Política**, SciELO Brasil, v. 32, e006, 2024.

BORGES, Victoria. **Nas redes, temor por 3ª Guerra Mundial se mistura com memes**. [S. l.: s. n.], 2025. Publicado em 23 de junho de 2025 às 19h32 (horário de Brasília); blog da editoria de Interação (Hashtag). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2025/06/nas-redes-temor-por-3a-guerra-mundial-se-mistura-com-memes.shtml>.

BRASIL. **Lei nº 14.874, de 20 de maio de 2024**. [S. l.: s. n.], 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114874.htm. Dispõe sobre a proteção de participantes em pesquisas científicas. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. **Lula endureceu discurso e subiu o tom contra Israel ao longo de quase 40 dias de conflito no Oriente Médio; veja histórico de declarações.** [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/14/lula-endureceu-discurso-e-subiu-o-tom-contra-israel-ao-longo-de-quase-40-dias-de-conflito-no-oriente-medio-veja-historico-de-declaracoes>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRAZ, Gabriella. Tarcísio de Freitas comemora posse de Trump: "Grande dia". **Correio Braziliense**, jan. 2025. Acessado em: 05 mar. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/01/7039564-tarcisio-de-freitas-comemora-posse-de-trump-grande-dia.html>.

BRITTO, Vinícius. **Censo 2022: número de imigrantes volta a crescer pela primeira vez desde 1960.** [S. l.: s. n.], 2025. Agência de Notícias do IBGE. Publicado em 27/06/2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43816-censo-2022-numero-de-imigrantes-volta-a-crescer-pela-primeira-vez-desde-1960>.

BROOCKMAN, David E; KALLA, Joshua L; WESTWOOD, Sean J. Does affective polarization undermine democratic norms or accountability? Maybe not. **American Journal of Political Science**, Wiley Online Library, v. 67, n. 3, p. 808–828, 2023.

BUARQUE, Daniel. Upside-down diplomacy—foreign perceptions about Bolsonaro’s intentions and initial transformations of Brazil’s foreign policy and status. **Third World Quarterly**, Taylor & Francis, v. 43, n. 10, p. 2450–2466, 2022.

BUSBY, Joshua; KAFURA, Craig; MONTEN, Jonathan; TAMA, Jordan. Multilateralism and the use of force: experimental evidence on the views of foreign policy elites. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 16, n. 1, p. 118–129, 2020.

BUZAN, Barry. **People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era.** [S. l.]: ECPR press, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Retrospectiva 2013: a polêmica em torno do programa Mais Médicos.** [S. l.: s. n.], 2013. <https://www.camara.leg.br/radio/programas/423977-retrospectiva-2013--a-polemica-em-torno-do-programa-mais-medicos>. Acesso em 18 de agosto de 2025.

CAPORASO, James A. International relations theory and multilateralism: the search for foundations. **International organization**, Cambridge University Press, v. 46, n. 3, p. 599–632, 1992.

CARMINES, Edward G; STIMSON, James A. The two faces of issue voting. **American Political Science Review**, Cambridge University Press, v. 74, n. 1, p. 78–91, 1980.

CARRANÇA, Thais. **Bandeira americana é novo símbolo da direita brasileira, diz New York Times**. [S. l.: s. n.], fev. 2025. BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2jnz47dmo>. Acesso em: 15 set. 2025.

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamiento propio**, v. 24, p. 231–274, 2019.

CASARÕES, Guilherme. **Análise: O Brasil a caminho das Índias e o triunfo do nacionalismo religioso**. [S. l.: s. n.], 2020.

CASARÕES, Guilherme; FLEMES, Daniel. Brazil first, climate last: Bolsonaro's foreign policy. **GIGA Focus Latin America**, n. 5, 2019.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e; FARIAS, Déborah Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, Taylor & Francis, v. 35, n. 5, p. 741–761, 2022.

CASLER, Don; GROVES, Dylan. Perspective taking through partisan eyes: Cross-national empathy, partisanship, and attitudes toward international cooperation. **The Journal of Politics**, The University of Chicago Press Chicago, IL, v. 85, n. 4, p. 1471–1486, 2023.

CASPARY, William R. The "Mood Theory": A Study of Public Opinion and Foreign Policy. **American Political Science Review**, American Political Science Association, v. 64, n. 2, p. 536–547, 1970. DOI: 10.2307/1953848. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1953848>.

CASTRO, Juliana. Bolsonaro diz que Brasil passou a votar na ONU seguindo a Bíblia. **O Globo**, v. 11, 2019.

CEBRAP. **Brazil, the Americas and the World**. [S. l.: s. n.], 2025. <https://las-americas.github.io/cebrap/>. Acesso em Agosto 2025.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. [S. l.]: Editora Universidade de Brasília Brasília, 2002.

CLARY, Christopher; SIDDIQUI, Niloufer. Voters and foreign policy: evidence from a conjoint experiment in Pakistan. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 17, n. 2, orab001, 2021.

CLEMENTS, Ben; THOMSON, Catarina P. The 'ultimate insurance' or an 'irrelevance' for national security needs? Partisanship, foreign policy attitudes, and the gender gap in British

public opinion towards nuclear weapons. **European Journal of International Security**, Cambridge University Press, v. 7, n. 3, p. 360–381, 2022.

CNN BRASIL. **Leia íntegra da carta de Donald Trump que anuncia taxa de 50% para o Brasil**. Portuguese. [S. l.: s. n.], 2025.

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/leia-integra-da-carta-de-donald-trump-que-anuncia-taxa-de-50-para-o-brasil/>. Acessado em 14-08-2025.

CONGRESSO EM FOCO. **Lula repudia ataques a Israel e defende Palestina economicamente viável**. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em:

<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/9095/lula-repudia-ataques-a-israel-e-defende-palestina-economicamente-viavel>. Acesso em: 13 mar. 2025.

CONSTANTELOS, John; DIVEN, Polly J; KILBURN, H Whitt. **Can't Buy Me Love (with Foreign Aid)**. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 19, n. 4, orad024, 2023.

CORREIA, Cyneida. **Moradores invadem abrigo e expulsam venezuelanos de cidade do interior de Roraima**. [S. l.: s. n.], 2018. Publicado em 20 de março de 2018 às 10h56 em Boa Vista; autoria atribuída a Cyneida Correia, especial para a Agência Estado. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/03/20/moradores-invadem-abrigo-e-expulsam-venezuelanos-de-cidade-do-interior-de-roraima.htm>.

COSTA, Emily. **Roraima decreta situação de emergência diante de intensa imigração de venezuelanos**. [S. l.: s. n.], 2017. Publicado em 7 de dezembro de 2017; matéria assinada por Emily Costa no G1 Roraima. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/roraima-decreta-situacao-de-emergencia-diante-de-intensa-imigracao-de-venezuelanos.ghtml>.

CRUZ, Elaine Patricia. **Protesto contra Lei de Migração foi feito por 'gatos pingados', diz ministro**. [S. l.: s. n.], 2017. Publicado em 5 de maio de 2017; Aloysio Nunes classificou os manifestantes como “meia dúzia de gatos pingados”:contentReference[oaicite:1]index=1.

Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/protesto-contralei-de-migracao-foi-feito-por-gatos-pingados-diz-ministro>.

CYPRESTE, Judite; STABILE, Arthur; TURIONI, Felipe. **Quaest: 72% acham que Trump errou ao taxar o Brasil, e 79% temem consequências**. [S. l.: s. n.], jul. 2025. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/16/quaest-tarifaco-trump.ghtml>.

G1 – Política. Acesso em: 17 ago. 2025.

DA CNN. **Quais as diferenças entre a anistia de 1979 e a de 2025?** [S. l.: s. n.], abr. 2025. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quais-as-diferencas-entre-a-anistia-de-1979-e-a-de-2025/>. Acessado em 14-08-2025.

DAHL, Robert. Can international organisations be democratic? A skeptic's view. *In*: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDÓN, Casiano (ed.). **Democracy's Edges**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DAHL, Robert A. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

DE ALMEIDA, Maria Herminia Tavares; FERNANDES, Ivan Filipe; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Structuring Public Opinion on Foreign Policy Issues: The Case of Brazil. **Latin American Research Review**, Cambridge University Press, v. 56, n. 3, p. 557–574, 2021.

DESIDERI, Leonardo. Medo de “virar Venezuela” ganha força após reação dos EUA a STF e Lula. **Gazeta do Povo**, 12 jul. 2025. Acesso em 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/medo-de-brasil-virar-venezuela-ganha-forca-apos-reacao-dos-eua-a-stf-e-lula/>.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Cláudio Oliveira. The role of the Brazilian Congress in foreign policy: an empirical contribution to the debate. **Brazilian political science review**, SciELO Brasil, v. 2, n. 2, p. 10–38, 2008.

DOCTOR, Mahrukh. Brazil's Strategic Diplomacy Failures and Foreign Policy Underachievement under Bolsonaro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, SciELO Brasil, v. 66, n. 1, e011, 2023.

DOLCI, Renato. **Como as redes sociais estão respirando os últimos anúncios do Tarifaço**. [S. l.: s. n.], ago. 2025. <https://www.infomoney.com.br/colunistas/renato-dolci/como-as-redes-sociais-estao-respirando-os-ultimos-anuncios-do-tarifaco/>. Acessado em 14-08-2025.

DRUCKMAN, James N; KLAR, Samara; KRUPNIKOV, Yanna; LEVENDUSKY, Matthew; RYAN, John Barry. Affective polarization, local contexts and public opinion in America. **Nature human behaviour**, Nature Publishing Group UK London, v. 5, n. 1, p. 28–38, 2021.

DRUCKMAN, James N; LEVENDUSKY, Matthew S. What do we measure when we measure affective polarization? **Public opinion quarterly**, Oxford University Press UK, v. 83, n. 1, p. 114–122, 2019.

ELLGER, Fabio. The mobilizing effect of party system polarization. evidence from Europe. **Comparative Political Studies**, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 57, n. 8, p. 1310–1338, 2024.

ENDERS, Adam M. Issues versus affect: How do elite and mass polarization compare? **The Journal of Politics**, The University of Chicago Press Chicago, IL, v. 83, n. 4, p. 1872–1877, 2021.

ESCRIBÀ-FOLCH, Abel; MURADOVA, Lala H; RODON, Toni. The effects of autocratic characteristics on public opinion toward democracy promotion policies: A conjoint analysis. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 17, n. 1, oraa016, 2021.

FALCÓ-GIMENO, Albert; MUÑOZ, Jordi; PANNICO, Roberto. Voters rally around the incumbent in the aftermath of terrorist attacks: evidence from multiple unexpected events during surveys. **Political Science Research and Methods**, Cambridge University Press, p. 1–19, 2025.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto internacional**, SciELO Brasil, v. 34, p. 311–355, 2012.

FEDERICO, Christopher M. Predicting attitude extremity: The interactive effects of schema development and the need to evaluate and their mediation by evaluative integration. **Personality and Social Psychology Bulletin**, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 30, n. 10, p. 1281–1294, 2004.

FISKE, Susan T; LAU, Richard R; SMITH, Richard A. On the varieties and utilities of political expertise. **Social Cognition**, Guilford Press, v. 8, n. 1, p. 31–48, 1990.

FOLHA DE S. PAULO. **Movimento contrário à Lei de Migração faz protesto na av. Paulista**. [S. l.: s. n.], 2017. Publicado em 16 de maio de 2017; autoria não identificada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884627-movimento-contrario-a-lei-de-migracao-faz-protesto-na-av-paulista.shtml>.

FOLHA DE S. PAULO. **Lula já supera FHC em número de dias de agenda no exterior**. [S. l.: s. n.], 2009. Publicado em 22 de abril de 2009; análise quantitativa do número de dias de viagem ao exterior durante os mandatos de Lula e FHC :contentReference[oaicite:1]index=1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2204200908.htm>.

FORDHAM, Benjamin O; FLYNN, Michael. Everything old is new again: The persistence of republican opposition to multilateralism in American foreign policy. **Studies in American Political Development**, Cambridge University Press, v. 37, n. 1, p. 56–73, 2023.

FOSSATI, Diego. National identity and public support for economic globalisation in Indonesia. **Bulletin of Indonesian Economic Studies**, Taylor & Francis, v. 57, n. 1, p. 61–84, 2021.

FRIEDRICHS, Gordon M; TAMA, Jordan. Polarization and US foreign policy: key debates and new findings. **International Politics**, Springer, v. 59, n. 5, p. 767–785, 2022.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 26, p. 401–430, 2021.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 28, p. 560–593, 2023.

FUNG, Timothy KF; YAN, Wenjie; AKIN, Heather. In the eye of the beholder: How news media exposure and audience schema affect the image of the United States among the Chinese public. **International Journal of Public Opinion Research**, Oxford University Press, v. 30, n. 3, p. 443–472, 2018.

G1. **Datafolha: Lula tem 57% e Bolsonaro 34% no 2º turno de 2022**. [S. l.: s. n.], jun. 2022. Acesso em: 14 mai. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/06/23/datafolha-lula-tem-57percent-e-bolsonaro-34percent-no-2o-turno-de-2022.ghtml>.

G1. **Alívio no bolso e resposta a tarifaço fazem Lula ter a melhor avaliação desde janeiro, diz Felipe Nunes**. [S. l.: s. n.], ago. 2025. G1 — Política. Acesso em: 15 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/20/quaest-agosto-analise-felipe-nunes.ghtml>.

G1. **Quaest: 69% dizem que Eduardo Bolsonaro defende interesses próprios e da família**. [S. l.: s. n.], ago 2025. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/08/20/quaest-eduardo-bolsonaro-eua.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2025.

G1. **Quem são os 19% de brasileiros que apoiam o tarifaço, segundo a Quaest**. [S. l.: s. n.], jul. 2025. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/31/quaest-tarifaco-trump.ghtml>. G1 – Política. Acesso em: 17 ago. 2025.

G1 – GLOBO. **Cuba decide deixar Programa Mais Médicos no Brasil e cita declarações “ameaçadoras” de Bolsonaro**. [S. l.: s. n.], nov. 2018. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>. Acesso em 18 de agosto de 2025.

GAVIÃO, Leandro. Política externa para a América do Sul e polarização partidária: uma análise do comportamento eleitoral do PSDB e do PT. **Mural Internacional**, v. 5, n. 1, p. 82–92, 2014.

GIFT, Thomas; MONTEN, Jonathan. Who's out of touch? Media misperception of public opinion on US foreign policy. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 17, n. 1, oraa015, 2021.

GITHUB. **las-americas/cebrap: Data repository for the "Brazil, the Americas and the World" project**. [S. l.: s. n.], 2025. <https://github.com/las-americas/cebrap>. Repositório público com licença MIT, acesso em 9 de agosto de 2025.

GOLDSTEIN, Joshua S. Climate change as a global security issue. **Journal of Global Security Studies**, Oxford University Press, v. 1, n. 1, p. 95–98, 2016.

GOMES, Pedro Henrique; CASTRO, Ana Flávia. **Lula sugere referendo sobre territórios na Ucrânia e diz que G20 não vai discutir a guerra**. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/01/lula-sugere-referendo-sobre-territorios-na-ucrania-e-diz-que-g20-nao-vai-discutir-a-guerra.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2025.

GRAVELLE, Timothy B. Politics, time, space, and attitudes toward US–Mexico border security. **Political Geography**, Elsevier, v. 65, p. 107–116, 2018.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; FERNANDES, Ivan Filipe. Analyzing prejudice against immigrants in sending countries: The Brazilian case. **Latin American Policy**, Wiley Online Library, v. 15, n. 3, p. 423–459, 2024.

GUIMARÃES, Feliciano De Sá; FERNANDES, Ivan Filipe; MALDONADO, Gerardo. Domestic attitudes toward regional leadership: a survey experiment in Brazil. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 16, n. 1, p. 98–117, 2020.

HANSEN, Michael A; CLEMENS, Jennifer L; DOLAN, Kathleen. Gender gaps, partisan gaps, and cross-pressures: An examination of American attitudes toward the use of force. **Politics & Gender**, Cambridge University Press, v. 18, n. 1, p. 273–295, 2022.

HARDING, Robin; NWOKOLO, Arinze. Terrorism, trust, and identity: Evidence from a natural experiment in Nigeria. **American Journal of Political Science**, Wiley Online Library, v. 68, n. 3, p. 942–957, 2024.

HARDT, Matheus Soldi; MOURON, Fernando; APOLINÁRIO JÚNIOR, Laerte. Brazilian international development cooperation and public opinion: domestic costs faced by a troubled emerging donor. **Brazilian Political Science Review**, SciELO Brasil, v. 14, e0001, 2020.

HARRIS, Benjamin Norwood; LIN-GREENBERG, Erik. Is a Picture Worth 280 Characters?: Contextually Realistic Graphics vs. Plain Text in Survey Experiments. **Journal of Experimental Political Science**, Cambridge University Press, p. 1–17, 2023.

HARTEVELD, Eelco; BERNTZEN, Lars Erik; KOKKONEN, Andrej; KELSALL, Haylee; LINDE, Jonas; DAHLBERG, Stefan. **The (alleged) consequences of affective polarization: A survey experiment in 9 countries**. [*S. l.: s. n.*], 2022.

HARTEVELD, Eelco; WAGNER, Markus. Does affective polarisation increase turnout? Evidence from Germany, The Netherlands and Spain. **West European Politics**, Taylor & Francis, v. 46, n. 4, p. 732–759, 2023.

HATZ, Sophia; HULTMAN, Lisa. Particularized Preferences for Civilian Protection? A Survey Experiment. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 20, n. 1, orad031, 2024.

HERNÁNDEZ, Enrique; ANDUIZA, Eva; RICO, Guillem. Affective polarization and the salience of elections. **Electoral Studies**, Elsevier, v. 69, p. 102203, 2021.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea; TABAK, Jana. **Organizações Internacionais: história e práticas**. [*S. l.*]: Elsevier Brasil, 2015.

HOLSTI, Ole R. Public opinion and foreign policy: Challenges to the Almond-Lippmann consensus. **International studies quarterly**, Blackwell Publishing Ltd Oxford, UK, v. 36, n. 4, p. 439–466, 1992.

HONEKER, Alex. Do Parties Matter? Party Positions and European Voters' Attitudes toward Economic and Political Globalization. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 20, n. 2, orae002, 2024.

HUDDY, Leonie. From social to political identity: A critical examination of social identity theory. **Political psychology**, Wiley Online Library, v. 22, n. 1, p. 127–156, 2001.

HUDDY, Leonie. National identity, patriotism, and nationalism. *In*: **THE Oxford Handbook of Political Psychology**. [*S. l.*]: Oxford University Press, 2023.

HUDDY, Leonie; MASON, Lilliana; AARØE, Lene. Expressive Partisanship: Campaign Involvement, Political Emotion, and Partisan Identity. **American Political Science Review**, Cambridge University Press, v. 109, n. 1, p. 1–17, 2015. DOI: 10.1017/S0003055414000604.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Lula's Second Act. **Journal of Democracy**, Johns Hopkins University Press, v. 34, n. 1, p. 126–140, 2023.

HURWITZ, Jon; PEFFLEY, Mark. How are foreign policy attitudes structured? A hierarchical model. **American Political Science Review**, Cambridge University Press, v. 81, n. 4, p. 1099–1120, 1987.

IMAI, Kosuke; KEELE, Luke; TINGLEY, Dustin. A general approach to causal mediation analysis. **Psychological methods**, American Psychological Association, v. 15, n. 4, p. 309, 2010.

INOUYE, Rikio; HORIUCHI, Yusaku; CORSTANGE, Daniel. Unraveling American Sympathies toward Israelis and Palestinians. **Available at SSRN**, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do Censo 2022**. [S. l.: s. n.], agosto 2025. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Publicado em 15 de agosto de 2025; acessado em 8 de setembro de 2025.

IYENGAR, Shanto; KRUPENKIN, Masha. The strengthening of partisan affect. **Political Psychology**, Wiley Online Library, v. 39, p. 201–218, 2018.

IYENGAR, Shanto; LELKES, Yphtach; LEVENDUSKY, Matthew; MALHOTRA, Neil; WESTWOOD, Sean J. The origins and consequences of affective polarization in the United States. **Annual review of political science**, Annual Reviews, v. 22, p. 129–146, 2019.

IYENGAR, Shanto; SOOD, Gaurav; LELKES, Yphtach. Affect, not ideology: A social identity perspective on polarization. **Public opinion quarterly**, Oxford University Press US, v. 76, n. 3, p. 405–431, 2012.

IYENGAR, Shanto; WESTWOOD, Sean J. Fear and loathing across party lines: New evidence on group polarization. **American journal of political science**, Wiley Online Library, v. 59, n. 3, p. 690–707, 2015.

JARVIS, W Blair G; PETTY, Richard E. The need to evaluate. **Journal of personality and social psychology**, American Psychological Association, v. 70, n. 1, p. 172, 1996.

JENKE, Libby. Affective Polarization and Misinformation Belief. **Political Behavior**, 2023. DOI: 10.1007/s11109-022-09851-w.

JORNAL NACIONAL. **Bolsonaro volta a insinuar que a China teria criado o coronavírus propositalmente**. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado em 5 de maio de 2021; reportagem veiculada no Jornal Nacional, sem autoria individual identificada. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/05/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-a-china-teria-criado-o-coronavirus-propositalmente.ghtml>.

JUDD, Charles M; KROSNICK, Jon A. The structural bases of consistency among political attitudes: Effects of political expertise and attitude importance. *In: ATTITUDE structure and function*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1989. p. 99–128.

JUSTWAN, Florian; FISHER, Sarah K; KERR, Ashley; BEREJIKIAN, Jeffrey D. Analyzing mass attitudes toward the international court of justice. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 17, n. 2, oraa023, 2021.

KAISER, Jonas Pilgaard; SEIER, Markus. Do external threats reduce affective polarization? An experiment on Russia's invasion of Ukraine. **The Journal of Politics**, 2025.

KEOHANE, Robert O. Multilateralism: An agenda for research. **International journal**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 45, n. 4, p. 731–764, 1990.

KERTZER, Joshua. Public Opinion about Foreign Policy. *In: HUDDY, L; SEARS, D; LEVY, J; JERIT, J (ed.). The Oxford Handbook of Political Psychology*. [S. l.]: Oxford University Press, 2023.

KERTZER, Joshua D. Microfoundations in international relations. **Conflict Management and Peace Science**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 34, n. 1, p. 81–97, 2017.

KERTZER, Joshua D; POWERS, Kathleen E; MINTZ, Alex; TERRIS, Lesley. Foreign policy attitudes as networks. **The Oxford Handbook of Behavioral Political Science**, 2019.

KERTZER, Joshua D; POWERS, Kathleen E; RATHBUN, Brian C; IYER, Ravi. Moral support: How moral values shape foreign policy attitudes. **The Journal of Politics**, Cambridge University Press New York, USA, v. 76, n. 3, p. 825–840, 2014.

KERTZER, Joshua D; TINGLEY, Dustin. Political psychology in international relations: beyond the paradigms. **Annual Review of Political Science**, Annual Reviews, v. 21, p. 319–339, 2018.

KERTZER, Joshua D; ZEITZOFF, Thomas. A bottom-up theory of public opinion about foreign policy. **American journal of political science**, Wiley Online Library, v. 61, n. 3, p. 543–558, 2017.

KINGZETTE, Jon; DRUCKMAN, James N; KLAR, Samara; KRUPNIKOV, Yanna; LEVENDUSKY, Matthew; RYAN, John Barry. How affective polarization undermines support for democratic norms. **Public Opinion Quarterly**, Oxford University Press, v. 85, n. 2, p. 663–677, 2021.

LAFER, Celso. **Paridarização da política externa**. [S. l.: s. n.], dezembro 2009.

LAPOP. **About the AmericasBarometer**. [S. l.: s. n.], 2025. <https://www.vanderbilt.edu/lapop/about-americasbarometer.php>. Acesso em: 10 ago. 2025. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/about-americasbarometer.php>.

LATINOBARÓMETRO. **Latinobarómetro – Banco de Dados e Relatórios**. [S. l.: s. n.], 2025. <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em: 10 ago. 2025. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>.

LAYTON, Matthew L; SMITH, Amy Erica; MOSELEY, Mason W; COHEN, Mollie J. Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil’s 2018 presidential election. **Research & Politics**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 8, n. 1, p. 2053168021990204, 2021.

LEE, Carrie A. Polarization, casualty sensitivity, and military operations: evidence from a survey experiment. *In*: POLARIZATION and US Foreign Policy: When Politics Crosses the Water’s Edge. [S. l.]: Springer, 2024. p. 347–372.

LEE, Frances E. How party polarization affects governance. **Annual review of political science**, Annual Reviews, v. 18, p. 261–282, 2015.

LEE, Heysung. “Easy” and “hard” issues: Attitude extremity and a role of the need to evaluate. **Social Science Quarterly**, Wiley Online Library, v. 102, n. 6, p. 2930–2941, 2021.

LEE, Sangwon; CHOI, Jihyang; AHN, Chloe. Hate prompts participation: Examining the dynamic relationship between affective polarization and political participation. **new media & society**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 27, n. 1, p. 443–461, 2025.

LELKES, Yphtach. Mass polarization: Manifestations and measurements. **Public Opinion Quarterly**, Oxford University Press US, v. 80, S1, p. 392–410, 2016.

LEVENDUSKY, Matthew S. Clearer cues, more consistent voters: A benefit of elite polarization. **Political behavior**, Springer, v. 32, n. 1, p. 111–131, 2010.

LEVENDUSKY, Matthew S. Partisan media exposure and attitudes toward government. **Political Communication**, Routledge, v. 30, n. 4, p. 565–581, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista brasileira de política internacional**, SciELO Brasil, v. 48, p. 24–59, 2005.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. A foreign policy oriented toward personal interests: An analysis of Bolsonaro’s approach to multilateralism. **Latin American Policy**, Wiley Online Library, v. 13, n. 2, p. 389–404, 2022.

LIPPMANN, Walter. **Essays in the Public Philosophy**. [S. l.]: Little Brown, 1955. v. 42.

LLOYD, Ryan; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Immigration and public opinion in Brazil: Taking stock of new waves of migration and polarization. *In: COMPARATIVE public opinion*. [S. l.]: Routledge, 2022. p. 217–240.

LLOYD, Ryan; TURGEON, Mathieu; FREIRE, Alessandro de Oliveira Gouveia. "**Seu petralha! Seu coxinha!**" **Political Knowledge and Mass Ideology in Brazil**. [S. l.]: OSF, 2017.

LODGE, Milton; TABER, Charles S. **The rationalizing voter**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2013.

LOPES, Dawisson Belém. De-westernization, democratization, disconnection: the emergence of Brazil's post-diplomatic foreign policy. **Global affairs**, Taylor & Francis, v. 6, n. 2, p. 167–184, 2020.

LOPES, Dawisson Belém; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Eleições presidenciais e política externa brasileira. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 2, n. 2, p. 139–147, 2014.

LUPTON, Danielle L; WEBB, Clayton. Wither elites? The role of elite credibility and knowledge in public perceptions of foreign policy. **International Studies Quarterly**, Oxford University Press, v. 66, n. 3, sqac057, 2022.

MAITINO, Martin; VIEIRA, Marco. Ontological Security and Climate Policy in Jair Bolsonaro's Brazil: Understanding the Emotional Underpinnings of Environmental Destruction. **Global Studies Quarterly**, Oxford University Press, v. 4, n. 3, ksae079, 2024.

MASON, Lilliana. "I disrespectfully agree": The differential effects of partisan sorting on social and issue polarization. **American journal of political science**, Wiley Online Library, v. 59, n. 1, p. 128–145, 2015.

MASON, Lilliana. **Uncivil Agreement: How Politics Became Our Identity**. [S. l.]: University of Chicago Press, 2018.

MASON, Lilliana. Political Identities. *In: THE Oxford Handbook of Political Psychology*. [S. l.]: Oxford University Press, 2023.

MAXEY, Sarah. Finding the water's edge: when negative partisanship influences foreign policy attitudes. *In: POLARIZATION and US Foreign Policy: When Politics Crosses the Water's Edge*. [S. l.]: Springer, 2024. p. 47–93.

MAZUI, Guilherme. **Venezuela: Lula reforça não reconhecer eleições e diz que Maduro terá de arcar com as consequências do seu gesto.** [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/08/30/venezuela-lula-reforca-nao-reconhecer-eleicoes-e-diz-que-maduro-tera-de-arcas-com-as-consequencias-do-seu-gesto.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MCCLURG, Scott D. The electoral relevance of political talk: Examining disagreement and expertise effects in social networks on political participation. **American Journal of Political Science**, Wiley Online Library, v. 50, n. 3, p. 737–754, 2006.

MESQUITA, Lucas Ribeiro. O pensamento internacionalista do PSDB: da adoção neoliberal à crítica ao Lula. **Textos e Debates**, v. 1, n. 18, 2010.

MESQUITA, Lucas Ribeiro. Hipóteses para a mudança comportamental dos partidos políticos em relação a PEB. **Carta Internacional**, v. 7, n. 2, p. 117–126, 2012.

MIGNOZZETTI, Umberto; SPEKTOR, Matias. Brazil: when political oligarchies limit polarization but fuel populism. *In*: DEMOCRACIES Divided: The Global Challenge of Political Polarization. [S. l.]: Brookings Institution Press, 2019.

MILANI, Carlos; IVES, Diogo. A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 127–146, 2023.

MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, SciELO Brasil, v. 35, n. 1, p. 11–41, 2013.

MUELLER, John E. Presidential Popularity from Truman to Johnson. **American Political Science Review**, American Political Science Association, v. 64, n. 1, p. 18–34, 1970. DOI: 10.2307/1955610. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1955610>.

MUSGRAVE, Paul; WARD, Steven. The tripwire effect: Experimental evidence regarding US public opinion. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 19, n. 4, orad017, 2023.

MYRICK, Rachel. Do external threats unite or divide? Security crises, rivalries, and polarization in American foreign policy. **International Organization**, Cambridge University Press, v. 75, n. 4, p. 921–958, 2021.

MYRICK, Rachel. The reputational consequences of polarization for American foreign policy: Evidence from the US-UK bilateral relationship. *In*: POLARIZATION and US Foreign Policy: When Politics Crosses the Water's Edge. [S. l.]: Springer, 2024. p. 373–403.

MYRICK, Rachel. Polarization and International Politics: How Extreme Partisanship Threatens Global Stability. *In: POLARIZATION and International Politics*. [S. l.]: Princeton University Press, 2025.

MYRICK, Rachel; WANG, Chen. Domestic Polarization and International Rivalry: How Adversaries Respond to America's Partisan Politics. **The Journal of Politics**, The University of Chicago Press Chicago, IL, v. 86, n. 1, p. 141–157, 2024.

NASCIMENTO, Luciano. **Entenda a Lei Magnitsky aplicada pelos EUA contra Alexandre de Moraes**. [S. l.: s. n.], jul. 2025.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-07/entenda-lei-magnitsky-aplicada-pelos-eua-contr-a-alexandre-de-moraes>. Acessado em 14-08-2025.

NETQUEST. **Painel da Netquest no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2025.

<https://www.netquest.com/pt-br/panel>. Acesso em: 2 ago. 2025.

NICHOLSON, Stephen P. Polarizing cues. **American Journal of Political Science**, Wiley Online Library, v. 56, n. 1, p. 52–66, 2012.

NICOLAU, Jairo. AFINAL, QUEM FOI VOTAR EM 2022. **Caderno CRH**, SciELO Brasil, v. 37, e024007, 2024.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2019.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do Abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2023.

O'LOUGHLIN, John; TOAL, Gerard. The geopolitical orientations of ordinary Belarusians: survey evidence from early 2020. **Post-Soviet Affairs**, Taylor & Francis, v. 38, n. 1-2, p. 43–61, 2022.

ONDERCO, Michal; ETIENNE, Tom W; SMETANA, Michal. Ideology and the Red Button: How Ideology Shapes Nuclear Weapons' Use Preferences in Europe. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 18, n. 4, orac022, 2022.

ONUICH, Olga; SASSE, Gwendolyn. Anti-regime action and geopolitical polarization: understanding protester dispositions in Belarus. **Post-Soviet Affairs**, Taylor & Francis, v. 38, n. 1-2, p. 62–87, 2022.

ONUKEI, Janina; MOURON, Fernando; URDINEZ, Francisco. Latin American perceptions of regional identity and leadership in comparative perspective. **Contexto internacional**, SciELO Brasil, v. 38, p. 433–465, 2016.

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. **Revista de Sociologia e Política**, SciELO Brasil, p. 145–155, 2006.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 28, p. 62–91, 2022.

PANAGOPOULOS, Costas. All about that base: Changing campaign strategies in US presidential elections. **Party Politics**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 22, n. 2, p. 179–190, 2016.

PAULO, Paula Paiva. **Ato anti-imigração na Paulista foi contra a lei, dizem especialistas**. [S. l.: s. n.], 2017. Publicado em 5 de maio de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ato-anti-imigracao-na-paulista-foi-contr-a-lei-dizem-especialistas.ghtml>.

PEIXOTO, Laura. **A atuação do Congresso Nacional na Política Externa Brasileira: uma análise em quatro casos de soberania territorial**. 2024. Diss. (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia.

PESQUISA ATLAS. [S. l.: s. n.], 2023. Radiografia da Política Externa Brasileira.

PEW RESEARCH CENTER. **Country-Specific Methodology: Brazil, 2023**. [S. l.: s. n.], 2019. <https://www.pewresearch.org/methods/feature/international-methodology/all-survey/brazil/2023/>. Metodologia de survey internacional para o Brasil (Global Attitudes Survey, 2023); acessado em 16 de julho de 2025.

PEW RESEARCH CENTER. **International Surveys**. [S. l.: s. n.], 2025. <https://www.pewresearch.org/international-surveys/>. Acessado em 16 de julho de 2025.

PICHLER, Florian. Cosmopolitanism in a global perspective: An international comparison of open-minded orientations and identity in relation to globalization. **International Sociology**, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 27, n. 1, p. 21–50, 2012.

PINHEIRO, Flávio; FERNANDES, Ivan Filipe; ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. O bolso ou a ideologia? Determinantes da opinião dos brasileiros sobre globalização e livre comércio. **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 27, p. 509–548, 2021.

PINHEIRO, Leticia Abreu. **Política externa brasileira**. [S. l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.

PLAGEMANN, Johannes; DESTRADE, Sandra. Populism and foreign policy: The case of India. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 15, n. 2, p. 283–301, 2019.

PODER360. **Leia a íntegra do que disse Bolsonaro a embaixadores**. [S. l.: s. n.], jul. 2022. Acesso em: 14 mai. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/leia-a-integra-do-que-disse-bolsonaro-a-embaixadores/>.

POWERS, Kathleen E; REIFLER, Jason; SCOTTO, Thomas J. Going nativist: How nativism and economic ideology interact to shape beliefs about global trade. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 17, n. 3, orab015, 2021.

PRATHER, Lauren. Ideology at the Water's Edge: Explaining Variation in Public Support for Foreign Aid. **World Development**, Elsevier, v. 176, p. 106472, 2024.

RATHBUN, Brian C; KERTZER, Joshua D; REIFLER, Jason; GOREN, Paul; SCOTTO, Thomas J. Taking foreign policy personally: Personal values and foreign policy attitudes. **International Studies Quarterly**, Oxford University Press, v. 60, n. 1, p. 124–137, 2016.

REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto internacional**, SciELO Brasil, v. 33, p. 47–69, 2011.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, SciELO Brasil, v. 36, n. 106, p. 147–163, 2022.

REZAEEDARYAKENARI, Babak; GHAFOURI, Vahid; KASAP, Nihat. Who Rallies Round the Flag? The Impact of the US Sanctions on Iranians' Attitude toward the Government. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 21, n. 1, orae033, 2025.

RODRIGUES, Pietro; URDINEZ, Francisco; OLIVEIRA, Amancio de. Measuring international engagement: systemic and domestic factors in Brazilian foreign policy from 1998 to 2014. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 15, n. 3, p. 370–391, 2019.

RÖLLICKE, Lena. Polarisation, identity and affect-conceptualising affective polarisation in multi-party systems. **Electoral Studies**, Elsevier, v. 85, p. 102655, 2023.

ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World politics**, Cambridge University Press, v. 51, n. 1, p. 144–172, 1998.

ROSENAU, James N. **Domestic sources of foreign policy**. [S. l.]: New York: Free Press, 1967.

SAMBANIS, Nicholas; TSAKONAS, Panagiotis; LEE, Amber. Misperceiving Nationalism: Beliefs About Others' Beliefs and Group Conformism in Foreign Policy. **Available at SSRN 4509924**, 2023.

SAMUELS, David; MELLO, Fernando; ZUCCO, Cesar. Partisan stereotyping and polarization in Brazil. **Latin American Politics and Society**, Cambridge University Press, v. 66, n. 2, p. 47–71, 2024.

SAMUELS, David J; ZUCCO, Cesar. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2018.

SARAIVA, Miriam Gomes. South America at the core of Brazilian foreign policy during Bolsonaro's administration (2019-2022). **Revista Brasileira de Política Internacional**, SciELO Brasil, v. 65, 2023.

SARAIVA, Miriam Gomes; ALBUQUERQUE, Felipe Leal. Como mudar uma política externa? **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, v. 1, n. 1, p. 148–166, 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, 2019.

SAUNDERS, Elizabeth N. Elites in the making and breaking of foreign policy. **Annual Review of Political Science**, Annual Reviews, v. 25, n. 1, p. 219–240, 2022.

SCHWARTZ, Joshua A; TIERNEY, Dominic. Us and Them: Foreign Threat and Domestic Polarization. **Journal of Conflict Resolution**, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, p. 00220027241246539, 2024.

SEJERSEN, Mikkel. Winning hearts and minds with economic sanctions? evidence from a survey experiment in venezuela. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 17, n. 1, oraa008, 2021.

SENADO FEDERAL. **Nova Lei de Migração é sancionada com vetos**. [S. l.: s. n.], 2017. Publicado em 25 de maio de 2017 às 13h02 pelo Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos/>.

SHANDLER, Ryan; KOSTYUK, Nadiya; OPPENHEIMER, Harry. Public opinion and cyberterrorism. **Public Opinion Quarterly**, Oxford University Press, v. 87, n. 1, p. 92–119, 2023.

SHAPIRO, Robert Y.; PAGE, Benjamin I. Foreign Policy and the Rational Public. **Journal of Conflict Resolution**, Sage Publications, Inc., v. 32, n. 2, p. 211–247, 1988. DOI: 10.1177/0022002788032002001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022002788032002001>.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SIMAS, Elizabeth N; OZER, Adam L. Polarization, candidate positioning, and political participation in the US. **Electoral Studies**, Elsevier, v. 73, p. 102370, 2021.

TABER, Charles S.; LODGE, Milton. Motivated skepticism in the evaluation of political beliefs. **American Journal of Political Science**, Wiley Online Library, v. 50, n. 3, p. 755–769, 2006.

TAJFEL, Henri. **Human groups and social categories: Studies in social psychology**. [S. l.]: Cambridge University Press, 1981.

TAVARES, Vitor. **A guerra política e fashion dos bonés, que vai do Oscar a Brasília e envolve até a China**. [S. l.: s. n.], fev. 2025. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5y2w38vqlzo>.

TERRA. "Esse é o cara!", diz Obama sobre Lula. [S. l.: s. n.], 2009. Publicado em 2 de abril de 2009; Obama teria dito durante reunião do G20 em Londres: “Esse é o cara! Eu adoro esse cara!” e “é o político mais popular da Terra” :contentReference[oaicite:1]index=1. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/esse-e-o-cara-diz-obama-sobre-lula,53493e232cb4b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>.

THE ECONOMIST. Brazil Takes Off. **The Economist**, 2009. Editorial (Leaders), edição de 14-11-2009. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>.

THE ECONOMIST. **Brazil Offers America a Lesson in Democratic Maturity**. [S. l.: s. n.], ago. 2025. The Economist. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2025/08/28/brazil-offers-america-a-lesson-in-democratic-maturity>. Editorial.

TOSTA, Wilson. **Por dentro de um experimento no WhatsApp com bolsonaristas, lulistas e 'flutuantes': o que pensam sobre o tarifaço e Moraes?** Portuguese. [S. l.: s. n.], jul. 2025. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0rvkgl1zvko>. Acessado em 14-08-2025.

TRISOTTO, Fernanda. **Bolsonaro veta vacina chinesa um dia após anúncio da Saúde. Entenda o caso.** [S. l.: s. n.], outubro 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/vacina-chinesa-veto-bolsonaro-entenda/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

TUCKER, J. **Political polarization, and political disinformation: A review of the scientific literature.** [S. l.: s. n.], 2018.

UOL. **Violência e protesto: brasileiros se levantam contra venezuelanos na fronteira de RR.** [S. l.: s. n.], 2018. Publicado em 21 de março de 2018, “Do UOL, em São Paulo”; sem autor individual nomeado. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/03/21/violencia-e-protesto-brasileiros-se-levantam-contravenezuelanos-na-fronteira-de-RR.htm>.

VASILOPOULOU, Sofia; TALVING, Liisa; KEITH, Daniel. Public attitudes towards international trade and free trade agreements in the United Kingdom. **The British Journal of Politics and International Relations**, SAGE Publications Sage UK: London, England, p. 13691481241284363, 2024.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, v. 29, n. 2, p. 273–335, 2007. DOI: 10.1590/S0102-852920070002000004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/VX9f3PC9VkfJyJDQhJx9yNGR/>.

WALT, Stephen M. America’s polarization is a foreign policy problem, too. **Foreign policy**, v. 11, n. 23, p. 1, 2019.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics.** [S. l.]: Waveland Press, 2010.

WESTWOOD, Sean J; PETERSON, Erik. The inseparability of race and partisanship in the United States. **Political Behavior**, Springer, p. 1–23, 2020.

WESTWOOD, Sean J; PETERSON, Erik; LELKES, Yphtach. Are there still limits on partisan prejudice? **Public Opinion Quarterly**, Oxford University Press US, v. 83, n. 3, p. 584–597, 2019.

WOJCZEWSKI, Thorsten. Trump, populism, and American foreign policy. **Foreign Policy Analysis**, Oxford University Press, v. 16, n. 3, p. 292–311, 2020.

YOUNG, Rebekah Lynn. **Don’t know responses in survey research.** 2012. Tese (Doutorado) – The Pennsylvania State University.

ZALLER, John R. **The Nature and Origins of Mass Opinion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ZIMERMAN, Artur; PINHEIRO, Flávio. Appearances can be deceptive: Political polarization, agrarian policy, and coalitional presidentialism in Brazil. **Politics & Policy**, Wiley Online Library, v. 48, n. 2, p. 339–371, 2020.

ZINGHER, Joshua N; FLYNN, Michael E. Does polarization affect even the inattentive? Assessing the relationship between political sophistication, policy orientations, and elite cues. **Electoral Studies**, Elsevier, v. 57, p. 131–142, 2019.

ZUGRAVU, Anca; MEDEIROS, Mike; NAI, Alessandro. A tormenting dilemma: American identity and attitudes towards torture. **American Politics Research**, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 51, n. 4, p. 457–466, 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Perguntas sobre política externa

A.1 LAPOP

A.1.1 Segurança internacional

1. (LAPOP-ENV2B1) Se não for feito nada para reduzir as mudanças climáticas no futuro, quão sério o(a) sr./sra. pensa que o problema seria para o Brasil?

- (1) Muito sério
- (2) Mais ou menos sério
- (3) Pouco sério
- (4) Nada sério
- (888888) Não sabe [NÃO LER]
- (988888) Não responde [NÃO LER]
- (999999) Não se aplica [NÃO LER]

A.1.2 Imagem dos atores internacionais

2. (LAPOP-MIL10A) Na sua opinião, o governo da China é muito confiável, mais ou menos confiável, pouco confiável, nada confiável, ou não tem opinião?

- 1 - Muito confiável
- 2 - Algo confiável
- 3 - Pouco confiável
- 4 - Nada confiável
- 888888 - Não sabe/ não tem opinião
- 988888 - Não responde [NÃO LER]
- 999999 - Não se aplica [NÃO LER]

3. (LAPOP-MIL10E) O governo dos Estados Unidos. Na sua opinião, é muito confiável, mais ou menos confiável, pouco confiável, nada confiável, ou não tem opinião?

- 1 - Muito confiável
- 2 - Algo confiável
- 3 - Pouco confiável
- 4 - Nada confiável
- 888888 - Não sabe/ não tem opinião
- 988888 - Não responde [NÃO LER]
- 999999 - Não se aplica[NÃO LER]

A.2 Latinobarômetro

A.2.1 Integração regional

1. (Latinobarometro-Q43ST) Generally speaking, are you very in favor, quite in favor, slightly against or very against of the economic integration of the countries of Latin America?

- (1) Very much in favor
- (2) Quite in favor
- (3) Slightly against
- (4) Very against
- (8) DNK [DON ´T READ]
- (0) DNA

A.2.2 Cooperação internacional

2. (Latinobarometro- Q42ST/NIA) How do you qualify relations between (country) and United States? Will you say that they are...?:

- (1) Very good
- (2) Quite good
- (3) Quite bad
- (4) Very bad
- (8) DNK [DON ´T READ]

- (0) DNA

3. (Latinobarometro- Q36STD) How do you qualify relations between (country) and European Union? Will you say that they are...?:

- (1) Very good
- (2) Quite good
- (3) Quite bad
- (4) Very bad
- (8) DNK [DON 'T READ]
- (0) DNA

A.2.3 Imagem dos atores internacionais

4. (Latinobarometro-Q39ST/N) . I would like to know your opinion about the following countries that I'm going to read. Do you have a very good, good, bad or very bad opinion of...:

- United States
- European Union
- China
- (1) Very good
- (2) Good
- (3) Bad
- (4) Very bad
- (8) DK
- (0) NA

A.3 Pew Research Center (2023)

A.3.1 Ativismo internacional

1. (Pew-2023) Which statement comes closer to your view, even if neither is exactly right?

- (1) It's best for the future of (survey country) to be active in world affairs
- (2) We should pay less attention to problems in other countries and concentrate on problems here in (survey country)
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

2. (Pew-2023) Which statement comes closer to your view, even if neither is exactly right?
When dealing with major international issues, our country should...

- (1) Take into account the interests of other countries even if it means making compromises with them.
- (2) Follow its own interests even when other countries strongly disagree.
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

A.3.2 Cooperação Internacional

3. (Pew-2023) How much do you think investment from the following countries has benefited the economy of (survey country)? Would you say a great deal, a fair amount, not too much, or not at all?

- China
- The United States
- (1) A great deal
- (2) A fair amount
- (3) Not too much
- (4) Not at all
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

A.3.3 Segurança internacional

4. (Pew-2023) In general, to what extent do you think China contributes to peace and stability around the world – a great deal, a fair amount, not too much, or not at all?

- (1) A great deal
- (2) A fair amount
- (3) Not too much
- (4) Not at all
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

5. (Pew-2023) In general, to what extent do you think the United States contributes to peace and stability around the world – a great deal, a fair amount, not too much, or not at all?

- (1) A great deal
- (2) A fair amount
- (3) Not too much
- (4) Not at all
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

A.3.4 Imagem dos Atores Internacionais

6. (Pew-2023) (Pew-2023) Now I'm going to read a list of political leaders. For each, tell me how much confidence you have in each leader to do the right thing regarding world affairs – a lot of confidence, some confidence, not too much confidence, or no confidence at all.

- U.S. President Joe Biden
- Chinese President Xi Jinping
- Russian President Vladimir Putin
- French President Emmanuel Macron

- German Chancellor Olaf Scholz
- Ukrainian President Volodymyr Zelenskyy
- Indian Prime Minister Narendra Modi

- 1 A lot of confidence
- (2) Some confidence
- (3) Not too much confidence
- (4) No confidence at all
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

7. (Pew-2023) Please tell me if you have a very favorable, somewhat favorable, somewhat unfavorable or very unfavorable opinion of (China/The United States)?

- (1) Very favorable
- (2) Somewhat favorable
- (3) Somewhat unfavorable
- (4) Very unfavorable
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

8. (Pew-2023) In making international policy decisions, to what extent do you think The United States/China takes into account the interests of countries like (survey country) – a great deal, a fair amount, not too much, or not at all?

- (1) A great deal
- (2) A fair amount
- (3) Not too much
- (4) Not at all
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

9. (Pew-2023) In general, to what extent do you think China/United States interferes in the affairs of other countries – a great deal, a fair amount, not too much, or not at all?

- (1) A great deal
- (2) A fair amount
- (3) Not too much
- (4) Not at all
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

10. (Pew-2023) I'd like you to compare China to other wealthy nations in a few different areas. When it comes to each of the following areas, do you think China is the best, above average, average, below average, or the worst? How about China's/The United States. . . ?

- Universities
- Standard of living
- Military
- Technological achievements
- Entertainment, including movies, music, and television
- (1) The best
- (2) Above average
- (3) Average
- (4) Below average
- (5) The worst
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

11. (Pew-2023) Please tell me if you have a very favorable, somewhat favorable, somewhat unfavorable, or very unfavorable opinion of. . . ?

- The European Union

- The United Nations
- Russia
- India
- Taiwan

- (1) Very favorable
- (2) Somewhat favorable
- (3) Somewhat unfavorable
- (4) Very unfavorable
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

12. (Pew-2023) Today, which ONE of the following do you think is the world's leading economic power?

- (1) The United States
- (2) China
- (3) Japan
- (4) The countries of the European Union
- (5) Other (DO NOT READ)
- (6) None / There is no leading economic power (DO NOT READ)
- (8) Don't know (DO NOT READ)
- (9) Refused (DO NOT READ)

A.3.5 Cosmopolitanism

13. (Pew-2023) In general, how close do you feel to each of the following groups – very close, somewhat close, not too close, or not close at all?

- People in your local community
- (Survey country nationality, e.g., Americans)

- People all over the world
- (1) Very close
- (2) Somewhat close
- (3) Not too close
- (4) Not close at all
- (8) (DO NOT READ)Don't know
- (9) (DO NOT READ) Refused"

A.4 O Brasil, as Américas e o Mundo (BAM)

A.4.1 Direitos Humanos

1. (2010, 2014, 2019, 2023) Você considera a entrada de ideias e costumes de outros países no Brasil um fato positivo ou negativo? (Muito positivo, Positivo, Negativo, Muito negativo, Indiferente (espontânea), NS, NR)
 - (1) Positivo
 - (2) Negativo
 - (3) NS
 - (4) NR
 - (5) Depende (ESPONTÂNEA)
2. (2014, 2019, 2023) Em geral, qual sua opinião sobre os estrangeiros que vivem no Brasil?
 - (1) Muito positiva
 - (2) Positiva
 - (3) Negativa
 - (4) Muito negativa
 - (5) NS
 - (6) NR
 - (7) Indiferente (ESPONTÂNEA)

A.4.2 Ativismo Internacional

3. (2010, 2014, 2019, 2023) Em sua opinião, o que é melhor para o futuro do Brasil, ter participação ativa em assuntos mundiais, ou manter-se longe dos assuntos mundiais?
- (1) Ter participação ativa
 - (2) Manter-se longe dos assuntos mundiais
 - (3) Nem um nem outro (Espontâneo)
 - (4) NS
 - (5) NR
 - (6) Indiferente (2019)
4. (2010, 2014, 2019, 2023) Gostaria que o Sr(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil, ou seja, se o Sr(a) os considera muito importante, importante, pouco importante ou nada importante?
- Fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU)
 - Fortalecer a Organização dos Estados Americanos
 - Combater o terrorismo internacional
 - Ajudar a levar a democracia a outros países
 - Promover a venda de produtos brasileiros em outros países
 - Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos
 - Prevenir a proliferação de armas nucleares
 - Combater o narcotráfico e o crime organizado
 - Proteger os interesses dos brasileiros em outros países
 - Proteger o meio-ambiente
 - Promover a integração regional
5. (2010, 2014, 2019, 2023) No plano internacional, qual é a importância do Brasil: muito importante, razoavelmente importante, pouco importante ou nada importante?
- (1) Muito

- (2) Razoavelmente
- (3) Pouco
- (4) Nada
- (8) NS
- (9) NR

A.4.3 Segurança Internacional

6. (2010, 2014, 2019, 2023) Qual dos seguintes países lhe inspira maior confiança para manter a paz no mundo?

- China
- EUA
- Grã-Bretanha
- França
- Rússia
- Outro:
- Nenhum
- NS
- NR

7. (2010, 2014, 2019, 2023) E qual é o país que lhe inspira menor confiança para manter a paz no mundo?

- China
- EUA
- Grã-Bretanha
- França
- Rússia
- Outro:
- Nenhum

- NS
- NR

A.4.4 Integração Regional

8. (2010, 2014, 2019, 2023) Qual das seguintes informações se aproxima mais do que você pensa sobre o papel do Brasil na América Latina?
- O Brasil deveria procurar ser o líder na região
 - O Brasil deveria colaborar com outros países latino-americanos sem pretender ser líder
 - O Brasil deveria manter-se afastado dos esforços latinoamericanos
 - NS
 - NR

A.4.5 Cooperação Internacional

9. (2010, 2014, 2019, 2023) Diga-me, como você descreveria a relação do Brasil com os seguintes países? (LEIA PARA CADA PAÍS)... é de amizade, sociedade, rivalidade ou uma ameaça?
- Argentina
 - China
 - Estados Unidos
 - Venezuela

A.4.6 Imagem dos Atores Internacionais

10. (2019, 2023) Das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação à China?
- Confiança / Desconfiança / Indiferença (esp.) / NS / NR
11. (2010, 2014, 2019, 2023) Das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estados Unidos?

- Confiança / Desconfiança / Indiferença (esp.)/ NS / NR
- Admiração / Desprezo / Indiferença (esp.)/ NS / NR (Exceto 2023)

12. (2010, 2014, 2019) Agora vou pedir que você me diga sua opinião sobre alguns países, dando uma nota de 0 a 100 onde 0 significa uma opinião muito desfavorável, e 100 uma opinião muito favorável em sua opinião sobre esse país. Se você não tem opinião a respeito ou nunca ouviu falar desse país, por favor, me diga.

- Nota/NS/NR/Nunca ouviu falar
- Estados Unidos

APÊNDICE B – Mensurações dos modelos

B.1 Mensurações modelo PEW 2023

Tabela 22 – Mensurações modelo PEW 2023

Índice Posição de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas inválidas) 0 a 1 (Respostas válidas).
Índice Intensidade de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas não-intensas) 0 a 1 (Respostas intensas).
Polarização afetiva (VI) - Líderes	Numérica: Afeto_Lula - Afeto_Bolsonaro
Polarização afetiva (VI) - Partidos	Numérica: Afeto_PL - Afeto_PT
Partidarismo (controle)	Binária: (1) Partidário; (0) Não partidário
Ideologia (controle)	Contínua: 0 a 1.
Nacionalismo (controle)	Contínua: índice criado a partir de 4 variáveis. Normalizado em uma escala de 0 a 1.
Cosmopolitismo (controle)	Contínua: 0 a 1.
Gênero (controle)	Binária: (1) Homem, (0) Mulher
Escolaridade (controle)	Categórica ordinal.
Idade (controle)	Numérica ordinal. Faixas: 18 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64, 65 a 99

B.2 Mensurações modelo BAM 2023

Tabela 23 – Mensurações modelo BAM 2023

Índice Posição de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas inválidas) 0 a 1 (Respostas válidas).
Índice Intensidade de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas não-intensas) 0 a 1 (Respostas intensas).
Polarização afetiva (VI)	Contínua: distância do centro ideológico: Ideologia - valor central
Partidarismo (controle)	Binária: Partidário (1); Não partidário (0)
Identidade nacional (controle)	Binária: Brasileiro (1); Latino-americano; Sul-americano; Cidadão do Mercosul; Cidadão do Mundo; Outra. Qual? (0)
Interesse em política externa (controle)	Contínua: 0 a 1.
Cosmopolitismo (controle)	Binária: Cidadão do Mundo (1); Latino-americano; Brasileiro; Sul-americano; Cidadão do Mercosul; Outra. Qual? (0)
Gênero (controle)	Binária: Homem (1); Mulher(0)
Escolaridade (controle)	Categórica ordinal.
Idade (controle)	Numérica ordinal. Faixas: 18 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64, 65 a 99

B.3 Mensurações modelo LAPOP 2017

Tabela 24 – Mensurações modelo LAPOP 2017

Índice Posição de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas inválidas) 0 a 1 (Respostas válidas).
Índice Intensidade de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas não-intensas) 0 a 1 (Respostas intensas).
Polarização afetiva (VI)	Contínua: Afeto PT - Afeto PSDB
Partidarismo	Binária: (1) Partidário (2) Não partidário
Gênero (controle)	Binária: Homem (1); Mulher (0)
Escolaridade (controle)	Categórica ordinal.
Idade (controle)	Numérica ordinal. Faixas: 18 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64, 65 a 99

B.4 Mensurações modelo LAPOP 2023

Tabela 25 – Mensurações modelo LAPOP 2023

Índice Posição de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas inválidas) 0 a 1 (Respostas válidas).
Índice Intensidade de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas não-intensas) 0 a 1 (Respostas intensas).
Polarização (VI)	Contínua: distância do centro ideológico: 0,5 - 4,5
Partidarismo	Binária: (1) Partidário; (2) Não partidário
Gênero (controle)	Binária: Homem (1); Mulher (0)
Escolaridade (controle)	Categórica ordinal.
Idade (controle)	Numérica ordinal. Faixas: 18 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64, 65 a 99

B.5 Mensurações modelo Latinobarômetro 2023

Tabela 26 – Mensurações modelo Latinobarômetro 2023

Índice Posição de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas inválidas) 0 a 1 (Respostas válidas).
Índice Intensidade de Política Externa (VD)	Contínua: (Respostas não-intensas) 0 a 1 (Respostas intensas).
Polarização (VI)	Contínua: distância do centro ideológico: Ideologia - valor central
Gênero (controle)	Binária: Homem(1); Mulher(0)
Escolaridade (controle)	Categórica ordinal.
Partidarismo (controle)	Binária: 1 (Sim); 2 (Não)
Idade (controle)	Numérica ordinal. Faixas: 18 a 24, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54, 55 a 64, 65 a 99

APÊNDICE C – Tabelas dos resultados dos modelos OLS

C.1 Resultados OLS (Modelo 1)

Tabela 27 – Resultados OLS - Modelo 1 (Pew 2023)

	<i>Variável dependente:</i>	
	Expressão (1)	Intensidade (2)
Polarização Afetiva (líderes)	0.011** (0.005)	0.036*** (0.006)
Não partidário	0.001 (0.011)	0.017 (0.013)
Ideologia	-0.017 (0.016)	-0.014 (0.019)
Nacionalismo	-0.025 (0.026)	0.010 (0.031)
Cosmopolitismo	0.022 (0.015)	-0.016 (0.018)
Escolaridade	0.009*** (0.003)	-0.017*** (0.003)
Idade	-0.005 (0.004)	0.011** (0.005)
Gênero	0.047*** (0.011)	0.010 (0.012)
Constante	0.861*** (0.033)	0.386*** (0.039)
Observações	820	820
R ²	0.057	0.101
R ² Ajustado	0.048	0.092
Erro padrão residual (df = 811)	0.148	0.173

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

C.2 Resultados OLS (Modelo 2)

Tabela 28 – Resultados OLS - Modelo 2 (Pew 2023)

	<i>Variável dependente:</i>	
	Expressão (1)	Intensidade (2)
Polarização Afetiva (partidos)	0.008 (0.006)	0.036*** (0.007)
Não partidário	-0.008 (0.010)	0.008 (0.013)
Ideologia	-0.020 (0.015)	-0.016 (0.019)
Nacionalismo	-0.019 (0.024)	0.017 (0.032)
Cosmopolitismo	0.012 (0.014)	-0.018 (0.018)
Escolaridade	0.006*** (0.002)	-0.019*** (0.003)
Idade	-0.006 (0.004)	0.012** (0.005)
Gênero	0.028*** (0.010)	-0.012 (0.013)
Constante	0.919*** (0.030)	0.425*** (0.040)
Observações	748	748
R ²	0.040	0.102
R ² Ajustado	0.029	0.092
Erro padrão residual (df = 739)	0.130	0.173

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

C.3 Resultados OLS (Modelo 3)

Tabela 29 – Resultados OLS - Modelo 3 (BAM 2023)

	<i>Variável dependente:</i>	
	Expressão	Intensidade
	(1)	(2)
Polarização Afetiva	-0.0001 (0.0001)	0.001** (0.0003)
Interesse em PE	0.008*** (0.002)	0.029*** (0.006)
Não partidário	-0.012*** (0.004)	-0.005 (0.012)
Nacionalista	-0.010 (0.007)	-0.030 (0.020)
Cosmopolita	-0.005 (0.008)	0.013 (0.025)
Gênero	0.015*** (0.004)	0.020* (0.012)
Escolaridade	0.003** (0.001)	-0.004 (0.004)
Idade	-0.001 (0.002)	0.007 (0.004)
Constante	0.953*** (0.011)	0.441*** (0.032)
Observações	1,160	1,160
R ²	0.048	0.043
R ² Ajustado	0.041	0.036
Erro padrão residual (df = 1151)	0.065	0.193

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

C.4 Resultados OLS (Modelo 4)**Tabela 30** – Resultados OLS - Modelo 4 (LAPOP 2017)

	<i>Variável dependente:</i>	
	Expressão	Intensidade
	(1)	(2)
Polarização Afetiva	0.002 (0.003)	0.007** (0.003)
Idade	-0.013** (0.006)	-0.004 (0.005)
Partidário	0.028 (0.018)	0.008 (0.018)
Homem	0.127*** (0.014)	0.034*** (0.013)
Escolaridade	0.017*** (0.002)	0.003* (0.002)
Constante	0.499*** (0.030)	0.370*** (0.029)
Observações	1,356	1,356
R ²	0.129	0.013
R ² Ajustado	0.126	0.009
Erro padrão residual (df = 1350)	0.249	0.242

Note: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

C.5 Resultados OLS (Modelo 5)

Tabela 31 – Resultados OLS - Modelo 5 (LAPOP 2023)

	<i>Variável dependente:</i>	
	Expressão	Intensidade
	(1)	(2)
Polarização Afetiva	0.001 (0.005)	0.009** (0.005)
Idade	0.003 (0.006)	0.005 (0.006)
Partidário	0.084*** (0.019)	0.025 (0.017)
Homem	0.123*** (0.016)	0.048*** (0.014)
Escolaridade	0.048*** (0.005)	0.016*** (0.005)
Constante	0.402*** (0.037)	0.291*** (0.033)
Observações	1,255	1,255
R ²	0.117	0.023
R ² Ajustado	0.114	0.019
Erro padrão residual (df = 1249)	0.280	0.250

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

C.6 Resultados OLS (Modelo 6)

Tabela 32 – Resultados OLS - Modelo 6 (Latinobarômetro 2023)

	<i>Variável dependente:</i>	
	Expressão	Intensidade
	(1)	(2)
Polarização Afetiva	-0.002 (0.003)	0.006* (0.003)
Partidário	0.044*** (0.015)	0.059*** (0.014)
Homem	0.071*** (0.013)	0.048*** (0.013)
Escolaridade	0.020*** (0.004)	-0.001 (0.003)
Idade	-0.018*** (0.005)	-0.005 (0.005)
Constante	0.837*** (0.031)	0.150*** (0.029)
Observações	1,011	1,011
R ²	0.087	0.038
R ² Ajustado	0.083	0.033
Erro padrão residual (df = 1005)	0.211	0.201

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

APÊNDICE D – Instrumento e roteiro

D.1 Visão geral do instrumento

Pré-tratamento

- Sociodemográfico (idade, gênero, renda, região, escolaridade)
- Identidade política
- Patriotismo
- Interesse por política externa

Jogo de Confiança

Os participantes recebem as instruções do jogo. Alguns exemplos são dados para garantir a compreensão dos participantes. Logo em seguida, são designados como Jogador 2. De forma aleatória, são tratados pela "experiência positiva" ou a "experiência negativa", estes últimos, ao final receberão a informação de que sua afiliação partidária foi a causa do seus resultados. Após três rodadas o jogo termina.

Manipulation checks

- Percepção de justiça no jogo
- Termômetro de sentimentos (in-group e out-group).

Pós-tratamento

- Alinhamento de política externa (ONU, menos desenvolvidos, mais desenvolvidos)
- Percepção do sinal do líder (Lula/Bolsonaro).
- Interesse em política externa
- Opinião sobre *easy issues* (aborto, pena de morte e Bolsa Família)
- Conhecimento Tarifaço
- Concordância Tarifaço

- Avaliação Tarifaço
- Apoio à soberania
- Apoio à união nacional *rally around the flag*

D.2 Instruções para o jogo da confiança (vídeo)

- Este é um jogo sobre escolher enviar recursos para outro jogador anônimo.
- Esses recursos são fictícios. Apesar disso, você terá oportunidade de receber pontos extras por sua participação. Você poderá ou não receber esses pontos extras dependendo do seu resultado.
- São dois jogadores.
- O Jogador 1 começa.
- Ele recebe R\$ 10 fictícios.
- Com esse valor, ele escolhe quanto quer enviar para o Jogador 2. Ele pode enviar uma parte, tudo ou nada.
- Nós, os pesquisadores, vamos triplicar esse valor. Ou seja, o Jogador 2 vai receber 3 vezes a quantia que o Jogador 1 decidir enviar.
- Por exemplo, se o Jogador 1 enviar R\$4, o Jogador receberá R\$12.
- Agora é a vez do Jogador 2. Com esse valor que foi triplicado, ele pode enviar uma parte, tudo ou nada para o Jogador 1.
- Finalmente, o jogador 1 também recebe.
- Seguindo o exemplo, se o Jogador 2 enviar R\$5, o Jogador 1 receberá R\$15.
- É o fim da primeira rodada.
- Na segunda e terceira rodadas os jogadores são outros, mas o jogo acontece da mesma forma.
- Após a terceira rodada, o jogo termina.

- O resultado final de cada jogador é a soma das três rodadas.
- Com o seu saldo final no jogo, multiplicaremos esse valor por 0.2 e você receberá um bônus em pontuação extra pela sua participação. Por exemplo, se seu saldo final for R\$20, você receberá um bônus de $R\$20 \times 0.2 = 4$ pontos extras.

D.3 Questionário (TCLE, pré-tratamento, tratamento, pós-tratamento)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

1. Nome do projeto: Opiniões Políticas no Brasil
2. Características e objetivos gerais da pesquisa: A pesquisa está sendo conduzida por Vanessa Lira (UEPB), Nara Pavão (UFPE) e Mariana Meneses (UFPE) e conta com o financiamento do CNPq. Os participantes deste estudo são brasileiros em idade eleitoral. A pesquisa está sendo desenvolvida autonomamente e conta com o objetivo de entender as opiniões dos brasileiros sobre a política e a democracia.
3. Procedimentos: Esta é uma pesquisa de opinião. Os participantes irão jogar um jogo e, em seguida, responder uma série de perguntas, as quais serão respondidas.
4. Participação na pesquisa: Sua participação nesta pesquisa consistirá em jogar o jogo e, em seguida, em responder às questões apresentadas.
5. Voluntariedade e direito de desistência: Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.
6. Riscos e benefícios: Embora o conteúdo possa gerar um desconforto leve relacionado à discussão de temas políticos, sua participação não implicará em nenhum custo além do tempo para a conclusão. Todos os participantes são informados sobre a natureza anônima e voluntária do estudo, podendo desistir a qualquer momento. Ao final da pesquisa, será apresentada uma mensagem mais detalhada sobre os objetivos do estudo. Sua participação irá ajudar os pesquisadores a melhor entenderem como informações de grande circulação moldam as opiniões dos eleitores e se elas apresentam alguma consequência para a sociedade e a democracia.

7. **Direito de confidencialidade:** A fim de assegurar sua privacidade, os dados obtidos por meio desta pesquisa não serão identificados. A empresa responsável tornará seus dados anônimos. Os pesquisadores não terão acesso a nenhuma informação que permita sua identificação.
8. **Direitos do participante:** Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com a pesquisa.
9. **Garantia de acesso aos dados e dúvidas em geral:** Você poderá tirar dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, além de obter acesso aos seus dados, a qualquer momento através dos contatos indicados abaixo.
- Me. Vanessa Horacio Lira (professora, UEPB), vanessaliraa@gmail.com, (83) 99928-9588
 - Me. Mariana Meneses (doutoranda, UFPE), mariana.menesess@ufpe.br
 - Dra. Nara Pavão (professora, UFPE), nara.pavao@ufpe.br
 - Comitê de Conformidade Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB: Rua das Baraúnas, 351 - Campina Grande - Paraíba. Telefone (83)3315-3373. E-mail: cep@setor.uepb.edu.br.
10. **Consentimento:** Caso você concorde em participar desta pesquisa, é só clicar no link abaixo, que diz: Eu declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação nesta pesquisa, e que concordo em participar
- Participar
 - Não participar (2)

Pré-tratamento

1. **Idade:**

Qual é a sua idade?

2. **Identidade:**

Na escala de posições políticas, em qual grupo você se encaixa?

- Lulista/Petista
- Não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda
- Não tem posicionamento
- Não é Bolsonaroista, mas mais à direita
- Bolsonaroista

3. **Gênero:**

Como que gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino

4. **Estado:**

Em que estado (UF) você reside atualmente?

5. **Renda:**

Em qual dessas faixas está a sua renda familiar mensal hoje?

- Até R\$ R\$ 1.518 (até 1 salário mínimo)
- De R\$ R\$ 1.518,01 a R\$ 3.038,00 (+ DE 1 ATÉ 2 SM)
- De R\$ 3.038,01 a R\$ 4.557,00 (+ DE 2 ATÉ 3 SM)
- De R\$ 4.557,01 a R\$ 7.595,00 (+ DE 3 ATÉ 5 SM)
- De R\$ 7.595,01 a R\$ 15.190,00 (+ DE 5 ATÉ 10 SM)
- De R\$ 15.190,01 a R\$ 22.785,00 (+ DE 10 ATÉ 15 SM)
- De R\$ 22.785,01 a R\$30.380,00 (+ DE 15 ATÉ 20 SM)
- Mais de R\$ 30.380,00
- Prefiro não responder

6. **Escolaridade:**

Até que série você estudou e concluiu?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo

- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)
- Ensino universitário completo
- Pós-graduação incompleta ou mais

7. Interesse em política externa

(BAM 2023) Quando assiste às notícias, quão interessado você está quanto às relações do Brasil com outros países?

- Muito interessado
- Interessado
- Pouco interessado
- Nada interessado

8. Patriotismo:

Quão orgulhoso(a) você se sente em ser brasileiro(a)?

- Muito orgulhoso(a)
- Orgulhoso(a)
- Pouco orgulhoso(a)
- Nada orgulhoso(a)

Tratamento

Os participantes recebem as instruções do jogo. Alguns exemplos são dados para garantir a compreensão dos participantes. Logo em seguida, são designados como Jogador 2. De forma aleatória, são tratados pela "experiência positiva" ou a "experiência negativa", estes últimos, ao final receberão a informação de que sua afiliação partidária foi a causa do seus resultados. Após três rodadas o jogo termina.

Pós-tratamento

Manipulation checks

9. Manipulation check 1: justiça no jogo

No jogo, você diria que foi tratado de forma justa ou injusta?

- Muito justa
- Justa
- Injusta
- Muito injusta

10. Manipulation check 2: termômetro de sentimentos

(ESEB 2022 - Adaptado) Gostaria que o (a) sr.(a) me dissesse o quanto gosta dos seguintes políticos, considere que zero (0) significa que o (a) sr.(a) não gosta de jeito nenhum do político que vou mencionar e dez (10) que o (a) sr.(a) gosta muito.

- Lula
- Bolsonaro

Hard issues

Agora vamos falar sobre alguns temas políticos:

11. Alinhamento 1:

Você concorda que um dos principais objetivos da política exterior do Brasil deve ser fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU)?

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente
- Não sei responder

12. Alinhamento 2:

Você concorda que um dos principais objetivos da política externa do Brasil deve ser fazer comércio com os países menos desenvolvidos?

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente
- Não sei responder

13. Alinhamento 3:

Você concorda com o alinhamento da política externa brasileira à política externa das nações mais poderosas, como os Estados Unidos?

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente
- Não sei responder

14. Sinal Lula:

Alguns políticos defendem que o Brasil deveria promover no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e mais outros países) o comércio com outra moeda que não fosse o dólar, afinal, nenhum desses países fabrica o dólar dos Estados Unidos. O que você acha que o presidente Lula pensa a respeito?

- Lula é a favor
- Lula é contra
- Não sei responder

15. Sinal Bolsonaro:

Alguns políticos acreditam que o Brasil deveria continuar com os acordos comerciais

com Israel, sem adotar punições ou sanções, independentemente dos conflitos na Faixa de Gaza com a Palestina e o Hamas. Qual você acha que é a posição do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre isso?

- Bolsonaro é a favor
- Bolsonaro é contra
- Não sei responder

16. Interesse em PE:

Em geral, quanto você se interessa por assuntos internacionais?

- Muito interessado
- Interessado
- Pouco interessado
- Nada interessado

Easy issues

Agora vou mencionar alguns temas debatidos na sociedade brasileira e gostaria de saber o que você pensa sobre cada um deles.

17. Opinião sobre aborto:

Qual é a sua opinião sobre a legalização do aborto no Brasil?

- Sou totalmente a favor
- Sou parcialmente a favor
- Não sou nem a favor, nem contra
- Sou parcialmente contra
- Sou totalmente contra
- Não sei responder

18. Opinião sobre pena de morte:

Qual é a sua opinião sobre a adoção da pena de morte no Brasil?

- Sou totalmente a favor

- Sou parcialmente a favor
- Não sou nem a favor, nem contra
- Sou parcialmente contra
- Sou totalmente contra
- Não sei responder

19. Opinião sobre Bolsa Família:

Qual é a sua opinião sobre a o programa Bolsa Família?

- Sou totalmente a favor
- Sou parcialmente a favor
- Não sou nem a favor, nem contra
- Sou parcialmente contra
- Sou totalmente contra
- Não sei responder

20. Conhecimento Tarifaço:

Recentemente, o Governo Trump adotou a estratégia de impor taxas comerciais a quase todos os países do mundo. Entre as justificativas está a defesa dos interesses das empresas americanas. O Brasil está entre os países com as taxas mais altas, cerca de 50%. Quanto informado(a) você diria que está sobre as notícias do chamado “Tarifaço” do Presidente Trump?

- Muito bem informado(a)
- Informado(a)
- Mais ou menos informado(a)
- Pouco informado(a)
- Nada informado(a)
- Não sei responder

21. Concordância Tarifaço:

Após o “Tarifaço”, os Estados Unidos passaram a cobrar do Brasil tarifas mais altas do que as aplicadas a outros países. O quanto você concorda com essa política?

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente
- Não sei responder

22. **Avaliação Tarifaço:**

Na sua opinião, quão negativos serão os efeitos das taxas americanas para a economia brasileira?

- Muito negativos
- Moderadamente negativos
- Nada negativos
- Não sei responder

23. **Apoio a soberania:**

O quanto você concorda com a seguinte afirmação:

Em situações de crise política, potências estrangeiras devem enviar tropas militares para estabelecer a ordem no Brasil.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Nem concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente
- Não sei responder

24. **Apoio à união nacional (*rally around the flag*):**

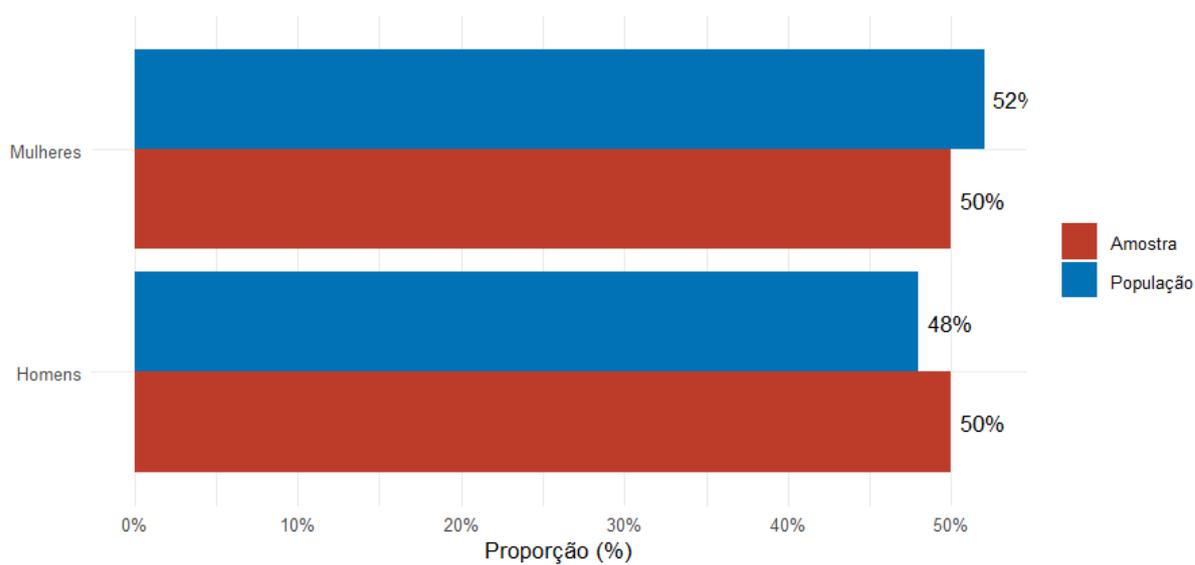
O quanto você concorda com a seguinte afirmação:

"Em tempos difíceis, é importante apoiar o governo que está no poder, independente se for de esquerda ou de direita, para que o país possa enfrentar ameaças estrangeiras".

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Nem concordo nem discordo
- Discordo em parte
- Discordo totalmente
- Não sei responder

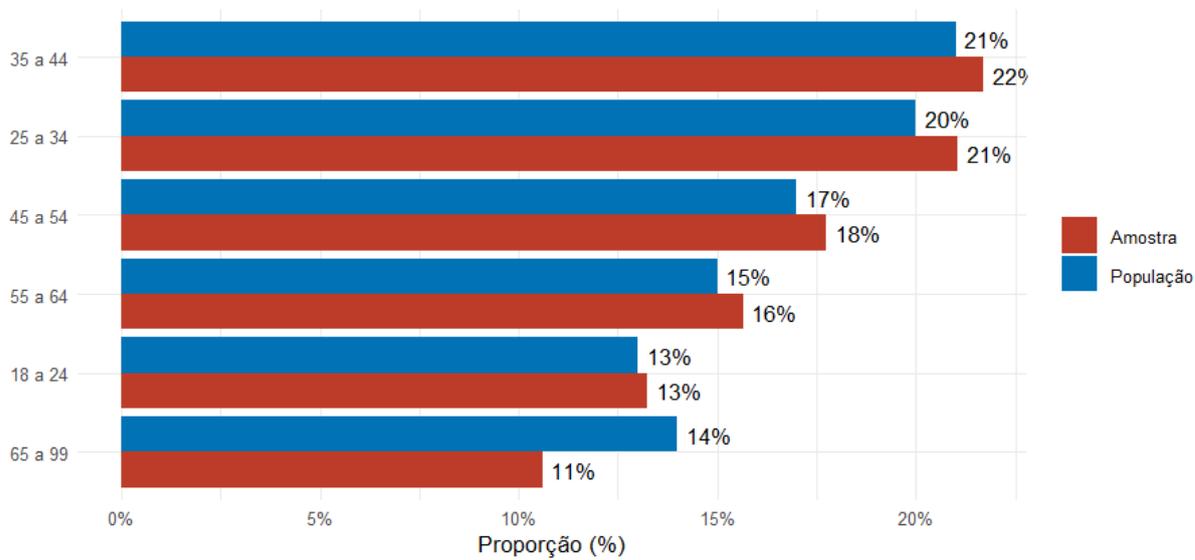
APÊNDICE E – Representatividade da amostra

Figura 44 – Amostra x População (gênero)

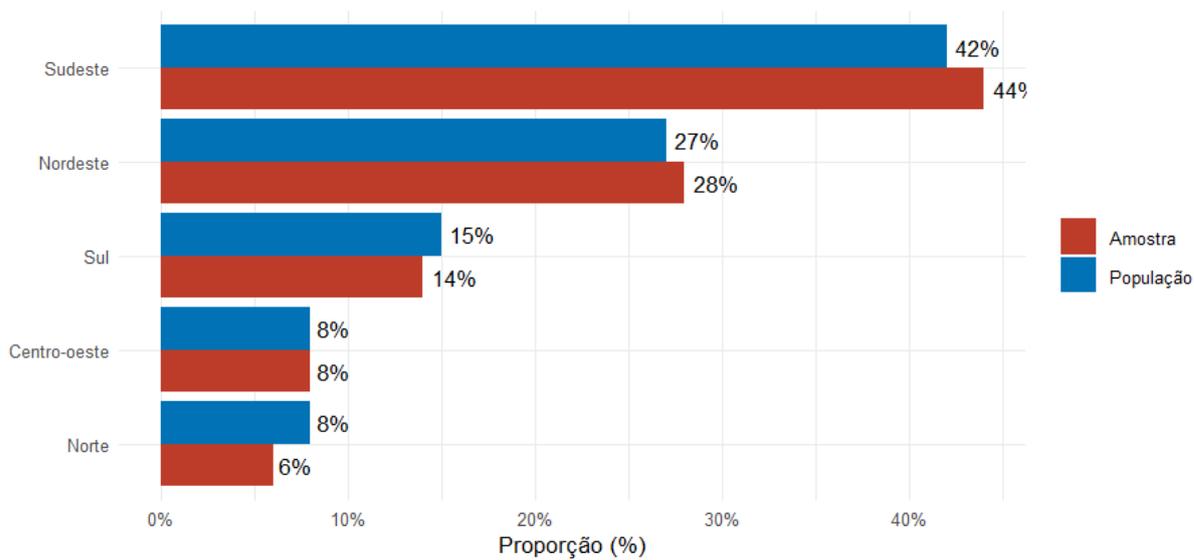


Fonte: Elaboração própria.

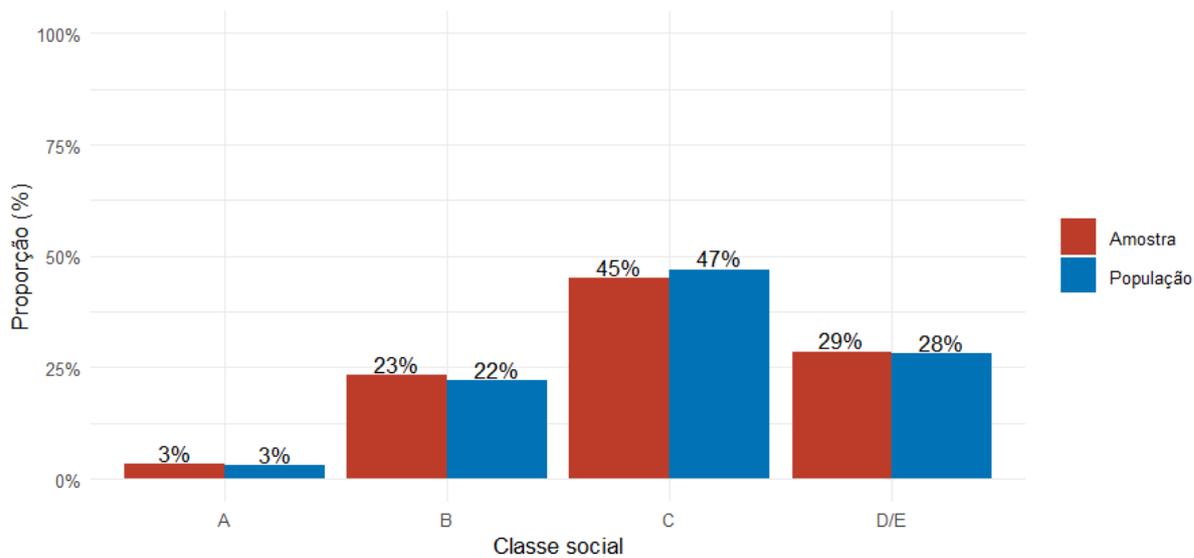
Figura 45 – Amostra x População (idade)



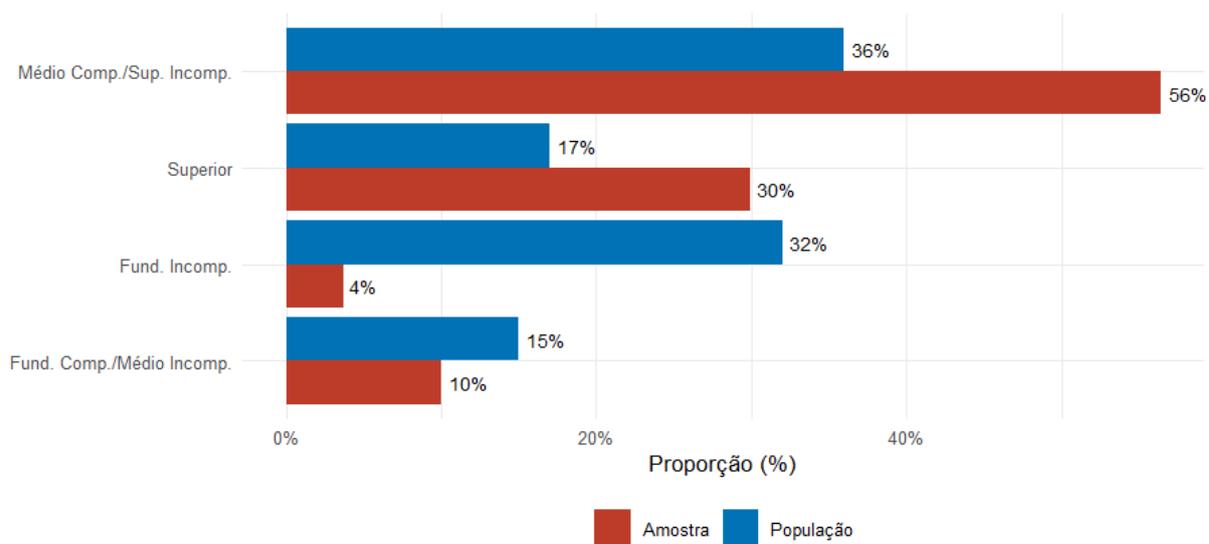
Fonte: Elaboração própria.

Figura 46 – Amostra x População (região)

Fonte: Elaboração própria.

Figura 47 – Amostra x População (classe)

Fonte: Elaboração própria.

Figura 48 – Amostra x População (escolaridade)

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE F – Outcomes e codificação

Tabela 33 – Outcomes, perguntas e codificação dos índices de expressão e intensidade.

Outcome	Pergunta no questionário	Índice de Ex- pressão	Índice de In- tensidade
Objetivo de política externa (1)	“Você concorda que um dos principais objetivos da política exterior do Brasil deve ser fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU)?” Opções: Concordo totalmente (1); Concordo em parte (2); Nem concordo, nem discordo (3); Discordo em parte (4); Discordo totalmente (5); Não sei responder (6).	1 = 1, 2, 4, 5; 0 = 3, 6	1 = 1, 5; 0 = 2, 4
Objetivo de política externa (2)	“pol_ext2 Você concorda que um dos principais objetivos da política externa do Brasil deve ser fazer comércio com os países menos desenvolvidos?” Opções: Concordo totalmente (1); Concordo em parte (2); Nem concordo, nem discordo (3); Discordo em parte (4); Discordo totalmente (5); Não sei responder (6).	1 = 1, 2, 4, 5; 0 = 3, 6	1 = 1, 5; 0 = 2, 4
Objetivo de política externa (3)	“pol_ext3 Você concorda com o alinhamento da política externa brasileira à política externa das nações mais poderosas, como os Estados Unidos?” Opções: Concordo totalmente (1); Concordo em parte (2); Nem concordo, nem discordo (3); Discordo em parte (4); Discordo totalmente (5); Não sei responder (6).	1 = 1, 2, 4, 5; 0 = 3, 6	1 = 1, 5; 0 = 2, 4
Tarifação: Concordância	“Após o ‘Tarifação’, os Estados Unidos passaram a cobrar do Brasil tarifas mais altas do que as aplicadas a outros países. O quanto você concorda com essa política?” Opções: Concordo totalmente (1); Concordo em parte (2); Nem concordo, nem discordo (3); Discordo em parte (4); Discordo totalmente (5); Não sei responder (6).	1 = 1, 2, 4, 5; 0 = 3, 6	1 = 1, 5; 0 = 2, 4

Continua na próxima página

Tabela 33 (continuação).

Outcome	Pergunta no questionário	Índice de Ex- pressão	Índice de In- tensidade
Tarifaço: Efeitos	“Na sua opinião, quão negativos serão os efeitos das taxas americanas para a economia brasileira?” Opções: Muito negativos (1); Moderadamente negativos (2); Nada negativos (4); Não sei responder (5).	1 = 1, 2, 4; 0 = 5	1 = 1, 4; 0 = 2
Apoio à soberania nacional	“O quanto você concorda com a seguinte afirmação: Em situações de crise política, potências estrangeiras devem enviar tropas militares para estabelecer a ordem no Brasil.” Opções: Concordo totalmente (1); Concordo em parte (2); Nem concordo, nem discordo (3); Discordo em parte (4); Discordo totalmente (5); Não sei responder (6).	1 = 1, 2, 4, 5; 0 = 3, 6	1 = 1, 5; 0 = 2, 4
Apoio à união nacional	“O quanto você concorda com a seguinte afirmação: ‘Em tempos difíceis, é importante apoiar o governo que está no poder, independente se for de esquerda ou de direita, para que o país possa enfrentar ameaças estrangeiras.’” Opções: Concordo totalmente (1); Concordo em parte (2); Nem concordo nem discordo (3); Discordo em parte (4); Discordo totalmente (5); Não sei responder (6).	1 = 1, 2, 4, 5; 0 = 3, 6	1 = 1, 5; 0 = 2, 4

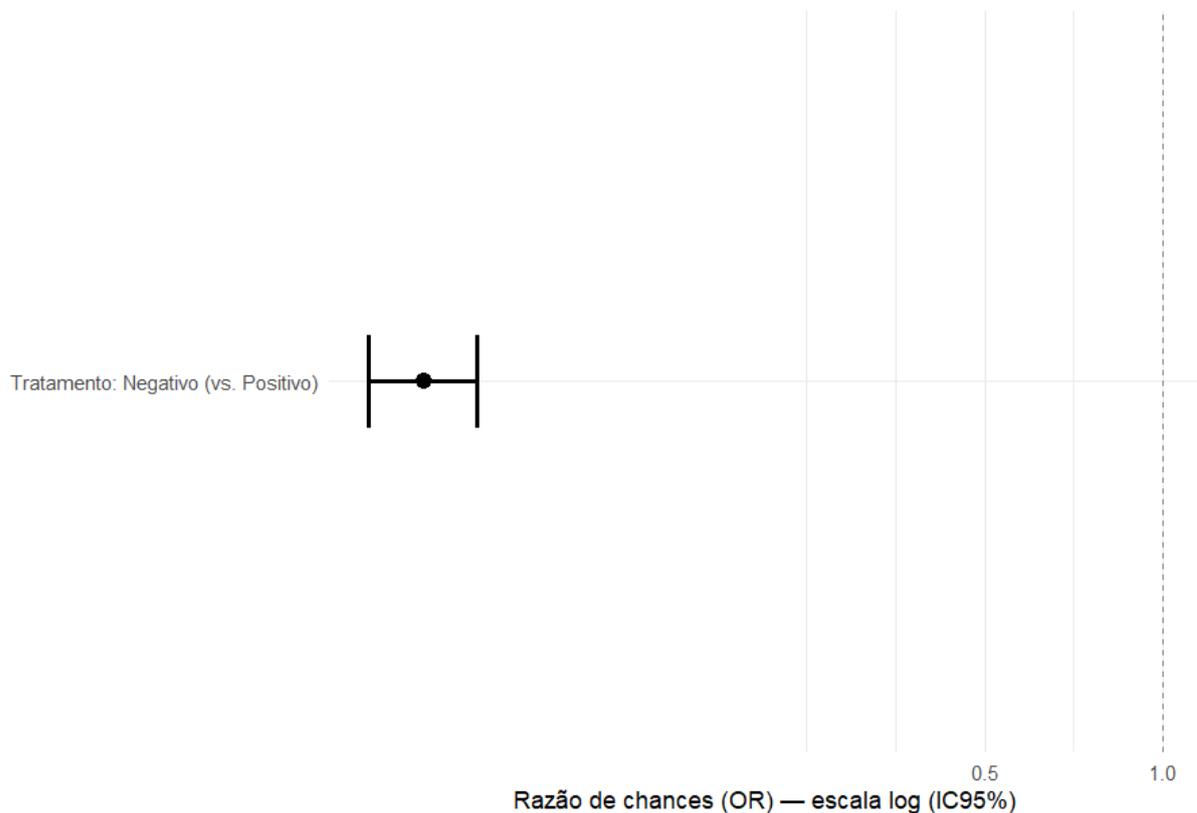
APÊNDICE G – Outras análises

G.1 Checagens de manipulação

G.1.1 Efeito do tratamento na percepção de justiça

Mensuramos o efeito do tratamento sobre a percepção de justiça no jogo da confiança a partir de duas estratégias analíticas: um modelo de regressão linear (OLS), discutido no Capítulo 5, e um modelo de regressão ordinal com *odds* proporcionais. Neste último, a variável dependente corresponde à “Percepção de justiça”, ordenada em quatro categorias crescentes: Muito injusta, Injusta, Justa e Muito justa. Neste modelo, o preditor principal é o “Tratamento”, negativo vs. positivo, sendo este último a categoria de referência.

Figura 49 – Modelo ordinal Percepção de Justiça x Tratamento



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do modelo ordinal são apresentados na escala de *log-odds*. O coeficiente estimado para o tratamento negativo foi $\beta = -2,860$ (EP = 0,109; $p < 0,001$). Esse valor negativo

indica um deslocamento substancial da probabilidade em direção às categorias inferiores da escala, isto é, avaliações mais próximas de injustiça. Quando expressamos esse mesmo efeito em termos de razão de chances ($OR = \exp(\beta)$), obtemos $OR = 0,057$ ($EP \approx 0,006$; $IC95\% \approx [0,046; 0,071]$). Em outras palavras, isso significa que indivíduos expostos ao tratamento negativo apresentam aproximadamente 94% menos chances de avaliar a interação como justa ou muito justa em comparação com aqueles expostos ao tratamento positivo, assumindo a hipótese de proporcionalidade das *odds*.

Tabela 34 – Modelo Ordinal Percepção de Justiça x Tratamento

	<i>Variável dependente:</i>
	Justiça (ordinal)
Tratamento: Negativo (vs. Positivo)	-2.874*** (0.108)
Observações	2,000

Nota: * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Em síntese, ambas as especificações convergem para a mesma evidência: a manipulação negativa desloca fortemente as respostas para percepções de injustiça, revelando um efeito expressivo e estimado com alta precisão estatística ($N = 1.944$). Para assegurar transparência, reportamos tanto o coeficiente em log-odds (β) quanto a razão de chances (OR). Os pontos de corte (*cutpoints*), por sua vez, não são exibidos por economia de espaço, uma vez que apenas definem os limiares entre categorias e não alteram a interpretação substantiva do efeito principal.

Tabela 35 – Modelo Ordinal Percepção de Justiça x Tratamento

	<i>Variável dependente:</i>
	Justiça (ordinal)
Tratamento: Negativo (vs. Positivo)	0.056*** (0.006)
Link	Logit (odds proporcionais)
IC95% do OR	[0.046; 0.070]
Observações	2,000

Note: * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; *** $p < 0.001$
Entradas são Odds Ratios (OR).
Erros-padrão via método delta.
Cutpoints omitidos.

G.1.2 Efeito do tratamento na polarização afetiva

Os resultados da regressão OLS, apresentados na Figura, indicam que o tratamento negativo aumentou de forma estatisticamente significativa a polarização afetiva em comparação ao grupo submetido ao tratamento positivo ($\beta = 0,029$, EP = 0,015; $p < 0,05$). Isso significa que os participantes expostos ao estímulo negativo apresentaram, em média, uma diferença ligeiramente maior entre a avaliação do in-group e do outogroup, consistente com a hipótese de que experiências negativas no jogo da confiança intensificam divisões afetivas. Além disso, observamos que a identidade política exerce papel relevante: indivíduos identificados como lulistas e bolsonaristas apresentaram níveis mais elevados de polarização em comparação ao grupo de referência, enquanto os não identificados fortemente com os polos partidários tenderam a exibir menor intensidade de polarização (por exemplo, coeficientes negativos de $-0,239$ para a esquerda não-lulista e de $-0,356$ para a direita não-bolsonarista, ambos altamente significativos). Esses achados sugerem que tanto o tratamento experimental quanto as predisposições identitárias contribuem de maneira independente para a variação nos níveis de polarização afetiva.

Tabela 36 – OLS - Polarização Afetiva x Tratamento (Modelo 1 com controles)

	<i>Dependent variable:</i>
	Polarização Afetiva
Tratamento (Negativo)	0.034* (0.014)
Esquerda não-lulista	-0.241*** (0.021)
Direita não-bolsonarista	-0.359*** (0.020)
Bolsonarista	0.021 (0.020)
Constant	0.701*** (0.016)
Observations	2,000
R ²	0.214
Adjusted R ²	0.212

Note: *p<0.05; **p<0.01; ***p<0.001

Tabela 37 – OLS - Polarização Afetiva x Tratamento (Modelo 2 com controles)

	<i>Variável dependente:</i>
	Polarização Afetiva
Tratamento: Negativo (vs. Positivo)	0.183** (0.061)
Bolsonarista	-0.803*** (0.091)
Lulista/Petista	-1.012*** (0.084)
Direita não-bolsonarista	0.103 (0.086)
Esquerda não-lulista	3.798*** (0.069)
Observações	2,000
R ²	0.120
R ² Ajustado	0.118

Note: *p<0.05; **p<0.01; ***p<0.001

G.2 Índices x Tratamento (OLS)

G.2.1 Modelos OLS ajustados e não-ajustados: Índices x Tratamento

Tabela 38 – Modelos OLS: Efeito do Tratamento no Índice de Expressão

	<i>Variável dependente:</i>		
	Índice de Expressão		
	(1)	(2)	(3)
Tratamento Negativo	-0.006 (0.010)	0.004 (0.009)	0.005 (0.009)
Lulista/Petista			0.019 (0.013)
Não é Bolsonaroista, mas mais à direita			0.001 (0.012)
Não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda			0.062*** (0.014)
Interessado(a)		-0.072*** (0.010)	-0.060*** (0.010)
Pouco interessado(a)		-0.200*** (0.014)	-0.168*** (0.015)
Nada interessado(a)		-0.270*** (0.027)	-0.235*** (0.026)
Orgulhoso(a)			-0.040*** (0.011)
Pouco orgulhoso(a)			-0.034** (0.013)
Nada orgulhoso(a)			-0.030 (0.018)
Homem			0.038*** (0.009)
Com ensino médio			0.025 (0.014)
Ensino superior			0.070*** (0.016)
25 a 34			-0.032* (0.016)
35 a 44			-0.022 (0.016)
45 a 54			-0.010 (0.017)
55 a 64			-0.029 (0.018)
65 a 99			-0.036 (0.020)
Classe B			-0.004 (0.028)
Classe C			-0.020 (0.028)
Classe DE			-0.049 (0.029)
Nordeste		-0.005 (0.021)	-0.014 (0.021)
Sudeste		0.001 (0.021)	-0.014 (0.021)
Sul		0.002 (0.023)	-0.009 (0.023)
Centro-oeste		-0.003 (0.025)	-0.019 (0.025)
Constante	0.821*** (0.007)	0.884*** (0.021)	0.881*** (0.040)
Observações	2,000	2,000	2,000
R ²	0.0002	0.116	0.170
R ² Ajustado	-0.0003	0.112	0.160

Nota:

*p<0.05; **p<0.01; ***p<0.001

Tabela 39 – Modelos OLS: Efeito do Tratamento no Índice de Intensidade

	<i>Variável dependente:</i>		
	Índice de Intensidade		
	(1)	(2)	(3)
Tratamento Negativo	-0.007 (0.011)	0.004 (0.010)	0.004 (0.010)
Lulista/Petista			0.020 (0.015)
Não é Bolsonaroista, mas mais à direita			-0.047*** (0.014)
Não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda			-0.002 (0.016)
Interessado(a)		-0.137*** (0.011)	-0.105*** (0.011)
Pouco interessado(a)		-0.181*** (0.016)	-0.150*** (0.016)
Nada interessado(a)		-0.153*** (0.029)	-0.139*** (0.029)
Orgulhoso(a)			-0.099*** (0.013)
Pouco orgulhoso(a)			-0.077*** (0.014)
Nada orgulhoso(a)			0.023 (0.020)
Homem			0.015 (0.010)
Com ensino médio			-0.008 (0.015)
Ensino superior			-0.006 (0.018)
25 a 34			-0.034 (0.018)
35 a 44			-0.0003 (0.018)
45 a 54			0.005 (0.019)
55 a 64			-0.003 (0.019)
65 a 99			-0.034 (0.022)
Classe B			-0.046 (0.030)
Classe C			-0.070* (0.030)
Classe DE			-0.069* (0.032)
Nordeste		-0.013 (0.023)	-0.008 (0.023)
Sudeste		-0.015 (0.023)	-0.009 (0.023)
Sul		-0.006 (0.025)	0.008 (0.025)
Centro-oeste		-0.001 (0.028)	0.004 (0.027)
Constante	0.493*** (0.008)	0.586*** (0.023)	0.687*** (0.044)
Observações	2,000	2,000	2,000
R ²	0.0002	0.097	0.157
R ² Ajustado	-0.0003	0.093	0.147

Nota: *p<0.05; **p<0.01; ***p<0.001

G.2.2 Modelos OLS ajustados e não-ajustados: Índices x Tratamento por grupos políticos

Tabela 40 – Modelos OLS - Índice de Expressão por identidade

	<i>Variável dependente:</i>														
	Esquerda não-lulista			Lulistas			Índice de Expressão			Direita não-bolsonarista			Bolsonaristas		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)			
Tratamento Negativo	0.007 (0.016)	0.003 (0.015)	0.004 (0.016)	-0.009 (0.022)	0.003 (0.020)	0.008 (0.020)	-0.002 (0.018)	0.009 (0.018)	0.011 (0.017)	-0.012 (0.020)	0.006 (0.019)	0.007 (0.019)			
Interessado(a)		-0.044** (0.017)	-0.034 (0.018)		-0.075*** (0.023)	-0.051* (0.024)		-0.081*** (0.019)	-0.068*** (0.020)		-0.096*** (0.021)	-0.083*** (0.022)			
Pouco interessado(a)		-0.131*** (0.028)	-0.125*** (0.029)		-0.258*** (0.031)	-0.202*** (0.032)		-0.181*** (0.026)	-0.159*** (0.027)		-0.196*** (0.029)	-0.174*** (0.030)			
Nada interessado(a)		-0.376*** (0.061)	-0.351*** (0.062)		-0.233*** (0.048)	-0.168*** (0.047)		-0.143* (0.059)	-0.133* (0.058)		-0.350*** (0.050)	-0.326*** (0.051)			
Orgulhoso(a)			-0.020 (0.018)			-0.037 (0.024)			-0.074** (0.025)			-0.039 (0.026)			
Pouco orgulhoso(a)			-0.0001 (0.026)			-0.061 (0.037)			-0.051* (0.024)			-0.031 (0.025)			
Nada orgulhoso(a)			0.045 (0.063)			-0.046 (0.078)			-0.067* (0.029)			-0.017 (0.031)			
Homem			0.027 (0.016)			0.048* (0.021)			0.004 (0.018)			0.061** (0.020)			
Com ensino médio			0.011 (0.036)			0.065* (0.026)			0.020 (0.031)			-0.019 (0.026)			
Ensino superior			0.064 (0.038)			0.142*** (0.034)			0.047 (0.034)			0.018 (0.033)			
25 a 34			-0.025 (0.023)			-0.118** (0.038)			-0.017 (0.033)			0.010 (0.036)			
35 a 44			-0.049 (0.027)			-0.036 (0.038)			-0.019 (0.031)			0.003 (0.035)			
45 a 54			-0.038 (0.031)			-0.039 (0.038)			-0.003 (0.033)			0.016 (0.037)			
55 a 64			-0.037 (0.029)			-0.062 (0.040)			-0.042 (0.034)			0.016 (0.039)			
65 a 99			-0.041 (0.037)			-0.039 (0.049)			-0.054 (0.038)			-0.001 (0.040)			
Classe B			0.023 (0.045)			0.091 (0.071)			-0.061 (0.043)			-0.002 (0.076)			
Classe C			0.007 (0.045)			0.079 (0.070)			-0.114** (0.044)			0.011 (0.076)			
Classe DE			0.016 (0.049)			0.053 (0.072)			-0.136** (0.049)			-0.031 (0.078)			
Nordeste		-0.012 (0.044)	-0.001 (0.045)		-0.002 (0.050)	-0.003 (0.049)		-0.041 (0.039)	-0.033 (0.039)		0.018 (0.040)	0.013 (0.041)			
Sudeste		0.009 (0.043)	0.021 (0.044)		0.018 (0.051)	0.021 (0.049)		-0.075* (0.036)	-0.082* (0.037)		0.045 (0.038)	0.022 (0.039)			
Sul		-0.005 (0.047)	0.007 (0.048)		0.023 (0.057)	0.009 (0.057)		-0.038 (0.040)	-0.046 (0.041)		0.019 (0.043)	0.006 (0.044)			
Centro-oeste		0.038 (0.052)	0.037 (0.052)		-0.035 (0.060)	-0.027 (0.059)		-0.047 (0.044)	-0.059 (0.045)		0.049 (0.047)	0.020 (0.048)			
Constante	0.873*** (0.011)	0.914*** (0.044)	0.875*** (0.076)	0.820*** (0.015)	0.880*** (0.048)	0.775*** (0.094)	0.805*** (0.013)	0.922*** (0.036)	1.052*** (0.069)	0.799*** (0.015)	0.837*** (0.038)	0.840*** (0.093)			
Observações	415	415	415	490	490	490	571	571	571	524	524	524			
R ²	0.0004	0.127	0.167	0.0004	0.153	0.242	0.00002	0.093	0.143	0.001	0.144	0.182			
R ² Ajustado	-0.002	0.109	0.120	-0.002	0.139	0.206	-0.002	0.080	0.109	-0.001	0.131	0.146			

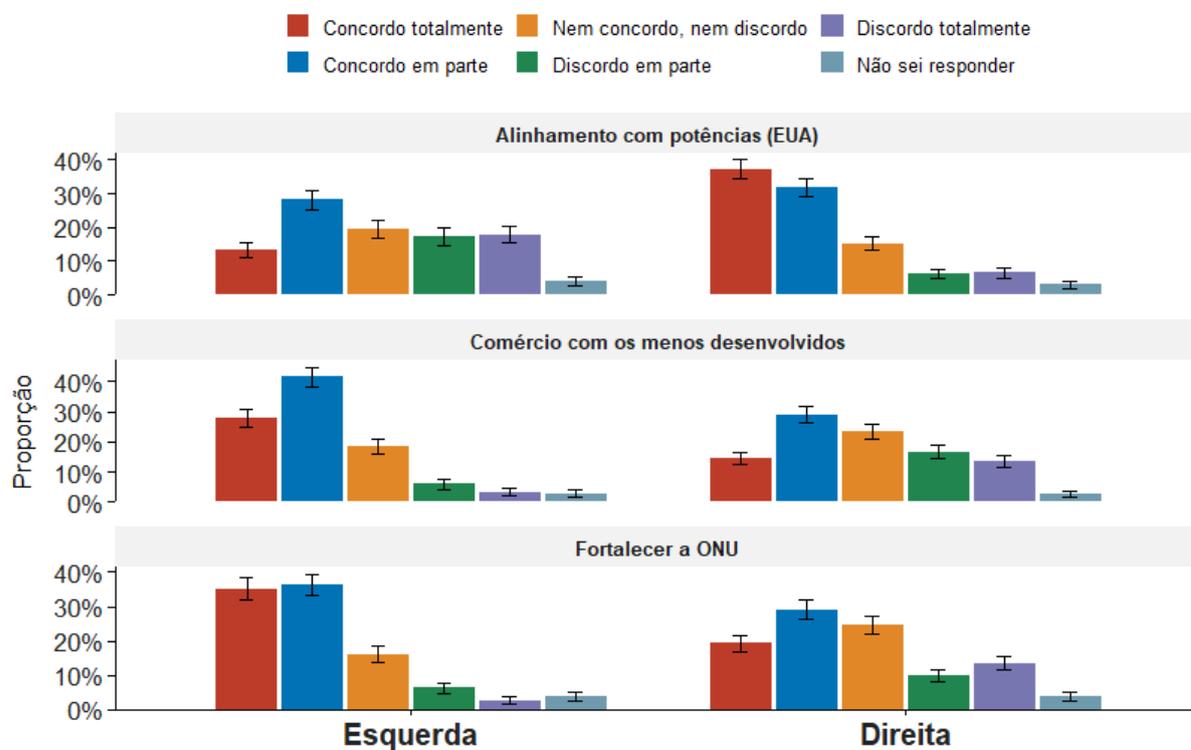
* p < 0.05. ** p < 0.01. *** p < 0.001

Tabela 41 – Modelos OLS - Índice de Intensidade por identidade

	Variável dependente:											
	Índice de Intensidade						Índice de Intensidade					
	Esquerda não-lulista			Lulistas			Direita não-bolsonarista			Bolsonaristas		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Tratamento Negativo	-0.015 (0.019)	-0.022 (0.019)	-0.017 (0.019)	-0.0003 (0.022)	0.025 (0.022)	0.021 (0.022)	-0.010 (0.019)	0.003 (0.020)	0.001 (0.020)	-0.001 (0.022)	-0.001 (0.022)	-0.001 (0.022)
Interessado(a)		-0.117*** (0.021)	-0.108*** (0.022)		-0.141*** (0.025)	-0.103*** (0.026)		-0.118*** (0.022)	-0.102*** (0.023)		-0.143*** (0.025)	-0.122*** (0.024)
Pouco interessado(a)		-0.134*** (0.033)	-0.117*** (0.035)		-0.228*** (0.034)	-0.170*** (0.036)		-0.134*** (0.030)	-0.115*** (0.031)		-0.175*** (0.034)	-0.164*** (0.033)
Nada interessado(a)		-0.437*** (0.084)	-0.425*** (0.088)		-0.125* (0.053)	-0.064 (0.053)		-0.083 (0.065)	-0.063 (0.065)		-0.205*** (0.059)	-0.202*** (0.059)
Orgulhoso(a)			-0.058** (0.022)			-0.107*** (0.026)			-0.083** (0.029)			-0.123*** (0.030)
Pouco orgulhoso(a)			-0.069* (0.032)			-0.064 (0.041)			-0.073** (0.028)			-0.084** (0.028)
Nada orgulhoso(a)			-0.055 (0.081)			-0.024 (0.084)			-0.020 (0.033)			0.038 (0.035)
Homem			-0.031 (0.020)			0.043 (0.023)			-0.018 (0.021)			0.033 (0.023)
Com ensino médio			-0.059 (0.046)			0.031 (0.030)			0.014 (0.036)			-0.084** (0.031)
Ensino superior			-0.060 (0.046)			0.053 (0.034)			0.027 (0.037)			-0.079* (0.033)
25 a 34			-0.032 (0.028)			-0.006 (0.041)			-0.076* (0.038)			-0.022 (0.041)
35 a 44			-0.009 (0.032)			0.057 (0.042)			-0.025 (0.036)			0.025 (0.040)
45 a 54			-0.037 (0.039)			0.059 (0.042)			-0.004 (0.038)			0.027 (0.042)
55 a 64			-0.020 (0.036)			0.094* (0.044)			-0.041 (0.040)			-0.011 (0.045)
65 a 99			-0.002 (0.045)			0.015 (0.053)			-0.050 (0.044)			-0.019 (0.046)
Classe B			-0.024 (0.057)			-0.047 (0.079)			-0.051 (0.053)			-0.053 (0.092)
Classe C			-0.039 (0.057)			-0.056 (0.077)			-0.101 (0.053)			-0.057 (0.092)
Classe DE			-0.040 (0.061)			-0.047 (0.080)			-0.087 (0.058)			-0.057 (0.094)
Nordeste		-0.160** (0.052)	-0.152** (0.053)		-0.0004 (0.053)	0.021 (0.053)		-0.005 (0.043)	0.007 (0.043)		0.019 (0.044)	0.049 (0.044)
Sudeste		-0.121* (0.051)	-0.111* (0.052)		-0.001 (0.054)	0.018 (0.053)		-0.023 (0.040)	-0.026 (0.041)		0.032 (0.042)	0.041 (0.042)
Sul		-0.115* (0.055)	-0.105 (0.057)		0.030 (0.061)	0.049 (0.061)		0.003 (0.044)	0.005 (0.045)		0.014 (0.047)	0.036 (0.047)
Constant	0.488*** (0.014)	0.696*** (0.052)	0.839*** (0.096)	0.534*** (0.016)	0.604*** (0.051)	0.558*** (0.103)	0.451*** (0.014)	0.536*** (0.040)	0.676*** (0.081)	0.502*** (0.016)	0.564*** (0.042)	0.690*** (0.110)
Observações	415	388	388	490	454	454	571	517	517	524	476	476
R ²	0.002	0.157	0.194	0.00000	0.119	0.195	0.0005	0.067	0.112	0.00000	0.099	0.184
R ² Ajustado	-0.001	0.142	0.148	-0.002	0.106	0.156	-0.001	0.054	0.074	-0.002	0.086	0.146

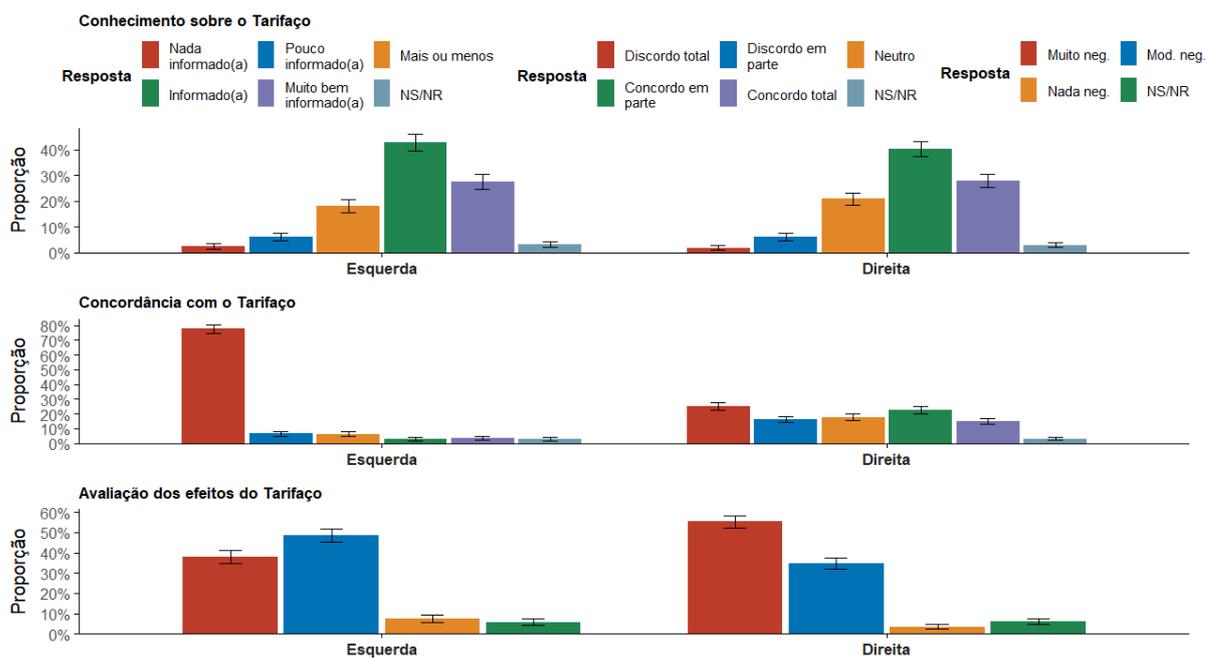
Nota: * p<0.05; ** p<0.01; *** p<0.001

G.2.3 Alinhamento das opiniões em política externa com as identidades políticas

Figura 50 – Alinhamento das opiniões sobre objetivos de política externa (esquerda e direita)

Fonte: Elaboração própria.

Figura 51 – Alinhamento das opiniões sobre o Tarifaço (esquerda e direita)



Fonte: Elaboração própria.

G.3 Efeitos heterogêneos: tabelas

Tabela 42 – Modelos interativos OLS (interesse em política externa)

	<i>Variável dependente:</i>	
	Expressão (1)	Intensidade (2)
Tratamento (Negativo)	0.030 (0.052)	-0.017 (0.057)
Interesse: Pouco	0.103** (0.044)	-0.022 (0.048)
Interesse: Interessado	0.210*** (0.041)	0.002 (0.045)
Interesse: Muito	0.284*** (0.041)	0.139*** (0.045)
Tratamento × Pouco	-0.058 (0.058)	-0.011 (0.063)
Tratamento × Interessado	-0.020 (0.054)	0.026 (0.059)
Tratamento × Muito	-0.025 (0.054)	0.025 (0.059)
Constante	0.598*** (0.040)	0.434*** (0.044)
Observações	2,000	2,000
R ²	0.117	0.097
R ² Ajustado	0.113	0.094

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Tabela 43 – Modelos interativos OLS (escolaridade)

	<i>Variável dependente:</i>	
	Expressão	Intensidade
	(1)	(2)
Tratamento (Negativo)	0.003 (0.034)	0.007 (0.038)
Interesse: Pouco	0.047* (0.026)	-0.026 (0.029)
Interesse: Interessado	0.126*** (0.027)	-0.014 (0.030)
Interesse: Muito	0.132*** (0.032)	-0.003 (0.036)
Tratamento × Pouco	-0.014 (0.037)	-0.025 (0.041)
Tratamento × Interessado	-0.012 (0.038)	-0.002 (0.042)
Tratamento × Muito	0.012 (0.045)	-0.024 (0.050)
Constante	0.740*** (0.024)	0.510*** (0.027)
Observações	2,000	2,000
R ²	0.046	0.004
R ² Ajustado	0.043	0.0004

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

APÊNDICE H – Outras análises

H.1 Efeitos do tratamento em temas específicos

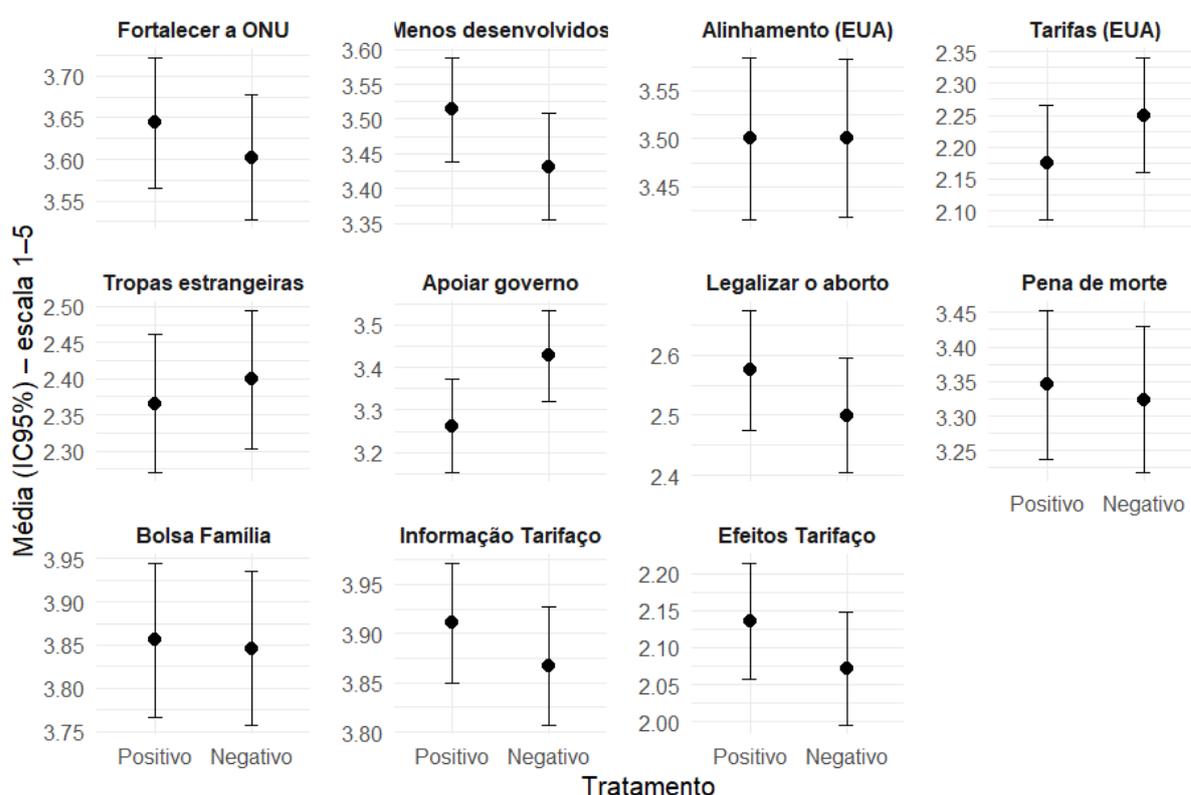
Embora a análise principal deste estudo tenha se concentrado nos índices de expressão e intensidade das atitudes em política externa, é importante verificar se os efeitos do tratamento se reproduzem quando observamos cada item (variável) individualmente. Sugerimos então uma análise desagregada para identificar se determinados tópicos respondem de maneira diferenciada à manipulação experimental, revelando padrões que poderiam estar sendo suavizados ou ocultados nos índices agregados.

Para tanto, estimamos modelos de regressão linear (OLS) em que a variável dependente corresponde a cada item em sua escala original de respostas. Em geral, as categorias de resposta variam entre "concordo totalmente" e "discordo totalmente", incluindo ainda a opção "não sei responder". Para estimar os modelos e facilitar a interpretação dos resultados, as categorias foram padronizadas de modo que valores mais altos indicassem maior concordância ou apoio à afirmação proposta. As respostas "não sei responder" foram tratadas como valores ausentes (NA) e excluídas da análise. Dessa forma, os modelos OLS foram estimados apenas com observações que apresentaram uma posição válida na escala de 1 a 5. Os modelos utilizam erros-padrão robustos a heterocedasticidade (HC1), e os coeficientes são interpretados como a diferença média na escala 1–5 entre o grupo aleatoriamente distribuído para os tratamentos negativo e positivo.

Na Figura 52 são mostradas as diferenças nas médias das respostas entre os grupos de tratamento em cada questão analisada. Estão contempladas as questões de política externa (*hard issues*), assim como as de política doméstica (*easy issues*). Observa-se que, embora em muitos temas haja diferenças entre os tratamentos, em alguns casos essas diferenças são mínimas — como no alinhamento com os Estados Unidos, na pena de morte e no programa Bolsa Família. Ou seja, independente do tratamento, as pessoas pensam em média muito parecido sobre esses assuntos. Isso sugere que a ativação da polarização afetiva não gera mudanças significativas nessas áreas. Particularmente, destaca-se o fato de que a avaliação da importância de o Brasil alinhar sua política externa a potências desenvolvidas, como os Estados Unidos, apresenta praticamente a mesma média entre os grupos, o que aponta para um padrão de homogeneidade entre os brasileiros em relação a esse tema. Esse resultado pode ser interpretado a partir de dois

fatores principais. Primeiro, o atual contexto do Tarifaço pode estar gerando receio de que o Brasil entre em conflito econômico ou até militar com os Estados Unidos, o que levaria a uma percepção generalizada de que manter proximidade com grandes potências é fundamental para a sobrevivência do país. Segundo, pode refletir a cristalização de uma visão já consolidada entre os brasileiros acerca da política externa nacional: ativa, multilateral e, ao mesmo tempo, próxima aos Estados Unidos como estratégia para ampliar a influência do Brasil no cenário internacional, conforme identificado por (De Almeida; Fernandes; Guimarães, 2021).

Figura 52 – Diferenças de médias entre os tratamentos



Fonte: Elaboração própria.

Para temas como o fortalecimento da ONU, o comércio com países menos desenvolvidos, a legalização do aborto e a busca por maior informação sobre o *Tarifaço* e seus impactos na economia, observamos que, em média, os respondentes expostos ao tratamento positivo manifestaram níveis mais elevados de concordância/apoio do que aqueles no tratamento negativo. Esse resultado pode indicar dois mecanismos possíveis: 1) o tratamento positivo, isto é, a experiência favorável com o *out-partisan*, teria deslocado opiniões inicialmente mais desfavoráveis em direção a uma maior concordância; ou 2) o tratamento negativo teria produzido o efeito

oposto, reduzindo a concordância e o apoio a esses temas. Destaca-se a questão da legalização do aborto, que nos parece ser, dentre os temas domésticos, o mais polarizante.

Finalmente, observamos que, quando se trata da concordância com a imposição das tarifas pelos EUA, do apoio à presença de tropas estrangeiras no país em momentos de crise e do apoio ao governo — seja de esquerda ou de direita — diante de ameaças externas, os indivíduos expostos ao tratamento negativo tendem, em média, a concordar ou apoiar mais essas posições. Em outras palavras, essa diferença de médias sugere que a ativação da polarização afetiva, isto é, a experiência negativa com o *out-partisan*, pode intensificar a concordância dos respondentes em relação a temas mais polarizantes, como as tarifas e a defesa da soberania.

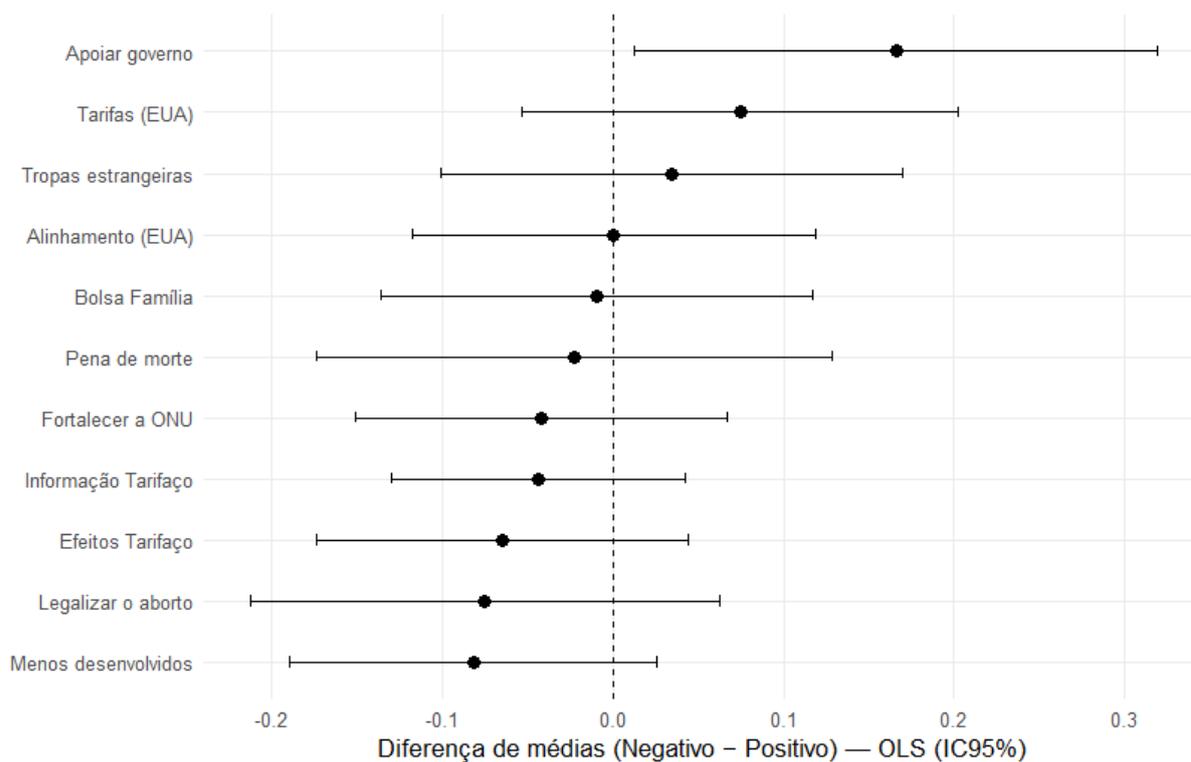
Esse resultado era esperado porque a questão do Tarifaço está fortemente vinculada ao debate sobre soberania e união nacional. Enquanto apoiadores de Bolsonaro frequentemente se alinham aos EUA como forma de oposição ao atual governo de esquerda, os apoiadores de Lula tendem a enfatizar a importância da soberania nacional e, portanto, rejeitam qualquer forma de intervenção estrangeira. Ao serem prejudicados pelo grupo oposto (tratamento negativo) o indivíduo intensificaria sua resposta, tornando-a mais ou menos favorável a depender de como aquela questão é vista pelo grupo adversário.

Assim, um Bolsonarista polarizado, por exemplo, tenderia a expressar maior apoio ao Tarifaço do que manifestaria inicialmente, uma vez que essa política ameaça diretamente o governo petista. Da mesma forma, esse mecanismo se reproduz quando os respondentes são questionados se “em situações de crise política, potências estrangeiras devem enviar tropas militares para estabelecer a ordem no Brasil”. Os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 ilustram o grau de disposição de parte dos apoiadores do ex-presidente em impedir a posse do governo opositor. Nesse sentido, a ativação da polarização afetiva pelo jogo da confiança parece tornar os respondentes mais propensos a apoiar intervenções estrangeiras em cenários de crise política no Brasil — um quadro interpretado pelos antipetistas, desde 2013, como uma ameaça permanente.

Contudo, talvez a diferença mais expressiva entre os grupos de tratamento esteja no apoio à afirmação de que, “em tempos difíceis, é importante apoiar o governo que está no poder, independente se for de esquerda ou de direita, para que o país possa enfrentar ameaças estrangeiras”. Indivíduos do tratamento negativo, portanto, que foram polarizados, relataram, em média, maior concordância em apoiar o governo diante de ameaças externas do que aqueles submetidos ao tratamento positivo. Esse efeito fica evidente quando estimamos modelos OLS

para todas as questões: o único coeficiente estatisticamente significativo surge no modelo (6), com valor de 0.166 ($p < 0.05$), conforme apresentado na Tabela 44 e visualizado no Figura 53. Isso nos sugere que a experiência negativa com o grupo opositor, ao mesmo tempo em que aciona a polarização afetiva, também parece ativar a percepção sobre os custos da desunião em cenários de ameaça estrangeira, incentivando maior predisposição à união nacional.

Figura 53 – Efeitos do tratamento sobre os itens



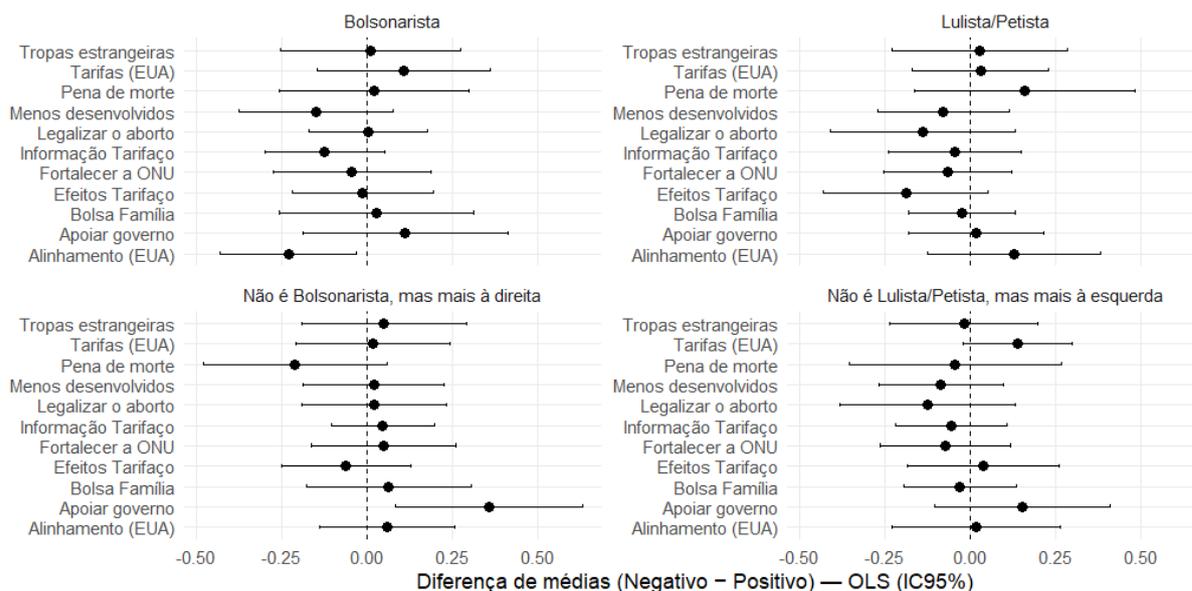
Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, os resultados indicam que a exposição ao tratamento negativo não produziu efeitos consistentes sobre os níveis médios de concordância nos diferentes temas de política externa e doméstica, com exceção da questão da união nacional, analisada anteriormente. É importante, contudo, interpretar esses achados com cautela, dado o baixo poder explicativo dos modelos (R^2 na Tabela 44). Ainda assim, o aumento estatisticamente significativo na concordância média observado entre os participantes submetidos ao tratamento negativo sugere que, em determinados contextos, a experiência negativa com o *out-partisan* pode funcionar como um fator de convergência das opiniões, ampliando o apoio expresso pelos respondentes.

Tendo em vista de que é possível que o efeito do tratamento esteja acontecendo para determinadas identidades políticas, replicamos abaixo os modelos para cada questão, mas de

forma estratificada, ou seja, para cada grupo de identidade (Bolsonarista; Lulista/Petista; não Bolsonarista à direita; não lulista à esquerda). A Figura 54 revela os efeitos do tratamento negativo em três grupos. Como a linha tracejada em zero indica ausência de efeito, observamos que existem efeitos estatisticamente significantes para três grupos políticos quando no tratamento negativo: 1) os Bolsonaristas que tendem a concordar menos com o alinhamento da política externa brasileira com os EUA ($\beta = -0,232$; $p < 0,05$); 2) a direita não-Bolsonarista que tende a concordar mais em apoiar o governo que estiver no poder, independente se de esquerda ou de direita, diante de ameaças externas ($\beta = 0,358$; $p < 0,05$) e; 3) com um efeito marginalmente significativo, a esquerda não-lulista/petista que tende a concordar mais com a imposição das tarifas por Donald Trump ($\beta = 0,139$; $p < 0,10$).

Figura 54 – Efeitos do tratamento sobre os itens por grupos políticos



Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, a análise permitiu identificar quais temas são mais sensíveis à polarização afetiva e quais se mantêm relativamente estáveis, assim como em quais grupos políticos é possível identificar efeitos. Em outras palavras, a análise desagregada dos índices ajuda a compreender se a manipulação experimental incide de maneira uniforme sobre as atitudes ou se seu impacto nas atitudes dos respondentes varia de acordo com o conteúdo específico das questões e com as identidades políticas.

Tabela 44 – Efeito do tratamento em temas específicos — Modelos OLS

	Variável dependente:										
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Negativo	-0.042 (0.056)	-0.082 (0.055)	0.001 (0.060)	0.075 (0.065)	0.034 (0.069)	0.166** (0.078)	-0.075 (0.070)	-0.022 (0.077)	-0.010 (0.064)	-0.044 (0.044)	-0.065 (0.056)
Constante	3.644*** (0.040)	3.514*** (0.038)	3.500*** (0.043)	2.175*** (0.046)	2.365*** (0.049)	3.262*** (0.056)	2.575*** (0.051)	3.346*** (0.055)	3.856*** (0.046)	3.911*** (0.031)	2.136*** (0.040)
Observações	1.925	1.945	1.931	1.938	1.893	1.667	1.968	1.702	1.795	1.940	1.878
R ²	0.0003	0.001	0.00000	0.001	0.0001	0.003	0.001	0.00005	0.00001	0.001	0.001
R ² Ajustado	-0.0002	0.001	-0.001	0.0002	-0.0004	0.002	0.0001	-0.001	-0.001	-0.00000	0.0002
Erro Padrão Residual	1.219 (df = 1923)	1.214 (df = 1943)	1.326 (df = 1929)	1.439 (df = 1936)	1.503 (df = 1891)	1.595 (df = 1665)	1.558 (df = 1966)	1.588 (df = 1700)	1.365 (df = 1793)	0.966 (df = 1938)	1.204 (df = 1876)

Nota:

* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01
 Erros-padrão robustos (HCl)
 * p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01

H.1.1 Efeitos do tratamento em temas específicos por identidade política

Tabela 45 – Efeitos do tratamento em temas específicos — Identidade: Bolsonaro

	Atitudes										
	ONU (1)	Men. desenv. (2)	Alinh. (3)	Tarifas (4)	Tropas (5)	Apoio gov. (6)	Aborto (7)	P.Morte (8)	BF (9)	Inf. Tar. (10)	Ef. Tar. (11)
Trat. Negativo	-0.044 (0.117)	-0.151 (0.116)	-0.232** (0.102)	0.108 (0.130)	0.009 (0.135)	0.112 (0.153)	0.003 (0.089)	0.020 (0.142)	0.028 (0.145)	-0.124 (0.090)	-0.013 (0.106)
Constante	3.392*** (0.081)	3.254*** (0.078)	4.180*** (0.066)	3.091*** (0.091)	3.196*** (0.094)	2.410*** (0.106)	1.544*** (0.062)	3.736*** (0.102)	3.388*** (0.101)	4.032*** (0.060)	1.884*** (0.075)
Observações	506	504	502	501	494	417	520	446	445	500	483
R ²	0.0003	0.003	0.010	0.001	0.00001	0.001	0.00000	0.00005	0.0001	0.004	0.00003
R ² Ajustado	-0.002	0.001	0.008	-0.001	-0.002	-0.001	-0.002	-0.002	-0.002	0.002	-0.002
Erro-padrão residual	1.320 (df = 504)	1.297 (df = 502)	1.143 (df = 500)	1.453 (df = 499)	1.496 (df = 492)	1.565 (df = 415)	1.014 (df = 518)	1.504 (df = 444)	1.531 (df = 443)	1.007 (df = 498)	1.164 (df = 481)

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
Erros-padrão robustos (HC1).

Tabela 46 – Efeitos do tratamento em temas específicos — Identidade: Lulista/Petista

	Atitudes										
	ONU (1)	Men. desenv. (2)	Alinh. (3)	Tarifas (4)	Tropas (5)	Apoio gov. (6)	Aborto (7)	P.Morte (8)	BF (9)	Inf. Tar. (10)	Ef. Tar. (11)
Trat. Negativo	-0.066 (0.095)	-0.079 (0.099)	0.128 (0.129)	0.029 (0.102)	0.027 (0.131)	0.017 (0.101)	-0.139 (0.138)	0.159 (0.165)	-0.025 (0.079)	-0.045 (0.100)	-0.189 (0.123)
Constante	4.126*** (0.068)	3.935*** (0.067)	3.022*** (0.091)	1.541*** (0.072)	2.018*** (0.090)	4.416*** (0.072)	3.241*** (0.098)	3.213*** (0.115)	4.628*** (0.055)	3.898*** (0.071)	2.366*** (0.090)
Observações	464	468	461	468	449	410	474	393	458	466	448
R ²	0.001	0.001	0.002	0.0002	0.0001	0.0001	0.002	0.002	0.0002	0.0004	0.005
R ² Ajustado	-0.001	-0.001	-0.00002	-0.002	-0.002	-0.002	0.00002	-0.0002	-0.002	-0.002	0.003
Erro-padrão residual	1.028 (df = 462)	1.068 (df = 466)	1.384 (df = 459)	1.107 (df = 466)	1.385 (df = 447)	1.027 (df = 408)	1.508 (df = 472)	1.632 (df = 391)	0.851 (df = 456)	1.075 (df = 464)	1.308 (df = 446)

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
Erros-padrão robustos (HC1).

Tabela 47 – Efeitos do tratamento em temas específicos — Identidade: Não é Bolsonarista, mas mais à direita

		Atitudes										
	ONU (1)	Men. desenv. (2)	Alinh. (3)	Tarifas (4)	Tropas (5)	Apoio gov. (6)	Aborto (7)	P.Morte (8)	BF (9)	Inf. Tar. (10)	Ef. Tar. (11)	
Trat. Negativo	0.048 (0.108)	0.020 (0.105)	0.058 (0.101)	0.016 (0.115)	0.050 (0.124)	0.358** (0.141)	0.021 (0.109)	-0.211 (0.137)	0.063 (0.123)	0.045 (0.077)	-0.063 (0.097)	
Constante	3.250*** (0.082)	3.105*** (0.078)	3.712*** (0.073)	2.596*** (0.083)	2.527*** (0.089)	2.549*** (0.100)	1.993*** (0.079)	3.583*** (0.099)	3.060*** (0.088)	3.788*** (0.059)	1.946*** (0.070)	
Observações	548	562	560	559	542	472	564	494	495	563	543	
R ²	0.0004	0.0001	0.001	0.00003	0.0003	0.014	0.0001	0.005	0.001	0.001	0.001	
R ² Ajustado	-0.001	-0.002	-0.001	-0.002	-0.002	0.011	-0.002	0.003	-0.002	-0.001	-0.001	
Erro-padrão residual	1.259 (df = 546)	1.246 (df = 560)	1.193 (df = 558)	1.362 (df = 557)	1.440 (df = 540)	1.527 (df = 470)	1.286 (df = 562)	1.527 (df = 492)	1.370 (df = 493)	0.913 (df = 561)	1.123 (df = 541)	

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
Erros-padrão robustos (HC1).

Tabela 48 – Efeitos do tratamento em temas específicos — Identidade: Não é Lulista/Petista, mas mais à esquerda

	Atitudes										
	ONU (1)	Men. desenv. (2)	Alinh. (3)	Tarifas (4)	Tropas (5)	Apoio gov. (6)	Aborto (7)	P.Morte (8)	BF (9)	Inf. Tar. (10)	Ef. Tar. (11)
Trat. Negativo	-0.073 (0.098)	-0.087 (0.093)	0.018 (0.126)	0.139* (0.081)	-0.018 (0.111)	0.153 (0.132)	-0.126 (0.132)	-0.044 (0.159)	-0.031 (0.084)	-0.056 (0.083)	0.038 (0.113)
Constante	3.906*** (0.070)	3.880*** (0.062)	2.932*** (0.093)	1.223*** (0.051)	1.560*** (0.081)	3.847*** (0.095)	3.855*** (0.093)	2.721*** (0.113)	4.431*** (0.059)	3.938*** (0.056)	2.422*** (0.077)
Observações	407	411	408	410	408	368	410	369	397	411	404
R ²	0.001	0.002	0.0001	0.007	0.0001	0.004	0.002	0.0002	0.0003	0.001	0.0003
R ² Ajustado	-0.001	-0.0003	-0.002	0.005	-0.002	0.001	-0.0002	-0.003	-0.002	-0.001	-0.002
Erro-padrão residual	0.991 (df = 405)	0.942 (df = 409)	1.272 (df = 406)	0.824 (df = 408)	1.122 (df = 406)	1.265 (df = 366)	1.334 (df = 408)	1.523 (df = 367)	0.836 (df = 395)	0.844 (df = 409)	1.135 (df = 402)

Nota:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
Erros-padrão robustos (HC1).